

*Guerra*

# Defesa Nacional

---



NEIRO  
1951

NÚMERO  
438

RENATO BAPTISTA NUNES, Diretor-Presidente.

ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Presidente.

ALBERTO RIBEIRO PAZ, Diretor-Secretário.

# A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVIII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, JANEIRO DE 1951

N. 438

## SUMÁRIO

|                                                                                                                       | Págs. |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| EDITORIAL.....                                                                                                        | 3     |
| ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL                                                                                      |       |
| Justiça Militar — XII — Cel. Niso Montezuma.....                                                                      | 5     |
| Pelotão de Minas — Ten. Gustavo Lisboa Braga.....                                                                     | 12    |
| O bote de assalto M2 e as portadas de Infantaria — Ten. Jackson Pitombo Cavalcante.....                               | 19    |
| ASSUNTOS DE CULTURA GERAL                                                                                             |       |
| Problemas do Brasil — IX — O Município — Ten.-Cel. Adalardo Fialho....                                                | 31    |
| A geopolítica e a guerra — Ten.-Cel. Paulo Enéas F. da Silva.....                                                     | 37    |
| Economia e Finanças:                                                                                                  |       |
| Já no abismo?... — Cel. J.B. Magalhães.....                                                                           | 41    |
| GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR                                                                                          |       |
| Território Federal do Amapá.....                                                                                      | 45    |
| Notas sobre o Território Federal do Amapá — De Solerno Moreira.....                                                   | 47    |
| Território do Amapá — O quadro geográfico — Arthur Cesar Ferreira Reis                                                | 57    |
| A agricultura na amazônia — Engº. Agrº. Nady Bastos Genu.....                                                         | 61    |
| Plano rodoviário do Território Federal do Amapá — Cap. Janary Gentil Nunes.....                                       | 67    |
| Justificação do plano rodoviário do Território Federal do Amapá — En-<br>genheiro Civil Hermógenes de Lima Filho..... | 73    |
| Histórico da Fortaleza de São José do Macapá — Ten. Ruy Gama Nasci-<br>mento.....                                     | 77    |
| Clevelândia, um posto avançado — Cap. X.....                                                                          | 87    |
| Impressões do Amapá — Cap. Cícero Amarante Imbuzeiro.....                                                             | 92    |
| Manganês, uma realidade no Amapá — "Um observador".....                                                               | 99    |
| OPINIÕES                                                                                                              |       |
| Qual é a fortaleza militar do ocidente? — Gen. Antonio de Castro Nas-<br>cimento.....                                 | 105   |
| Males que não são só nossos... — Ten.-Cel. Alberto Ribeiro Paz.....                                                   | 111   |
| A Cavalaria no Manual C-100-5 (Operações) — Ten.-Cel. J.H. Garcia.....                                                | 115   |
| Observações e sugestões sobre o Programa-Padrão — Cap. Amerino Raposo<br>Filho.....                                   | 123   |
| DIVERSOS                                                                                                              |       |
| Os "Rezingões" — Tradução e anotação do Gen. Klinger.....                                                             | 127   |
| Para-quedaismo no Exército Brasileiro — Cap. Acalá.....                                                               | 135   |
| Notícias Militares.....                                                                                               | 145   |
| Noticiário & Legislação.....                                                                                          | 149   |

# EDITORIAL

## A POSIÇÃO E O PAPEL DO BRASIL

Quarenta anos, quase de vida ativa e fecunda, tôda ela pontilhada de dedicação ao Exército e ao Brasil, dão-nos, ao limiar dêste Ano Novo, bastante autoridade moral para as considerações que se seguem.

Após um pleito memorável em que o Governo Federal primou por garantir as maiores franquias ao livre exercício do voto, elegeram-se um novo Presidente para a República. Sua eleição ainda não pode ter outro significado senão o de que o eleito desfrutará de largo prestígio pessoal. É possível que, mais tarde, outra interpretação seja dada ao resultado da magnífica parada democrática de 3 de outubro de 1950. Por ora, confrontados os votos do eleito com os das legendas dos partidos que o apoiaram, parece-nos mais acertada a nossa conclusão.

\* \*

Nossa Revista pelo seu longo passado, pode auscultar e traduzir os sentimentos sadios do Exército e, sem jactância, transformá-los numa exortação ao novo Governo que vai presidir os destinos do país. E isto porque, sem jamais ter servido de veículo a qualquer espécie de temas que não os de interesse nacional e profissional, imediatos ou mediatos, dela partiram os primeiros clamores em favor dos grandes movimentos pela evolução de nosso Exército. Batalhadora de primeira linha em todos os empreendimentos legítimos que visam ao engrandecimento do Brasil através de suas forças armadas, natural é que dela partam as expressões de nosso anseio pela continuidade na modernização de nosso material, pela atualização de nossos métodos e processos de instrução e pela constante revisão e adaptação de nossa doutrina de guerra face aos progressos da técnica militar moderna.

Tudo isto, tão simples de dizer, é na realização, de uma complexidade apocalíptica. Mas, não haverá óbices para um governo patriota e empreendedor, quando se acha em causa a segurança nacional.

Nós, porém, que antes de sermos soldados, somos brasileiros, se é possível separar uns de outros, fazemos ao novo Governo um apêlo para que se atenha, antes do mais, à resolução dos grandes problemas da hora presente.

No tumulto dos acontecimentos atuais o Brasil tem uma posição a manter e uma missão a cumprir.

Eis o que mais almejamos do novo Governo: — que mantenha a nossa posição, e que torne possível o cumprimento integral de nossa missão.

O Brasil, por um determinismo histórico e geográfico, está situado no "hemisfério cristão". A cruz que Cabral plantou no Monte Pascoal vem, desde então, guiando nossos destinos sociais, políticos e morais em marcha para um mundo melhor e mais compreensivo.

Os ideais de liberdade nascidos nos corações de nossos ancestrais sempre encontraram nos homens da América, e principalmente dos Estados Unidos, a melhor compreensão e o maior apêlo. É ao lado dessa grande Nação, e das outras que nos são aparentadas pelo sangue ou por afinidades políticas, que temos um importante papel a representar no cenário mundial.

Tenha o novo Presidente a compreensão justa dêesses imperativos. Dê ao seu Governo a orientação cristã e americanista que são do anseio geral. Não perca a noção da grande responsabilidade que lhe cabe nos destinos de nossa Pátria: — marche à frente das forças do bem contra as ameaças do soviétismo ateu e liberticida.

Não poupe os que não poupam ninguém. Seja forte na decisão de resguardar a liberdade contra os que com ela se acobertam para destruí-la. E, pensamos nós, tudo isto será possível sem que abduquemos de nossa independência política ou econômica. O Brasil tem uma posição definida no concerto das Nações e, no drama da hora que passa, sua atitude é a de um povo altivo, digno, confiante em si e seguro de seus destinos.

## JUSTIÇA MILITAR

Cel. NISO MONTEZUMA,  
Cmt. do Regimento Tiradentes

### XII

#### VIII — Conselho de Justificação.

"Art. 584. Revogam-se as disposições em contrário, ressalvadas as constantes do Decreto-lei n. 2.746, de 5 de novembro de 1940, referentes ao Conselho de Justificação".

Quem estudou o anteprojeto não tem dúvidas que o Código do Processo Penal Comum lhe serviu de "memento". E empolgou tanto a quem dele se utilizou que chegou a fazer esquecer que o anteprojeto era para o meio militar... Nesse engano dalma, quando se chegou ao fim, verificou-se a perfídia do "memento": omitira o Conselho de Justificação... Mas, para poupar trabalho podia-se acrescentar ao clássico "revogam-se"... a expressão "ressalvadas as constantes"...

Mas o certo é que o novo Código, por tal caminho, não vai, apenas, nascer velho... será um verdadeiro monstro, todo amputado, visto como o Conselho de Justificação ocupa todo o Título V do atual Código com treze artigos, de ns. 349 a 361... Deve-se pois incorporar o referido Decreto-lei n. 2.746 ao anteprojeto, mesmo porque a atividade militar não comporta uma legislação esparsa para ser sempre compulsória no conforto dos gabinetes nem nas comodidades da vida burocrática...

As modificações e esclarecimentos que forem surgindo pela exigência da aplicação do Código deverão ser impressas em folhas sólidas com declaração do "Diário Oficial" ou da "Justiça" que as tiver publicado e distribuídas aos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e repartições, para que o mantenham sempre em dia, colando-as à margem dos artigos modificados. Quando o número de alterações o justificar, nova edição do Código poderá ser tirada, atualizada. Era o que fazia a Alemanha e é o processo adotado pelos Estados Unidos.

IX — Presídios.

Cogita-se de marcar, talvez para marco do corrente ano, a instalação, nesta Capital, da 3ª Conferência Penitenciária Brasileira, conclave de penalistas, administradores, funcionários, técnicos e estudiosos do assunto.

É possível que questões de caráter eminentemente objetivo constituam o programa dos estudos a que se consagrará a Conferência e da qual, certamente, poderá resultar um passo à frente nos processos de repressão ao crime e da recuperação do criminoso.

Apraza a Deus que os penalistas militares se interessem pelo assunto...

O anteprojeto em estudo preocupa-se de mais com a supremacia do civil sobre o militar, com vantagens, honras e prerrogativas e tão pouco, para não dizer nada, com questões como esta, que nos parece ser de tão grande importância...

Sabemos quanto deixa a desejar o nosso regime presidiário, a come-

car pelo que se vê nos Corpos de Tropa. Entretanto os elementos de nossa justiça vivem, em regra, tão afastados desse ambiente que não duvidamos que alguns deles jamais tenham visto o que neles se passa...

Mas o particularismo atual dos presídios militares deveria logicamente comportar um prolongamento penitenciário, com ligação, imposta pelas circunstâncias, entre o sistema civil e o militar.

**X — Funcionamento da Justiça Militar nas grandes manobras e em casos de comoção interna.**

O anteprojeto ficaria a salvo de velha crítica e melhor atenderia às necessidades da evolução militar se prevísse medidas capazes de permitir o funcionamento da Justiça Militar nas grandes manobras e em caso de comoção interna.

Essa previsão não só serviria de oportunidade para exercer nas aquelas situações o aparelho judiciário do tempo de guerra, mas também garantiria a continuação do funcionamento do aparelho judiciário da tropa em manobras, porque, como está, durante tal período, os Conselhos de Justiça Militar não podem funcionar nem na região de manobras nem na sede das unidades em manobras. E não funcionam porque não só o deslocamento das unidades para os exercícios importa o deslocamento dos oficiais-juizes dos Conselhos e dos réus e testemunhas e a ausência deles paralisa os Conselhos na sede dos Comandos de Região, visto como é territorial a jurisdição dos Conselhos de Justiça e a lei não prevê Conselhos Especiais, de manobras e de situações anormais, não havendo assim tribunais militares para as tropas nessas situações.

Resulta daí que, em razão da competência territorial dos Conselhos de Justiça, os delitos praticados na zona de manobras ou de operações, fora do território da Região a cuja guarnição esteja subordinada a unidade do réu, só podem ser processados em Conselhos de Justiça com jurisdição no local em que estiver a tropa.

Essa observação foi julgada procedente em 1945 no já referido "parecer sobre as observações do Secretário Geral" e, em consequência, a Comissão organizadora sugerira que ao disposto no artigo 167 se acrescentasse o seguinte:

"Parágrafo único. No caso de deslocamento de tropa, em manobras, a competência é determinada pelo lugar da sede da unidade a que pertencer o acusado".

Mas nem essa correção aparece no atual anteprojeto...

**XI — Justiça Militar em tempo de guerra.**

1. O Código atual, Título VII, "da Justiça Militar em tempo de guerra", Capítulo único, teve seus quinze capítulos reduzidos ao Livro V, Capítulo único — Do processo em tempo de guerra — com um só artigo:

"509. O processo penal na vigência do estado de guerra, ou na zona de operações durante grave comoção intestina, será regulado em lei especial".

e mais adiante:

"Art. 582. Continuam em vigor as atuais disposições sobre processo penal militar referentes a crimes militares, em tempo de guerra, e constantes de leis especiais".

Dessa concisão resulta tamanha obscuridade, que, até para se averiguar quais os órgãos judiciários militares que criados em tempo de guerra servirão também para o caso de grave comoção intestina, não bastará dispor-se do respectivo Código. Haverá de fazer-se penoso trabalho de pesquisa e de interpretação que se não aconselha em assunto de tal natureza.

Ao contrário do que acontece com as comodidades do trabalho em gabinete, as condições (nelas incluindo a rapidez e o volume de coisas a transportar) requeridas

pelos deslocamentos militares não são facilitadas e, por isso, não recomendam uma legislação esparsa. É certo que codificá-la, atualizando-a, dá muito trabalho... mas assim é a vida militar e, por conseguinte, a legislação a ela destinada deverá atender às características das necessidades militares... Além disso, esta decisão não está coerente com o propósito que deve orientar um novo Código: consolidar as principais disposições, esparsas em lei, sobre direito e processo militar...

Já o Código anterior ao atual (Decreto n. 24.803, de 14 de julho de 1934, art. 349 e seguintes) foi criticado pelo seu laconismo, nesta parte, embora ele fôsse bem menor do que no atual anteprojeto.

Merece citação o seguinte trecho:

"Não foi sem dificuldade que consegui elaborar para o estudo do Direito Penal e Processual Militar, no curso por mim regido na Escola de Intendência do Exército, o quadro sinótico do aparelho judiciário militar em tempo de guerra, aqui exposto, no qual procurei trazer o sentido das lacônicas disposições do mencionado artigo 349, apurando que os Tribunais Militares do tempo de guerra na zona de guerra e na zona do interior, exceção feita do Conselho Superior de Justiça do Grupo de Exército, são do mesmo tipo dos de tempo de paz".

.....  
"A primeira observação que desperta a leitura do título do Código destinado à Justiça militar em tempo de guerra é a falta de articulação, dum lado, com os preceitos constitucionais e sobre os poderes do comando em chefe e os predicamentos da magistratura; e de outro, a falta de adaptação do sistema às normas da legislação

militar sobre as condições do território e a composição das grandes unidades em tempo de guerra". A Justiça Militar em tempo de guerra — Conferência feita na Escola de Estado-Maior do Exército pelo auditor Mário Tibúrcio Gomes Carneiro, em 1937, páginas 14 e 15).

Ora, se um tão ilustre quanto experimentado magistrado encontrou tais dificuldades, o que não acontecerá a um militar, principalmente se fôr novo, menos afeito ao trato desses assuntos e que os quiser aprender ???...

Eis porque nos parece que, ao sairmos duma guerra, os ensinamentos relativos à Justiça Militar devem ser consubstanciados no respectivo Código e envolver em seu âmbito visto como o Código Penal Militar também trata de crimes em tempo de guerra...

Mas como esse assunto não é tratado no Código do Processo Penal Comum nem na organização judiciária do Distrito Federal respondeu-se àquela objeção da seguinte e inaceitável maneira:

"O processo penal na vigência do estado de guerra depende das circunstâncias da própria guerra e, só então, em lei especial é que poderá ser estabelecido.

*Os ensinamentos da atual guerra, no tocante à Justiça Militar, carecem de estudo".*

Só mesmo a carência de estudos sobre os ensinamentos da última guerra permitiria essa resposta simplista traduzindo tão cômoda quanto deplorável orientação.

Mas ela não deve ser aceita porque:

1. É muito recente e eloquente a lição da França (1):

"Sob a pressão de um legislador pouco suspeito de pre-

(1) A Justiça Militar Francesa, artigo de André Sauvageat, publicado na "Revue de Défense Nationale" (França) em fevereiro de 1947, traduzida e condensada pela Military Review, edição brasileira, n. 6, de setembro de 1947, págs. 84 e seguintes.

conceito favorável às instituições militares, estas regras tendem normalmente a aproximar-se do direito comum; quando, porém, chega o tempo de guerra, elas se separam vivamente e apresentam um particularismo bem mais pronunciado.

A guerra de 1939 veio reafirmar esta verdade de sempre; durante o inverno de 1939-40, a estrutura da justiça militar se manteve, mas, quando o Exército interno teve de enrigecer sua atitude, sob o choque da batalha, a justiça militar participou notavelmente deste esforço necessário. Atesta-o suficientemente uma série de textos de importância incontestável; o decreto de 15 de maio de 1940 dispôs que os julgamentos relativos a pilhagem não seriam suscetíveis de recurso nem de anulação; o mesmo se aplicaria a todos os crimes, visando perturbar o país com a guerra civil, o emprego ilegal da força armada, a devastação e a pilhagem públicas. Enfim, um decreto de 20 de maio de 1940 previu a constituição de tribunais militares em cortes marciais; estas jurisdições excepcionais se assimilaram por três traços particulares: não havia demora entre a citação e o comparecimento; o promotor devia sustentar a acusação; podia ser feita a designação de um defensor".

"Tais foram os dispositivos postos em prática, durante a batalha da França, para assegurar, no domínio da Justiça Militar, uma repressão enérgica e rigorosa das infrações que ameaçavam a vida do país".

"Os acontecimentos se sucederam com tanta rapidez que

não foi possível verificar a sua eficiência (2)".

2. O exemplo dos Estados Unidos da América do Norte é o seguinte (3):

"Em março de 1946, como resultado de estudos (4) realizados no Ministério da Guerra e em outros órgãos, a respeito da aplicação da Justiça Militar durante a guerra — o Ministro nomeou uma Comissão de Estudos da Justiça Militar, composta de membros eminentes do quadro de oficiais-bacharéis, bem como juizes civis, indicados pelo presidente da Associação de Juizes Norte-Americanos. Esta Comissão, atendendo à solicitação ministerial, realizou longas pesquisas e, em novembro de 1946, apresentou seu relatório. As recomendações constantes desse trabalho eram de grande alcance, sob diversos aspectos".

3. Por ser inconveniente e perigoso admitir-se, como regra, que o Brasil só entrará em guerra nas mesmas condições excepcionais em que entrou na 2ª Grande Guerra, condições essas que lhe permitiram legislar "a posteriori".

A idéia é por demais perniciosa para que possa ser admitida em documento oficial, intimamente ligado à vida das Forças Armadas.

Não deverá haver dúvidas de que uma nação — ciosa da sua soberania, que não desejar uma Duquerque em sua história — deve preparar-se para a guerra durante a paz e jamais aceitará em sua legislação militar uma idéia, como essa, altamente nociva para a formação militar necessária.

A época em que vivemos é de rápidas transformações. Em artigo intitulado "A doutrina militar do

(2) Vide "Idéias Velhas", anteriormente comentadas.

(3) Normas da Justiça Militar, arts. do Maj. Gen. Thomas H. Green, Procurador Geral da Justiça Militar Norte-americana, publicado na Military Review, edição brasileira, n. 7, de outubro de 1948, págs. 21 e seguintes.

(4) O Exmo. Sr. General Paula Cidade, que foi juiz do Conselho Supremo da Justiça Militar, no Teatro de Operações da Itália, escreveu extenso trabalho sobre o assunto.

Exército Vermelho" (5) o General de Brigada N. E. Chibesov, diz:

"Uma característica da arte militar soviética é manter estreita ligação com a prática e incorporar as idéias mais avançadas. Qualquer inovação evoluída durante o decurso das operações é cuidadosamente estudada, provada em combate e disseminada entre as forças armadas".

É o que devemos procurara fazer. Meditem sobre isso os homens de responsabilidade.

Penoso seria, pois, aceitar aqueles perniciosos pretextos invocados e aconselhar aprovação de um Código inadequado já obsoleto, sem que conste haver sido dado prazo nem pressa para sua elaboração, em detrimento dos estudos indispensáveis à sua atualização.

## XII — Denúncia.

"Art. 156. O prazo para o oferecimento da denúncia poderá ser prorrogado ao dobro, ou ao triplo, em caso excepcional".

Por quem poderá ser prorrogado o prazo?

Parece que o anteprojeto lucrará se for mantida a redação, precisa e concisa do Código da Justiça atual, em seu art. 190, § 3º, isto é:

"Art. 156. Em casos excepcionais e mediante requerimento justificado do promotor, o auditor poderá prorrogar, até o triplo, o prazo para o oferecimento da denúncia".

## XIII — Desaforamento.

"Art. 171. Se o interesse de ordem militar ou judiciária o reclamar, o Superior Tribunal Militar poderá desaforar o processo mediante representação do respectivo Ministro de Estado, ou do órgão do Ministério

Público ou do acusado devendo a representação justificar especificamente o interesse do desaforante".

"§ 1º. O Tribunal poderá ordenar a audiência do Comandante da Região, ou da autoridade correspondente, ou do Diretor Geral do Pessoal, no caso de representação do órgão do Ministério Público ou do acusado".

"§ 2º. O Tribunal decidindo pela procedência da representação atribuirá o processo a outra Auditoria".

1. Trata-se de providência a ser tomada, exclusivamente, no âmbito da Justiça Militar, se o interesse da ordem militar ou judiciária o reclamar. Tanto um interesse como outro deve incluir o da segurança pessoal do acusado e da efetivação da Justiça.

Dispõe o Estatuto dos Militares:

"Art. 70. Só em caso de flagrante delito, o militar poderá ser preso por autoridade policial".

"§ 1º. Quando se der o caso previsto neste artigo, a autoridade policial fará entrega do preso imediatamente à autoridade militar mais próxima, só podendo retê-lo na delegacia, ou posto policial, durante o tempo necessário à lavratura do flagrante".

"§ 2º. Se, durante o processo e julgamento, no foro civil, houver perigo de vida para qualquer preso militar, a autoridade militar competente mandará guardar os pretórios ou tribunais por força federal, mediante requisição da autoridade judiciária".

2. Sob esse aspecto cabe lembrar vários casos que estão a exigir acurada meditação para que deles sejam tirados ensinamentos

(5) Publicado na Krasnaia Zvezda (Estréla Vermelha), de 12 de novembro de 1944, traduzido e condensado na Escola de Comando e Estado-Maior dos Estados Unidos, Military Review, edição brasileira n. 5, de agosto de 1945, pág. 89.

capazes de inspirar acertadas e oportunas providências:

a) o trucidamento, já referido, do major Aureliano de Moraes Coutinho, dentro do fóro, em plena audiência, quando se achava sentado à frente de um juiz.

O fato passou-se em pequena cidade do interior. Dêle se sabia de antemão, porque andava na boca de toda a gente. Era "vox populi". Fazer guardar o pretório, sem requisição do juiz, seria dar margem a históricas imputações de truculência, de atentado à majestade da Justiça. É o que sempre acontece quando os militares, à falta doutra, são forçados a fazer justiça por suas próprias mãos. No entanto quem atentou contra sua majestade foi o próprio juiz que deixou de cumprir seu dever, que não esteve à altura da investidura. Maculou-a porque foi em nome dela — justiça — que fez retirar um homem de farda de seu meio, onde estava em absoluta segurança, para entregá-lo inerte, quando se achava inteiramente sob a égide da Justiça, à sanha pusilânime de sicários vis.

É hoje notória a sábia lição de Von Hering sobre a susceptibilidade moral e a instabilidade legal do indivíduo conforme a classe a que pertence. Assim pois, se os magistrados se esqueceram desse doloroso fato, deixando passar esta oportunidade de propor medidas capazes de evitar a sua reprodução, num sentimento específico de reintegração do direito, justo será que os militares as reclamem, levados pelo seu "sentimento específico"... porque, para eles, é muito duro ver um companheiro ser retirado do seio da força para, sob a égide da Justiça, ficar, inerte, à mercê da sanha pusilânime de sicários vis...

b) a exuberante demonstração de falta de escrúpulos e de alarmante incapacidade para o exercício da profissão dada por autoridades policiais que submeteram a vexames dois Guardas-Marinha, fardados (Santa Cruz e Souza Costa), primeiro em plena via pública e, depois, dentro de uma delegacia

de polícia (pág. 25 e processo número 5.422 — "Diário da Justiça" de 28 de agosto de 1945, página 6.717);

c) a recente e tão deplorável quão escandalosa atitude de dois juizes da Justiça Civil desta Capital Federal que, conduzidos pelo rumor do sensacionalismo barato, não mais puderam suportar os duros imperativos do decore profissional. Perdendo o senso do recato e o equilíbrio da serenidade indispensáveis ao árduo mister de julgar e, por conseguinte, impostos pela nobre austeridade da Justiça, transpuseram os umbrais do cabotinismo, despontando no noticiário dos jornais, com entrevistas e retratos, dando expansão aos seus complexos, numa triste demonstração pública de que não possuem isenção de ânimo capaz de inspirar confiança em julgamentos em que estiverem envolvidos militares;

d) as recentes reações de elementos da Aeronáutica contra a polícia.

Todos esses fatos evidenciam que o interesse de ordem militar ou judiciária não se restringe ao âmbito da Justiça Militar. Também comporta o prolongamento da ação dessa justiça, pela necessidade de ligação, imposta pelas circunstâncias, entre o sistema civil e o militar.

O estudo da fórmula para essa ligação será mais um aspecto interessante a introduzir num Código da Justiça Militar atualizado.

#### XIV — Suspeição.

##### "Art. 69. ....

Parágrafo único. O motivo de consciência deve ser declarado pelo Ministro ou Procurador Geral, verbalmente, em sessão secreta do Tribunal, ou pelo Juiz Auditor ou Juiz de Conselho de Justiça ou Promotor em ofício de caráter reservado ao Presidente do Tribunal, ou ao Procurador Geral, para ser apreciada a sinceridade e valia do motivo, ficando os juizes e o promotor sujeitos à pena..."

Verifica-se, pois, que a existência de suspeição poderá retardar, consideravelmente, um processo. Realmente, quando o fato se der na Capital Federal a demora não será tão grande; mas, quando fôr no interior, principalmente nas auditorias mais afastadas, poderá ser grande de mais...

Já há quem considere a morosidade da Justiça (em geral) uma das principais causas determinantes do atual e apavorante aumento da criminalidade. Alegam os que assim pensam que os que a ela recorrem só excepcionalmente obtêm uma decisão rápida, oportuna; em regra são as enervantes delongas, que favorecem as chicanas de toda a espécie, exacerbam ânimos, levam ao desespero e ao crime; há indivíduos que, no período de dois anos, são processados várias vezes, sem serem julgados nenhuma. Como se sabe, o indivíduo só pode ser considerado reincidente num crime, quando o pratica após ter sido condenado por

outro. Se a justiça julgasse seus autores imediatamente à prática do primeiro, por certo com a condenação oportuna, evitaria que os mesmos indivíduos praticassem outros crimes... Assim, parece que se deva ter a preocupação de fazer sanar todos os motivos evitáveis de demora. Talvez seja mais conveniente atribuir ao próprio Conselho a apreciação da "sinceridade e valia do motivo" alegado pelo auditor, pelo juiz militar ou pelo promotor e, em consequência, providenciar a substituição necessária ao andamento do processo. Ademais, há alegações que à distância não poderão ser tão bem interpretadas como no próprio local. Nada disto impede, porém, que se estabeleça — como regra ou, apenas, quando parecer conveniente — o posterior encaminhamento da alegação para ser convenientemente apreciada pelo Presidente do Tribunal ou pelo Procurador Geral.

(Continua)

**SERRARIA CONTINENTAL LTDA.**

**COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS**

**MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES**

**RUA DA IGREJINHA, 2 — TELEFONE 28-1678**

# ENGENHARIA

## BYINGTON & CIA.

**TRATAMENTO DE ÁGUAS** — Tratamento de águas para fins públicos e industriais. Tratamento de águas de piscinas. Tratamento pelos processos mais modernos do efluente de esgotos de vilas e cidades. Hidrômetros.

**AR CONDICIONADO** — Condicionamento de ar para fins comerciais, industriais e domésticos. Arranha-céus. Escritórios. Hospitais. Cinemas. Teatros. Salões de beleza. Casas de modas. Hotéis. Residências. Bancos.

**REFRIGERAÇÃO INDUSTRIAL** — Instalações nas indústrias para o controle dos processos de fabricação, como seja em fábricas de tecidos, papel, instrumentos óticos, explosivos, de produtos de borracha, de gelo, etc. Cervejarias. Cerâmicas. Entrepósitos de peixe, carne, frutas, legumes, ovos e elementos deterioráveis. Matadouros modelos.

**RADIO TRANSMISSÃO** — Transmissores de rádio para companhias de transporte aéreo, terrestre e marítimo. Rádio transmissores para fins militares e serviços públicos. Estações de broadcasting.

**MECÂNICA E ELETRICIDADE** — Grupos elevatórios. Grupos Diesel elétricos. Turbinas. Geradores. Linhas de transmissão. Transformadores. Motores elétricos. Linhas aéreas para eletrificação de estradas de ferro.

**ESTRADAS DE FERRO E RODAGEM** — Projeto e construção de estradas de ferro e rodagem. Material rodante e de tração. Equipamentos de sinalização e oficinas.

**TRATAMENTO DE LEITE** — Instalações completas. Ordenhadeiras mecânicas. Pasteurização. Resfriamento. Filtragem. Engarrafamento.

\* \* \*

**Dragas — Matadouros — Transportadores mecânicos — Compressores de ar — Guindastes — Construções civis de grandes instalações industriais — Outros fornecimentos e construções especializadas dos mais variados ramos**

**PROJETOS E EXECUÇÃO SOB ORIENTAÇÃO DE ENGENHEIROS NACIONAIS E NORTE-AMERICANOS**

**Consultas e orçamentos**

**BYINGTON & CIA.**

São Paulo — AV. DO ESTADO. 4667

Rio de Janeiro — RUA PEDRO LESSA. 35

Belém — Recife — Bahia — Santos — Curitiba — Belo

Horizonte — Porto Alegre — Nova York

# PELOTÃO DE MINAS

Ten. GUSTAVO LISBOA BRAGA

## INTRODUÇÃO

Cumpre-me salientar, que hoje em dia é verdade corrente o uso de minas terrestres, contra carros, contra pessoal, armadilhas, ... grandemente empregadas na guerra recém-terminada e fadadas a encontrar um lugar de destaque nas guerras futuras.

Estes engenhos são de fácil emprego — podem ser lançados por todas as armas —, de fácil fabricação — podem ser confeccionados e aperfeiçoados por qualquer nação atual, e constituem um poderoso engenho de guerra, que se opõe ao movimento de todas as armas de um exército, quebra a moral dos mais bravos infantes e constitui uma preocupação constante para todos os escalões de comando. Pois, estes escalões sabem muito bem, que os campos minados são, no momento, o mais eficiente obstáculo contra carros, tropas e engenhos mecanizados, contra pessoal e material de todas as armas. As minas podem ser empregadas em plena ofensiva e devido à sua grande mobilidade, facilidade de transporte e emprego, constituem hoje um obstáculo aqui e amanhã as mesmas minas integram um campo minado 50 quilômetros à frente.

O emprego de minas e armadilhas no último conflito mundial foi tão difundido e impressionou tão fortemente os nossos bravos camaradas, que muitos deles são de parecer que todos os nossos soldados — inclusive as mulheres das forças armadas — devem ser instruídos quanto a funcionamento, identificação e precauções contra minas e armadilhas. Aliás, o regulamento americano prevê que os

oficiais e soldados de todas as armas devem receber instrução de minas aliadas e de técnica das minas inimigas e todo combatente deve conhecer como empregar minas efetivamente. Especifica, que todos os oficiais e soldados de todas as armas, devem conhecer tudo sobre os tipos comuns de minas; devem saber como encontrar minas pela vista e pela sondagem com o sabre; devem estar capacitados a realizar reconhecimentos simples de campos de minas e respectivos relatórios; devem conhecer os sinais característicos de marcação de campos minados e sinais de perigo, aliados e inimigos; devem saber lançar um campo de minas rápido e fazer o relatório para o lançamento de minas e armadilhas.

Para os especialistas, prevê como conhecimento mínimo o desarmar, remover e neutralizar as minas e armadilhas, aliadas e inimigas; o limpar e marcar linhas através de campos de minas; o limpar estradas, pontes e outros locais de minas e armadilhas e o remover cargas de tempo; o limpar casas de armadilhas e colocar, marcar e registrar campos de minas.

Do exposto, surge naturalmente aos nossos olhos, a importância do nosso pelotão de minas, que deve ser constituído de homens selecionados, capazes e possuidores de uma instrução bem sólida. Esta instrução deve ser orientada prevendo a possibilidade dos nossos instruídos numa situação de emergência, virem a exercer além da sua missão normal, a de monitores, ou mesmo instrutores dos demais combatentes, nesta especialidade, como se verificou na Itália.

Na parte prática da instrução, devemos procurar ministrá-la nas

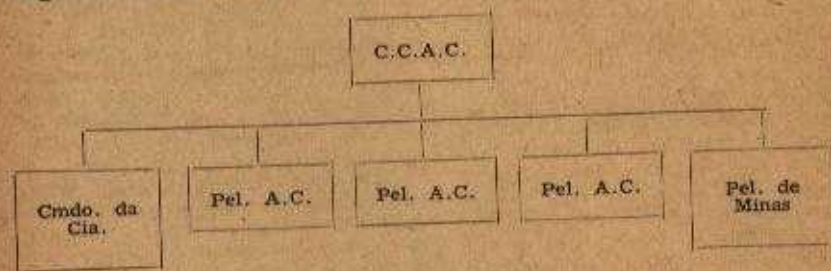
mais diferentes condições possíveis — durante o dia, de noite, com calor, com frio, com chuva, ... — pois são bem do nosso conhecimento as dificuldades encontradas pelo pelotão de minas na Itália, onde com a queda da neve e o contacto directo com o gelo, o soldado via a sensibilidade das mãos — tão essencial ao mineiro — desaparecer, ou então o seu tato muito prejudicado quando lançava mão do recurso das luvas. Tornava-se difícil e perigoso o lançamento ou a remoção de minas e armadilhas e o lidar com mecanismos diminutos, delicados e sensíveis; e a permanência prolongada nos campos gelados ia num

crescendo de inconveniências, prejudicando a eficiência do soldado, embotando-lhe os sentidos e alterando-lhe os movimentos, que se tornavam pesados e menos controlados.

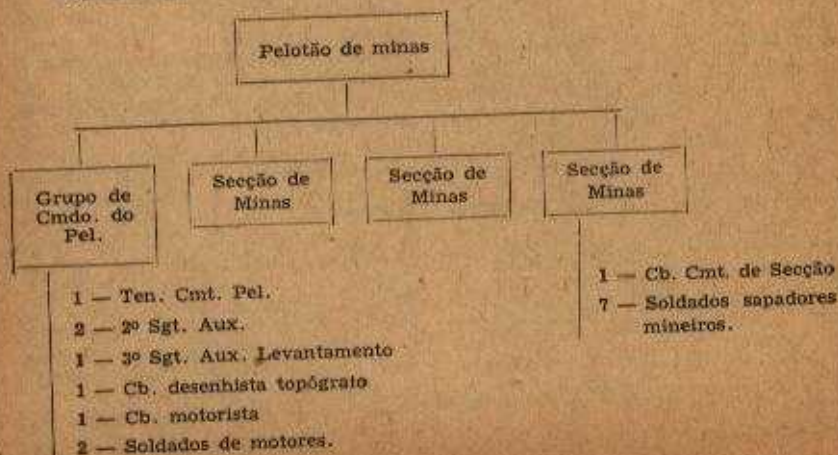
Devemos, portanto, executar com os nossos soldados uma prática contínua, sob condições realísticas e conseguir que cada homem conheça as minas e armadilhas como o seu próprio fuzil, pois as minas são sempre inseguras para quem está mexendo com elas — movendo um pino e soltando uma mola — e no lançamento ou retirada de minas e armadilhas só se erra uma vez.

#### ORGANIZAÇÃO, EFETIVO, ATRIBUIÇÕES, DOTAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PELOTÃO DE MINAS

O pelotão de minas é uma fração da Companhia de Canhões do Regimento de Infantaria.



Vejamos agora, como é constituído o nosso pelotão de minas:



Para melhor orientação, na parte de efetivo, damos o seguinte quadro:

| DISCRIMINAÇÃO            |                     | PESSOAL |         |         |      |       |
|--------------------------|---------------------|---------|---------|---------|------|-------|
|                          |                     | Ten.    | 2º Sgt. | 3º Sgt. | Cabo | Sold. |
| Comandante.....          |                     | 1       | —       | —       | —    | —     |
| Grupo de Cndo.           | Auxiliar.....       | —       | 1       | —       | —    | —     |
|                          | Aux. Lev.....       | —       | —       | 1       | —    | —     |
|                          | Desenhista Top..... | —       | —       | —       | 1    | —     |
|                          | Motorista.....      | —       | —       | —       | 1    | 2     |
| 3 Seções de Minas, cada: | Cmt. Sec.....       | —       | —       | —       | 1    | —     |
|                          | Sap. Min.....       | —       | —       | —       | —    | 7     |
| Total.....               |                     | 1       | 1       | 1       | 5    | 23    |

Vejamos, agora, a atribuição de cada integrante do Pelotão de Minas:

— O Ten. Cmt. do Pel. é responsável pela instrução, disciplina e controle do pelotão. Emprega-o de conformidade com as ordens do Cndo. e no combate é o responsável pela atuação do pelotão, devendo fazer pessoalmente os relatórios do pelotão. Até que a autoridade superior o tenha liberado dessa missão, ele é o responsável pela manutenção de guardas de tráfego, perto dos depósitos de minas e das minas lançadas ou removidas pelo pelotão, a fim de evitar baixas às tropas ou viaturas.

— O Sgt. Aux. do Pel. é o substituto imediato do Ten. comandante do pelotão. Auxilia-o e o substitui no caso de ser posto fora de ação. Pode ser encarregado, pelo Cmt. do Pel., para dirigir o remunciação de minas fornecidas ao pelotão, ou para recuperação de minas anteriormente lançadas.

— O topógrafo e o desenhista topógrafo, sob a direção do Cmt. do

pelotão, colocam estacas no terreno para demarcar as linhas ao longo das quais devem ser lançados os campos de minas. Fazem levantamentos precisos, preparam esboços e mantêm em dia a parte topográfica de todos os relatórios dos campos minados, lançados pelo Pelotão. Também determinam no terreno, utilizando cartas e relatórios que lhes foram fornecidos, a localização precisa das minas anteriormente lançadas por outras Unidades.

— Os motoristas dirigem as viaturas do Grupo de Comando do Pelotão, são responsáveis pela manutenção de 19 Escalão de suas viaturas, pela sua camuflagem e mascaramento — quando paradas — e pela proteção das mesmas contra ataques. Recebem ainda toda instrução comum aos mineiros.

— O Cabo Comandante da Seção de Minas é responsável, sob a direção do Comandante do Pelotão, pela instrução, disciplina e controle de sua Seção e pela perfeita execução das missões que forem

dadas. Emprega a Secção sob a direcção e orientação do Comandante do Pelotão.

Indica aos elementos da Secção a zona na qual eles serão empregados e dirige o serviço dos mesmos.

Deve estar familiarizado com os dados que constituem os limites de segurança, os quais determinam qual deve ser o afastamento em que as minas devem ser lançadas relativamente às tropas amigas (os campos de minas devem ser lançados em uma zona distante de 45 a 450 metros — alcance prático das armas portáteis — das partes organizadas e ocupadas nos locais defendidos. Campos de minas e pessoal a descoberto, armas, ou instalações, devem estar afastado pelo menos 100 metros. Campos de minas não devem ser lançados em zonas, que vão ser batidas pelos fogos de defesa aproximada de Artilharia de artilho e dos Morteiros). Quando a Secção é destacada para uma Unidade, o Comandante da Secção deve estar preparado para agir como um consultor do comandante da mesma, em assuntos referentes ao emprego das minas e armadilhas.

— Os Sapadores são empregados no lançamento, demarcação e registro dos campos de minas; para desarmar, remover, e destruir minas contra carros, contra pessoal, minas ativas e armadilhas de todos os tipos, empregadas pelo inimigo; para abrir brechas e passagens através de campos minados, recebendo ainda instrução como fuzileiro, para que possam ser empregados na protecção de campos minados, bloqueio de estradas e outros obstáculos.

— 0 —

A dotação material do Pelotão de Minas, permite a realização prática de quase todos os exercícios aqui previstos. Para maior detalhe a respeito da dotação do Pelotão, ver Boletim Reservado n. 2 (dois) de 1948.

— 0 —

Na parte da Instrução, o Pelotão de Minas será instruído — além da instrução comum de minas e arma-

dilhas a todos os soldados e aos Pelotões da C.C.A.C. — sobre os processos de lançamento, marcação e registro de campos de minas. Conhecimento de todos os tipos de armadilhas e minas empregadas pelas tropas amigas e inimigas. Da técnica de desarmar, remover e destruir minas contra carros ativas, minas contra pessoal e armadilhas de todos os tipos empregadas pelas tropas amigas e inimigas. Abrir brechas através de extensos campos de minas.

O Pelotão de Minas é encarregado da instrução de Minas e armadilhas para os demais elementos da Cia., pois todos os homens da C.C.A.C. recebem instrução sobre assuntos básicos relativos às Minas e Armadilhas. Esta instrução, dentro da Cia., obedece à seguinte distribuição: — Todo pessoal da Cia. na parte de medidas de precaução que devem tomar-se nas imediações de locais com Minas e Armadilhas; emprego do detector de Minas, localização de Minas pelo processo da sondagem e marcação das minas que deverão ser removidas, mais tarde, por uma equipe de limpeza; processo de remoção de Minas e Armadilhas pela utilização de arame ou cordas.

— Todos os Pelotões, além da instrução acima prescrita, serão instruídos na técnica de lançamento de Minas, de transposição de Campos de Minas (incluindo o uso de detectores de Minas, processo de sondagem, arames e cordas), e de limpeza inicial de estrada.

— Os Pelotões Contra Carros, devem fazer com que todos os oficiais e sargentos recebam instrução mais extensiva, ou mais pormenorizada, sobre a técnica de abertura de brechas em campos de Minas, para que possam ser qualificados como Chefes de turmas de aberturas de brechas em campos de minas, em caso de necessidade.

— O Comandante e os Sargentos do Pelotão de Minas, devem estar a par ainda do emprego tático das Minas Contra Carros, tática de ataque de Blindados do inimigo, no que possa interessar o emprego tático das minas; reconhecimento e escolha do terreno para conveni-

ente localização de campos de minas contra carros; confecção de esboços; levantamentos expeditos; organização de relatórios dos campos de minas; leitura de cartas e fotografias aéreas, tendo em conta, principalmente, o aspecto que apresenta um Campo de Minas em uma fotografia aérea; suprimento e transportes de Minas Contra Carros.

— Toda instrução de Minas e Armadilhas, deve ser ministrada em concordância com os diversos períodos de Instrução. Assim, na fase do combate ofensivo, deve ser intensificada a abertura de brecha em campos de minas do inimigo; precauções contra armadilhas e emprego de minas contra carros, para proteção das instalações e estabelecimentos de bloqueios de estradas.

Na fase do Combate Defensivo, deve ser intensificada a instrução de lançamento de campos de minas rápidos; proteção das zonas de retaguarda pelo emprego de Minas e, emprego de Minas Contra Carros, no bloqueio de estradas.

— Para maior eficiência de todo efetivo de uma Unidade, no concernente a Minas e Armadilhas, devem funcionar na Unidade cursos Regimentais, sob a orientação do Oficial de Minas; e instrução sobre esses assuntos, deve ser também incluída nos programas dos Cursos de Candidatos a Graduados.

#### BIBLIOGRAFIA

- FM 5-25.
- Emprego do explosivo.
- Explosives and demolitions.
- Tank Hunters.
- Minas e bubitrapes.
- Manual do sapador mineiro.
- Coleção B.I.D.E.
- C 7-35.
- CCAC do R.I.
- Manual de campanha da Engenharia.
- C 5-31.
- Minas contra carros, contra pessoal e armadilhas.
- Polígrafos da E.M.

## PADARIA E CONFEITARIA REALENGO

FORNECEDORA DA E.L.E.

PRÓXIMO AO CAMPO DE INSTRUÇÃO FÍSICA

Bebidas finas nacionais e estrangeiras — Conservas alimentícias, queijos, cigarros, etc.

**M. PAULINO**

197, RUA BERNARDO VASCONCELOS, 197 — REALENGO

TELEFONE BANGU 218

## ARMAZÉM EVANGELISTA

DE

**JOÃO EVANGELISTA**

Líquidos e comestíveis finos — Gêneros de primeira qualidade  
Preços baratíssimos

Rua Otávio Braga n. 2284 — NILÓPOLIS — Estado do Rio

## REVISTA DAS REVISTAS

### Revista de Cavalaria

(N. 4 — 11º ano — LISBOA — Julho de 1950.)

Sob o título "O Chefe — Aspectos da sua atuação", essa Revista traz um interessante trabalho do Capitão de Engenharia Vitorino Esparteiro, no qual, examinando as atribuições e os atributos do Chefe o autor salienta que o Chefe moderno "há-de sobrepor-se à massa dos dirigidos por dons e qualidades que o situem irresistivelmente em plano superior e o imponham facilmente como ente privilegiado no triplice aspecto moral, intelectual e profissional."

Estuda metódicamente as tarefas primaciais da Chefia ou sejam a previsão, a organização e a direção, sintetizando que "prever, organizar e dirigir em todas as emergências e momentos eis as três primordiais atividades do Chefe".

Termina apontando os vícios da Chefia cuja análise faz com propriedade destacando a centralização exclusivista, a irritabilidade, o egoísmo, a sobranceira, o servilismo, a tibieza e a versatilidade.



É-nos grato registrar também que a mesma Revista contém transcrição de três artigos publicados em "A Defesa Nacional". Tais são: "A última Carga!", tradução do Ten.-Cel. J.H. Garcia, "Os americanos e... a Cavalaria russa", trabalho original do Ten.-Cel. J.H. Garcia e "Combinado Cavalaria-Blindados", tradução do Major Lafayette de Brito.

### Revista de Las Fuerzas Armadas

(CARACAS, Venezuela — Junho e julho de 1950.)

O Major do Exército Venezuelano Jesus Manuel Perez Morales que, após curso brilhante, diplomou-se em 1949 pela Escola de Estado-Maior do Exército do Brasil, vem publicando nesta Revista notas que organizou durante o referido curso.

No último número recebido, sob a legenda "Apuntes de Estado Mayor", encontramos cuidadosa versão para o espanhol dos documentos referentes ao "Trabalho de Comando" elaborados na nossa Escola de Estado-Maior do Exército.

Por essa forma, graças à espontânea colaboração do Major Morales, acentua-se a divulgação além fronteiras dos ensinamentos ministrados no nosso tradicional estabelecimento de ensino militar superior.

### Revue Militaire D'Information

(N. 164 — PARIS — 25 de novembro de 1950.)

O comentarista internacional, René Grandchamp, na seção "Un tour d'horizon" indaga se a volta do Presidente Vargas ao poder acarretará para o Brasil uma mudança de orientação geral.

Para responder à pergunta analisa meticulosamente nossa situação geográfica, os ciclos evolutivos de nossa produção agrícola, a febre de industrialização que nos vem agitando ultimamente, as dificuldades financeiras para execução do plano SALTE, as nossas relações econômicas com os Estados Unidos da América do Norte, a nossa situação na ONU e termina afirmando que "malgrado os obstáculos e a estafante tarefa que aguarda os dirigentes do Brasil, o exame da situação deste imenso país deve conduzir a uma conclusão otimista em razão de suas fabulosas riquezas e das virtudes — no sentido latino da palavra — de suas energias jovens, cuja imaginação e espírito empreendedor não conhecem freio nem limites."



As Revistas indicadas acima encontram-se na nossa Biblioteca à disposição dos Camaradas que as queiram consultar.

# O Bote de Assalto M2 e as Portadas de Infantaria

1º Ten. JACKSON PITOMBO CAVALCANTE,  
do 5º B.E.

## Uma breve explicação.

Para não faltar à verdade, transgressão disciplinar que jamais cometi, nem mesmo nos idos tempos de recruta da então Companhia-Escola de Engenharia, quero declarar aos meus respeitáveis leitores que o presente artigo não é de minha lavra, propriamente, e sim um condensado de diversos polígrafos sobre o assunto.

## PRELIMINARES

Como para estudar a Portada de Infantaria eu terei, forçosamente, que estudar os seus elementos constitutivos, iniciarei esse estudo pelo elemento fundamental: o suporte.

**Pontão** — Formado pela conjugação, pôpa a pôpa, de dois botes de assalto M2. O bote de assalto M2 é de madeira compensada, tipo baranca (largo e chato), com pôpa quadrada, fundo chato e proa ligeiramente adelgada. Possui em ambas as bordas da pôpa um dispositivo de ligação que permite a conjugação de dois botes para formar o pontão. O fundo é protegido, internamente, por um xadrez de madeira e, externamente, por cinco patins cobertos por uma fina chapa de ferro. Nos verdugos do bote existem dois fixadores e espaçadores de painéis para serem utilizados quando os botes forem empregados como suporte de ponte ou passarela. As extremidades e os cantos do bote são protegidos por cantoneiras de latão.

## Dimensões:

|                      |         |
|----------------------|---------|
| Comprimento.....     | 4,064 m |
| Largura máxima.....  | 1,625 m |
| Altura máxima.....   | 0,635 m |
| Peso aproximado..... | 210 kg  |

## Deslocamentos:

|                                    |          |
|------------------------------------|----------|
| Com uma borda livre de 0,10 m..... | 2.400 kg |
| Com uma borda livre de 0,20 m..... | 1.800 kg |

## Possibilidades:

Um bote de assalto M2 pode transportar, com segurança, qualquer das seguintes cargas, além da sua guarnição constituída por 3 elementos de Engenharia:

1 — Uma esquadra de 12 homens armados individualmente e com equipamento de combate.

2 — Duas esquadras de Metralhadora Leve (10 homens), com duas Metralhadoras Leves calibre .30 e 20 caixas de munição.

3 — Uma esquadra de Metralhadora Pesada (7 homens), com uma Metralhadora Pesada calibre .30 e 13 caixas de munição.

4 — Uma esquadra de Metralhadora Browning (7 homens), com uma Metralhadora Pesada calibre .50 e 4 caixas de munição.

5 — Duas esquadras de Morteiro de 60 mm (10 homens), com dois Morteiros de 60 mm e 72 granadas.

6 — Uma esquadra de Morteiro de 81 mm (7 homens), com 1 Morteiro de 81 mm e 50 granadas.

Conjugados 2 botes pelos verdugos, pode-se transportar um canhão antitanque de 37 mm com a sua esquadra de 5 homens e 100 granadas de munição, além da guarnição de Engenharia.

## Navegação:

A guarnição do bote é de 3 praças de Engenharia. Um deles é o piloto, que ajoelhado na pôpa dirige o bote. Os outros dois são os

remadores que se vão ajoelhar, um em cada borda, próximos da proa. Quando transportando tropa, a guarnição é aumentada de 6 homens dos próprios que estão sendo transportados.

#### Transporte :

Normalmente, um bote M2 é transportado por 8 soldados, havendo um graduado como Chefe da Turma (Piloto).

#### Transporte em terra :

Quando utilizado como meio descontinuo simples numa travessia à viva força, dez a doze soldados dos que vão ser transportados, equipados para o combate, transportam o bote em terra, conduzindo, ainda, as armas especiais, munição e equipamento para a navegação (palamenta). O bote é transportado emborcado (fundo para cima) até o local da travessia, onde, então, é invertido e lançado na água. O piloto (chefe da turma) dará as seguintes vozes para o transporte :

1 — "A braço" — Os 10 (12) soldados seguram as empunhaduras respectivas existentes no verdugo.

2 — "Firme" — Os soldados levantam o bote.

3 — "Em frente" — Os soldados caminham em direção ao ponto da travessia.

4 — "Alto" — Os soldados param.

5 — "Colocar o bote em terra" — Os soldados invertem o bote e o colocam em terra.

Um quarto soldado de Engenharia, que somente atua como guia, é acrescido à guarnição, se o bote tiver de fazer mais de uma travessia. O guia permanece na margem de partida, a fim de auxiliar a guarnição do bote a voltar ao ponto de embarque e apresentar-se, no regresso, para orientar até o bote a turma seguinte da infantaria, que vai atravessar.

#### Transporte em viatura :

Para o transporte em viatura os botes são empilhados uns sobre os outros, fundo para cima. Eles podem ser transportados em caminhões de 1,5 tonelada (Q.T.) ou

reboques sobre duas rodas. Cada Q.T. transporta, com segurança, 7 botes sem ser necessário retirar os cajados.

#### Cuidados :

Os botes M2 são menos rústicos do que os tipos mais pesados e, por isso mesmo, devem ser manejados com cuidado. Os fixadores e espaçadores ou, simplesmente, limitadores de painéis, quebram-se muito facilmente. Deve-se evitar que os painéis do taboleiro caiam bruscamente sobre as bordas do bote. Não se deve jogar nenhum material no fundo do mar.

#### Armazenagem :

Os botes devem ser armazenados em baixo de uma cobertura, protegidos do sol e do tempo. Antes de serem armazenados devem ser limpos e postos a secar na sombra. Devem ser inspecionados e, se possível, reparados e pintados. Se o espaço para a armazenagem é limitado, os botes devem ser guardados em pilhas nunca maiores de 12 botes. O 1º bote de uma pilha deve ser sobrelevado por calços, permitindo, assim, livre circulação de ar.

#### Emprego :

Os botes de assalto M2, são botes leves, de fácil transporte, largamente empregados na travessia dos primeiros elementos de assalto numa transposição à viva força. São muito empregados, também, nas Portadas de Infantaria e como suporte de pontes e passareiras.

#### Distribuição dos botes pela Infantaria :

Os botes de assalto M2 são distribuídos de forma que a Infantaria atravesse um curso d'água por unidades táticas.

Para transportar um Pelotão de Infantaria são necessários 4 botes ; um por G.C. e um para o Comando do Pelotão. Esses botes constituem um grupo de botes.

Para transportar uma Companhia de Fuzileiros são necessários 17 botes ; 4 botes para cada Pelotão de fuzileiros e 5 botes para o Comando da Companhia e o Pe-

lotão de Engenhos. Os 17 botes são normalmente organizados em 4 grupos de botes, um para cada Pelotão de Fuzileiros e um para o Comando da Companhia e o Pelotão de Engenhos.

Para transportar um Batalhão de Infantaria com 2 Companhias de Fuzileiros em 1º escalão e 1 em reserva, são necessários 34 botes.

Estes 34 botes são utilizados como se segue:

Na 1ª vaga:

17 botes para a 1ª Cia. de Fuzileiros.

17 botes para a 2ª Cia. de Fuzileiros.

Na 2ª vaga (quaisquer 21 dos 34):

15 botes para a Cia. de petrechos pesados.

2 botes para o destacamento da Cia. de Comando do Batalhão.

Nas vagas subsequentes, a proporção que os botes ficam disponíveis:

19 botes para a Cia. de Fuzileiros em reserva e o destacamento de Saúde do Batalhão.

5 botes para a Cia. de Comando do Batalhão menos os destacamentos.

A distribuição, juntamente com 3 botes para o pelotão de Engenharia que acompanha o avanço da Infantaria, completará 71 botes para cada R.I. ou 142 para a Divisão. As necessidades em tropas de Engenharia são de um Batalhão menos um pelotão para cada R.I.

Os meios de transporte do Batalhão atravessam o curso d'água em Portadas ou sobre as Pontes de Equipagem.

**Painel** — Destina-se a formar o taboleiro da Portada. É de madeira compensada, tendo de comprimento total 4,267 m, de altura 0,178 m e de largura 0,951 m. A parte coberta tem 3,657 e de cada extremidade sobram 6 pontas de vigotas (prolongas) dispostas alternadamente, a fim de facilitar a ligação de 2 painéis. Cada painel pesa, aproximadamente, 210 kg.

**Pino de união de painéis** — Destina-se a fixar 2 painéis. Cada painel dispõe de 2 pinos de ligação. É de aço, resistente à corrosão, tendo a forma de um "L" e apresentando as seguintes dimensões:

|                        |         |
|------------------------|---------|
| Comprimento do pino... | 0,951 m |
| Comprimento do puxador | 0,127 m |
| Diâmetro.....          | 5/8"    |

**Pino de união de botes** — Destina-se a conjugar, pôpa a pôpa, dois botes. É de aço, resistente à corrosão, tendo a forma aproximada de um "J" e apresentando as seguintes dimensões:

|                        |         |
|------------------------|---------|
| Comprimento do pino... | 0,620 m |
| Comprimento do puxador | 0,130 m |
| Diâmetro.....          | 1/4"    |

**Vigota de rodapé** — Destina-se a constituir o "rodapé" das portadas. Aumenta a capacidade de suporte das mesmas e impede que as viaturas escorreguem para fora dos painéis. É uma viga de madeira compensada, de secção retangular, apresentando as seguintes dimensões:

|                  |         |
|------------------|---------|
| Comprimento..... | 3,657 m |
| Espessura.....   | 0,101 m |
| Altura.....      | 0,152 m |

A vigota pesa, aproximadamente, 40 quilos.

**Grampo de rodapé** — Destina-se a fixar o rodapé e os painéis às bordas dos botes. Pesa, aproximadamente, 4 quilos e meio.

**Amarra** — É uma simples corda e destina-se às manobras de pontagem e à amarração da portada à margem. Tem 15 metros de comprimento e um diâmetro de 1/2".

**Motor de pôpa** — Os motores de pôpa que são utilizados nas Portadas de Infantaria são de 22 c.v., mas não fazem parte da equipagem da Portada. Eles são conduzidos separadamente em uma caixa portátil com todos os acessórios e peças sobressalentes. O motor pesa, aproximadamente, 56 quilos e trabalha durante 40 minutos com 2,5 galões de combustível. A mistura usada como combustível está inserida no tanque do motor. Para evitar a perda do motor enquanto em uso, uma pequena corda o amarra ao bote.

## PORTADAS DE INFANTARIA

**Emprego** — As Portadas de Infantaria se destinam ao transporte, de uma para a outra margem dum curso d'água, dos diversos veículos de combate. Elas consistem na reunião de 3 ou mais pontões, com taboleiro formado por duas linhas de painéis.

**Tipos** — De acôrdo com o número de pontões empregados, poderemos obter os seguintes tipos de Portada, sendo que o primeiro constitui a PORTADA-PADRÃO:

**Normal** — Constituída de 3 pontões e 3 painéis de comprimento.

**Reforçada** — Constituída de 4 pontões e 4 painéis de comprimento.

**Especial** — É a constituída de:

— 5 pontões e 4 painéis de comprimento;

— 7 pontões e 5 painéis de comprimento;

— 3 pontões e 2 botes pneumáticos de 6 t e 4 painéis de comprimento;

— 4 pontões e 3 botes pneumáticos de 6 t e 5 painéis de comprimento;

**Possibilidades** — As possibilidades dos diferentes tipos de portadas estão especificadas no quadro abaixo, em função da velocidade da corrente, sendo registradas, também, as condições de segurança na travessia.

Qualquer combinação de veículos individuais pode ser transportada se o seu peso total não exceder a capacidade limitada pelo referido quadro.

Entretanto, de um modo geral, podemos limitar a capacidade de suporte dos diferentes tipos de portadas da seguinte maneira:

Portada de 3 pontões — 1 caminhão de 2,5 t.

Portada de 4 pontões — 1 caminhão de 2,5 t e o Obuseiro de 105 mm.

Portada de 5 pontões — 1 caminhão de 4 t.

Portada de 7 pontões — 1 caminhão de 4 t e um de 2,5 t.

| VEÍCULOS:                                                 | TONELAGEM | Portadas                                      |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
|-----------------------------------------------------------|-----------|-----------------------------------------------|--------------------|---------------------|---------------------------------|----------------------------------|---------------------|----------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|
|                                                           |           | Normal                                        | Reforçadas         |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
|                                                           |           |                                               | 3 rodas com 1 pneu | 4 rodas com 2 pneus | 3 rodas com 1 pneu e 1 parafuso | 4 rodas com 2 pneus e 1 parafuso | 7 rodas com 3 pneus | 4 rodas com 2 pneus e 1 parafuso | 3 rodas com 1 pneu e 1 parafuso | 4 rodas com 2 pneus e 1 parafuso | 3 rodas com 1 pneu e 1 parafuso | 4 rodas com 2 pneus e 1 parafuso | 3 rodas com 1 pneu e 1 parafuso |
|                                                           |           | Capacidade em t a colocar na portada          |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
|                                                           |           | 4                                             | 8                  | 8                   | 10                              | 13                               | 6                   | 10                               | 13                              | 6                                | 13                              | 8                                | 13                              |
|                                                           |           | Velocidade máxima de corrente em pés/seg. (1) |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
|                                                           |           | 7                                             | 0                  | 0                   | 7                               | 0                                | 0                   | 7                                | 0                               | 0                                | 7                               | 0                                | 0                               |
| Transporte 1/4 t. ....                                    | 2         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transporte 1/2 t todos os tipos. ....                     | 3         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transporte 3/4 t todos os tipos. ....                     | 3         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transporte 1/2 t c/reboque. ....                          | 4         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Carro blindado M3A1. ....                                 | 5         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transporte 1/2 t todos os tipos. ....                     | 5         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transporte 1 1/2 t c/reboque 1 t. ....                    | 6         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transporte 1 1/2 t c/obuseiro 105 mm. ....                | 6         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transporte 1 1/2 t c/reboque. ....                        | 8         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Camionete de ar motorizado 4 x 6 (Eng.) ....              | 7         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Unidade móvel de purificação d'água (Eng.) ....           | 8         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transporte 3 1/2 t todos os tipos. ....                   | 8         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Carro blindado, Seve M6. ....                             | 8         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Carro blindado 1/2 lagarta M2. ....                       | 9         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transporte 2 1/2 t c/reboque 1 t. ....                    | 9         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transporte 2 1/2 t c/comhão obuseiro 105 mm. ....         | 9         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Unidade esterilizadora (médica) ....                      | 10        |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Trator D4 c/lamina. ....                                  | 7         |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Nivelador motorizado (Eng.) ....                          | 11        |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Carro 1/2 lagarta M2 e transporte 1/4 t. ....             | 11        |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transporte 4 t acorro. ....                               | 11        |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transporte 2 1/2 t c/comhão obuseiro 105 mm tipo M1. .... | 11        |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Quadrante motorizado (Eng.) ....                          | 12        |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Carro de combate M2A4. ....                               | 12        |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transporte 4 t carga. ....                                | 12        |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transporte 4 t de pontão. ....                            | 13        |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Quadrante motorizado c/reboque. ....                      | 15        |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transportes 2 1/2 t. ....                                 | 16        |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transporte 4 t c/comhão obuseiro 105 mm M1. ....          | 16        |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Carro blindado 1/2 lagarta M2. ....                       | 18        |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transporte 4 t e transporte 2 1/2 t. ....                 | 21        |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Carro de combate leve M3. ....                            | 14        |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |
| Transportes 4 t. ....                                     | 20        |                                               |                    |                     |                                 |                                  |                     |                                  |                                 |                                  |                                 |                                  |                                 |

- Observações:
- 1 — Velocidade da corrente relativa à portada.
  - 2 — Colocar o veículo mais para a péra a fim de levantar a proa.
  - 3 — Cruzará somente se o intervalo entre as painéis for suficiente.
  - 4 — O tabuleiro é de comprimento insuficiente.
  - 5 — As unides dos painéis não resistem.

**Material:**

O material estritamente necessário para a construção dos diferentes tipos de portadas é o constante do quadro abaixo (Ver anexo 1):

| ESPECIFICAÇÃO                     | PORTADAS  |           |           |           |                          |                          |
|-----------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|--------------------------|--------------------------|
|                                   | 3 Pontões | 4 Pontões | 5 Pontões | 7 Pontões | 3 Pontões e 2 Botes 6 t. | 4 Pontões e 3 Botes 6 t. |
| Botes de assalto M2.....          | 6         | 8         | 10        | 14        | 6                        | 8                        |
| Pinos de ligação dos botes.....   | 6         | 8         | 10        | 14        | 6                        | 8                        |
| Painéis.....                      | 8         | 10        | 10        | 12        | 10                       | 12                       |
| Pinos de ligação dos painéis..... | 10        | 14        | 14        | 18        | 14                       | 18                       |
| Vigotas de rodapé.....            | 4         | 6         | 6         | 8         | 6                        | 8                        |
| Grampos de rodapé.....            | 12        | 16        | 20        | 28        | 12                       | 16                       |
| Amarras (15 m).....               | 4         | 4         | 4         | 4         | 4                        | 4                        |
| Motores de pópa.....              | 1 ou 2    | 3         | 3         | 3         | 3                        | 3                        |
| Cordas de vigota (3,6 m).....     |           |           |           |           | 2                        | 3                        |
| Botes pneumáticos de 6 t.....     |           |           |           |           | 6                        | 9                        |
| Tábuas de distribuição.....       |           |           |           |           | 4                        | 6                        |
| Vigotas de distribuição.....      |           |           |           |           |                          |                          |
| Remos.....                        | 42        | 56        |           |           |                          |                          |

**Distribuição das Portadas pelas Unidades de Engenharia:**

A Portada Normal é a Unidade de Portada. Cada Batalhão de Engenharia possui, organicamente, 6 dessas Unidades. O material de uma Unidade de Portada é o seguinte:

|                                   |                       |
|-----------------------------------|-----------------------|
| Botes de Assalto M2.....          | 6                     |
| Pinos de ligação dos botes.....   | 8 (2 sobressalentes)  |
| Painéis.....                      | 8                     |
| Pinos de ligação dos painéis..... | 10 (2 sobressalentes) |
| Vigotas de rodapé.....            | 6 (2 sobressalentes)  |
| Grampos de rodapé.....            | 14 (2 sobressalentes) |
| Amarras.....                      | 4                     |
| Remos.....                        | 54                    |

**Observação** — Os motores de pópa não fazem parte das Unidades de Portadas; eles são distribuídos separadamente.

**Transporte do material:**

A Unidade de Portada é transportada em 1 Caminhão de 2,5 toneladas com reboque de 2 rodas.

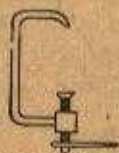
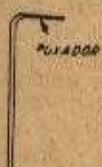
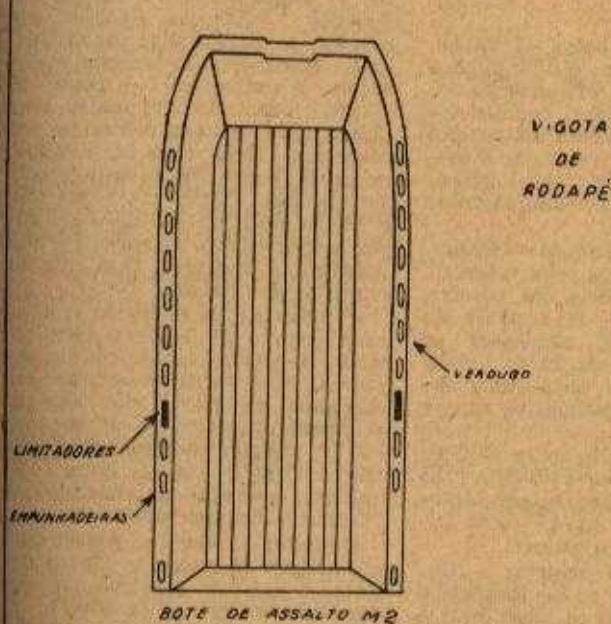
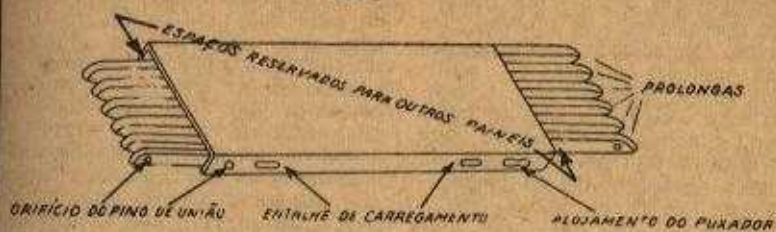
**Turma de construção:**

a) **Constituição:** — A turma de construção de uma portada de Infantaria é chefiada por um oficial e tem a seguinte constituição:

| Turmas                  | Sargentos | Soldados |
|-------------------------|-----------|----------|
| Turma dos Botes.....    | 1         | 16       |
| Turma dos painéis.....  | 1         | 16       |
| Turma das ligações..... | 1         | 4        |
| Turma das amarras.....  | —         | 4        |
| Total.....              | 3         | 40       |

# ANEXO 1

## PAINEL



PINO DE UNIÃO DE PAINÉIS

GRAMPO DE RODAPÉ

PINO DE UNIÃO DE BOTES

As turmas dos botes e dos painéis podem ser aumentadas se o transporte dos botes e dos painéis tiver que ser feito de grandes distâncias. Entretanto, a turma dos botes também poderá ser diminuída de 8 homens, caso a portada seja construída com os botes lançados nágua previamente. Este é o caso normal da construção da Portada de Infantaria na transposição de um curso d'água, isto é, utilizando os botes que foram empregados na transposição das tropas de cobertura de Infantaria.

**b) Missão:**

1 — *Turma de botes* — Transportar, lançar nágua e unir pópa a pópa os botes M2 (com exceção dos 2 botes do 1º pontão), conduzi-los em seguida ao local da construção da portada e colocá-los sob os painéis nos seus respectivos lugares. Tem por missão, também, assentar o rodapé.

2 — *Turma dos painéis* — Transportar e colocar nos seus respectivos lugares, os pares de painéis, auxiliar a ligação de 2 pares de painéis sucessivos, suspender os painéis para a colocação do bote e finalmente, colocar na portada depois de pronta, os painéis da rampa móvel.

3 — *Turma das Ligações* — Unir pópa a pópa os 2 botes do 1º pontão e fazer a ligação dos painéis, colocando os pinos de ligação, com auxílio da turma dos painéis.

4 — *Turma das amarras* — Colocar as amarras nos pontões (1º e 3º) tão logo sejam os mesmos trazidos pela turma dos botes e agir nas amarras durante a construção da portada, tesando-as ou solecando-as de acordo com as necessidades; finalmente, firmar a portada durante o carregamento e descarregamento da mesma.

**Método de construção:**

A construção de uma portada de Infantaria tem a seguinte sequência de trabalho:

1º lance — A turma dos Botes transporta e lança nágua os 2 botes do 1º pontão e entrega-os à turma das ligações que, em seguida, faz a união "pópa a pópa"

dos mesmos ao mesmo tempo que 2 homens da turma das amarras prendem uma amarra ao verdugo de cada bote; a Turma dos Painéis, que nesse interim já havia trazido para próximo ao local de construção da portada 2 painéis, coloca-os, em balanço, sobre o 1º pontão já formado, encostando-os aos respectivos limitadores.

2º lance — Em seguida, a turma dos painéis transporta mais 2 painéis e os encaixa nos painéis colocados anteriormente sobre o primeiro pontão e auxilia a Turma das Ligações a fazer a ligação dos mesmos; feitas as ligações dos painéis, a Turma dos Botes, que havia transportado, lançado nágua e feito a união "pópa e pópa" de 2 botes, formando o 2º pontão, conduz o 2º pontão e coloca no seu respectivo local (sob os painéis), enquanto esses são suspensos pela Turma dos Painéis; em seguida, o 1º pontão é trazido para seu lugar certo, isto é, quando a borda próxima à margem ficar sob as emendas dos painéis.

3º lance — A operação enumerada para o 2º lance é idênticamente repetida, apenas com as seguintes observações: os 2 homens restantes da turma das amarras prendem uma amarra ao verdugo do 3º pontão, tão logo este seja trazido pela Turma dos Botes; não existe a operação de colocação do 1º pontão no seu lugar certo.

*Assentar o rodapé* — Após a conclusão dos 3 lances, a Turma dos Botes transporta e coloca nos seus respectivos lugares as vigotas de rodapé e faz a amarração do taboleiro (painéis e rodapé) ao verdugo dos pontões por meio dos grampos de rodapé e a turma dos painéis transporta e coloca os 2 painéis da rampa móvel sobre o 2º pontão.

*Observações* — Qualquer que seja o tipo de portada, o processo de construção é idêntico ao acima descrito.

**Detalhes de construção:**

a) O anexo 2 esclarece como devem ficar os painéis e vigotas de rodapé em relação aos pontões, nos diferentes tipos de portada.

b) Na construção das portadas os pontões devem vir de montante. No recolhimento, os pontões são levados para jusante.

c) Os grampos de rodapé prendem a vigota de rodapé e o painel à borda do pontão M2. Os grampos ficam com a rosca para baixo e suas extremidades não devem ultrapassar as vigotas de rodapé para deixar o taboleiro livre.

d) Os limitadores utilizados nas portadas são os mais próximos da popa dos botes; durante a construção das portadas os botes são transportados para o local pela turma dos botes, com os limitadores suspensos.

e) O lançamento e o recolhimento dos botes devem ser feitos com o auxílio de cordas de vigotas amarradas aos verdugos dos mesmos.

f) As vigotas de rodapé são colocadas com a maior dimensão de sua seção na vertical.

**Observações** — Nas portadas de três pontões M2 com 2 botes pneumáticos de 6 toneladas e nas de 4 pontões com 3 botes pneumáticos de 6 toneladas, a disposição dos painéis em relação aos pontões e botes é a mesma que para as portadas de 5 e 7 pontões, respectivamente.

**Tempo de construção** — Conforme o quadro abaixo:

| TIPO DE PORTADAS                                                              | Tempo em minutos (1) |       |
|-------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-------|
|                                                                               | A-(2)                | B-(3) |
| Portada de Infantaria normal.....                                             | 10                   | 5     |
| Portada de Infantaria de 5 pontões.....                                       | 15                   | 8     |
| Portada de Infantaria de 7 pontões.....                                       | 20                   | 10    |
| Portadas de 3 pontões, reforçadas com 2 botes pneumáticos de 6 toneladas..... | 25                   | 13    |
| Portadas de 4 pontões, reforçadas com 3 botes pneumáticos de 6 toneladas..... | 30                   | 15    |

#### Observações:

1 — Os tempos consideram o material preparado no canteiro de trabalho e as estradas de acesso já preparadas. São também para trabalhos diurnos; para os trabalhos noturnos os tempos aumentam de 60 %.

2 — Considerando as demoras imprevistas, geralmente encontradas nas construções de natureza tática.

3 — Considerando o pessoal treinado, tempo e local favoráveis, isto é, sem nenhum retardamento.

#### Escolha do local de construção:

O local para construção da portada deve satisfazer às seguintes condições:

a) Devem haver caminhos de acesso ligando o local de construção à rede normal de estradas. Muitas vezes há necessidade de se construir caminhos de acesso, antecipadamente, a fim de permitir a condução do material da Portada até o local de construção. Os caminhos de acesso da 1ª e 2ª margens não precisam ser diretamente opostos.

b) A corrente deve ser suave. Deve ser escolhido o local de construção, de preferência nos trechos retos ou ligeiramente curvos do rio.

c) O leito do rio deve ser limpo, desprovido de pedras, bancos de areia, rochas, etc., que possam dificultar a navegação da Portada.

d) As margens devem ser firmes. Não devem ser muito altas ou escarpadas para não dificultar a construção dos caminhos de acesso da Portada.

e) Deve ser preparada uma pequena área junto ao local de construção para a organização do "Canteiro".

#### Encontros:

Para o carregamento e descarregamento das Portadas há necessidade de se construir na margem um encontro para apoio das extremidades em balanço dos painéis do

lado da margem. Podem ser substituídos por uma pilha de pranchões, ou um dormente, ou uma superfície de cascalhos, etc. Os encontros podem ser apoiados diretamente sobre a margem ou sobre o fundo do rio.

a) *Encontro sobre a margem* — Este encontro deve ser construído sempre que possível, pois oferece maior facilidade para o carregamento e descarregamento das Portadas. Este encontro é usado quando o local apresentar suficiente profundidade d'água junto à margem, no mínimo de 0,50 m, de modo a permitir que a portada flutue depois de carregada. Este encontro deve ficar com sua superfície superior cerca de 0,10 a 0,15 m acima do nível d'água. Em certos casos, quando a margem for firme e apresentar condições favoráveis, não há necessidade de se construir o encontro; em tais casos, as extremidades dos painéis da portada apóiam-se diretamente na margem e não há necessidade da rampa móvel.

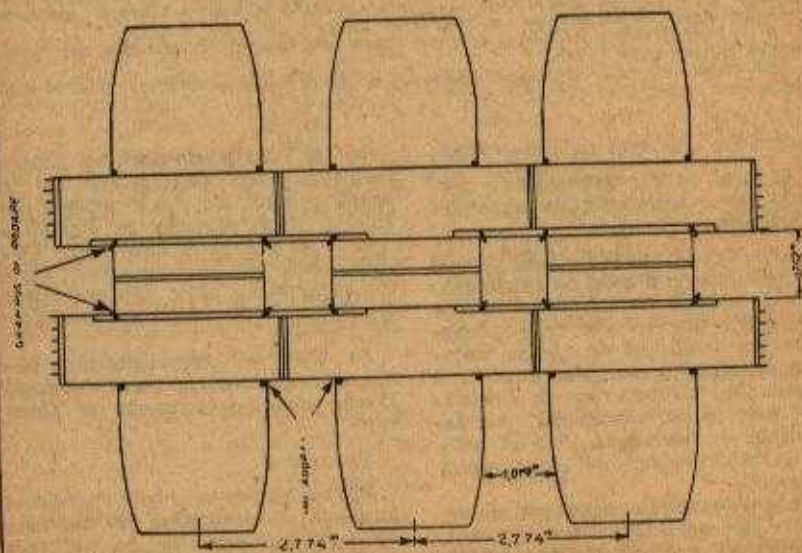
b) *Encontro sobre o fundo do rio ou sobre o suporte raso* — Este encontro dificulta mais o carregamento e descarregamento da portada. É construído quando o rio é muito raso próximo às margens, não oferecendo a profundidade mínima de 0,50 m. O encontro pode ser construído de pilhas de pranchões, dormentes, vigotas, troncos, etc., e sua superfície superior deve ficar, aproximadamente, de 0,10 m a 0,15 m acima do nível d'água. De preferência, a distância entre a margem e o trecho do rio que tem uma profundidade de 0,50 m, não deve ultrapassar de 6 m.

*Portadas reforçadas com botes pneumáticos de 6 toneladas:*

As turmas e o processo de construção das portadas especiais construídas com o acréscimo de Botes Pneumáticos de 6 toneladas, são idênticas às das portadas simples; entretanto, podem ser acrescidas 2 turmas, uma de 4 homens para encher os Botes Pneumáticos e ou-

PORTADA PADRÃO

ANEXO 2



tra, também de 4 homens, para preparar esses botes. Os Botes Pneumáticos são preparados com 3 tábuas de distribuição, de, aproximadamente, 0,07 x 0,30 x 1,80 m, colocadas transversalmente aos botes e sobre elas 2 vigotas de dimensões adequadas colocadas sobre os cilindros dos botes, as quais se destinam a receber os painéis. Os Botes Pneumáticos são presos aos verdugos dos botes M2 que os la-deiam.

#### Construção de um conjugado:

Para o transporte do canhão anticarro de 37 mm, emprega-se um conjugado. Obtém-se um conjugado, para esse fim, unindo-se 2 botes M2, verdugo com verdugo, por meio de 5 cordas de vigotas ou 1 amarra; em seguida, coloca-se em cada bote um pranchão sobre a pôpa e no fundo na proa. Esses pranchões servem de rampa para o canhão e, como tal, devem guardar uma distância entre si igual ao comprimento do eixo das rodas do canhão.

## OLARIA SÃO JOSÉ

FORNECE QUALQUER QUANTIDADE DE TIJOLOS PARA  
TODOS OS PONTOS, QUER POR VIA MARITIMA,  
QUER TERRESTRE

Telefone .....

RIO DE JANEIRO

PREÇOS MÓDICOS

Est. de Cordovil

E. F. Leopoldina

CAMINHÕES A FRETE

ALBERTINO FERNANDES MARTINS

ESTRADA DO PORTO VELHO N. 167

BAR SÃO JOÃO

DE

AMÉRICO CARDOSO FILHO

Bebidas nacionais e estrangeiras — Conservas alimentícias  
Rua Abel de Alvarenga n. 351 — MESQUITA — Estado do Rio

# OFICINA S. JORGE

Alfredo F. de Melo

ZEZINHO

TÉCNICOS EM AMORTECEDORES E EM AÇÃO  
DE JOELHO

LARGO DO MACHADO, 27 — TELEFONE: 25-3813

— RIO DE JANEIRO —

## PROBLEMAS DO BRASIL

Ten.-Cel. ADALARDO FIALHO

### IX

## O MUNICÍPIO

Quem contempla um quadro das receitas totais arrecadadas, no Brasil, pela União, Estados e Municípios, fica estarelecido pela debilidade das receitas municipais. Em 1942, os 1.574 Municípios então existentes arrecadaram 1.063 milhões de cruzeiros, contra 2.951 milhões arrecadados pelos 21 Estados e 4.377 milhões arrecadados pela União.

Sobre um total de 8.390 milhões de cruzeiros, a receita dos Municípios representa 12%, a dos Estados 35% e a da União 53%. Geometricamente, as receitas representam uma pirâmide, em que uma larga base é ocupada pela receita federal, a parte média pela dos Estados e a superior, a menor, pela dos municípios. Eis uma das causas do atraso do Brasil. O Município, onde se originam tôdas as iniciativas que sustentam os Estados e a União, vê-se privado de recursos para fomentar a sua economia. As rendas municipais deveriam ser maiores que as dos Estados, pois o Estado nada mais é que um escalão administrativo intermediário entre a União e os Municípios. É no Município que está a vida da Nação. Porém, dada a extensão do país e o número dêles, a União se vê na contingência de grupá-los, para facilitar a administração. Surgem os Estados, órgãos coordenadores, que reúnem Municípios pertencentes à

mesma região natural, ou dependentes da mesma produção agrícola, extrativa ou da pecuária, ou ainda de mesma formação histórica.

Em alguns países, como nos Estados Unidos, não se leva em conta outra coisa que descentralizar a administração e, então, traçam-se meridianos e paralelos, de modo a formar Estados de áreas equivalentes. Nessas condições, cabe aos Municípios maiores rendas totais que aos Estados. Urge dar autonomia e recursos a êles. O Estado só precisa arrecadar dêles o indispensável para manter a máquina que os coordena e os serviços públicos que os interliga e amalgama à comunhão estadual. A União, da mesma forma, só deve tirar dos Estados o indispensável para a segurança nacional, para fomentar iniciativas que só em âmbito nacional se descortinam e resolvem, para interligar Estados e integrá-los na federação nacional. Duas pirâmides opostas por um vértice comum representariam melhor as rendas nacionais. Uma delas, a inferior, maior, representaria as receitas federais; o vértice, exagerando, representaria um mínimo de receitas estaduais e a superior, embora menor, representaria novo alargamento das receitas, quando passássemos para o Município. O que acontece é que os Municípios, as mais fracas subdivisões administra-

tivas, são espoliadas de suas rendas pelas mais fortes, os Estados e a União. O sistema político do "coronelato" local, sustentando o governador e dele recebendo, em troca, favores, concorre também para o abastardamento e a submissão do Município.

Segundo dados publicados pelo Instituto de Geografia e Estatística, a receita do Município de União da Vitória, em 1946, para só citar um exemplo, foi de 795 mil cruzeiros, contra uma arrecadação estadual de 2.521 mil cruzeiros, uma arrecadação federal de 1.535 mil cruzeiros, afora 1.280 mil cruzeiros correspondentes ao imposto de vendas e consignações! E esse é um dos mais prósperos municípios do Estado de Santa Catarina! O Sr. Levi Carneiro, em recente estudo, mostrou que a Constituição de 34 assegurou aos Municípios vários impostos, que tornou de sua competência privativa. Foi uma inovação feliz, acrescenta, porque pôs cêbro à facilidade com que os Estados, em aperturas financeiras, espoliavam os Municípios de algumas de suas principais fontes de renda. A carta de 37 conferiu aos Estados o privilégio de criar novos impostos e não lhes deu parte aos Municípios. Já a Constituição vigente, continua o Sr. Levi Carneiro, foi mais generosa com os Municípios, à custa dos Estados. Elevou ao dobro a quota que a Constituição de 34 dava aos Municípios quanto aos novos impostos criados pela União ou pelos Estados em seus respectivos territórios; transferiu-lhes, integralmente, o imposto de indústrias e profissões, deu-lhes participação no imposto único sobre lubrificantes, combustíveis, minerais do país e energia elétrica e finalmente concedeu-lhes 10% do total arrecadado ao imposto sobre a renda, em partes iguais e devendo aplicar-se metade, pelo menos, em benefícios de ordem rural. Não podemos senão nos rejubilar com essas disposições da atual Constituição. Se os Estados bem aplicassem as quantias arrecadadas dos Municípios, tudo ainda estaria bem. Porém, quem contempla um quadro de conjunto das despesas

dos Estados, como o que temos à vista, referente ao ano de 1943, verificará a ineficiência da ação estadual. Sobre um total de 3.047 milhões de cruzeiros, destinaram-se apenas 160 milhões, ou 5%, para a rubrica "Fomento".

Para "Serviços de Utilidade Pública" destinaram-se 8%. Para a "Saúde Pública" 6%. Para a "Educação" 13%. Essas rubricas, que poderíamos chamar de reprodutivas, totalizam apenas 32% das despesas totais. Em compensação, com a "Administração" e a "Dívida Pública" gastam-se 41%... Eis a grande verdade!

E, pois, uma grande e promissora inovação o fortalecimento dos Municípios, trazido pela Constituição atual. Chega a ser incrível a deturpação que se fez, entre nós, do papel do Município. Apenas 8% de suas próprias rendas lhe eram destinadas. O resto era devorado ou extorquido pelas máquinas fiscais dos Estados ou da União, nem sempre ciosas de uma justa recontemplação em serviços públicos. O Município é a célula administrativa e política da Nação. Néle, em última análise, residem todos os seus problemas econômicos e sociais. Portanto, suficientes rendas lhe devem ser deixadas para atendê-los. Antes de tudo, o Município é uma pequena unidade territorial. As suas condições geográficas, geológicas e climatológicas variam de região para região, ditando o tipo de sua economia. Uns, ricos de campos, entregam-se à pecuária. Outros tiram partido das riquezas de seu subsolo ou da sua situação privilegiada, em relação às fontes de matérias primas e aos centros consumidores e se dedicam às indústrias. Finalmente, muitos encontram na agricultura a satisfação da fertilidade de suas terras. Em outras palavras, os seus problemas econômicos, adstritos à geografia, à geologia e à climatologia locais, são também puramente locais, determinando o tipo de vida dos agrupamentos sociais que os enfrentam. Não importa que alguns ou mesmo muitos de dediquem à mesma atividade, porque basta que um dos

de disputas internas. Porém, é claro, a União não pode arcar, sozinha, com a responsabilidade de supervisionar 1.600 Municípios. Então descentraliza, reparte a carga com os Estados, os quais devem ser em tanto maior número quanto maior for o país. E na sua delimitação deve prevalecer o espírito de igualdade, como nos Estados Unidos, pois trata-se de uma simples questão de descentralização administrativa. Na Austrália deu-se a mesma coisa, sendo que a disparidade de tamanho de algumas províncias é apenas aparente, porque algumas possuem vastos desertos, regiões passivas. Entre nós, ao contrário, prevaleceu a desigualdade.

Inspiramo-nos em raízes históricas. Os Estados de hoje são as Capitânicas da era colonial acrescidas das novas terras desbravadas pelos bandeirantes. Ficamos com a repartição do português no litoral e mais um imenso sertão, descoberto posteriormente. A nossa incapacidade para dividir o nosso vasto "hinterland" é traduzida pelo fato de possuímos 17 Estados litorâneos e apenas 4 mediterrâneos, numa área de 8.500.000 km<sup>2</sup>! Seguindo esse critério, buscamos os limites em acidentes geográficos, verdadeiras fronteiras naturais, justificadas por antecedentes históricos, contestadas algumas vezes e até mesmo guerreadas. Transformamos uma questão de administração num conceito de pequenas Pátrias dentro da Pátria grande, critério errôneo, destinado a levar o país, cedo ou tarde, a sérios dissabores, quicá mesmo à desagregação. A nossa geografia é desagregadora. As bacias do Prata e do Amazonas se repelem, formando 2 grandes Brasís, aos quais se encosta outro, que se desbrucha sobre o litoral atlântico. Acentuamos essa fatalidade geográfica com a nossa divisão política, formando pequenas pátrias encrustadas em compartimentos naturais. Essas pátrias têm até nomes: a pátria gaúcha, a fluminense, a capixaba, a potiguar, a das alterosas e que tais. De resto, hinos, bandeiras e escudos completam-lhes a persona-

lidade jurídica. Polícias defendem-nas. Muitos dos nossos males provêm dessa divisão errada, que deixou Estados grandes e poderosos em face de outros pequenos e fracos, gerando profundos desequilíbrios na vida econômica, política e social da Nação. Adotando a divisão igualadora, teríamos nivelado os Estados, extirpado o caudilhismo, evitado o domínio do Norte pelo Sul, suprimido os chamados eixos políticos.

Porém, poder-se-ia objetar, uma divisão igualadora continuaria a deixar alguns Estados mais povoados do que outros, por possuírem maior densidade demográfica. Mais povoado significa maior representação política, maior poder e, portanto, tudo ficaria como dantes. É verdade. Mas o papel da União não se limita à só divisão territorial igualadora. Delimitadas as fronteiras dos Estados, procuraria ainda harmonizá-los, uni-los, construindo vias de comunicações que corrigissem as deficiências geográficas do conjunto, interligando regiões de interesse comum, pondo zonas de produção em contacto com as de consumo interno ou com os portos de exportação, etc. As vias de comunicações seriam seguidas pelo saneamento e povoamento. Não povoamento livre, mas dirigido. Contemplar-se-ia o Centro, o Oeste e o Norte, tanto quanto o Sul. Caberia à União responder à divisão administrativa igualadora com a repartição demográfica equitativa. As condições mesológicas hostis seriam removidas com o saneamento, a acudagem, a irrigação e a assistência técnica. Os trabalhos da Inspetoria de Obras contra as Secas, no Nordeste, são disso um exemplo. Eles elevaram o movimento das agências do Banco do Brasil e o próprio padrão de vida das populações locais. É claro que se não poderá chamar um tipo nórdico para habitar uma faixa sub-equatorial. Porém, podemos aclimatar lá um tipo ibérico ou mediterrâneo. Temos esse direito, pois somos quem recebe e temos esse dever, se desejarmos construir uma Pátria que se projete para o futuro.

**"A DEFESA NACIONAL"** recomenda a seus leitores, pela excelência dos produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes **CASAS** ou **FIRMAS** :

### RIO DE JANEIRO

- C. Pompeu — Av. Presidente Vargas, 3440 — Tel. 43-1399  
 Curso Tuiuty — Rua 7 de Setembro, 209 — 2º andar  
 H. Underberg Albrecht — Rua Conde de Bonfim, n. 1132  
 Casa Wild — Instrumental Técnico e Máquinas Ltda. — Av. Gomes Freire, n. 9  
 Danckaert & Cia. Ltd. — Rua 1º de Março, n. 127 — Tel. 23-2937  
 Produtos Químicos "Ciba" — Avenida Venezuela, n. 110  
 Grillo Paz & Cia. — Rua do Acre, n. 66  
 Industrial de Tubos S/A. — Av. Presidente Antonio Carlos, 201  
 Cotonificio Rodolfo Crespi — Rua da Conceição, n. 31-Sala 405  
 Moinho de Ouro S/A. — Av. Marechal Floriano, n. 133  
 Colchearia do Povo — Rua 2 4de Maio, n. 783 — Engenho Novo  
 Vintena Filho — Rua Clarimundo de Melo, n. 240 — Tel. 29-2510  
 Açúcar Brasil — Rua dos Coqueiros, n. 17/19 — Tel. 32-1699  
 Daniel Espineira — Rua Uranos, 607 — Ramos — Tel. 30-0191  
 A. Castro & Filho Ltda. — Rua Escobar, 9 — S. Cristóvão — Tel. 28-7193  
 Fábrica de Cerveja Ocidental — Rua Riachuelo, n. 13 — Tel. 42-0307  
 Fábrica de Canelas "Turpen" — Rua da Alegria, n. 1275 — Tel. 48-8343  
 J. Flinkas — Av. Automóvel Clube, n. 1551 — Tel. 29-1182  
 Roggerio Peddotti & Cia. — Mercado Municipal  
 Cia. Vale do Rio Doce — Av. Presidente Wilson  
 Comendador Serafim Sophia — Kosmos — E. F. C. do Brasil

# A GEOPOLITICA E A GUERRA

Ten.-Cel. PAULO ENZAS F. DA SILVA

## SUMARIO

1. Generalidades.
2. Os Estados e sua posição relativa no globo; conceitos decorrentes.
3. O espaço, elemento FÔRÇA de um Estado. Estados de pequeno espaço. O espaço vital.
4. A pressão demográfica e seus reflexos sobre as Nações. A guerra como uma consequência desse fenómeno.
5. O espaço como fator defensivo. A RÚSSIA na Segunda Guerra Mundial. A ÁFRICA.
6. Conclusões.

## GENERALIDADES

Não se pode discutir, nos tempos que correm, a importância da geopolítica na solução dos problemas nacionais ou entre Estados. Ao contrário, governos e povos em geral, emprestam o máximo valor a esse ramo da ciência geográfica.

Embora recente (o aparecimento da Geopolítica, como ciência, vem do começo deste século), seu desenvolvimento tomou grande vulto e teve campo propício nos grandes países tais como a Inglaterra, França, Estados Unidos e outros. Na Alemanha, seu berço, várias foram as escolas. E cumpre destacar os mestres Ratzel, Haushofer, citando os germânicos. Na Inglaterra, Mackinder.

Na Alemanha dos tempos atuais, a geopolítica serviu aos interesses do governo para lançar o povo na maior das catástrofes já registradas no mundo. Os Estados da Europa, vêem, assombrados, quão inúteis foram os seus sacrifícios. Os espaços já não bastam. A geo-

política reclama novas expansões. Uma outra guerra se delinea.

## A POSIÇÃO RELATIVA DOS ESTADOS NO GLOBO

1. Não é indiferente a posição que um determinado Estado ocupa na superfície do globo. A área mundial está indiscutivelmente dividida em zonas de influência diversas. A posição relativa portanto de cada Estado, em relação a essas Zonas, se reveste de aspectos peculiares. Ora assume importância destacada, ora submerge no conjunto das outras nações.

Se tomarmos, por exemplo, dois Estados poderosos como a Inglaterra e o Japão, situados um e outro em zonas de influência diversas, verificaremos o seguinte:

a) Embora ambos *insulares*, a a Inglaterra, na Europa, cercada por outras potências militares, oferece-nos, no estudo do último conflito, um exemplo insofismável da relação geopolítica entre Estados poderosos e vizinhos. O Japão numa zona de influência quase sua, somente sofreu a ação direta dos bombardeios aéreos ou navais, norte-americanos. A sua expansão sobre a China, outro grande Estado do Oriente, foi praticamente desimpedida.

b) A condição insular de ambos trouxe-lhes como inevitável a expansão marítima, no sentido de proteger o Estado e garantir as comunicações com o mundo exterior. A Inglaterra, porém, na Europa, sofria as contingências do bloqueio submarino, por parte dos alemães, causando-lhe perdas avultadas, enquanto que o Japão, na vastidão do Pacífico, pôde conservar por muito tempo a liberdade nos mares.

2. Estados há que, encravados entre outros mais poderosos, se vêem sempre no dilema da opção, arrastados por um ou outro, nas competições entre eles.

Tratando-se de Estados poderosos, no centro de um conjunto de outros de valor inferior, o problema se reveste de outro aspecto. A influência daqueles se estende aos vizinhos.

Outras vezes, dois ou mais Estados, por questões econômicas, políticas ou sociais, embora separados entre si, constituem-se em coligação. O "eixo" ROMA-BERLIM-TÓQUIO é o exemplo típico.

3. As relações dessas posições geográficas dos Estados com o problema da guerra são evidentes. E oferece-nos aspectos até mesmo paradoxais. A Inglaterra, junto às grandes potências continentais do Eixo, embora muito próxima delas, sobreviveu; o Japão, também uma ilha, embora elemento de maior influência na área do Pacífico, foi vencido. No primeiro caso, a posição inglesa constituiu o ponto de aplicação das forças para destruição do Eixo; no segundo, a resultante dessas forças.

4. As observações feitas podem ser resumidas em alguns conceitos já estabelecidos e que transcrevemos:

"Na guerra, a posição relativa ideal de um Estado é a de rodeado de outros de menor potencialidade que a sua.

Estados fracos, vizinhos de Estados poderosos, correm o risco de cair na órbita de influência destes.

Estados poderosos e vizinhos, mas de interesses opostos, criam um ambiente de intranquilidade cuja solução, às vezes, única, é a guerra".

#### A PRESSÃO DEMOGRÁFICA

1. Compreende-se por pressão demográfica a maior ou menor densidade de população de um Estado. Consequentemente, há países de grande, pequena e fraca ou nenhuma pressão demográfica. A Alemanha, os Estados Unidos e o Brasil são exemplos, respectivamente, desses três tipos citados.

2. Vários podem ser os reflexos dessa pressão demográfica sobre o Estado. Em alguns casos, típicos de excesso de população, os efeitos transpõem as fronteiras do país e penetram pelos vizinhos. Fazem-no pacífica ou violentamente. Ocorrem no campo social político e mesmo militar.

Esse conceito expansionista, resultante do excesso de pressão demográfica, arrastou o Japão à luta na China. Sob aspecto um tanto diverso, fez a Alemanha invadir outros povos. O rótulo era sempre o mesmo: "espaço vital".

Casos há em que o fator econômico predomina. E a luta se desencadeia no sentido de obter novas fontes de trabalho, de produção, em benefício do progresso político e social do Estado que se expande.

3. A guerra é sempre uma decorrência da pressão demográfica. A política do país orienta-se no sentido de desviar os anseios do povo para o rumo da expansão geográfica. A geopolítica torna-se um instrumento de guerra nas mãos do governo.

#### O ESPAÇO FATOR DEFENSIVO

1. Na guerra, o Comando precisa muitas vezes ceder terreno para conservar ou recuperar sua liberdade de ação. Consegue assim ganhar tempo.

O conceito moderno da defensiva fugiu da noção antiga linear. Substituiu-a pela questão da profundidade.

As posições defensivas da guerra moderna se desdobram largamente para a retaguarda e só assim podem responder às possibilidades enormes dos engenhos ofensivos. Rompida uma parte da frente, a defesa não submerge. Prossegue mais a fundo. Obriga o atacante a novos esforços, novos desgastes. Às vezes consegue mesmo esgotá-lo por completo. STALINGRADO é o exemplo mais convincente.

2. A luta não se limita hoje em dia às linhas de frente. A guerra é total. Nela são abrangidas as indústrias, os parques, tudo enfim que concorre para alimentar o combate, em homens e material. Tudo isso requer espaço em larga escala

para que uma vez produzido o choque, aquelas atividades possam ter a segurança compatível com a situação.

Um Estado de área reduzida não pode jamais pensar em que suas instalações pesadas fiquem à margem da luta, exclusão é claro dos bombardeios à grande distância. Os Estados Unidos da América do Norte conseguiram-no, dirão alguns. Mas porque? Caso excepcional. Ainda não haviam sido envolvidos no teatro da luta. O Japão não escapou. Quem ignora o bombardeio de Tóquio e o lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki?

3. A guerra futura não respeitará distâncias. A superfície terrestre e dos mares reduzir-se-á a escalas desprezíveis. O mundo será um só, na expressão de WENDEL WILKIE.

4. Da última guerra podemos destacar o caso da Rússia. Acreditam os técnicos militares de todos os países que a extensão territorial salvou-a. Acrescente-se, na verdade, o potencial humano. HITLER pasmava-se de saber que, destruído um Exército, outro surgia como fantasma, em outra posição. E com todo poderio esperado.

A história militar russa nos oferece a repetição desse fenômeno. A campanha alemã de 41 e a de Napoleão. Ambos os invasores tiveram que lutar em extensas regiões, ora desertas, ora geladas, que dizimavam suas tropas mais que os combates em si.

A campanha da África dá-nos outro exemplo. Evitou, de um lado, a derrota da Inglaterra no Oriente; de outro, salvou o canal de SUEZ. E o mesmo deserto apressou a derrota dos exércitos alemães.

## CONCLUSÕES

As duas últimas guerras mundiais deixaram-nos lições bem claras sobre a influência da geopolítica no seu desenrolar. A expansão alemã para Leste e Oeste foi consequência, de um lado, da mentalidade política reinante e, de outro, do sonho geográfico — Grande Alemanha, herdado dos ancestrais prussianos.

As nações pequenas, militarmente fracas ou geograficamente mal situadas, ou desaparecem (caso da Polônia e outras) ou entram para a órbita dos grandes. Poucas puderam permanecer à margem dos acontecimentos. Portugal, Espanha e Suíça. Do lado de cá do Atlântico a Argentina.

Regiões há que, embora despoçadas e pouco conhecidas, assumem valor estratégico desusado com a ampliação do conceito de geopolítica. A GROELÂNDIA e o ÁRTICO afinal, para mencionar os mais em moda. A guerra futura cogitará por certo dessas áreas. Será então mais mundial que nunca.

Destaquemos por fim os conceitos relativos às nações fortes e fracas. Aquelas poderão amanhã tornarem-se fracas se as condições econômicas, sociais ou políticas, ou todas juntas, submergirem. O estudo geopolítico desses países, feito objetivamente, permitirá uma conclusão do acréscimo ou decréscimo do seu poder militar. Os reflexos sobre a área de sua influência serão sentidos incontinentemente. As possibilidades de guerra, deduzidas em seguida. A geopolítica continuará sendo a arte de guiar a política ou a ciência geográfica de um Estado.

## ARMAZEM SERGIPE

DE

Oldack Ferreira de Andrade

Sêcos e Molhados e Refrigerantes

RUA BELIZARIO DE SOUZA, 178-A

PADRE MIGUEL

DISTRITO FEDERAL

## Porque se deve anunciar em “A DEFESA NACIONAL”

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :
  - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
  - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
  - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
  - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de mais de 36 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda “A Defesa Nacional” ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

---

**ATENÇÃO** — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.

## JÁ NO ABISMO !...

Cel. J.B. MAGALHÃES, da 1ª Classe da Reserva do Exército.

O fato do Brasil não ter sucumbido até hoje, em virtude dos erros consideráveis que se têm cometido na sua política, não obstante a grita feita algumas vezes, advertindo-o de se encontrar à beira do abismo, tem levado alguns espíritos, apesar das crises por que tem passado, a descrerem das avisadas cassandras.

Destarte, excetuados os períodos em que tem nêlo preponderado homens de real valor, bem instruídos sobre os deveres da política e a realidade nacional e bastante corajosos para enfrentarem a impopularidade, o que mais se tem feito efetivamente é empurrá-lo para o abismo, a pretexto, não raro, de lhe fomentar o progresso.

A opinião pública mal informada não descerne bem nestas coisas e agita-se comumente tangida pelo reflexo que sofre dos efeitos dos maus governos, sem ver as causas dos males de que se queixa. Agora mesmo, quando as dificuldades da vida atormentam a maioria da população, raros são os que sabem onde reside a sua principal causa imediata.

Reclama-se contra a vida cara e teme-se o progresso do comunismo entre nós, mas o que essencialmente causa a primeira e constitui o mais eficaz trabalho em favor do segundo, o *inflacionismo monetário*, fica obinubilado no consenso geral.

Poucos, muito poucos, vêem que o nosso problema básico atual, sem cuja solução nenhum outro, notadamente os militares, se resolve, é

assegurar estabilidade ao poder aquisitivo da moeda no mercado interno, para que possa haver tranqüilidade em nossa vida. Vida que se agita e perturba a cada novo jato de emissões de papel-moeda lançado na circulação, pois isto, sem que haja simultaneamente correspondente aumento da produção, só faz diminuir o poder aquisitivo da moeda por efeito da elevação geral dos preços das utilidades e serviços que promove.

A maioria dos descontentes, quase toda a população, atribui os males que sofre à má governança do país, no que tem razão, sem perceber, porém, que daí é que resulta o *inflacionismo monetário*, contra o qual não se insurge com clareza e energia. Prefere reclamar a morfina dos reajustamentos de salários e vencimentos, dando com isto aso aos maus políticos de se fingirem amigos do povo...

O *inflacionismo monetário* é com efeito a hidra que nos atormenta e que é antes de mais nada preciso matar: "A subida artificial dos preços, — diz Araújo Correia, em Estudos de Economia Aplicada, Lisboa, 1950 —, dá origem, quase sempre a redução do nível da vida e, consequentemente, a dificuldades financeiras ou sociais que geram mal-estar e são causa, bastas vezes, de agitações políticas".

É a realidade, a nossa realidade, causada pelo flagelo do *inflacionismo monetário*, para compreensão de cujos nefastos efeitos vamos focalizar alguns aspectos, servindo-nos de *tesoura e cola*, reunindo trechos de várias gazetilhas do "Jornal do Comércio".

**Efeitos do emissionismo e as atividades bancárias:**

"Quando o volume do meio circulante aumenta, sobretudo em consequência do vulto dos "deficits" dos orçamentos, claro é que a mesma tendência ocorre nas cifras relativas ao movimento bancário. Eis a regra.

Pode acontecer, no entanto, que a vigilância mantida na gestão econômico-financeira influa de forma a atender a atenuar os efeitos da inflação no conjunto dos meios de pagamento. Foi o que se verificou nos Estados Unidos, depois de irrompida a guerra."

"No Brasil depósitos bancários galoparam delirantemente impelidos pelas superemissões de papel-moeda. Os empréstimos chegaram a ultrapassar os depósitos no páreo sinistro."

**O emissionismo resulta dos efeitos orçamentários:**

"A situação orçamentária exerce influência decisiva na vida financeira do país. Se o Tesouro gasta mais do que arrecada, recorre a um dos meios de cobrir o "deficit": o crédito bancário ou as emissões de papel-moeda.

Em tais circunstâncias, qualquer dos dois processos é nocivo; um, porém, mais do que o outro: o inflacionismo. Gladstone costumava dizer que a tributação produz a um só tempo efeitos financeiros e efeitos de ordem moral, opondo-se à vertigem dos lucros desmedidos, nas fases anômalas.

Estamos sofrendo as consequências da adoção de medidas inflacionistas, em vez do reforço da tributação direta e extraordinária, então imprescindível para evitar o abuso das emissões de papel-moeda. Após encerrada a guerra, ao mal antigo juntaram-se novos danos, no conjunto dos quais avulta o vertiginoso crescimento da despesa pública.

A semelhante respeito impressiona o testemunho dos algarismos. Nada se nos afigura tão significativo, como índice revelador das condições financeiras do país.

Digamos a tempo: das condições

gerais. "Deficits" orçamentários que se prolongam através do tempo e se avolumam por forma a marcar "records" sucessivos, afetam a produtividade do país, perturbam e viciam a iniciativa particular, fazem da inflação uma endemia, subvertem a normalidade do comércio exterior.

De todas essas consequências sofre o país."

**O inflacionismo e o comércio exterior:**

"A inflação, agravando o custo da vida, que encerra, de fato, problema de magna importância social, provoca repetidas majorações de salários. Isso, por sua vez, onera o custo de produção.

Quanto mais onerado, menos apto se torna o país para exportar, porque enfraquece a sua capacidade de concorrência. Nada mais evidente.

Por seu turno, o inflacionismo provoca artificial aumento da importação. É o que se verifica no Brasil, atualmente: as vendas ao estrangeiro decrescem de volume; as compras se elevam quantitativamente.

Salienta o relatório do Fundo Monetário Internacional, no capítulo atinente à situação econômica do mundo, que a inaptidão da Europa e de outras regiões, quanto ao aumento de suas exportações em dólares, bem como para atenuar as excessivas importações processadas nessa moeda, provém consideravelmente das fracas possibilidades de concorrência comercial que as caracterizam. Em muitos países da Europa Ocidental, diz o relatório, os índices dos preços de exportação, avaliados naquela moeda, excediam do nível de 200, tomado por base o ano de 1937.

Nos Estados Unidos, os preços de exportação correspondiam a cerca de 170, em igual período, ou seja até agosto de 1949. Assim, os aludidos países não tinham qualquer possibilidade de expandir as suas exportações, devido à inferior condição de concorrência em face dos preços vigentes em dólares, nos mercados que nessa moeda operaram.

As observações acima reproduzidas encontram cabal comprovação na realidade brasileira. Vendemos a preços altos e compramos em melhores condições.

Dai o receio que temos da posição futura do café, dando margem à improvisação das plantações em diversas partes do mundo. Devemos estar atentos ao que sucedeu no período concluído com a ofensiva dos preços do café brasileiro, desencadeada no último bimestre de 1937."

#### A inflação e o custo da vida:

"Especialistas, professores de Finanças da Universidade do Ohio, mostram praticamente como decresce o rendimento real, quando sobe o custo da vida.

A renda em dinheiro, no valor de 2.800 dólares, fica reduzida a 1.657 dólares, desde que o índice do custo da vida atele de 92 para 169. Assim, o salário de 2.800 dólares reflete poder aquisitivo real menor do que o salário de 1.800 dólares, auferido com o custo da vida expresso no índice de 92."

De fato:

#### "CUSTO DA ALIMENTAÇÃO

1937-1938-1939 = 100

|                  |      |
|------------------|------|
| Brasil .....     | 434  |
| México .....     | 339  |
| Filipinas .....  | 372  |
| Israel .....     | 372  |
| Luxemburgo ..... | 343  |
| Colômbia .....   | 353  |
| Bélgica .....    | 343  |
| Índia .....      | 333  |
| Egito .....      | 313  |
| Célio .....      | 313  |
| Islândia .....   | 104" |

#### Uma apreciação sintética:

"É fácil perceber, diz R.G. Hawtrey, que subindo os preços, cai o poder aquisitivo real do dinheiro. Tudo incha inflacionariamente: valor da produção, giro do comércio, rendas públicas, salários e ordenados, os dois últimos sempre aumentados num círculo vicioso, em

busca de acompanhar a vertigem do agravamento do custo da vida.

Acréscimo feitos no volume da circulação monetária dilatam a massa dos depósitos bancários, ampliando o volume dos meios de pagamentos. A essas consequências ajunta-se depois o fenômeno da velocidade daquela circulação, o que pode contribuir para tornar catástrofica a conjuntura."

#### Até onde iremos?

#### "PAPEL MOEDA EM CIRCULAÇÃO — Cr\$ 1.000

|                      |            |
|----------------------|------------|
| 1945 .....           | 17.530.500 |
| 1946 .....           | 20.489.362 |
| 1947 .....           | 20.394.536 |
| 1948 .....           | 21.692.976 |
| 1949 .....           | 24.042.173 |
| 1950 — Janeiro ..... | 23.837.448 |
| Fevereiro .....      | 23.654.977 |
| Março .....          | 23.532.132 |
| Abril .....          | 23.630.022 |
| Mai .....            | 24.027.635 |
| Junho .....          | 24.822.686 |
| Julho .....          | 25.719.925 |
| Agosto .....         | 27.164.770 |

Nada indica se haja detido a progressão inflacionista, depois de agosto último. O aumento registado, entre 1945 e o referido mês, corresponde a..... Cr\$ 9.634.270.000,00 ou seja, a mais de 50 %.

Estima-se que ao findar o ano de 1950 a circulação monetária, (moeda), tenha ultrapassado bastante a casa dos 30 bilhões de cruzeiros!

A velocidade dos aumentos e o volume das emissões não são já o abismo?

#### Finalmente:

"Erram hoje nessa matéria apenas os governos que, na realidade, não se preocupam com a defesa do bem público. Exaustivos estudos realizados na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, para citar somente dois exemplos, não deixam dúvida sobre o vulto das repercussões inflacionárias no domínio da produção

dos preços internos do comércio exterior de cada país".

.....  
"Nada mais penoso do que a apatia coletiva em assunto de tão graves conseqüências gerais. Todas as forças que poderiam, melhor dizendo, deveriam orientar o julgamento público, enlanguecem, ressonam na omissão."

#### Conclusão:

O inflacionismo trabalha pelo comunismo, dizia Lenine. É pela política monetária que o governo exerce principalmente sua ação sobre o país, afirmou Robert Schuman, conforme insistentemente recordava um dos nossos mais eminentes homens públicos, J. Pires do Rio.

## CAFÉ E BOTEQUIM

DE

JOSÉ GOMES DE CARVALHO

Bebidas nacionais e estrangeiras

Rua Carolina Machado - Tel. 29-8694 - Cascadura

## OLARIA SÃO BENEDITO

Avenida 29 de Outubro n. 6345

PILARES — DISTRITO FEDERAL

## TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

O Brasil, com suas grandezas e suas carências, é ainda pouco conhecido pela grande maioria de seus filhos, disseminados nas vastidões de suas terras quase sempre generosas e raras vêzes inóspitas.

Por isso, pareceu-nos útil e oportuno divulgarmos na nossa revista uma série de artigos e de informações que proporcionarão a todos quantos se interessam pelas coisas da nossa terra uma visão ilustrativa de um dos mais longínquos rincões: o Território Federal do Amapá.

Uma oportunidade feliz, a ida de um nosso companheiro de redação, o Cap. Cícero Imbuzeiro, àquelas plagas, permitiu-lhe colher *in loco* as informações que a seguir publicamos e, ao mesmo tempo prestarmos merecida homenagem a um grupo de patriotas que, unidos pelo espírito e pelo coração às gentes daquela imensa e bela região, vão transformando a natureza virgem e generosa daquelas terras, num promissor centro de vida civilizada e de riquezas econômicas.

Por certo, é a unidade de idéias e de esforço construtor de todos quantos ali labutam, que vai lançando os fundamentos de um novo Estado da União que se há de emparelhar em futuro próximo aos demais, para maior glória da Pátria comum. Mas, não se poderia silenciar, sem injustiça, a parte que cabe nessa construção às qualidades de organizador e de administrador do nosso camarada Capitão Janary Gentil Nunes, Governador do Território do Amapá, e à cooperação de seus auxiliares imediatos que tão acertadamente soube escolher.

# CASA BRANCA

**Raymundo Monteiro de Sá**

Mercearia — Tecidos — Ferragens — Bebidas — Artigos de Uso  
Perfumaria

VENDE MUITO PORQUE VENDE BARATO

**MACAPÁ — TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ**

# CASA FÁTIMA

DE

**Naftali Mair Bemerguy**

Especialidade em Fazendas e Miudezas — Tecidos e Armazinho

**MACAPÁ — TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ**

# LEÃO DO NORTE

**Sarah Roffé Zagury & Cia.**

Importadores e Exportadores — Grossistas e Retalhistas

**MACAPÁ — Território Federal do Amapá — BRASIL**

**AVENIDA AMAZONAS, 9 — Telegrafia — "ZAGURY"**

# A "CASA LAMEIRA"

DE

**R. L. PONTES**

Estiva — Ferragens — Fazendas e Medicamentos

Cumprimenta as Classes Armadas do Brasil, e se congratula com  
o Capitão Janary Nunes e seus dignos auxiliares, pelo reerguimento  
do AMAPÁ.

**MACAPÁ — TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ**

# NOTAS SOBRE O TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

DE SOLERNO MOREIRA

(Resumo de seu livro "Pequeno Roteiro do Território Federal do Amapá", especial para a Revista Militar "A Defesa Nacional").

O Território Federal do Amapá se estende da margem esquerda do Rio Amazonas até o Rio Oiapoque, ao Norte, e do litoral do Atlântico ao Rio Jari, a Oeste.

Limita-se com as Guianas Francesa e Holandesa, ao Norte, com o Estado do Pará ao Sul e a Oeste, e a Leste com o Oceano Atlântico.

Segundo os últimos dados, a sua População já está na ordem dos 39.700 habitantes, distribuída por uma superfície de 137.419 quilômetros quadrados.

É o menor dos Territórios existentes, exceção do de Fernando de Noronha (marítimo), e resultou de um desdobramento feito nas terras do Estado do Pará, a cuja área privativamente pertencia. Divide-se em quatro Municípios: Macapá, Mazagão, Amapá e Oiapoque.

A área do Território Federal do Amapá corresponde a 3,35% da área da Amazônia e a 1,61% da área total do Brasil. É o único território continental de nosso país banhado pelo mar.

Macapá, a capital do Território que em 1948 contava com 4.192 habitantes e agora possui 10.164, está situada à margem esquerda do braço norte do Rio Amazonas, e a 110 milhas da sua foz.

Individualmente o Território do Amapá é maior que os Estados de Pernambuco, Santa Catarina, Paraíba, Rio Grande do Norte, Estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas, Sergipe e Distrito Federal.

O Território Federal do Amapá é maior, ainda, que os seguintes Estados assim reunidos:

1) Distrito Federal, Paraíba, Alagoas e Estado do Rio de Janeiro, cujas superfícies somadas perfazem o total de 128.757 km<sup>2</sup>;

2) Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, que somados dão 130.387 km<sup>2</sup>;

3) Santa Catarina e Espírito Santo, de superfície total de 135.249 km<sup>2</sup>;

4) Pernambuco, Alagoas e Distrito Federal, cuja soma de superfície atinge o total de 128.903 km<sup>2</sup>.

**Navegação aérea.** Para chegar ao Território ou mesmo para o seu trânsito interno, o meio de transporte mais frequentemente utilizado é o avião, por indivíduos de todas as categorias sociais. Isto é explicável pelo fato de viagens que em processos existentes na região eram realizadas em nove dias, atualmente empregando-se o transporte aéreo têm a duração de uma hora (Amapá-Macapá, por exemplo); cobre-se hoje em duas horas espaço que anteriormente era viajado em um mês!

A "Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul" explora comercialmente as linhas, partindo de Belém do Pará, em três viagens semanais pelo Território.

E o insubstituível Correio Aéreo Nacional, com uma linha que se estende até Caiena, na Guiana Francesa, beneficia semanalmente esta vasta região do Amapá.

Conta ainda o Território com um bem montado Aeroclube sediado na Capital, o qual dispõe de dois aviões de treinamento: um CAP-4 (Paulistinha) e um "Fairchild PT-19" para estágio avançado.

Três são os campos de pouso existentes, em Macapá, Amapá e Oiapoque, respectivamente, os quais permitem a aterragem de grandes aviões, tendo pistas com a extensão mínima de 1.500 metros. A da segunda localidade citada é asfaltada e faz parte de uma grande Base Aérea.

Já se encontra também locado um excelente campo de pouso na Vila de Calçoene, que muito virá beneficiar esta localidade.

**Transportes Marítimos, Fluviais e Terrestres:** Este serviço é feito pelo Governo (SERTTA), e também pelo Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP), e particulares.

São mantidas as linhas de navegação Belém-Macapá-Oiapoque, marítimo-fluvial, e a Belém-Macapá-Jari, fluvial, com embarcações a motor e a vela, de 20 a 120 toneladas.

Um navio mensalmente, da SNAPP, faz a linha Belém-Caiena, escalando em vários pontos do Território.

A navegação particular é feita por várias embarcações, em lates e barcos a motor, em viagens mais ou menos mensais, sem prazos rigorosos.

Além das linhas citadas, o Serviço de Transportes do Governo mantém viagens intermediárias no interior do Território, realizadas por embarcações com motores de pópa, em serviços médico, educacional, veterinário, agrícola, e de explorações minerais sistemáticas.

O SERTTA iniciou suas atividades em 1944, dispondo apenas de três lanchas a motor e pequenas embarcações, somando 60 toneladas, e possui atualmente trinta unidades a motor ou vela, lates, barcos, alvarengas, etc., com perto de mil toneladas de deslocamento.

É ainda grandemente utilizada em todas as águas do Território a tão conhecida canoa dos habitantes,

a pitoresca "montaria" do caboclo da Amazônia.

Os transportes rodoviários foram iniciados em 1944 com apenas 5 caminhões. Hoje circulam no Território mais de 200 veículos a motor, de várias espécies e de diferentes empregos (turismo, carga, terraplanagem, tratores, etc.), sendo mais da metade de propriedade do Governo Territorial.

Estes veículos rodam em excelentes estradas, o que não havia de nenhuma qualidade antes da criação do Território, garantindo um movimento intenso, além do transporte de passageiros, da mineração e exploração da cassiterita (estanho) e do manganês, de mercadorias e de gêneros de primeira necessidade.

Os trechos de estrada já construídos fazem parte da Rodovia eixo Macapá-Clevelândia, que cortará o Território de Sul a Norte, e que mereceu da Chefia do Estado-Maior do Exército o seguinte parecer: "espinha dorsal da Economia do Território, fator poderoso na manutenção dessa fronteira e auxiliar precioso nas defesas dos acessos norte à Bacia Amazônica."

Tal estrada já está em metade de realização, pois já se viaja de automóvel e caminhão de Macapá a Amapá, num percurso de 350 km. Para que se possa fazer uma idéia das suas condições técnicas, cite-se o trecho entre os rios Amazonas e Araguari: Bitola de nove metros (duas faixas de tráfego), rampa máxima de 6%, revestimento de picarra, quilometragem 111 entre Macapá e Porto Grande, contendo neste trecho 43 curvas, sendo 26 de raio superior a 500 metros e o raio mínimo existente de 300 metros.

Para realçar a importância desta estrada e o progresso que traz à região, mencionaremos somente: no trecho entre Porto Grande e Colônia Ferreira Gomes, a estrada supera o médio Araguari, na sua zona mais encachoeirada que obriga a navegação de barcos a motor ser vencida em 2 a 3 dias; atualmente os caminhões percorrem esta distância em uma hora e dez minutos!

**Portos:** Existem 19 trapiches (pontes de embarque e desembarque) no Território, mas nenhum pôrto com cais.

Procede-se atualmente aos estudos para a construção de um pôrto, destinado à exportação de minérios,

localizado em frente à Ilha de Santana, no continente. Distará 20 km de Macapá, a que será ligado por uma rodovia. Este pôrto terá profundidade além de 30 braças, permitindo o acesso dos navios de grande cabotagem do comércio mundial.

**Altitude e temperatura:** As cidades de Macapá, Amapá, Mazagão e Oiapoque estão situadas, respectivamente a 14,40 m, 15 m, 50 m e 64 m acima do nível do mar.

A sua temperatura é, em média, da ordem a seguir, observada a mesma disposição acima citada:

Verão — 29,5° — 28° — 28° e 27,5°.

Inverno — 27° — 25° — 26° e 21,5°.

Convém notar que as noites são sempre frescas e agradáveis. A temperatura durante o dia é isenta de rigor, o que indica a perfeita amenidade do clima. A região é varrida pelos ventos alísios de Sudeste, que são secos.



Fig. 1 — Trapiche de 457 m no braço N do Amazonas em Macapá

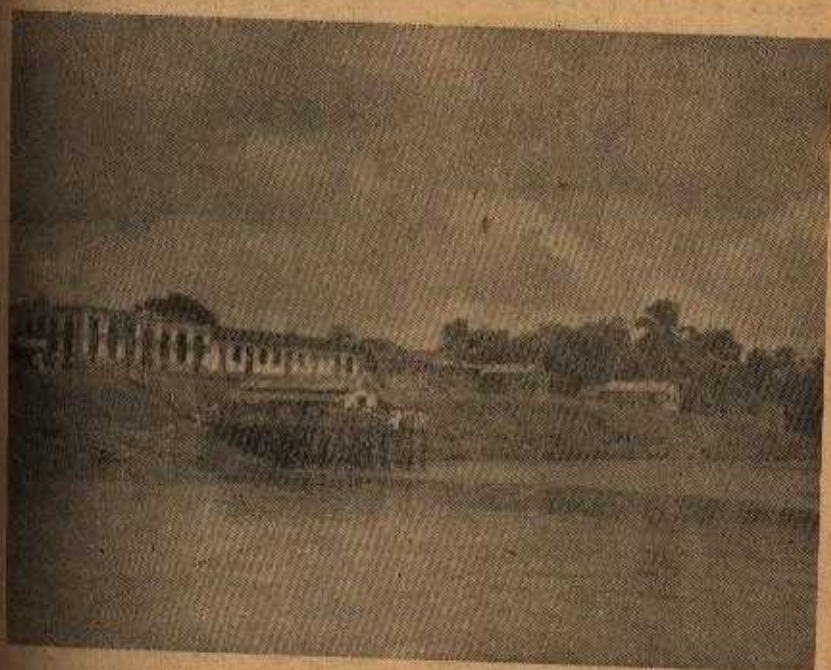


Fig. 2 — Trapiche do pôrto de Marzagão Novo

**Cultos religiosos e festas populares:** Na Capital existem dois templos católicos, sendo a Matriz regida pela Congregação da "Sagrada Família"; um templo protestante (Assembléia de Deus); e uma loja maçônica ("Duque de Caxias").

É de vinte e cinco o total dos templos católicos existentes no Território; e de três os templos protestantes.

Como festividades populares há as da Santíssima Trindade e do Divino Espírito Santo, com mastros votivos, comemoradas com grande animação nos bairros do "Laguinho" e da "Favela", e acompanhadas sempre da tradicional dança afro-brasileira denominada "Marabaixo", que é dançada com o concurso de uma toalha branca a tiracolo. Os temas das cantigas são uma associação de motivos religiosos e profanos.

Há ainda a festividade de São José, padroeiro de Macapá, acompanhada de arraial, com a duração de nove dias (10 a 19 de março). A festa de Nazaré, também de arraial, consta de sete dias e se realiza no mês de novembro.

O "Marabaixo" é praticado exclusivamente pelas populações de origem negra, descendentes dos antigos escravos amapaenses, e constitui uma tradição local fortemente arraigada.

**Luz elétrica:** Nenhuma localidade possuía luz elétrica até a criação do Território. Tal serviço já se acha instalado hoje nas cidades de Macapá, Amapá, Oiapoque, Mazagão, Clevelândia, Porto Grande, Calçoene e estão sendo dadas as últimas providências para a inauguração na Vila de Cassiporé.

**Abastecimento d'água:** Antes da criação do Território, não havia água encanada em toda a região. Era grande a incidência de doenças intestinais, provenientes da água de dois velhos poços públicos de que se servia a população. Nas necessidades diárias, especialmente da cozinha, era corrente também o uso da água do Amazonas.

Consequentemente à utilização da água encanada, logo se extinguiram os surtos oriundos do em-

prêgo de águas poluídas. A água fornecida à Capital é do subsolo, proveniente de um poço filtrante. Recentemente foi inaugurada uma caixa d'água com capacidade para abastecer com muitas sobras uma população em dobro da atual; sua pressão é de 15 atmosferas, mais que suficiente para fazer jorrar o precioso líquido em todo o encanamento da cidade.

A água é pura, sob o ponto de vista bacteriológico. Embora não seja tratada quimicamente pode, contudo, ser adaptado um clivinador, no caso de epidemias.

Macapá e outras cidades do Território, possuem ainda banheiros públicos; e seus habitantes têm para as necessidades cotidianas, dezenas de torneiras públicas espalhadas por todo o perímetro da capital.

**Importação e exportação:** Por ordem de valor, têm sido as principais importações: Reprodutores bovinos, tecidos, ferragens, veículos e acessórios, açúcar, máquinas, bebidas, motores, gasolina de aviação, e café em grão.

E são os principais produtos de exportação: Borracha, castanha do Pará, peles silvestres, peixes, casiterita, couros de boi, animais vivos, madeiras, e recentemente o manganês.

**Serviço de expurgo domiciliar:** Numa região inóspita como era o Amapá antes de ser transformado em Território, fazia-se necessária uma rigorosa ofensiva de combate às condições de higidez então existentes. Esse combate teve de ser travado em cada casa, expandindo-se depois pelo interior, dando como resultado excelente estado sanitário que hoje apresentam todos os núcleos de população.

A aplicação do DDT residual, que é feita no Território desde 1946, compreende hoje Macapá, Mazagão, Amapá, Oiapoque, Calçoene, Clevelândia, Cassiporé, Base Aérea, Porto Grande, Mazagão Velho e mais 13 núcleos de população, perfazendo um total de 22 localidades expurgadas trimestralmente pelo Serviço de Dedetização, realizado em cooperação com o S.E.S.P.



Fig. 3 — Hospital de Macapá — Conjunto de edifícios

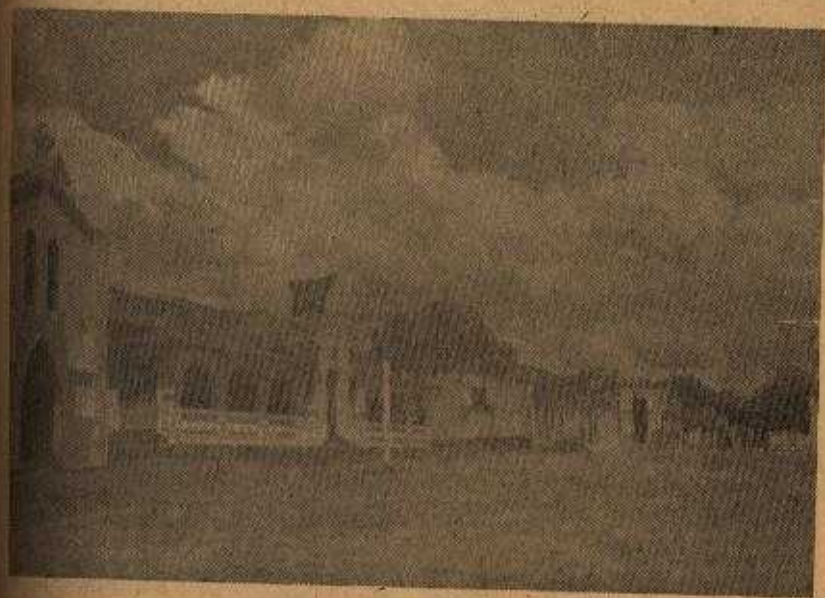


Fig. 4 — Rua principal de Marzagão Novo vendo-se o Posto de Saúde

**Serviço hospitalar:** Além do grande hospital de Macapá, dotado de vasto corpo clínico e instalações moderníssimas, e tendo anexo a Maternidade, o Governo construiu os hospitais de Mazagão, Amapá, Oiapoque e Calçoene, que são de alvenaria e equipados com o mais moderno material médico-cirúrgico, os quais possuem também excelentes Gabinetes Dentários. Nas demais localidades existem os chamados Subpostos de Saúde.

**Frigorífico:** Foi construído e montado em Macapá um grande frigorífico, com capacidade para armazenar 500 quilos de carne, 2.000 de peixe, 500 de legumes e frutas, 2.000 quilos de mercadorias pesadas, 3.000 quilos de gelo, além da fabricação diária de 545 quilos de gelo.

**Ouro:** Pela grande incidência de ouro em seu território, o Amapá recebeu desde época remota a designação de "Califórnia Brasileira".

Sómente a partir de 1944, por iniciativa do atual governo territorial, é que começou a ser feito o estudo sistemático dos recursos minerais da região. O Amapá era uma região abandonada.

As maiores riquezas do reino mineral do Território, até hoje conhecidas, são encontradas em uma faixa geológica (o cambriano), cerca de trinta quilômetros de largura, que se estende para o Norte, desde o Rio Vilanova até o Rio Oiapoque, e é onde se acham os depósitos de ferro, hematita, manganês, cassiterita, ouro, tantalita, columbita, diamantes e outros minerais de valor comercial, ora em processo de exploração ou em vias disso.

Novos veios auríferos no igarapé das Galvotas e do Leão, no Rio Vilanova oferecem grandes possibilidades para montagem de uma indústria de mineração do ouro.

O ouro explorado no Território tem sido quase apenas o de aluvião, conquanto haja muitos trechos onde ele é encontrado em associação com o quartzo ou cristal de rocha.

Os mais ricos depósitos auríferos são os do Rio Cassiporé, os do Calçoene e os do Vilanova.

**Ferro:** As prospecções feitas no Rio Vilanova acusaram 10 milhões de toneladas de hematita compacta, ou micácea, de alto teor ferífero (até 69,3 %) e de teores insignificantes em fósforo e sílica. A canga está estimada em mais de 100 milhões de toneladas métricas.

Não estão compreendidas aí as ocorrências de hematita do Rio Maracá, as do distrito de Santa Maria, os depósitos do Igarapé do Leão e os do Baixo Grande, este com 1.900 metros de extensão.

Os depósitos de ferro do Território constituem um patrimônio de 1 bilhão de cruzeiros, ao preço FOB de cem cruzeiros a tonelada.

**Manganês:** O manganês é de reputado valor para dar tempera em aços, além do seu emprego corrente na indústria química.

A avaliação do potencial manganífero do Amapá ainda não está feita, mas as reservas conhecidas são calculadamente de 20 milhões de toneladas, e constituem um patrimônio de 10 bilhões de cruzeiros, ao preço médio de 500 cruzeiros a tonelada. Estas reservas, pelo volume e especialmente pela pureza do minério, situam-se, segundo o parecer dos técnicos que as têm visitado, entre as mais importantes do mundo.

Os principais depósitos deste minério (de 53,36 a 57,40 mn), estão localizados em ambas as margens do Rio Amapari, afluente do Araguari, num acidente conhecido por Serra do Navio, distante 120 km de Porto Grande. Outros grandes depósitos se acham situados nas adjacências.

Estas extensas jazidas, de afloramentos contínuos, podem ser exploradas inteiramente a céu aberto, graças à sua situação privilegiada.

**Estanho-Cassiterita:** O estanho entre outras aplicações é utilizado para a fabricação de material bélico, bronzes e folhas de Flandres.

A descoberta do minério de estanho (cassiterita), como ocorreu com os demais minérios do Amapá, deve-se à obra de pura casualidade, na faina aurífera dos falcadores durante as corridas periódicas em busca do ouro dos aluviões.

As primeiras descobertas de cassiterita foram feitas no Igarapé dos Índios que dista de Porto Grande cerca de 40 km. e fica situado à margem esquerda do Amapari. A Vila da Belra, naquele Igarapé, é o centro comercial da região. Ao Norte dela é que se acham os igarapés em cujo cascalho é encontrada a cassiterita, que se apresenta em concentrações riquíssimas, dando até 20 quilos por m<sup>3</sup>. Na mesma zona estão sendo explorados os igarapés de Grenat e do Virgílio.

alvenaria, sendo acionado a carvão vegetal; a energia é fornecida por motor a explosão. Sua capacidade de produção é de 1.800 kg de estanho diários.

Até o presente, o Igarapé dos Índios é a região que fornece maior produção de cassiterita, a qual existe também em numerosos igarapés, tanto no Amapari como no Araguari.

Outras reservas minerais: Ocorrem ainda no Território, além de outros, os seguintes minerais: Tantálita, cuja exploração é promissora,



Fig. 5 — O Cap. Janary G. Nunes, Governador do Território e o Dr. Augusto Antunes, Presidente da ICOMI, examinando o minério de manganês

As necessidades de estanho do Brasil são de aproximadamente 100 toneladas mensais. O Território poderá fornecer em futuro próximo 20 toneladas desse metal, ou mais, uma vez adotados os processos mecânicos indicados. Atualmente a sua contribuição é de 5 toneladas mensalmente, com tendência a subir até 12 toneladas.

O forno em que atualmente a Mineração Apolo S/A faz a fundição do estanho, é de tipo "cubilot", com uma área de 152 m<sup>2</sup>, construção de

Pirita, Ilmenita, Rutílo, Corindon; este abrasivo foi intensamente exportado para os Estados Unidos durante a última guerra. O Talco, descoberto num veeiro possante do Igarapé do Afonso, é de um grão finíssimo e muito alvo. A Areia Monazítica e o Zircônio existem nas cabeceiras do Igarapé do Bacuri, no Rio Vilanova, em ocorrências que merecem ser estudadas. E próximo da Vila de Santa Maria, no Rio Vilanova, encontra-se caulim de ótima qualidade.

**Diamantes:** Os primeiros diamantes foram descobertos nos cascalhos auríferos do Rio Vilanova, seguindo-se aparições nos igarapés do Céu Azul, Bernard, Boca Alta e Alban.

Embora a maior parte dos diamantes encontrados sejam pedras para a indústria, apareceram algumas de alto valor para lapidação, não somente pela excelente água como pela forma cristalina.

capá e Amapá, sendo de 700 o número de criadores registrados.

O gado anualmente exportado para o Pará e Guiana Francesa, é, em média, de 350 bovinos.

É considerável o índice da exportação de couros de boi.

**Cultura avícola:** Em Fazendinha, o Governo instalou um Aviário-Modelo, muito bem aparelhado, e que vem fomentando a avicultura no Território. Cría espécimes das

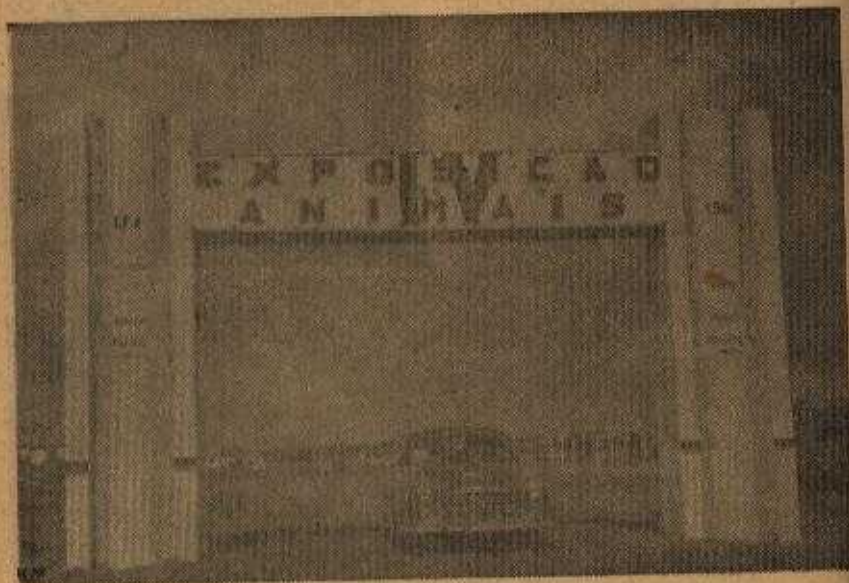


Fig. 6 — A entrada ao recinto de exposição

**Pecuária:** Orça o rebanho bovino do Território em 57.000 cabeças.

O Governo, por intermédio do Serviço de Fomento e Proteção Animal, adquiriu, no Sul do País e no Estado do Pará, cerca de setecentos reprodutores bovinos, machos e fêmeas, das raças Gyr, Nelore, Guzerath, Indubrasil e mestiços zebus, para melhoria dos rebanhos. Esse gado, que inclui animais de alto "pedigree", foi vendido aos criadores pelo preço do custo, a prazo e sem juros.

A pecuária está quasi totalmente localizada nos municípios de Ma-

raças Leghorne, Rhodes, Light Sussex e New Hampshire.

**Exposições agro-pecuárias:** Com a finalidade de incentivar os criadores locais e ao mesmo tempo oferecer uma demonstração das possibilidades agro-pecuárias da região, vem sendo realizada, na segunda semana de setembro, no Posto Agro-Pecuário de Macapá, em Fazendinha, interessantes Exposições, todas de êxito muito felizes. No corrente ano foi realizada a IV Exposição, que superou a todas em brilhantismo, demonstrando o quanto tem progredido o Território nestes setores de atividades.

O Governo tem concedido aos concorrentes gratuidade de inscrição, de transportes, de alojamento e alimentação. Distribuindo prêmios em dinheiro e em brindes tais como desnatadeiras, medidores e depósitos de leite, rolos de arame,

alicates para castração, seringas e agulhas.

Os certames têm obtido grande sucesso. Contam sempre com a presença de numerosos criadores do Sul, têm o concurso de vários laboratórios e empresas particulares, que oferecem prêmios e produtos especializados. Têm comparecido e enviado representantes altas autoridades federais, deputados, técnicos, estudiosos. E a população macapaense, bem como outros visitantes do território, bem compreendendo os esforços do Governo, tem prestigiado estas exposições com a sua presença e seu interesse.

**Turismo:** Macapá é a cidade mais equatorial do Brasil. Diante dela desliza o Rio Amazonas (braço norte), sobre cuja margem esquerda a cidade se espraia. Em confronto com o estado atual, ela era ao tempo da transformação desta zona em Território, uma "cidade-tapera". Hoje o Grande Hotel, ponto de reunião social predileto, oferece um deslumbrante panorama sobre o Rio-Mar. A frente



Fig. 7 — Vista aérea de Fazendinha vendo-se o recinto da exposição agro-pecuária



Fig. 8 — Os dois marcos que materializaram a linha equatorial

dêle fica a pitoresca ponte da cidade, com 457 metros de comprimento. Ao lado, mais distante, as importantes muralhas da quasi bi-secular Fortaleza de Macapá, a cavaleiro do Rio de Orelana.



Fig. 9 — O Grande Hotel de Macapá

Apenas a uma hora de distância o turista pode contemplar em seu estado natural, incrustado no seio da hiléia amazônica, o lar primitivo do caboclo, com sua vida e hábitos regionalistas, tão peculiares. O homem, ilhado, em face de uma natureza portentosa, hostil e dominadora. Na frente, a esteira branca do rio é, no lado, amarrado à paixúba, a canoa, a igarité, a "montaria", como se denomina o transporte regional que é o cavalo do caboclo.

Além da Fortaleza de Macapá, o turista pode defrontar alguns passeios pitorescos, quais sejam à Fazendazinha, onde funciona um posto Agro-Pecuário e existem "stands" de exposição de gado de raça; à cachoeira da "Pancada", no Rio Vilanova; à cachoeira do "Paredão", a maior do Território, no Rio Araguari; à Vila de Porto Grande, centro comercial e de mineração, a 110 km de Macapá, na estrada de rodagem Macapá-Clevelândia, e também apreciar o mais empolgante fenômeno dos rios amazônicos, a "pororoca", sugestivo es-

petáculo de beleza e grandiosidade da Natureza, que pode ser surpreendido na foz do Rio Araguari em épocas de lua, muito especialmente na quadra invernos.

**Litoral:** De formação terciária ou de aluviões quaternários, estende-se a costa amapaense da foz do Rio Oiapoque a do Rio Amazonas, numa distância de 342 quilômetros.

São terras baixas, cobertas de mangues ou dunas revestidas de ervas rasteiras, sendo de contorno variável.

Al se trava uma luta perene entre a terra e o mar, e tanto a temível pororoca como a corrente marinha concorrem para desfalar a terra, enquanto esta, por sua vez, sempre que vence o embate, domina as águas e no terreno abandonado implanta cerrada vegetação.

Para o interior dos mangais, estendem-se as terras alagadas de 2 a 3 km para dentro, sujeitas à inundação das marés altas e ao transbordamento dos rios durante as cheias.

Mais para o interior há campos altos de pastagens, seguindo-se as elevações do maciço cristalino da Guiana, segundo os geólogos, um dos mais antigos do mundo.

**Configuração e acidentes geográficos:** No Território assinalam-se regiões:

- a) de várzeas (no litoral, no vale dos rios e na região dos lagos);
- b) de campos alagados (na região próxima do litoral; firmes, no planalto, mais para o norte);
- c) ondulado (nas regiões do norte sob influência do maciço cristalino das Guianas, onde a altitude média é de 150 metros);
- d) de matas (que se apresentam tanto nas zonas de várzea como nas de planalto).

**Ponto extremo:** O ponto extremo do litoral norte do Brasil fica situado no Território do Amapá e é o Cabo de Orange, no Município de Oiapoque.

# TERRITÓRIO DO AMAPÁ

## (O QUADRO GEOGRÁFICO)

ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

O espaço que integra o Território Federal do Amapá, correspondendo ao que se assentou denominar a Guiana Brasileira, é, por suas feições fisiográficas, por suas características de flora, de fauna, por sua fisionomia social e econômica, parte constitutiva do mundo amazônico. É bem certo que todo esse conjunto a que nos estamos referindo, aqui e ali se desliga do complexo amazônico, assume certa autonomia, principalmente pela existência de cursos fluviais que não levam suas águas ao Rio-Rei, lançando-se diretamente ao Atlântico. Como a chamada Guiana Maranhense, que não deixa de ser, espaço em intimidades tais como a Amazônia que a podemos considerar um prolongamento da própria Amazônia, assim a Guiana Brasileira, que possui intimidades maiores, ou em sua maior extensão é parte constitutiva do mundo amazônico, deve ser entendida como um espaço amazônico, espécie de fronteira norte com os outros conjuntos terrenos da Sul-América.

Seus limites políticos, fixados pelos Decretos-leis 5.812 e 6.550, de 13 de setembro de 1943 e 31 de maio de 1944, são os seguintes: a) Noroeste e Norte, a linha de limites com as Guianas Holandesa e Francesa; a) Nordeste e Leste, com o Oceano Atlântico (incluindo as ilhas litorâneas de Maracá, da Oca e outras); a) Sueste e Sul, o bivegue do Canal do Norte (incluindo o arquipélago de Baillique — ilhas de Baillique, do Jaburu, do Arigue, Curuá, do Franco, dos Marinheiros e outras menores) e uma ilha do braço norte do rio Amazonas que acompanha o alinhamento

geral da margem continental (excluindo a maior parte das ilhas deste braço e incluindo apenas as muito próximas do continente, no alinhamento das terras marginais, como as ilhas Pedreira, Santana, dos Periquitos e outras menores) até a foz do rio Jari; — a) Sudoeste e Oeste o rio Jari, da sua foz até a sua nascente principal na serra do Tumucumaque.

Sua área política foi desmembrada dos Municípios paraenses de Amapá, Macapá, Mazagão e Almeirim. Possui uma extensão de 133.796 quilômetros quadrados. É dividido em quatro Municípios: Oiapoque, Amapá, Macapá e Mazagão. Do Município de Almeirim apenas uma pequena faixa de terras passou ao Território, incluindo-se na área política de Mazagão. Dos 260.000 km<sup>2</sup> do antigo Contestado entre o Brasil e a França, apenas 133.796 foram incorporados ao Território e isto porque o Contestado estendia-se até o rio Branco, indo, destarte, muito além do Jari, que é o limite extremo oeste do Território. Da antiga Capitania do Cabo do Norte, tem a menos o trecho entre o Paru e o Jari, pois que a doação de Bento Maciel se ampliava até aquele rio.

Seus pontos extremos são: o cabo Orange, ao norte; a ilha do Baillique, a leste; a foz do Jari, ao sul; a nascente principal do Jari, a oeste.

A faixa continental, estendendo-se do Oiapoque, passando pelo Amazonas, subindo o Jari até a serra do Tumucumaque, tem um relevo singular: ao longo Atlântico, é baixa, alagadiça, coberta em

longa extensão pelo fluxo do oceano, pelos cursos dos vários rios e pela água dos lagos de que é pontilhada, sujeita a chuvas fortes e constantes; ao longo do Amazonas e do Jari, aqui e ali elevada, mas em sua maior extensão também encharcada pelo volume de água dos dois rios e de seus vários afluentes. Os cabos do Norte e de Orange, além de outros, avivam a paisagem da costa. O interior do espaço territorial é dominado por imensa floresta, que principia na orla marítima e das duas cordas d'água referidas. Uma extensa zona de campos naturais, de savanas, todavia, se abre entre as duas fronteiras molhadas, alargando-se até as serranias de Tumucumaque. Seus campos e savanas, no trecho que corre às proximidades do Atlântico, são atingidos pelas alagações. As partes mais enxutas situam-se mais para a hinterlândia. O relevo da região, por isso mesmo, não tem altitudes demasiado sensíveis, atingindo seu ponto máximo na zona tumucumaqueana, não indo a média além dos 150 metros. Do ponto de vista geológico, do que os técnicos do Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura têm constatado, pode-se afirmar que o Território em sua maior extensão é constituído de "terrenos arqueanos do maciço das Guianas".

A rede potamográfica prende-se, entre o Jari e o Araguari, à rede amazônica. É formada pelos rios Jari, Cajari, Maracá, Anauerapucu ou Vila-Nova, Matapi, Carapanatuba, Pedreira, Macacoari, Gurijuba e Araguari.

Do Araguari para cima, ao longo do Atlântico, a rede fluvial, sem dependência de qualquer espécie da bacia amazônica, é marcada pelos rios: Tartarugal, Frexal, Amapá, Calsoene, Cunani, Cassiporé, Uaçá e Oiapoque.

O Araguari é geralmente considerado como um tributário do Amazonas, pois até sua foz chegam as águas do grande rio em sua ofensiva contra o Atlântico. Sua situação de tributário já está, todavia, sendo negada, dado que sua embocadura se projeta diretamente

no Oceano e não propriamente no Amazonas, cujas águas ali já se confundem com as do mar, perdendo seu potencial de autonomia.

Além desses rios, com seus respectivos afluentes, a rede hídrica do Território distingue-se pelo vulto do espaço ocupado pelos lagos, mormente na faixa litorânea, entre o Araguari, Amapá e Calsoene. Esse trecho da costa é mesmo assinalado pela quantidade de lagos que se intercomunicam e em consequência contribuem para o alagamento da região. Outra particularidade do litoral está no fenômeno da pororoca.

A fitogeografia e a zoogeografia do Território em nada diferem das que particularizam a Amazônia. Tem a mesma feição de riqueza daquela. A floresta apresenta a mesma densidade, a mesma agressividade e o mesmo aspecto marcial. Seus habitantes proporcionam a maior soma de elementos de vida para a atividade econômica. A fauna é especialmente rica quanto às reservas ictiológicas. O pescado nos lagos da costa constitui uma das forças que garantem a existência social dos Municípios de Macapá e Amapá.

Não devemos esquecer, quanto às características da paisagem, quanto à vegetação, da existência dos campos e savanas. Nesses campos e savanas, ainda se observa a fisionomia amazônica, pela similitude que apresentam com os campos do rio Branco, até onde, aliás, eles chegam. A vegetação dos campos próximos ao Atlântico é, porém, aquática, dado que é atingida fortemente pelas águas, que inundam grandes extensões.

Uma das feições típicas do Território, vamos encontrar na riqueza mineral. Porque não há ali apenas os veios auríferos que deram margem a mais de um "rush" de nacionais e estrangeiros e conflitos com a França, mas, vários outros minérios, como o ferro, o manganês, o estanho, a tantalita, a columbita, os diamantes, o rutílio, o caolim.

As jazidas de ferro estão localizadas na Vila-Nova. Possuem minério de alto teor e de fácil apro-

veitamento econômico. Estudadas pelo eminente geólogo patricio Glycon de Paiva, apurou-se que elas possibilitam a formação de um parque siderúrgico capaz de assegurar a vitalidade do Norte e do Nordeste do Brasil.

Todo, portanto, um amplo conjunto de reservas de matéria prima de conteúdo o mais impressionante, conforma a paisagem natural do Território, cujo clima equatorial é super-úmido, com média pluviométrica de 3.000 mm, isto é, quente e com umidade absoluta de 20,5, e relativa de 87, sendo que ao Norte a umidade atinge proporções elevadíssimas.

A salubridade, em consequência de vários fatores, evidentemente, não tem sido proclamada como das melhores, na área amazônica. Nos idos coloniais, teve ela a responsabilidade dos fracassos para a colonização que se pretendeu realizar. Embora, não se lhe pode considerar como um fator negativo, atribuindo-se-lhe o aniquilamento das populações. Desassistido o homem de recursos para vencer o meio, todos os desastres das tentativas que ele fazia eram creditados ao clima mau. As medidas adotadas desde o início da administração territorial vêm, porém, provando que, uma vez defendido pela técnica sanitária, o homem não encontra forças a embaraçá-lo em seus objetivos construtivos. Alimentado, medicado, ele está desmentindo a afirmativa da insalubridade do Amapá.

Esse homem territorial como se apresenta, de onde veio, que realiza, que capacidade possui?

No Território do Amapá há, perfeitamente distintas, duas sociedades: uma nativa, de grupos indígenas, uns localizados pelo Serviço de Proteção aos Índios, outros vivendo em sua comunidade primitiva, distante dos contactos permanentes com a civilização brasileira; outra, constituída pelos descendentes dos primeiros povoadores coloniais ou dos que emigraram nos períodos posteriores, estes ora forçados pelos sucessos políticos da Cabanagem, ora atraídos pelo "rush" da mineração

e pela alta dos produtos naturais de origem florestal.

O elemento indígena, sob a proteção e assistência do Governo Federal, está representado pelos Oiapoti, do Oiapoque. Os Uruçuana, do Jari, compõem o grupo que ainda não foi assistido pelo Serviço de Proteção aos Índios.

A sociedade territorial, que conforma o grupo de atividade econômica, pelo censo de 1940 algarismava-se em 21.191 indivíduos, ou seja 0,147 habitante por quilômetro quadrado. Essa sociedade é rústica, produto da mestiçagem que se processou na Amazônia desde a fase colonial; deriva diretamente da multidão indígena que, no correr dos tempos, ali se foi fixando e, no contacto com a civilização trazida pelo homem da Europa ou mesmo do Brasil, perdeu seus padrões de rusticidade e passou a ser chamado de tapuio e, por fim, de caboclo.

O elemento africano não se apresenta numeroso, constituindo mesmo exceção e é em geral crioulo da Guiana Francesa, emigrado para a bateia de ouro.

A sociedade territorial não tem caráter urbano. Tampouco se lhe pode atribuir o caráter de rural. E isso porque, flutuante nos lugares de mineração, entrega-se de preferência à pesca e à coleta dos gêneros nativos, como a borracha, a castanha e os outros vários tipos florestais de cotação nos mercados consumidores. As quatro cidades capitais de Município só agora começam a urbanizar-se convenientemente. Eram, antes, burgos em decomposição.

Cenário rico, o Território do Amapá, no tocante a seu fácie social e econômico, apresentou-se, até bem pouco, dentro de uma primitividade impressionante. O espaço, bárbaro, sem ter sido trabalhado convenientemente, explica essa rusticidade. Cenário rico, como acabamos de ver a vôo de pássaro, é um convite, um campo para a experiência que se inicia, como foi o teatro de ocorrências políticas que lhe deram uma história viva, movimentada, de capítulos heróicos.

# A AGRICULTURA NA AMAZÔNIA

NADY BASTOS GENC, Eng. Agrônomo, Diretor da Divisão de Produção do Território do Amapá.

O que poderiam esperar os senhores de um agrônomo? De um profissional que vive com o pensamento perdido entre conceitos e teoremas, análises de solos e fórmulas para sua correção, análises de forragens e métodos para sua aplicação, preceitos genéticos e cuidados em sua observação? Como vos poderia eu falar de outra coisa mais agradável e mais bonita? Farei, entretanto, o que estiver ao meu alcance para vos furtrar o menor espaço de tempo possível, abordando alguns aspectos do problema ou do complexo de problemas que envolvem o setor da produção no Território Federal do Amapá.

Estes são os ângulos da questão, que vos serão desnudados em uma análise sucinta:

- a) Solo e clima;
- b) Braço para o trabalho agrícola;
- c) Capital.

O desenvolvimento de uma região é consequência da sua capacidade produtora no setor agropecuário. A pecuária e a agricultura são mesmo dois estágios das civilizações. A pecuária na fase do nomadismo das populações e a agricultura quando essas populações começam a sentir a necessidade de se fixarem. Isto é o que está escrito e observado desde as mais recuadas eras. Entretanto, surge para nós, os técnicos que trabalhamos na Amazônia, a primeira dificuldade: a agricultura na Amazônia é nômade e por isso mesmo deficitária. Toda a técnica agrícola regional se limita na broca para a consequente

derrubada, queimada, encoivaramento para livrar o terreno dos troncos que o fogo não destruiu e plantio entre tocos, misturando no mesmo terreno, na mesma ocasião, na mais incoerente das consorciações de cultura, o milho, o arroz, a mandioca, o feijão, a batata doce, as cucurbitáceas, o gergelim, etc.

Está errado! dizem os técnicos; uma agricultura desta forma esgota o solo e é esta a razão do nomadismo dessa agricultura.

Qual dos dois está certo? Qual dos dois está errado? O agricultor ou o agrônomo?

Aqui se dá o primeiro conflito dos conceitos econômicos com os conceitos agronômicos, agravado pela influência do solo e do clima, e o caboclo orientou-se no sentido que o instinto lhe ditou — o sentido econômico.

Ambos, agricultor e agrônomo, estão certos, e ambos estão errados!

Quem vos fala, senhores, trabalha há dez anos no interior da Amazônia e tem a impressão de que pode fazer-vos esta afirmação tão paradoxal, e acha que só há explicação possível pela ocorrência dos fatores edáficos e climáticos.

Estou percebendo já vossa inquietação, e a vossa impressão de que me perdi no labirinto que precede ao alinhamento dos dados para o equacionamento do problema. Eu vos disse antes que a nossa agricultura era deficitária e vos disse depois que o agricultor estava certo porque se havia orientado instintivamente no sentido econômico; como poderá o azeite misturar-se à água, se ambos têm densidades diferentes?...

Salvo pequenas manchas localizadas nos altos rios e, pelo fato de serem pequenas e distanciadas dos centros consumidores, não têm expressão econômica pelos menos na atualidade, os nossos solos são pouco profundos, um tanto ácidos e dotados de uma grande percentagem de sílica, que os torna bastante leves e extraordinariamente porosos.

O nosso clima é quente e úmido, chicoteado barbaramente pelo sol do Equador e agravado por uma precipitação pluviométrica extraordinária.

Desnudado o solo, a queimada destrói inicialmente mais de 50 % da matéria orgânica que a floresta havia depositado e as chuvas violentas lixiviam para o subsolo os elementos fertilizadores que o solo poroso não teve compacidade suficiente para reter, ou arrastam para os rios, com a água pluvial que não foi absorvida o que ainda restava dessa matéria orgânica decomposta ou em decomposição — é a erosão.

Diante desses fatores negativos que, em dois anos no máximo, transformam o que foi uma floresta num areial, o lavrador tem uma solução: plantar tudo junto para tirar da terra, antes que a água lixívie ou arraste, e antes que se evolva pela precipitação do ácido úmido, tudo o que for possível transformado em produto agrícola, mesmo esgotando completamente o solo.

No ano seguinte novas derrubadas, novos incêndios e a destruição continua pela mão do homem, pela natureza do solo e pela influência do clima.

Podemos dizer que está errado? Sim; o agrônomo que conhece técnicas capazes de contornar esses fatores negativos e até mesmo multiplicá-los por menos um para torná-los positivos, condena essa prática e está certo.

Mas, as técnicas modernas aconselhadas exigem uma soma de conhecimentos que o nosso agricultor não possui, um equipamento que ele não tem meios para adquirir, nem o governo pode lhe dar, e um capital que ninguém lhe entrega

porque sabe que agricultura nessas condições é deficitária e o agricultor nem com a terra pode garantir o empréstimo porque, regra geral, ele não é dono da terra.

Então, o agricultor com a sua agricultura de terra arrasada está certo porque é a única maneira de tornar menos deficitário o seu trabalho, e o agrônomo que lhe aconselha técnicas que ele não pode utilizar está errado.

O futuro que tanto preocupa o técnico não entra nas cogitações do agricultor que aliás são muito poucas.

Os desertos que vão ficando para trás, as florestas que estão sendo destruídas, os mananciais que estão secando, os animais sofrendo sede, nada disso interessa. O almoço de hoje é a grande preocupação: o jantar, o sono compensará; amanhã, para os filhos, Deus haverá de prover.

A mais recente palavra de ordem que nos vem dos Institutos Agrônômicos e das instituições de estudos geográficos e econômicos é a agricultura nas várzeas. São os avanços e recuos da ciência. São os técnicos modernos rebuscando os alfarrábios históricos, trazendo da velha e legendária China de milênios atrás a experiência dos agricultores que se localizaram nas margens do Iang Tsé, ou do portentoso Egito o exemplo das obras ciclópicas que marginavam o fabuloso Nilo.

Os argumentos são solidamente profundos, revestidos de austeridade à altura das responsabilidades técnicas dos institutos e dos profissionais que os utilizam.

Os solos das várzeas são mais compactos, menos sujeitos à erosão, permitem um controle científico do teor de umidade pelas obras de drenagem e de irrigação, são mais férteis, e a produção tem mais fácil escoamento pelas estradas naturais — os rios. As enchentes e vasantes periódicas são a dádiva da natureza, refertilizando anualmente essas terras e urge aproveitar essa circunstância.

Mas... aqui vem o célebre "mas"... cético e desconcertante, semear a dúvida onde já há tanta

certeza. Por que esse ceticismo? Por duas razões principais: 1ª) as várzeas dos nossos rios são mais insalubres que as terras altas. Saneá-las para colonizá-las é obra para várias gerações de homens corajosos e desprendidos, capazes de colocar o cérebro e o coração acima do estômago, onde eles foram colocados por Deus. Tentar colonizar as várzeas dos nossos rios sem os trabalhos preliminares de saneamento é criminoso. Os exemplos do que se tem gasto na baixada fluminense, do que tem gasto o SESP para sanear cidades ribeirinhas e do que tem gasto o Governo do Território Federal do Amapá para elevar o nível de saúde da sua população são um atestado de que o Tesouro Nacional ainda não dispõe de recursos para iniciar uma obra dessa envergadura.

Agricultar as várzeas dos nossos rios pelo mesmo processo de nomadismo do nosso lavrador é repetir o erro das devastações com uma produção um pouco mais elevada à custa de trabalhos muito mais penosos.

Proceder ao destocamento das áreas determinadas e a abertura de canais para drenagem e irrigação implicam na utilização de um equipamento que só o Governo pode possuir e assim mesmo em proporções aquém das necessidades.

Pode o agrônomo aconselhar ao agricultor que se desloque da terra firme para a várzea? Falta-nos o complemento da ordem — os detalhes e os recursos para a execução.

Passemos agora para o segundo lado do triângulo que vos tracei no início — o do braço para o trabalho agrícola.

Os números que o I.B.G.E. alinha nas colunas dos seus anuários são uma grande advertência.

E fala a nossa densidade demográfica. A Amazônia é um grande deserto e este é o maior problema da agricultura na região.

Problema que se agrava dia a dia, embora com o crescimento da população, porque a proporção que cresce a população devia aumentar

a produção para que se não estabelecesse o desequilíbrio que se verifica entre os que consomem e os que produzem gêneros alimentícios, desequilíbrio esse que se reflete na nossa balança econômica, aumentando a nossa importação e devorando as nossas divisas.

Esta é a trágica encruzilhada dos fatores positivos e dos fatores negativos que controla a produção.

É o transporte para os mercados consumidores desanimando o produtor, mesmo nos Estados do Sul magnificamente servidos de rodovias e ferrovias.

É a assistência médica e escolar deslocando o agricultor para as cidades, premiados pela necessidade de melhorar as condições de saúde física e mental.

É a falta de assistência técnica retardando o anseio que tem o nosso lavrador de sair da rotina, de abandonar os processos indígenas que ainda hoje segue a sua agricultura.

É a ausência de Estabelecimentos de Crédito que lhe financie as atividades e lhe arranque das mãos de intermediários inescrupulosos e desumanos.

São os Institutos de Aposentadorias e Pensões e essa legislação social defeituosa que colocam à margem a classe mais necessitada de seu amparo.

São os salários ilusórios impostos por essa mesma legislação que estão aumentando o êxodo das populações rurais brasileiras.

É a indústria extrativa desviando parte do elemento humano para o seu trabalho desorganizado.

Tudo isto agravado pelo nomadismo de que antes vos falei.

Só há um caminho — o adensamento dessa escassa população em núcleos coloniais agrícolas onde se possa dar toda a assistência necessária para melhorar as condições de vida desses nossos irmãos do interior e impedir que eles se mudem para as cidades.

Vem em seguida a questão financeira, a questão do capital para o trabalho agrícola.

O nosso agricultor é pobre, paupérrimo, quase miserável.

O seu Banco é o comerciante do interior a quem antes de colher já deve tudo o que poderá produzir e que lhe foi entregue em gêneros alimentícios. Este é o ciclo vicioso de cada ano agrícola.

Os nossos estabelecimentos de crédito exigem garantias que o nosso agricultor não tem para dar. Nem a terra lhe pertence; esta é dos latifundiários que não plantam nem criam, e que também quase sempre não se incomodam que os caboclos nela localizem seus roçados; mas que permanecem alertas para o golpe contra os cofres públicos quando o Governo necessita dessas terras para um empreendimento qualquer, mesmo para a abertura de uma estrada que lhe venha valorizar o latifúndio.

Não há preço mínimo para o produtor, nem garantia para a sua produção. Não há crédito, não há financiamento. Estes só existem para agricultores e criados abastados que, rigorosamente, talvez pudessem prescindir deles.

É este, senhores, o panorama da agricultura brasileira, sob alguns aspectos semelhante em todo o País, sob outros particularmente, na Amazônia.

Chegamos agora à segunda palavra de ordem que as publicações nos trazem para a mobilização agrícola — suprir a deficiência de braços de que vos falei anteriormente com a mecanização da lavoura.

Será possível que essa gente não se lembra que a Amazônia é ainda semiselvagem e que, para um plano dessa envergadura, nós necessitaríamos inicialmente de preparar os homens para manejarem essas máquinas e de preparar as áreas onde essas máquinas possam apresentar um rendimento de trabalho compensador? E onde o capital para esses trabalhos preliminares e para a aquisição dessa maquinaria? Por que, antes desse conselho, não distribuíram escolas agrícolas pelo país como o Serviço Social de Indústria está espalhando escolas industriais para melhorar o nível de trabalho dos operários das nossas fábricas?

Depois de tudo que foi dito, os

senhores deverão estar fazendo um juízo tremendo das minhas convicções políticas e deverão estar pensando como um moço da minha idade pode abrigar em seu coração tanto ceticismo. E eu responderei ao vosso pensamento que não sou um cético nem um transviado. Que creio no futuro de nossa Pátria, nos seus destinos políticos e econômicos dentro dos postulados da Constituição que nos rege, e nos homens que nos governam e nos guiam.

E por acreditar em tudo isso é que aqui me encontro, honrado com a confiança de Sua Excelência o Governador Janary Gentil Nunes, sobraçando uma das pastas mais espinhosas do seu secretariado.

E vim para o Amapá conhecendo todas as dificuldades que vos alinhei, porque tinha a certeza do que aqui já se fazia e do que se pretendia fazer no propósito de encaminhar a solução dos problemas da produção.

Centenas de quilômetros de rodovias avançam para o interior para canalizar a produção.

Cento e oitenta e seis reprodutores já foram vendidos aos criadores do Território para pagamento a longo prazo.

Uma Escola de Iniciação Agrícola funciona no Território preparando os nossos agricultores.

Duas fazendas e dois postos de monta estão instalados e em funcionamento.

Um campo experimental para a cultura do arroz irrigado garante as sementes que distribuimos gratuitamente por nossos agricultores.

Dos Postos Agro-Pecuarários multiplicam sementes e estudam as técnicas mais aconselhadas aos nossos trabalhos agrícolas.

Um núcleo colonial, já com 62 famílias localizadas, assistidas e financiadas pelo Governo, se encontra em pleno desenvolvimento. Só esta Colônia produziu, este ano, cerca de 40 toneladas de arroz, além de outros gêneros.

Milhares e milhares de cruzeiros são dispendidos, anualmente, com sementes, ferramentas agrícola-

las, inseticidas e fungicidas e medicamentos veterinários para distribuição gratuita e revenda aos agricultores e criadores.

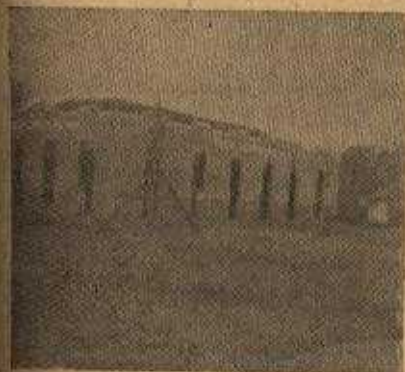
Seis agrônomos, quatro veterinários e dez práticos rurais, moços competentes e dedicados, percorrem o interior do Território assistindo a agricultura e a pecuária.

Dezesseis cooperações de agricultura mecanizadas foram feitas este ano. Nessas cooperações, o trabalho mecânico era inteiramente gratuito.

Cerca de vinte mil quilos de hortaliças, dezesseis mil ovos, e vinte e

um mil litros de leite foram entregues, pelo Governo, ao consumo da população durante o ano passado.

Eis o que já se fez no Amapá contornando as dificuldades de que antes vos falei, obra de um Governo profundamente humano e patriótico, e eis por que vos disse que não sou um cético nem um transviado, e creio no futuro da nossa Pátria, nos seus destinos políticos e econômicos, dentro dos postulados da Constituição que nos rege, e nos homens que nos governam e nos guiam.



## CASA "A VENCEDORA"

DE

**ZACARIAS NEVES & CIA.**

Vendem-se fazendas, armarinhos,  
ferragens — Estivas e Bebidas  
nacionais e estrangeiras  
A preços módicos

Oiapoque — Território Federal do  
Amapá — Brasil

## CASA AVEIRENSE

DE

**ANTÔNIO GONÇALVES FARIA**

Completo sortimento de Estivas,  
Fazendas, Ferragens, Perfumarias,  
Miudezas, etc.

PADARIA: Especialidade em pão comum.  
Compra aos melhores preços Ouro para o  
BANCO DO BRASIL

Avenida Caetano da Silva

Cidade Oiapoque — T. F. do Amapá

BRASIL



# PLANO RODOVIÁRIO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Cap. JANARY GENTIL NUNES.

1. O plano Rodoviário geral do Território Federal do Amapá ainda está em elaboração.

Ele compreenderá no futuro 4 partes:

I) Rodovia Macapá-Clevelândia.

II) Rodovia Macapá-Nascente do Jari.

III) Rodovia Macapá-Boca do Jari.

IV) Ligação Amapá-Calçoene-Cunani-Cassiporé.

2. As rodovias, em todas as suas características, podem ser consideradas Rodovias Nacionais satisfazendo às condições do Decreto n. 15.093, de 20 de março de 1944, que aprovou o Plano Rodoviário Nacional (ver alínea d), do item I e alíneas b), c), d), e) e f) do item 2, capítulo I).

3. As Rodovias Macapá-Nascente do Jari e Macapá-Boca do Jari, ainda não foram planejadas em face da deficiência absoluta das cartas topográficas e da falta de ligações terrestres com o Oeste e o Nordeste do Território para onde as comunicações são feitas exclusivamente ao longo dos rios e também pela insignificância dos núcleos de população localizados entre o rio Jari e o rio Vila Nova, nenhum ultrapassando de 100 habitantes. O Governo Territorial pretende realizar o seu estudo logo que disponha de pessoal e recursos.

A ligação Amapá-Calçoene-Cunani-Cassiporé não exige absoluta brevidade mas deverá ser tentada logo que for possível.

4. Rodovia Macapá-Clevelândia:

a) ligará Macapá, Capital do Território, situada na margem esquerda do Amazonas, à Clevelândia na margem direita do Oiapoque.

b) compreende os seguintes trechos:

|                                           |        |
|-------------------------------------------|--------|
| I — Macapá-Rio Araguari,                  | km 152 |
| Seção A:                                  |        |
| Macapá-Pôrto Grande .....                 | km 110 |
| Seção B:                                  |        |
| Pôrto Grande-Colônia Ferreira Gomes ..... | km 42  |
| II — Araguari-Lourenço (aprox.) .....     | km 180 |
| III — Lourenço-Clevelândia (aprox.) ..... | km 180 |
|                                           | 512    |

c) deverá ter as seguintes transversais:

|                                                                        |       |
|------------------------------------------------------------------------|-------|
| I — Da nascente do rio Falsino à cidade de Amapá (aprox.) .....        | km 75 |
| II — Lourenço à Vila de Calçoene .....                                 |       |
| III — Clevelândia à Vila de Ponta dos Índios do Oiapoque               |       |
| Seção A:                                                               |       |
| Clevelândia-Cidade do Oiapoque-Base Aérea-Santo Antônio (aprox.) ..... | km 20 |
| Seção B:                                                               |       |
| Santo Antônio-Vila de Ponta dos Índios (aprox.) .....                  | km 25 |

d) Histórico:

I — Constitui velha aspiração de todos os compatriotas que conhecem a peculiar situação geográfica da Guiana Brasileira, ver construída uma estrada ligando Ma-



Fig. 1 — Rodovia Macapá-Amapá

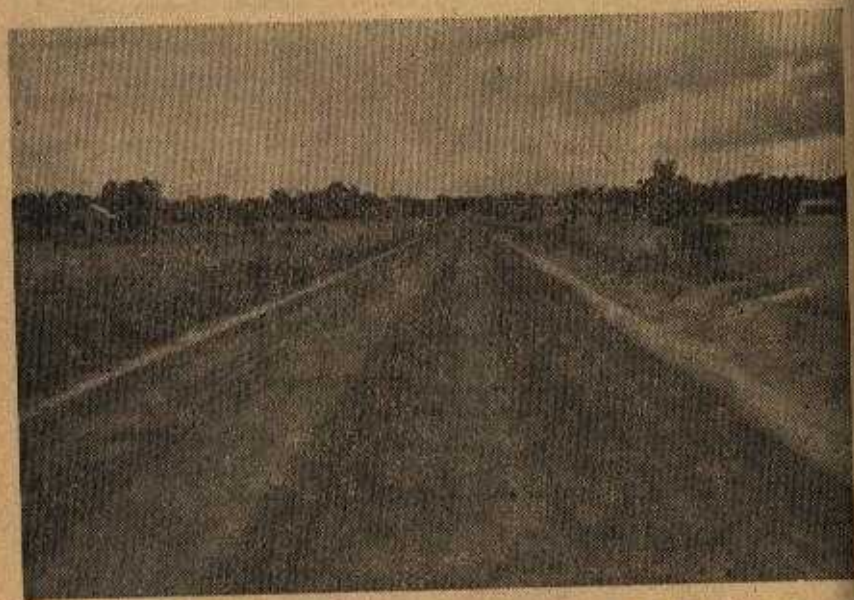


Fig. 2 — Rodovia Macapá-Pôrto de Santana, futuro ponto de embarque de manganês

capá (na margem esquerda do Amazonas) à Clevelândia (na margem direita do Oiapoque). Isso porque não somente duplicaria a única via de comunicação existente — o Oceano Atlântico, através da costa perigosa e indefesa —, como também abriria à colonização essa vasta zona interior que tanto ouro produziu no fim do século passado o que, no testemunho de todos aqueles que a percorreram, apresenta infinitas possibilidades de desenvolvimento rápido.

II — A idéia de construir essa estrada vem de longe. "A julgar por uma carta publicada em 1790, esse porto esteve ligado à Macapá por estrada", diz o General Rondon, numa conferência sobre o empreendimento, referindo-se a Porto Grande no rio Araguari. E assinala na mesma ocasião "que foi construída em 1853 a ponte da estrada para Macapá", mencionando um reconhecimento do então Capitão Polidoro Corrêa Barbosa, para atingir a Colônia Ferreira Gomes, no mesmo rio Araguari.

III — Em 1927, por iniciativa da Comissão Rondon, procedeu-se o reconhecimento dum trecho da Estrada Macapá-Clevelândia, conforme se pode analisar em minúcia em conferência do sertanista brasileiro. Em outubro de 1929 teve início a construção que, por motivos vários, paralizou em dezembro de 1930 com apenas 10 quilômetros de leito;

IV — Mais tarde outros oficiais voltaram à aspiração primitiva. Recentemente o Capitão Osmar Corrêa Dutra, do Estado-Maior da 8ª Região Militar efetuou novo reconhecimento;

V — Em outubro de 1938, quando era intensa a exploração do ouro no alto rio Araguari e no rio Amapari, saiu um caminhão de Macapá e orientado por um guia, trilhou em várias etapas, rota semelhante à percorrida pelo Capitão Polidoro em companhia do Tenente Joaquim Vicente Rondon, onze anos antes, atingindo Porto Grande, numa caminhada de 120 quilômetros, através "planície de campos que se estendem a perder de vista";

VI — Desde então esse trilho vem sendo transitado por caminhões. O

único benefício recebido para se tornar trafegável foi o próprio rodar dos pneumáticos, depois que o primeiro chofer fez derrubar a terçado pequenos arbustos que se encontravam nos campos;

VII — No ano de 1943 a Prefeitura de Macapá prosseguindo a idéia mandou continuar o trilho, tendo um caminhão percorrido 48 quilômetros entre Porto Grande e um Porto distante 10 quilômetros da antiga Colônia Ferreira Gomes deixando assim reconhecida toda a primeira seção da estrada Macapá-Clevelândia, conforme a visualização do General Rondon. A Prefeitura gastou nesse reconhecimento a verba de Cr\$ 12.000,00, inclusive pagamento do caminhão, do pessoal e do rancho.

VIII — Em 1945 o Governo do Território mandou proceder o reconhecimento da seção Macapá-Porto Grande tendo sido locados 76 quilômetros e construídos 24 quilômetros com os exíguos recursos disponíveis;

IX — No momento esta sendo procedido a exploração da seção Porto Grande-Colônia Ferreira Gomes;

X — Ainda carecem de estudo o segundo trecho entre o rio Araguari e a localidade de Lourenço, ponto central de grande valor para onde convergem as cabeceiras dos rios Calçone, Cunani, Cassiporé, Uassá, Curipi, Cricú e Anotais, isto é, rios que deságuam no Atlântico e no baixo e médio Oiapoque e o terceiro trecho entre Lourenço e Clevelândia;

XI — O segundo trecho revela importância incalculável porque deverá contar duas transversais:

— a principal: ligando a estrada tronco à Vila de Amapá, local em que se encontrava a base aérea norte-americana (militar e naval);

— a segunda: ligando Lourenço à Vila de Calçone ladeando assim as cachoeiras que tornam muito onerosa e difícil a comunicação com aquela zona mineira, impedindo mais ampla exploração;

XII — Também não foi estudada a transversal que partindo das proximidades da nascente do rio Fal-

sino deverá passar pela Base Aérea do Amapá e finalizar nesta cidade;

XIII — Ainda no século passado existiu uma estrada monocarril ligando a vila de Calçoene a Lourenço. Depois que o Território Contestado passou para o Brasil a estrada ficou em completo abandono, estando hoje inteiramente no mato. Parte dos trilhos foi arrancada e vendida por particulares. Será necessário novo reconhecimento pois que o percurso anterior exigia numerosas obras de arte.

ao seu despovoamento atual, não requer urgência;

XV — A recente descoberta do manganês e estanho (cassiterita) no rio Amapari, este em franca exploração, impõe a realização imediata do primeiro trecho Macapá-Pôrto Grande-Colônia Ferreira Gomes. No rio Araguari, situado entre estas duas últimas povoações, existem numerosas cachoeiras que no futuro deverão abastecer de energia elétrica barata, não só a Capital como toda a parte Central



Fig. 3 — Balsa no Rio Araguari. Ao fundo o Município de Macapá

Essa é a segunda da transversal à rodovia Macapá-Clevelândia;

XIV — A transversal Clevelândia-Vila de Ponta dos Índios, já tem a sua primeira secção entre Clevelândia-Cidade do Oiapoque-Base Aérea e Santo Antônio, reconhecida e projetada.

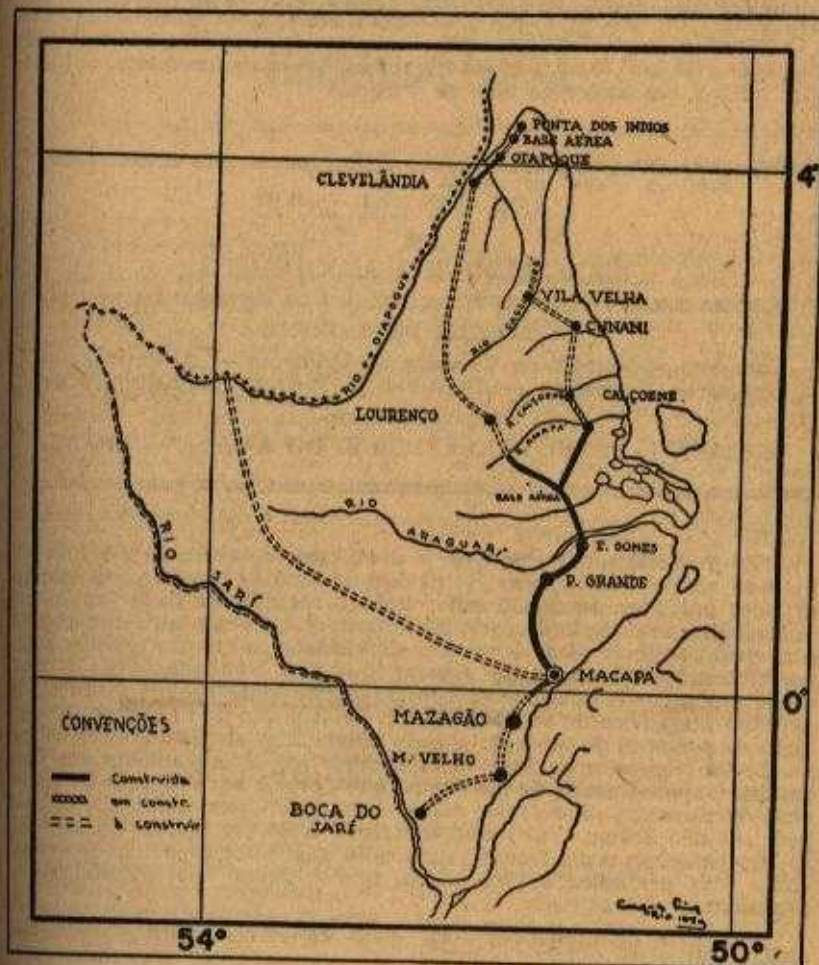
Sua construção apresenta interesse imediato para ligar os núcleos da população brasileira localizados na margem limitrofe do Brasil com a Guiana Francesa.

A secção entre Santo Antônio e a Vila de Ponta dos Índios, devido

do Território. O Governo está empenhado em criar nessa zona rica em borracha, madeira, sementes oleaginosas e minério, um núcleo colonial federal como primeiro degrau de acesso pelos rios Amapari e Araguari à linha fronteiriça ao norte do Território, inteiramente despovoada e desconhecida;

XVI — A estrada Macapá-Clevelândia não consta do Plano Geral de Viação Nacional (1934) e nem do Plano Rodoviário Nacional (1944).

# PLANO RODOVIÁRIO DO T. F. DO AMAPÁ



Quando Chefe do Estado-Maior do Exército, General de Divisão Cristovam de Castro Barcelos, assim opinou a seu respeito :

— "O Estado-Maior do Exército reconhece que ela é, histórica e politicamente, a espinha dorsal do Território, fator poderoso na manu-

tenção dessa fronteira e auxiliar precioso na defesa dos acessos norte à bacia amazônica".

5. Não será possível pensar em colonizar o Território do Amapá, integrando na economia nacional as suas riquezas iminentes tais como o ferro — que veio modificar com-

pletamente o problema da exportação desse minério do Brasil, o manganês, considerado dos melhores do mundo e de fácil aproveitamento, a cassiterita e a tantalita, todos revelados há pouco, sem executar o seu Plano Rodoviário.

Certamente, num Território em que tudo está por fazer, ele constitui, apenas, um esboço da rede de

comunicações que, lustro a lustro, terá de ser ampliada e revista.

6. Nenhum investimento de Capital mais garantido e lucrativo a União poderá fazer do que construir as rodovias sugeridas para o Território do Amapá, permitindo o desbravamento e a circulação das suas matérias primas, outrora relegadas ao mais completo esquecimento.

## CASA FÉ EM DEUS

DE

ISAAC MENAHEM ALCOLUMBRE

COMPRA PELOS MELHORES PREÇOS TODOS OS GENEROS DA REGIAO  
ARMAZÉM DE ESTIVAS

Completo sortimento de Tecidos — Miudezas — Armarinho —  
Louças. — Ferragens — Perfumes e Produtos alimentícios de  
1ª qualidade, etc.

MACAPÁ — TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ — BRASIL

"Só o oficial subalterno pode e deve estar ao corrente das funções de cada um de seus homens; se os de posto mais elevado, comandando grandes unidades, tentarem saber tudo a respeito de cada função, as árvores lhes impedirão de ver a floresta, tornando-os contraproducentes e mesmo perigosos. Isso é tanto mais verdadeiro quanto mais se sobe na hierarquia. Não se pode esperar que um comandante de C.Ex. dirija um carro de combate ou construa uma ponte Bailey, assim como nenhum brigadeiro do ar pode ser um hábil piloto de caça ou conhecer todas as pecinhas de um aparelho de radar. Eles souberam essas coisas no devido tempo, mas hoje, se tentarem pôr-se novamente em dia, resultará apenas perda de um tempo que deveria ser dedicado ao exercício do comando. Por favor, não pensem que quero dizer que os brigadeiros não devem voar; pelo contrário, creio ser isso essencial. Mas se eles passarem o dia fazendo uma coisa que é obrigação dos tenentes, então será prejudicada uma outra, que é dever dos brigadeiros — comandar".

("A Arte de Comandar", Sir John Slessor, Military Review, setembro, 1950.)

\* \* \*

"Há poucas coisas mais temíveis do que um homem sem critério, mas corajoso e decidido. Lembro-me das três categorias de oficiais, segundo Moltke: os inteligentes e trabalhadores — excelentes oficiais de estado-maior; os inteligentes mas preguiçosos — marcados para o exercício de comandos elevados; finalmente, os estúpidos mas trabalhadores — um perigo para o Exército, exigindo reforma imediata".

("A Arte de Comandar", Sir John Slessor, Military Review, setembro, 1950.)

# JUSTIFICAÇÃO DO PLANO RODOVIÁRIO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Eng. Civil HERMÓGENES DE LIMA FILHO,  
Diretor da Divisão de Obras

## 1) Considerações gerais.

O Território Federal do Amapá e seus irmãos gêmeos, foram criados como medida de segurança das fronteiras, além de objetivar a recuperação da terra e do homem que integram as áreas limítrofes da Pátria. Todos eles, sem exceção, resultaram de sábia escolha, distinguindo-se porém, pela sua excepcional importância, o Território do Amapá.

Situado no extremo norte do Brasil, frente às Guianas, constitui a sentinela avançada do patrimônio nacional, com vastas lindes despoçadas pelo leito do rio Oiapoque de um lado e, de outro, possuindo extensa costa oceânica aberta à penetração estrangeira, indefesa e desguarnecida.

Célebre desde o século passado pelas suas riquezas, tendo testemunhado primeiro a grande invasão de povos de várias raças, ávidos ao seu ouro então abundante no Calçoene e havendo participado depois das lutas para expulsar os invasores, o Amapá representa uma região preciosíssima que reclama assistência imediata da União.

A localização em seu solo de ricas jazidas de ferro; a descoberta recente de formidáveis jazidas de manganês de alto teor, talvez as mais possantes do hemisfério ocidental; a exploração de ouro e de cassiterita que se processa e se amplia; a existência de cerca de cinquenta mil cabeças de gado bovino, impõem medidas urgentes que possibilitem a sua expansão econômica e social ao mesmo tempo que fa-

cilitem uma colonização mais rápida por elementos nacionais.

Além disso, cumpre ressaltar a necessidade premente, de ordem estratégica, de criar uma via de penetração terrestre na direção da fronteira, duplicando o único caminho hoje trilhado, a costa oceânica, desprotegida e perigosa.

A ligação rodoviária dos núcleos de habitantes isolados no interior do Território, virá fomentar nova vida e intenso surto de progresso e dela surgirão conseqüentemente outras fontes de riqueza.

Estes argumentos por si só, ditados e meditados no contacto permanente e no conhecimento da terra e dos seus elementos, bastariam para justificar a existência do Plano Rodoviário do Território Federal do Amapá, tomado como alicerce para a expansão brasileira no seu extremo norte, e sugere a sua inclusão no Plano Rodoviário Nacional.

## 2) Rodovia Macapá-Clevelandia.

Para justificá-la inteiramente basta citar o parecer emitido pelo saudoso General de Divisão Cristóvão de Castro Barcelos, quando Chefe do Estado-Maior do Exército, o qual assim opinou:

"O Estado-Maior do Exército reconhece que ela é, histórica e politicamente, a espinha dorsal do Território, fator poderoso na manutenção dessa fronteira e auxiliar precioso na defesa dos acessos norte à bacia Amazônica".

a) 1º Trecho — Macapá-Araguari.

Foram descobertas recentemente magníficas jazidas de manganês avaliadas por técnico patrício como suficiente para vinte e cinco milhões de toneladas de ferro, apenas considerando os depósitos vistos à superfície do solo. Encontram-se no rio Amapari, afluente direito do Araguari, a cerca de cem quilômetros do seu desagudouro neste mesmo rio. O Amapari tem a largura mínima de oitenta a cem metros e conta com inúmeras cabeceiras, sem significação no inverno, porém perigosas no verão. É possível dinamitar os seus canais e percorrê-los com lanchões de pequeno calado e grande carga.

O minério de manganês poderá ser transportado assim até Porto Grande, de onde seguirá ao porto de embarque, a ser construído no rio Amazonas, pela rodovia Porto Grande a Macapá, seção a do primeiro trecho da rodovia Macapá-Clevelândia, a rodovia tronco do Plano Rodoviário do Território.

É inútil salientar a importância dessa seção, que vem sendo preparada com uma lista de rolamento para duas faixas de tráfego, de acordo com as modernas normas de estradas federais.

Se for explorado esse minério de manganês, como tudo indica para muito breve, pois já foi considerado reserva nacional, poderá ser construída uma ferrovia que será necessária para a exportação de grandes toneladas. Vinda assim levará tempo e terá profunda dependência da rodovia Macapá-Porto Grande, quer para a sua construção, quer para o seu funcionamento. Não deve ser esquecida também a produção crescente de cassiterita, extraída em vários pontos dos rios Amapari e Araguari, cujo caminho de exportação é o mesmo.

Verifica-se pelo exposto, a importância primordial da seção a do primeiro trecho da rodovia tronco, em face da obrigatoriedade do tráfego entre Porto Grande e Macapá.

Uma pequena inspeção no mapa confirmará o que dizemos.

Coisa semelhante ocorre com a seção b do primeiro trecho, entre

Porto Grande e Colônia Ferreira Gomes.

O rio Araguari, nesse percurso, é inteiramente encachoeirado. A subida pelo rio é penosíssima e dura dois a três dias de viagem fatigante e perigosa. A baldeação constante da carga em cada cachoeira mais difícil, onera as mercadorias e impede a circulação natural.

A seção b compreende cerca de 40 quilômetros de rodovia, necessitando de pequenas obras de arte. Ela permitirá o abastecimento de Porto Grande, do Amapari, do Araguari e de Macapá, pelo escoamento dos produtos agrícolas e de criação do baixo Araguari. Possibilitará também melhor assistência às populações que ali vivem. Assim Colônia Ferreira Gomes será a sede coletora de toda a população do baixo Araguari, como Porto Grande o é do alto.

b) 2º Trecho — Araguari-Lourenço.

Sabemos que o Território do Amapá, nos vales dos rios Araguari, Frechal do Amapá, dispõe de grandes reservas de gado. Atualmente o transporte para as cidades é feito em barcos e canoas, de forma morosa, reduzida e cara.

Construído o segundo trecho entre o Araguari e Lourenço, ligando o Araguari às cabeceiras do Calçoene e do Cassiporé, atravessando os vales dos rios Tartarugal, Frechal e Amapá Grande, passando pela cidade de Amapá e pela Vila de Calçoene, abrangendo extensa zona central do Território, rica em pecuária e ouro, o transporte do gado e de mercadorias será feito facilmente, utilizando-se chassis gigantes.

A região do Amapá poderá vir a abastecer todo o Território, quer para o sul em direção a Macapá, quer para o norte no rumo do Oiapoque, como está delineado no Plano Rodoviário Territorial.

c) 3º Trecho — Lourenço-Clevelândia.

O último trecho da rodovia tronco, liga a cidade de Lourenço ao rio Oiapoque, extremo norte do Território e do Brasil.

Coberta de densas matas essa zona é riquíssima em madeiras de lei. A cidade de Oiapoque em frente a de Saint George na Guiana Francesa, é base de intercâmbio comercial.

Atualmente o Oiapoque só tem ligação regular com a capital e com o resto do país por avião semanal. Embarcações a motor e à vela frequentam-no sem data marcada. Seu progresso, com a execução da rodovia tronco, será imediatamente acelerado. Possivelmente, com a consecução do Plano Rodoviário, Oiapoque virá a ser o pólo de abastecimento de madeiras de lei, já estando o Governo com o projeto de dar facilidades à instalação de uma grande usina para extração e beneficiamento de madeira. Poderá ser aproveitada a energia da cachoeira *Grand Roche* de considerável potencial.

d) *Transversal para a cidade do Amapá e transversal Calçoene-Lourenço.*

No momento há toda conveniência em ligar os núcleos de população já existentes no interior. O trecho entre o rio Tartarugal e Lourenço, em rumo direto, está completamente despovoado. Por isso a transversal para a cidade de Amapá será atacada em primeiro lugar, bem como a ligação com Calçoene e a transversal Calçoene-Lourenço. Esta merece alto interesse. É tal o valor da região que, antes do Contestado, os franceses construíram em parte uma estrada ferroviária ligando esses dois pontos. O traçado da transversal aproxima-se muito do da antiga ferrovia, atualmente tomado pelo mato. A Vila de Calçoene está muito próximo do Oceano e suas cachoeiras, uma das quais fica defronte da Vila, dificultam a navegação até Lourenço.

A solução adequada e exata é então a rodovia.

\* \*

Quem observar o mapa notará que verdadeiramente a rodovia Macapá-Clevelândia é a espinha dorsal do progresso do Território

do Amapá. Nada se fará em conjunto, se não for realizada. Poderá haver desenvolvimento na capital, porém o interior, de onde vem a riqueza e virá o necessário para a auto-suficiência do Território, continuará vegetando, como sempre esteve, dependendo de barcos a motor e à vela, pois os navios não chegam à maioria dos seus núcleos de habitantes.

3) *Rodovias Macapá-Nascente do rio Jari e Macapá-Foz do rio Jari.*

Elas formam, com a Rodovia Macapá-Clevelândia, o arcabouço rodoviário do Território.

Se fizermos um pequeno estudo, ou verificarmos pelo mapa, notamos que o rio Jari, divisório com o Estado do Pará, é um dos de maior importância do Território e um dos maiores em extensão. Na sua bacia está situada a mais vasta exploração de borracha e de castanha.

Como sempre, agora o transporte se faz pelo rio, vencendo uma série de dificuldades que oneram o produto e desanimam o explorador. Não é mais possível, porém, com a expansão econômica do Território, continuar a depender disso. Torna-se de necessidade absoluta, esse triângulo rodoviário, tendo Macapá como vértice principal.

Impõe-se a construção desses trechos, um dos quais liga a capital à cidade da Mazagão, base importante como coletora das rendas da futura exploração das minas de ferro do rio Vila Nova.

Outro ramo, ligando Macapá às minas de ferro de Santa Maria, será a condição "sine-qua-non" para o transporte daquele minério e abastecimento industrial da região. A previsão da rodovia até as nascentes do Jari, indica a primeira fase da construção da grande rodovia, que deverá ligar o Território do Amapá ao Território do Rio Branco, rodovia essa, fazendo frente às fronteiras do Norte, das Guianas à Colômbia. Quem será capaz de negar a sua utilidade e necessidade estratégica, encarada sob qualquer ponto de vista?

O Plano Rodoviário Territorial é o fator básico para atingir os objetivos previstos com a criação do Território Federal do Amapá. Daí se justifica a sua imediata exe-

cução, a necessidade de vasto e pronto auxílio e também a sua inclusão no Plano Rodoviário Nacional.

## BAR AMAPAENSE

DE

Lacerda & Viana

ESPECIALIDADE EM BEBIDAS, SORVETES, REFRESCOS.  
ARTIGOS DE MERCEARIA — FRUTAS E IGUARIAS  
MACAPÁ — TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

## OS "ARMAZÉNS MACAPÁ"

E SUA FILIAL

"CASA DO CABOCLO"

DE

VASQUES & CIA.

Permanente exposição de artigos nacionais e estrangeiros — Importadores diretos das melhores fábricas — Artigos de ferragens, estivas, material elétrico e distribuidores dos afamados Rádios R.C.A. Radiola, para o Território Federal do Amapá

A CASA QUE VENDE AOS MELHORES PREÇOS DESTA PRAÇA  
MACAPÁ — TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

"Se um homem fôr incapaz de alterar suas idéias é que provavelmente elas são muito raras".

"Assim, o Chefe competente deve ter a força de vontade para tomar suas decisões e fazê-las executar até o fim, sendo porém capaz de alterá-las instantaneamente, se a situação o exigir".

"Uma das provas mais árduas a que é submetida a força de vontade de um homem é persistir naquilo que ele sabe ser uma dura decisão — talvez seitado confortavelmente em seu gabinete, enquanto seus homens estão morrendo. Ele não será um chefe se não puder enfrentar tal situação, se esquecer que 500 baixas hoje poderão salvar 50.000 homens amanhã. Na guerra passada, isso foi muitas vezes esquecido".

("A Arte de Comandar", Sir John Slessor, Military Review, setembro, 1950.)

# HISTÓRICO DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

Ten. RUY GAMA DO NASCIMENTO

Quem percorre o Brasil inteiro há de encontrar, por toda a orla litorânea e por todas as fronteiras terrestres, os velhos fortes construídos no período colonial.

Muitos estão reduzidos a escombros, outros ainda estão sendo utilizados devidamente; mas, úteis ou não, eles são o símbolo de uma época longínqua e foi com eles que garantimos a existência nacional desde o começo.

Uma visita a um monumento como o é a Fortaleza de São José de Macapá, só pode ser motivo de emoção e de exaltação patriótica. Pisar suas pedras seculares e alisar suas paredes que desafiam os tempos é mergulhar num passado de heroísmo, heroísmo de que tanto deu provas aquela gente lusitana da qual descendemos.

A Fortaleza de Macapá, além de grandemente emocionar, entusiasma e exalta o patriotismo e alimenta o orgulho racial.

Um povo que soube descobrir e que fez mais, soube defender e preservar a unidade de uma pátria tamanha, foi realmente um grande povo.

A histórica Fortaleza de São José de Macapá é bem uma prova magnífica e perene de sua competência na arte da guerra, ao tempo. Uma grandiosa prova do seu absoluto valor, de sua sabedoria política, foi o criar, contra tudo e contra todos, uma pátria que hoje é nossa.

As velhas fortificações são obras que marcam o amor e heroísmo daqueles que se dedicaram à nossa terra. Devemos empreender o máximo dos nossos esforços no sentido de conservá-las e recuperá-las como ensinamento e exemplo de civismo, como legado de nossos

avós que transferiremos aos nossos filhos.

A Fortaleza de Macapá é uma relíquia histórica, é uma sombra luminosa do passado que, nos fins remotos do norte pátrio, ainda tem grandeza bastante para se projetar sobre a nação inteira, como exemplo de valor pessoal, da dignidade de soldado, do heroísmo da gente do Brasil.

No decorrer do tempo a Fortaleza de Macapá vem renascendo, resurgindo das ruínas, sob o influxo dinâmico da Administração Territorial, como impondo-se à eterna advertência proclamadora de nossas gloriosas origens.

Sabemos que nela o negro, seu obreiro paciente e resistente trabalhou, assim como o índio Tucujus, este erguendo-a para a própria defesa de sua terra natal, muito embora trabalhador recalciante, desobediente e obstinado, mas determinado, valioso e imprescindível.

Sabemos também que foi o Português o elemento vigoroso e incansável, que permitiu, no decorrer de alguns séculos, a formação da grande Pátria comum e livre, que é o nosso querido Brasil!

As velhas fortificações atestam a decisão do gênio luso na sua tarefa de descobrir, povoar e defender seus descobrimentos com tenacidade incomparável na história. Elas nos permitem amar o passado e refazer pela imaginação a infância de nossa grande Pátria.

A resistência natural dos índios e a tenacidade dos holandeses na ocupação das terras do grande rio, ou seja o Amazonas, foram os iniciais obstáculos que os Portugueses tiveram de enfrentar e seriamente combater no Pará.

De começo, concomitantes, depois permanecem em tentativas vãs, apenas o primeiro desvanecendo o último sob o peso de constantes reveses.

Certamente que se devia prolongar a luta contra os aborígenes, não mais com a tremenda e selvagem impetuosidade dos primeiros choques, em que os naturais ou invadidos tomam a defensiva contra os invasores, porém, num estado perseverante, podemos dizer, em o qual vai o conquistador, pelo almejado interesse próprio, em busca do infeliz conquistado já desiludido de sua resistência.

Se a vitória da conquista devia reduzir a esse estado a importante questão dos índios, por outro lado a expansão geográfica certamente levaria os conquistadores às fronteiras limitrofes, instaurando latente e porfiada desarmonia de uns com os outros.

Dos fatos expostos e, também, da necessidade de fiscalização da coleta, nasceram as fortificações, erguidas assim, ora para atender a investida selvagem dos índios, ora para impedir qualquer tentativa de vizinhos audaciosos e belicosos, e muitas vezes de modo indiscutível, para dominar pontos no rio nos quais a disposição topográfica facilitava a ação do fisco.

Verifica-se que eram simples pontos ou pequenos redutos, fadados a desaparecer em sua maior parte; mas constatada-se também que na Amazônia presidiu a solidez da obra secular.

No Estado do Pará resta em condições de ser reconhecida, na sua própria estrutura, como anticalhas sem préstimo e desprezada, o Forte do Castelo, na sua Capital, Belém, e de alguns outros, apenas vestígios, como em Obidos, Santarém e Gurupá.

O Governo do Território Federal do Amapá tem empreendido o máximo dos seus esforços para conseguir, por intermédio das autoridades competentes, um só objetivo: o de retornar a Fortaleza de Macapá um orgulho do povo brasileiro, reconstruindo, conservando e aproveitando-a totalmente, para que, as clarinadas dos dias festivos e o rufar dos tambores em seus

fastos angustiosos, ainda guardem o eco sempre solene dessas sonoridades em que repousam a sua tradição.

Vejamos, a seguir, um pouco da história dessa monumental reliquia, assim como da vila e posteriormente cidade de Macapá, hoje Capital do progressista Território Federal do Amapá.

A divisa das terras das coroas de Portugal e da França, apesar de tratados aceitos reciprocamente, constituiu em um longo período da história do Brasil, uma questão latente e irritante, que trouxe constantemente alerta os Governadores do Grão-Pará.

Mistér se torna mencionar aqui, como prova dessas agitações, as invasões levadas a efeito pelos franceses e hespanhóis e filibusteiros ingleses e holandeses, à região dos Tucujus, hoje Território Federal do Amapá, ocupando os fortes Felipe, de Cumau e Santo Antônio de Macapá — este construído no mesmo lugar do segundo — a 10 de março de 1631, pelos ingleses, enviados do Duque de Buckingham, e a 31 de maio de 1697, pelo francês Marquês de Ferrolles, enviado de Luiz XIV.

A Fortaleza de Santo Antônio, tomada pelas tropas francesas de Ferrolles, fôra construída em 1688, por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, quando Capitão-mór do Pará, sobre os escombros da Fortaleza de Cumau, assaltada e destruída, em 1632, pelo seu tio Feliciano Coelho de Carvalho que, dela, expulsara os ingleses.

Sabedor do sucedido, Antônio de Albuquerque faz partir uma expedição militar sob o comando de Francisco de Souza Fundão, composta de 160 soldados e 150 aborígenes flecheiros dos mais belicosos. Anteriormente, Ferrolles, em carta dirigida a Antônio de Albuquerque, pretende justificar a invasão e posse da Fortaleza de Santo Antônio de Macapá, situada no canal de Santana, na terra firme de Macapá, fronteiro à ilha de Santana. A resposta foi o que acima se viu. Fundão levou instruções severas e uma carta a Ferrolles, em que Albuquerque o intimava a abandonar

a Fortaleza e a retirar-se para a Guiana Francesa, sob pena de ser a isso compelido pelas armas, porque não seria impunemente que se tomava uma fortificação de "El-Rei de Portugal". A fim de que não houvesse insucesso da expedição, Albuquerque enviou o cabo João Muniz de Mendonça, com um pequeno reforço, a fim de secundar a Fundação na ação contra os invasores franceses. Dentro de pouco tempo a expedição atinge o canal da ilha de Santana e desembarca bem em frente ao forte, de onde po-

terra firme, ocupam uma olaria que ficava situada próximo ao forte e iniciam o ataque ao mesmo, já pressentidos pelos atacados. Trava-se então o combate, tendo a praça de guerra sido cercada por todos os flancos de terra.

Não obstante, Fundação, de início, vê dois de seus homens tombarem mortos. Em consequência, mandou que tocassem retirada, o que não se efetuou pela providencial chegada do cabo João Muniz de Mendonça com o reforço, pois, opondo-se a tal medida, imediatamente

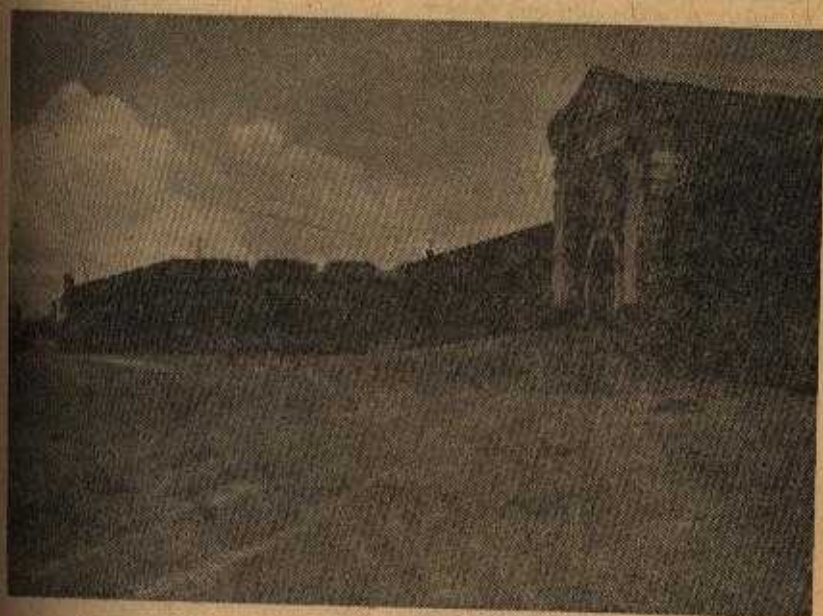


Fig. 1 — Entrada principal da Fortaleza

dia observar todos os movimentos dos invasores. Depois de uma artilhada e espontânea proeza do soldado Miguel Silva, em fazendo com que os franceses ficassem ilhados, reabando-lhes uma canoa de pesca sob grande chuva de balas, aguardaram o ataque.

Ao amanhecer do dia seguinte ao desembarque, hora preferida pelos aborígenes, Fundação e seus comandados, sem fazer o mínimo ruído, sob rigoroso silêncio, retornam às embarcações, passam à

assaltou um dos flancos da Fortaleza, tomando-lhe um dos portões, de onde faz mortífero fogo sobre os franceses. Pouco depois, a guarnição que até então ocupava o forte se rende; incontinenti é feito descer do mastro a bandeira francesa dos invasores, tornando a tremular na Amazônia a bandeira de Portugal, isso em meados de junho de 1697.

Assim terminou a invasão francesa do Marquês de Ferrolles, a qual foi o primeiro golpe aplicado

pela França, tendente a estabelecer-se dentro da Amazônia, com franco esbulho aos direitos do Brasil.

Essa região, teatro, nos primordiais tempos da conquista de lutas encarnicadas, foi mais tarde objeto de sérios cuidados para os portugueses, pela sua proximidade da Guiana Francesa e pela idéia de conquista, como atrás disse, por parte da França, Espanha, Inglaterra e Holanda.

Dai a idéia persistente dos nossos administradores de antanho em fortificar devida e convenientemente a região, de tal modo que ficasse garantida, também, a vida dos povoadores em caso de invasão. Em carta datada de 5 de outubro de 1738, dirigida ao Rei, discutiu o Governador e Capitão-General do Pará, João de Abreu Castelo Branco, aquela idéia, demonstrando a urgência de cuidar da fortificação das terras de Macapá, que se encontravam completamente desamparadas, pois a Fortaleza de Santo Antônio de Macapá já era um montão de ruínas e assim expostas a outra qualquer surpresa, por parte dos franceses, principalmente.

Decorridos alguns anos de constantes considerações a respeito, dos Governadores que sucederam Castelo Branco, em 1752, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, insistia pela fortificação de Macapá, agora baseado nas informações de um oficial francês de Caiena, sobre o projeto que tinha o Rei da Prússia de fundar um estabelecimento colonial na América.

Ao governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, um dos mais eminentes administradores do Pará, coube a tarefa de fundar a vila de São José de Macapá.

Nas instruções régias, públicas e secretas, que D. José I lhe entregou para fins de execução, recomendou-lhe mui especialmente o estudo da proposta do governador Gurjão, sobre a Fortaleza na Costa de Macapá, examinando imediatamente qual devia ser o seu formato, sua força, e os meios que se podiam aplicar para a pronta concretização da obra.

O governador Mendonça Furtado apressou-se por cumprir essas ins-

truções pois, chegando ao Pará em fins de setembro de 1751, na primeira quinzena de dezembro desse ano, organizava uma expedição sob o comando do Sargento-mór João Batista do Livramento, para fundar a "nova povoação e reforçar o pequeno reduto ali erigido" em 1738.

Ao comandante deu instruções detalhadas e extensas sobre os principais assuntos; recomendou-lhe especialmente a paz e concórdia entre os moradores, a obrigatoriedade do trabalho, a liberdade dos índios, os franceses de Caiena, etc.

Governava então o destacamento de Macapá o ajudante Manuel Moreira de Abreu e paroquiava a aldeola o padre Miguel Ângelo de Moraes, aos quais o governador Mendonça Furtado escreveu, orientando-os sobre o que desejava levar a efeito. A expedição, em seu maior número composta de colonos ilhéus que vinham estabelecer-se no Grão-Pará, partiu para Macapá ainda em dezembro, levando um comboio de mantimento, utensílios e ferramentas.

Em princípio de 1752, de modo ativo, já os colonos trabalhavam nos seus diferentes misteres procurando melhorar as condições em que se encontravam. A 7 de março do mesmo ano, em Macapá chegava inesperadamente o governador Mendonça Furtado, visto haver sido informado que uma epidemia assolava os colonos, verificando-se algumas vítimas. Consigo levava o único médico que havia no Estado e tudo quanto se fazia necessário para combater o terrível mal.

Aproveitou esta oportunidade para estudar a situação Geográfica e Topográfica da nova povoação, ficando excelentemente impressionado com o que verificara.

Escrevendo a D. José I, de volta desta viagem, teve oportunidade de dizer: "A povoação está muito bem situada em um sítio pouco iminente com larguíssima vista, excelentes ares, e iguais águas. Tem sítio para se fazer uma grande fortificação de sorte que fique a povoação toda dentro dos muros, e se Vossa Majestade entender bastará fortificação mais pequena pois também tem sítio muito bom para

ela, ficando pela banda do mar cobrindo a povoação".

Macapá recebendo sucessivos reforços de colonos, desenvolveu-se bastante, tanto mais quando um diretor militar chegou a superintender todos os trabalhos, compenetrando os moradores ao amanho das terras e vedando que ali se continuasse a torpe e exclusiva exploração do braço indígena.

Quando em princípios do ano de 1753, partiu o Governador para o Rio Negro, a fim de encontrar-se com o Plenipotenciário e primeiro Comissário Castelhana das futuras demarcações, esteve de passagem em Macapá, assistindo, a 4 de fevereiro de 1753, a cerimônia da elevação da Povoação à Categoria de Vila, com o nome de São José de Macapá.

Presidiu e dirigiu o ato do levantamento do pelourinho, na praça de São Sebastião, hoje da matriz, o ouvidor geral e corregedor Pascoal de Abranches Madeira Fernando.

Partindo Mendonça Furtado para Portugal, em 1759, a fim de desempenhar as altas funções de Secretário de Estado dos Negócios do Reino, o seu sucessor Manoel Bernardo de Melo Castro prosseguiu com perseverantes esforços, no projeto de tornar Macapá um grande centro agrícola e industrial.

A 6 de março de 1761, efetuou-se a bênção e inauguração da Igreja Nova, que se acabava de construir, assistindo Melo e Castro à cerimônia e aproveitando a oportunidade para dar úteis providências sobre a boa ordem dos serviços Públicos.

Finalmente, em 1764, se tratou de levantar a planta da Fortaleza de São José de Macapá e de se dar princípio à sua construção: em janeiro desse ano o Governador e Capitão-General Fernando da Costa Ataíde Teive foi à vila de São José de Macapá e aí, em companhia do engenheiro Henrique Antônio Galúcio e outros profissionais, assistidos João Angelo Brunelli e Miguel Antônio Ciêro, e os engenheiros Gaspar João Geraldo de Gontella, Domingos Sambucete e Antônio Laude examinou o terreno

e aprovou o plano geral da Fortaleza.

Esse plano, grandioso e belo, foi obra daquele engenheiro, que nele trabalhou por mais de dois anos.

No dia 2 de janeiro deu-se início ao serviço do delineamento da Fortaleza no solo e aos trabalhos preliminares e, a 29 de junho do mesmo ano, dia de São Pedro, lançou-se a primeira pedra no ângulo do baluarte sob a invocação desse Santo, com o cerimonial de estilo, achando-se presente o Governador Ataíde Teive, o Coronel Nuno da Cunha de Ataíde de Varona, Comandante Militar da Praça, o engenheiro Henrique Antônio Galúcio, Senado da Câmara e todas as autoridades militares, civis e religiosas da vila.

A planta indicava que a Fortaleza seria do sistema Vauban, de oitava classe, em quadrado, com baluartes pentagonais nos vértices. A estes baluartes deu o Governador os nomes de Madre de Deus, São Pedro, Nossa Senhora da Conceição e São José.

As obras continuaram com tanta celeridade quanto permitia os recursos da terra e o dinheiro dispendido pelo Governo; a direita da vila, hoje cidade de Macapá, principiaram a erguer-se os espessos muros dentro dos quais ficava o reduto de faxina anteriormente construído, pelo que foi preciso arrazá-lo até a base.

Em 5 de abril de 1765, o Capitão-General Ataíde Teive remeteu ao Rei a planta da Fortaleza e da vila, solicitando-lhe aprovação para as providências tomadas. Respondeu-lhe Mendonça Furtado, então desempenhando as altas funções de Secretário de Estado dos Negócios do Reino, que D. José I vira as plantas e lera o ofício que as acompanhava, mandando-lhe significar a sua agradável impressão pelo trabalho já realizado.

Recomendou-lhe a eficácia e o adiantamento da obra porque todos os dias se tornava mais urgente a necessidade da sua construção, e pelo que pertencia a arquitetura militar da praça, conferisse e resolvesse com os oficiais engenheiros.

Apesar da boa vontade e dos esforços de Ataíde Teive em cumprir os desejos do monarca, e da dedicação de Galúcio, Varona e outros oficiais encarregados das obras, a construção da Fortaleza marchou lentamente, encaçada sempre por dois inimigos importantes: a escassez do material e a falta de braços.

Das aldeias mais próximas foi mandado um contingente avultado de índios para se empregarem nas obras, mas a leva tapuia era perseguida pelas moléstias impiedosa-

gavam-lhe a diária de 140 réis; o índio fugia muito e era difícil apanhá-lo, recebendo somente 40 réis; o preto raramente o fazia e quando desertava deixava-se prender facilmente.

Em julho de 1766, achavam-se concluídos os baluartes de São Pedro e Nossa Senhora da Conceição e o terceiro em vias de conclusão, o que levou Ataíde Teive a pedir ao Ministro Mendonça Furtado, 74 peças de artilharia de maior calibre possível, balas a proporções, alguns morteiros e bombas de 7 a



Fig. 2 — Os velhos canhões da Fortaleza, hoje sobre reparos

mente e por outro lado oprimida pela disciplina militar, bárbara e inclemente, dos que dirigiam o trabalho, de sorte que a morte e a fuga despovoaram as pedreiras e as canoas.

Estes fatos dolorosos e inevitáveis encontraram um elemento equilibrador no preto africano, mais submisso ao cativoiro que o índio e mais resistentes aos maus tratos, a má alimentação e às intempéries.

Ao braço negro se deve em sua maior parte este monumento; pa-

13 polegadas e granadas, não sendo preciso mandar os reparos e a palamenta, pois no Estado havia excepcionais qualidades de madeiras e competentes carpinteiros.

Com uma celeridade admirável chegaram a Belém do Pará, antes do fim de 1766, 58 peças grandes, que foram imediatamente montadas em reparo e enviadas à Macapá.

Ao principiar o ano de 1767, pôs o Governador todo o seu empenho em ativar a obra, mandando transferir para a vila muitos índios e

reunindo com homens do calceta, a fim de aumentar o corpo de trabalhadores.

Em maio de 1767, chegava ao Pará mais 4 peças de grosso calibre, restando 29 para perfazer o número total de 107, de que precisavam para guarnecer toda a praça.

A obra continuava sempre, ora mais ativada, ora quase estacionária, de conformidade com as circunstâncias, mas sempre com a mesma meticulosa atenção dos seus construtores, que pareciam tê- como divisa: solidez e força.

Com a morte de Galúcio, em 27 de outubro de 1769 às 05,30 horas, assumiu a direção dos trabalhos, provisoriamente, o Capitão Henrique João Wilckens, que ali se achava desde o início das obras e que serviu até chegar o sargentomór de engenheiros Gaspar João Geraldo de Gronfelts, a quem o Governador escolheu para sucessor de Galúcio.

Antes de ser concluída, já a Fortaleza apresentava graves defeitos de construção, entre os quais, grandes fendas no baluarte de São José, que fora construído sobre um terreno pantanoso e muito perto da água.

Até meados de 1771 estavam terminadas quase todas as obras internas da Fortaleza, ocupando-se os artistas apenas com as obras exteriores e complementares; entretanto, dada a morosidade dos serviços e, após 1773, a sua paralização quase que praticamente, consultou o Governador João Pereira Caldas, que substituiu Ataíde Teive, ao soberano se devia continuar a obra ou sustá-la; a opinião do Rei decidia-se pelo acabamento do plano geral, uma vez que já se havia gasto tanto dinheiro e tantas vidas. A resolução, entretanto, demorou extraordinariamente, o que impeliu o Governador a reclamá-la com instância mostrando os danos que o tempo causava na Fortaleza e frisando a sua incompetência para tomar uma deliberação tão importante.

Em meados de 1778, ainda não se havia resolvido; sucumbira D. José I, com ele baqueara o

poder do marquês de Pombal. Assumiu o reinado D. Maria I, que, ante o grande numerário já empregado na construção da portentosa obra, ordenou que fosse sustada o restante da mesma.

Assim, pouco a pouco se foram fazendo as obras complementares e cuidando de consertar o baluarte fendido, até que o dia 19 de março de 1782, em que a cristandade festeja São José, foi escolhido para a inauguração da Fortaleza.

Depois das formalidades do estilo rompeu o fogo a artilharia do baluarte colocado sob a invocação daquele Santo, fogo correspondido por todas as peças já montadas.

A grandiosa obra de Galúcio ficou assim incompleta, destinada ao desprezo dos governos que a olhavam sempre com menosprezo, deslembrados de que ali estava uma das primeiras, senão a primeira construção militar do Brasil.

Das mãos do Governo colonial passou a Fortaleza, em 1824, às mãos do Governo imperial, e esta transferência serviu apenas para consolidar o indiferentismo com que a tratava a metrópole, desde a queda do marquês de Pombal.

Foi pleiteada pela necessidade de manter o respeito à divisa do Oiapoque, evitando a penetração de franceses e filibusteiros ingleses e holandeses, assegurando assim a conquista definitiva do Rio Amazonas.

Assim o fizeram os Governadores do Grão-Pará, João de Abreu Castelo Branco, em 5 de outubro de 1738; Francisco Pedro de Mendonça Furtado, em 8 de novembro; Gurjão, em 8 de março de 1749 e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1 de novembro de 1752, quando resolveu D. José I, Rei de Portugal e Brasil, aprovar o plano de organização da Companhia do Grão-Pará, idealizada por marquês de Pombal, a instalação da vila de Macapá, realizada em dias de dezembro de 1758 e a construção de uma poderosa fortificação.

Anteriormente à Fortaleza de São José de Macapá, foram estabelecidos um reduto, em 1738, um forte de faxina e terra, em 1740, e, re-

construído o reduto em 28 de abril de 1761, sendo Governador Manoel Bernardo de Melo e Castro e o seu construtor o Capitão engenheiro Gaspar João Geraldo de Gronfelts. A atual Fortaleza foi iniciada no Governo do Capitão-General Fernando da Costa de Ataíde Teive, 21º Governador do Grão-Pará, em 29 de junho de 1764 e concluída em 19 de março de 1782, quando foi inaugurada, no Governo do 22º Governador, João Pereira Caldas. Foram seus companheiros Henrique Antônio Galúcio e o Sargento-mór engenheiro Gaspar João Geraldo de Gronfelts, que participaram da Comissão Demarcadora dos limites com terras da Espanha, em 1754, de acordo com o tratado de Madri, de 1750.

É a praça um quadrado de fortificação razante, edificada sobre terreno elevado 20 pés acima do desnivelamento das águas, composta de terra vermelha e argila branca, mistura que os naturais chamam Cury, sendo sua propriedade o amolecer dentro d'água e enrijar ao calor do sol. Nos ângulos do quadrado estão quatro baluartes de figura pentagonal, em cada um dos quais se acham praticadas 14 canhoneiras lançantes. As grossas muralhas da praça são de cantaria escura, habilmente trabalhadas e extraídas das rochas que existem duas marés acima da desembocadura do rio Pedreira, que deságua 20 1/2 milhas ao norte de Macapá. No centro de cada uma das cortinas de N. S. e L. há uma poterna solidamente trabalhada e ajudada por um xadrez interno; e no centro da cortina O. está o grande portão solidamente construído e ornado. O recinto da praça é um quadrado perfeito, onde se acham 8 edifícios apropriados para os diferentes misteres de uma praça de guerra, como sejam: paiol de pólvora, enfermaria, capela, praça d'armas, armazéns e quartins, todos à prova de bombas. No centro da praça há uma cisterna abobadada para esgotar das águas.

A praça é circundada de um fosso pelo lado de S. O. e, das obras externas apenas há o reve-

lim da parte de O., circundado também de um fosso. Não existe a parte levadiça que devia servir para comunicar o revelim com o portão principal da praça (parte O.), nem a que, do revelim, servia de comunicação com a esplanada. As obras externas que faltam são: um revelim ao N., duas baterias baixas a L. e um redente ao S. A., construção demorada e motivada principalmente pela escassez do material e falta de braços.

A Fortaleza de São José de Macapá é, inegavelmente, solidamente edificada, e é para lastimar que se lhe não tenham concluído as suas obras exteriores, e que, criminosamente tivesse estado por tantos anos completamente abandonada, desmoronando-se aos poucos, corroída pelas águas e pelas intempéries, tendendo a se tornar um montão acéfalo de pedras, que tanto suor e sangue custou aos nossos heróicos antepassados.

Qualquer despesa que se fizesse em conservá-la, como o vem fazendo atualmente o Governo patriótico e honesto do Território Federal do Amapá, seria uma verdadeira economia; agora outras questões, dar-se-á estabilidade a um excelente próprio nacional, que embora não represente nenhuma importância militar, está simbolizando atualmente, toda uma grande fase da nossa civilização. Foi avaliada no término de sua construção, em 19 de março de 1782, em 4 milhões de cruzados.

A verdade, muito embora dolorosa de registrar, é que os governos anteriores jamais cooperaram de modo eficaz e justo, quando não na conclusão das obras complementares, ao menos na conservação da majestosa Fortaleza de Macapá, o que demonstra simples incuria.

Esse notável monumento histórico foi encontrado pelo atual Governo, em completo abandono, inteiramente cercado e tomado pela mata e com grandes árvores no seu interior. Algumas das muralhas internas e externas encontravam-se rodadas em grande extensão, aparecendo nelas apuíseiros que atingiam a proporções monstruosas, fazendo com isso, que as

fendas já existentes se dilatassem, deslocando e esmagando paredes e blocos de pedras.

Nela não se podia ingressar. Para tal, se tornava mister que mateiros abrissem picadas no mato cerrado. Das edificações que existem no seu interior, excluindo as quartinas, em número de 24, quatro já se encontravam cobertas, isso por serem construídas à prova de bombas.

A quase totalidade das telhas, grades de ferro, esquadrias, portas, etc., das outras edificações, foram retiradas, motivado, talvez, pelo

permissão para ser feito o aquartelamento da Guarda Territorial na própria Fortaleza. Concedida tal permissão, em julho de 1946, foi dado início a instalação dos elementos que então compunham o Grupo de Guardas e, a título provisório, dos presos condenados pela Justiça do Território.

Hoje, ante os olhos entusiasmados da multidão que, na Fortaleza de Macapá, se há reunido, uma guarnição da Guarda Territorial, envergando uniformes da época colonial, faz ribombar dez velhos



Fig. 3 — A Fortaleza vista da Barra de Macapá

vandalismo da ignorância e a pobreza de uma população abandonada. Como consequência, a água se tinha infiltrado de tal modo que chegou a danificar inúmeras paredes. As canhoneiras lançantes encontradas, estavam cheias de terra e completamente tomadas pela ferrugem.

Em virtude da exiguidade do prédio onde funciona a Divisão de Segurança e Guarda, à praça Assis de Vasconcelos, foi solicitado ao Instituto do Patrimônio Histórico,

canhões ainda válidos, montados nos seus respectivos reparos, lançando projéteis com o mesmo vigor dos seus áureos dias de antanho, tornando convulsas as águas do imenso Amazonas.

Foram construídos, de janeiro de 1947 até a presente data: a Capela com o altar e a imagem primitiva de São José, padroeiro da cidade; os dormitórios e refeitório do capelão, dependências essas contíguas a Capela; alojamento dos oficiais, hoje dos Guardas Terri-

toriais, com pias, lavatórios, espelhos bisetados, banheiros, filtragem e armários; a enfermaria, hoje Museu Territorial; paiol de pólvora, hoje alojamento do Tiro de Guerra n. 130, estes dois assoalhados e à prova de bombas; Comando, hoje Laboratório de Análises e Pesquisas da Divisão de Produção; residência do Comandante da Praça, hoje Comando; recuperação de 2 dependências destinadas ao Corpo da Guarda e oficina de marcenaria, e impermea-

bilização da cobertura de dois pavilhões, outrora armazéns; recuperação do interior do portão principal e demais poternas.

Além destes melhoramentos foram introduzidos mais os seguintes: construção de fossa biológica; rede de esgotos de águas brancas e servidas com uma extensão de 238 metros; instalação de energia elétrica, 110 e 220 volts, e água; cobertura da dependência situada na parte superior do portão principal, destinada a prisão de oficiais.

## Livros à venda nesta Redação

|                                                                                               | Cr\$  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Pub. 11 — 3º Vol. Cavalaria, Org., Emprego — Segurança — E. A. O.....                         | 6,00  |
| Pub. 5 — Cooperação das Armas e Serviços. Palestras Iniciais — E. A. O.....                   | 25,00 |
| R/2 Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas — E. A. O...  | 6,00  |
| Pub. 12 — "1º Vol." Intendência, Organização e Emprego — E. A. O.....                         | 9,00  |
| P. P. — 7-10. Programa Padrão de Instrução para os Regimentos de Infantaria — C. A. E. R..... | 8,00  |
| A Revolução de 1842 — Martins de Andrade.....                                                 | 25,00 |
| Inglês Básico e Prático — Vitor José Lima.....                                                | 20,00 |
| A campanha da África Oriental — Gen. Waldomiro C. de Lima.....                                | 25,00 |
| Métodos de Instrução. Conferências — 2ª edição aumentada — E. A. O.....                       | 18,00 |

— 0 —

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

# CLEVELÂNDIA, UM PÔSTO AVANÇADO

Cap. X

Dez meses antes havíamos visto pela primeira vez, e por breves segundos, a Companhia de Fronteiras de CLEVELÂNDIA. Regressávamos então, via aérea, de uma viagem ao estrangeiro, e, depois de muitos dias distante da Pátria, era com incomum ansiedade que aguardávamos tal momento que significaria para nós uma coisa tão querida: BRASIL!

Achávamo-nos na cabine com os pilotos, bem informados de tudo, sobrevoando a GUIANA FRANCESA, sabendo a rota mantida e esperando uma primeira visão brasileira, do que já tínhamos saudados.

Quase ao meio-dia uma cinta de prata é cruzada, o Rio OIAPOQUE. BRASIL!, exclamamos. BRASIL! BRASIL!... gritam alegremente todos os companheiros de viagem.

Olhamos para baixo, e gravamos na mente aquêlê BRASIL: CLEVELÂNDIA, um trecho de rio, uma praça cujos jardins eram o desenho de nossa bandeira, mais trás um quadrilátero de casas... e o avião já se tinha afastado. Matas, campos, rios, por muito tempo até chegar-se a BELÉM, contribuindo para a fixação da imagem antes mirada tão rapidamente, a daquele posto avançado da nossa terra.

Não era, então, sem emoção que desta vez subíamos o OIAPOQUE num barco a motor, em visita à Companhia de Fronteiras de CLEVELÂNDIA.

Chegamos, numa prainha acima do trapiche, onde nos encontramos com velhos camaradas; galgamos a barranca e estávamos naquela praça cujos jardins lembram a nossa bandeira.

A Cia. de Fronteiras de CLEVELÂNDIA está onde foi outrora, de 1920 a 1924, o Núcleo Colonial Cleveland, que o Governo Federal instalara atendendo à conveniência de povoar a fronteira.

Palestrando com o decano daquelas redondezas, o Major Guarany, um ancião forte e de espírito lívido que reside em OIAPOQUE, fez êle a defesa da tão mal falada Colônia.

Disse-nos o nosso informante que CLEVELÂNDIA não merece ser caluniada. Um lugar saudável, de bom clima, que em dezembro de 1924 e em junho de 1925 vê chegar a êle navios com cerca de noventa e cinco revolucionários, misturados com desordeiros e sentenciados do RIO DE JANEIRO, todos amontoados, em perigosa e imunda promiscuidade, doentes, grande parte desembarcando para morrer, já nas últimas; transformada a Colônia Agrícola em lugar de castigo, ali



Fig. 1 — Clevelandia — Avenida Rio Branco e a Praça

não havia possibilidade de tanta gente ser acolhida. Terrível doença, se propagou, e a morte colheu inúmeras vidas.

São tristes os relatos dessa época, de vez em quando entremeados com fatos jocosos. O nosso informante, contudo, defende a terra ardorosamente, no que é seguido por vários moradores.

A Companhia de Fronteiras de CLEVELÂNDIA ocupa alguns prédios de alvenaria, remanescentes da antiga Colônia, sendo num deles conservada uma lápide de mármore; o restante das edificações são casas de madeira, para moradia de oficiais e sargentos, e grandes barracões de madeira, para rancho e dois alojamentos.



Fig. 2 — À esquerda a antiga sede da colônia, hoje o posto rádio; à direita o rancho e os alojamentos

Diga-se de passagem que o rancho de CLEVELÂNDIA cremos ser o único do Brasil nesta particularidade: ausência absoluta de moscas; não se encontra uma sequer, nem para ser dada uma aula sobre este inseto. O pavilhão vive de portas e janelas abertas, não dispondo de telas: é um fenômeno singular, que nem os experts no assunto conseguiram explicar, quando por ali passaram.

Convivemos dois dias junto aos camaradas ali destacados. Já temos pago, por duas vezes o nosso tributo à Fronteira, mas mesmo assim

ficamos impressionados com a solidão. Estes nossos camaradas estão longe de tudo e de todos. Tem OIAPOQUE, uma vila a dez quilômetros; um avião por semana; e um navio fluvial de tempos em tempos. Mais nada!

São dignos de todas as atenções estes nossos abnegados companheiros. Não se queixam, mas sempre se consegue arrancar algum desabafo. Há "muita gente" que pensa que eles não existem... Muitas de suas necessidades não chegam à "Côrte" porque são abafadas...

O Governo Territorial auxilia imensamente a esta Companhia de Fronteiras. O Governador, quando Tenente, ali serviu; conhece bem o quanto precisa de assistência a unidade. Quando ali nos encontrávamos, chegou de MACAPÁ um motor novo, para luz elétrica, a substituir o antigo; e vinte latas de gasolina para o motor do barco. É constante o auxílio territorial.

Agora mesmo, a Companhia de Fronteiras de CLEVELÂNDIA necessita de algo, e vamos tentar que os órgãos competentes nos ouçam:

a) 50 Camas e 50 Colchões. (Mensagem à Diretoria de Intendência).

b) Um Caminhão e Um Jôgo de Chaves para Motores. (Mensagem à Diretoria de Motomecanização).

c) Um Aparelho Cinematográfico, transportável, "De Vry" de 35 mm, pedido em Ofício n. 40-Sec. de 27-I-850 à Caixa Geral de Economias da Guerra. (Mensagem à Diretoria de Transmissões).

— Permita DEUS leiam e atendam as nossas autoridades o que nossos camaradas nos pediram "para providenciar no RIO" — quem somos nós?!...

O Exmo. Sr. Ministro da Guerra que, num expressivo gesto de solidariedade militar, abalou-se a visitar as longínquas unidades da Fronteira da Amazônia, tão impressionado ficou que em 16 de janeiro de 1950 endereçou à Presidência da República uma "Exposição de Motivos", de que resultou mensagem

ao Congresso e um Projeto de Lei, que tomou o número 126/1950. acha-se esta peça, admirável sob vários aspectos, pelo que contém, transcrita no "Diário do Congresso Nacional" de 20-IV-50, pág. 2645 — recomendamos a todos a sua leitura.

Tomando-se conhecimento deste projeto, da sua exposição de motivos, e se fazendo *in loco* uma observação, chega-se à conclusão que o CABO é um elemento de fixação nas unidades de fronteira.

Torna-se necessário então que se complemente tão almejada Lei com uma obra talvez não muito difícil: a construção de casas para Cabos

casados à semelhança do que é feito para oficiais e sargentos.

Apelamos então, em favor dos Cabos da Cia. de Fronteiras de CLEVELÂNDIA: Um grupo de dez casas modestas, de madeira, provavelmente pré-fabricadas em um centro mais adiantado, com despesa relativamente pequena, proporcionará imenso conforto moral e material a estes nossos auxiliares, torná-los-á devedores de gratidão, será um monumento da solidariedade de quem ali esteve auscultando de perto as carências dos seus subordinados que vivem nas inóspitas fronteiras, Senhor Ministro!

**ATENÇÃO! Sapatos mais fortes e mais baratos só na**

**SAPATARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**

DE

**JOSE GOMES BEZERRA**

A única que vende mais barato porque recebe o produto da Fábrica para o consumidor, sem aumentar o preço

**IMPORTAÇÃO DIRETA**

**COMPRE MAIS, PAGANDO MENOS**

**• Rua Cândido Mendes, n. 6**

**MACAPÁ — TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ**

"Outra forma de coragem, muito mais rara do que a física, mas igualmente importante para um chefe, é a coragem moral. Um condutor de homens deve estar preparado para fazer aquilo que ele acredita ser direito, ainda que impopular ou de consequências prejudiciais para si mesmo. Sei que estas coisas bem sonantes são fáceis de dizer, mas creio também ser necessário acrescentar que um chefe em nenhuma circunstância poderá pensar com seus botões: "Será que isto vai me prejudicar?"

("A Arte de Comandar", Sir John Slessor, Military Review, setembro, 1950.)

• • •

"Nenhum chefe será eficiente se não inspirar lealdade em seus soldados. Mas não esqueçamos de que essa virtude exige reciprocidade; se a desejardes de parte de vossos subordinados, deveis ser leal para com eles, colocar seu bem-estar antes do vosso e nunca pedir-lhes qualquer coisa que já não tiverdes feito ou estiverdes pronto a fazer".

("A Arte de Comandar", Sir John Slessor, Military Review, setembro, 1950.)

## COOPERATIVA DE CRÉDITO DE MACAPÁ, LIMITADA

Registrada no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio sob n. 2.476, de 16 de Novembro de 1945

Endereço Telegráfico: — COOPERATIVA

CONTA ATUALMENTE COM 156 ASSOCIADOS E UM CAPITAL SUBSCRITO DE CR\$ 607.300,00

O COOPERATIVISMO é a arma poderosa que utilizaremos na luta sem tréguas contra a elevação do custo da vida e mercado negro

Pelo COOPERATIVISMO realizaremos o milagre da restauração econômica nacional. Promova sua independência financeira

FILIANDO-SE A

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE MACAPÁ, LTDA.

## Uniformes Militares e Colegiais

(A VISTA E A PRAZO)

Uniformes sob medida, confeccionados por especializados alfaiates, em tecidos de primeira qualidade, rigorosamente molhados

Túnica de brim verde-oliva; calça de gabardine, fio inglês; boné com emblema; cinto de gabardine; sapato em vaqueta preta

PREÇOS ESPECIAIS

### O CRUZEIRO

A maior comisaria do Rio  
Rua da Assembleia, 50, 54 a 60

## IMPRESSIONES DO AMAPÁ

Cap. Cav. CÍCERO A. IMBUZEIRO

Um convite para conhecer o Território Federal do Amapá, não é coisa que possa ser recusada.

O que sabemos do Amapá? — Terra quase toda do Hemistério Norte, orla fronteiriça, fraca densidade de população, vida difícil, febres, faiscadores de ouro e de pedras preciosas, terra cobçada de França, lutas, Cabralzinho, Rio Branco, arbitragem, vitória, tudo abandonado apesar da heroicidade da sua gente, criação de um Território Federal, aparece um titã chamado Capitão Janary Gentil Nunes, que se cerca de uma equipe moça e decidida, e eis que então surge o Amapá!

Propositadamente não dissemos "ressurge" pois o Amapá que "pensa, logo existe" está surgindo nos nossos dias, trabalhado pela invulgar capacidade administrativa de um nosso camarada auxiliado por uma pléiade de crentes nos destinos daquela terra, mostrando inequivocamente aos que ali vivem e aos que por ali passam, o que será o futuro Estado do Amapá!

É de entusiasmar!...

\* \*

A 13 de setembro de 1950, quando o Território festejava o 7º aniversário da sua criação, desembarcamos no Aeroporto de Macapá, a Capital, e logo seguimos para o local próximo, denominado Fazendinha: aí começariam as festas e seria inaugurada a IV Exposição de Animais e Produtos Derivados, encontrando-se presente grande massa popular.

A concentração e o desfile de escoteiros, normalistas, estudantes e colegiais, além de haver deixado

em nós impressão lisongeira, já nos permitiu uma primeira observação: O Governo Territorial cuida com desvelo da sua população infanto-juvenil, aborda de frente a Instrução. Realmente, nessa primeira hora a impressão foi causada, e as horas subsequentes passadas naquela terra, confirmaram plenamente tal observação.

As crianças e os jovens, todos uniformizados, calçados, alegres e saudios, marchando com vivaz desembaraço, nenhum com a palidez ou o amarelão característicos dos impaludados e malariosos tão comuns de serem encontrados no interior do Brasil. Estes mesmos semblantes de corpos saudáveis foram encontrados em todos os grupos e escolas do Território por onde passamos; visitamos mais de vinte, em cidades, em vilas e em lugares onde a única casa num raio de um quilômetro é a escola: nenhuma presa da Malária, este flagelo.

Ocorreu-nos logo perguntar a uma autoridade como resolvia o Território o problema da preparação dos professores: Uma Escola Normal em Macapá, em atividade; aceitando-se professores formados em outros Estados, o que tem trazido muitas moças do Pará (a maioria radicou-se às povoações onde fôra trabalhar, contraindo matrimônio); e se aproveitando as professoras leigas já existentes, as quais, às suas tarefas normais era acrescida a de cursarem a Escola Normal. Assim, nesta solução vimos previsão, no primeiro caso; espírito prático, no segundo; justiça e humanidade, no último.

Viajando-se num rio, depara-se, de repente, uma casinha isolada,

garrida e alegre: é uma escola nova; mais adiante, começa-se a cruzar com canoas, as "montarias", tripuladas por duas ou três crianças: são os guris que vão para a Escola! Viajando-se em rodovia, fenômeno semelhante é repetido: uma casa isolada num campo, muito alegre e se distinguindo da cabana do caboclo, e para ali afluindo de trinta a quarenta crianças, todas uniformizadas, calçadas e sadias, sobretudo.

— Já imaginaram crianças, caboclas, lá na Escola da Vila Velha do Cassiporé, jogando voleibol? Pois nós vimos isto!

Em Mazagão Velho, fundada pelos portugueses no Século XVII, uma tapera que ressurgiu em asseada e progressista vila, as crianças cantam o Hino Nacional. Em Mazagão Novo, cidade de 850 habitantes, 400 são crianças que estão na escola; e que vibração encontra-se naqueles pequeninos escoceiros escolares, de olhar vivo e entusiasmo contagiante, quando entoam hinos patrióticos! Em Vila de Calçoene, além da aplicação nos trabalhos escolares, notamos a energia nos esportes e o desembaraço na representação. Em Clevelandia, filhos de militares, quase "militarizados" portanto. Na cidade de Amapá, que gurizada animada! E a nossa emoção, nas três manhãs que passamos em Olapoque, cremos a cidade mais setentrional do Brasil: ao início das atividades diárias, a criançada formada e cantando, enquanto era içado o auri-verde pendão, o Hino da nossa Pátria, cântico vibrante de nossos pequenos patriotas, que a brisa fazia atravessar o rio e chegar ao outro lado como outrora os brados de guerra — "Guairacá!" (Esta terra tem dono!) dos indígenas habitantes daquelas paragens. — Tudo isto nós vimos.

Na tarde de 13 de setembro, na Praça Barão do Rio Branco, os escolares de Macapá fizeram uma demonstração de Educação Física, cada escola de per si, como dificilmente se encontra nas grandes capitais do Brasil — esforço principal de um Sargento da Polícia Militar

do Distrito Federal, que é o Chefe desta Instrução no Território.

Podemos asseverar aos nossos patriotas que, com a continuação do programa do atual governador, dentro de cinco anos o Território Federal do Amapá será a Unidade da Federação detentora do menor coeficiente de analfabetismo, será, neste particular, a Suíça Brasileira — o trabalho em tal sentido é notável, os resultados excelentes, e quem tem a oportunidade de verificar isto de perto, facilmente será empolgado por grande entusiasmo que é uma parcela ínfima do imensurável ardor e da grande crença que dominam e impulsionam o chefe e os construtores do futuro Estado do Amapá.

\* \*

No recinto da Exposição havia mostras de produtos agrícolas e ainda de Cerâmica. Neste último ramo, além de um ou outro lavor de particulares que vêm recebendo grande incentivo do governo, predominavam os artigos da Olaria Territorial — obra de grande alcance, que veio libertar o território da importação, do frete caro e demorado, do alto preço do material; é uma realização, sem trocadilhos, edificadora do progresso amapaense.

No ramo agrícola, vimos produtos tais como milho, feijão, mandioca, arroz, batata doce, abóbora, abacaxi e plantas forrageiras.

O governo territorial dispõe de dois campos, em Macapá e em Mazagão, destinados ao experimento agrícola em geral, concorrendo também no abastecimento destas cidades.

Próximo à Base Aérea do Amapá, vimos abundante e excelente arroz, no Serviço de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, produzido ali naquelas terras, e parte destinado a sementes. Declarou-nos o Engenheiro Agrônomo encarregado, estar surpreso com o alto índice de reprodução destas sementes, ali conseguido.

No entanto, convém não esquecer os problemas da Agricultura na Amazônia, como está tão expli-



Fig. 1 — Inauguração de uma Escola pelo Governador do Território

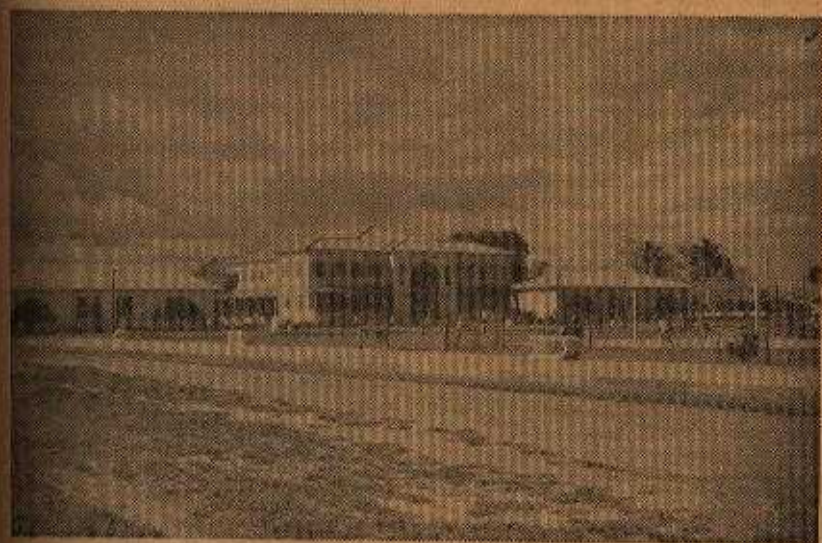


Fig. 2 — Praça Barão do Rio Branco, em Macapá, vendo-se ao fundo o Grupo Escolar

cito por competente autoridade, noutras páginas desta revista.

Ainda junto à Base Aérea em edifícios herdados da "Navy" norte-americana, existe em funcionamento a Escola de Iniciação Agrícola. Visitamo-la, de inóbito, duas vezes, em ambas percorrendo todas as salas de aula, parques, sementiças, canteiros e campos. Dezenas de gurus ali estudam, trabalham e fazem seu aprendizado agrícola nos moldes hodiernos — são os futuros agricultores do Estado do Amapá.

\* \*

No desfile dos animais concorrentes à Exposição, pudemos, num relance, medir a ação benéfica que vem trazendo ao rebanho amapaense a importação de reprodutores selecionados, oriundos de Minas Gerais, Rio de Janeiro, S. Paulo e R. G. do Sul, bem como reprodutores equinos fornecidos pela Remonta do Exército.

O gado nativo é de pequeno porte, muito pequeno mesmo, enquanto que os animais dos importados já apresentam um alentado tamanho, umas características de "sangue azul". O criador amapaense já compreendeu o interesse do governo territorial no que concerne à Pecuária, já segue os seus conselhos, as normas ditadas pelos técnicos que ali perlostram, e alguns fazendeiros, muito entusiasmados, nos diziam que era preciso ter visto aquilo cinco anos antes, para avaliar a diferença para melhor.

Feitas nesta Exposição, por especializados, demonstrações de Inseminação Artificial, que despertaram grande curiosidades e prometeram resultados apreciáveis.

Inaugurando também, em Fazenda, um Matadouro Modelo, modelar como diz seu nome, ocasião em que houve um churrasco de conagração entre os criadores, autoridades territoriais e visitantes. Bela festa.

Ainda nesta Exposição, ocorreram atos peculiares a certas desta natureza: Provas de controle leiteiro, provas de cepo, palestras médicos-veterinárias, leilões de

animais, demonstrações técnicas, etc. Houve também o julgamento da exposição de animais menores e aves, em sua grande maioria bellos individuos descendentes de reprodutores importados pelo governo do território.

Fazendo parte dos festejos inaugurais, disputadas provas equestres por vaqueiros e rapazes, e, finalmente, uma corrida a cavalo, para moças, onde foi vencedora, após bela disparada de um quilômetro, uma professoranda que gine-teava um esperto tordilho.

\* \*

Antes da criação do Território e nos seus primórdios, o Amapá era uma terra inóspita; os seus habitantes, na grande maioria, amarelos e prêsas de febres intermitentes, a malária e a verminose grassando na quase totalidade da população; nas cidades, nos povoados, nas margens dos rios e dos igarapés, as crianças geralmente sofriam o ataque do impaludismo no primeiro mês de idade.

Havia então neste setor uma tarefa para muitos irrealizável: a recuperação do homem, o saneamento da terra. Era mister, além do trabalho, a divulgação das regras higiênicas e sanitárias, criando a mística do caboclo sadio, para combater o conformismo à doença.

Foi o Amapá a primeira unidade da Federação a empregar o DDT no saneamento, em zonas, em núcleos de povoação, de casa em casa; vinte e seis localidades são expurgadas trimestralmente pelo Serviço de Defetização, realizado em cooperação com o Serviço Especial de Saúde Pública.

O Governo construiu o grande Hospital de Macapá, um estabelecimento que surpreende a todos que o visitam. Não pudemos esconder nosso espanto, à medida que íamos deparando com modernas salas de cirurgia, aparelhos de Raios X, salas de análises, farmácia e laboratório, dois completos gabinetes dentários, e, quando entramos em um gabinete de ortopedia, dissemos ao diretor do hospital, que nos acompanhava: — Per-

doe-nos a sinceridade, mas nunca imaginamos encontrar tudo isto aqui reunido e sendo utilizado!

E tivemos a seguinte resposta:

— Capitão, se não tivesse dito o que falou, seria a primeira pessoa não surpreendida com o aparelhamento e possibilidades de nosso hospital. Todos estranham encontrar estas coisas aqui tão longe, no Amapá!

Ainda em Macapá existe um ótimo Posto de Puericultura, que tem o nome "D<sup>a</sup>. Iracema Carvão Nunes", primeira esposa do governador, vítima da terrível malária quando dedicadamente acompanhava o seu esposo nos primeiros passos da organização do Território.

No interior, há os hospitais de Mazagão, Amapá, Oiapoque e Calçoene, prédios de alvenaria e equipados com moderno material médico-cirúrgico, com gabinete dentário, e constituindo com os seus vizinhos grupos-escolares, os conjuntos mais vistosos destas vilas e cidades citadas.

Digna de nota a dotação equânime de recursos às povoações. Assim, em vez de ser construída uma grande capital, Macapá, em vez de ser feita uma administração de fachada, o governo territorial distribui os meios igualmente para os municípios: constrói-se um grupo-escolar numa cidade e simultaneamente estão sendo construídos os das outras; idem quanto

aos hospitais; quanto às usinas de energia elétrica, quanto aos demais melhoramentos. Todos sentem que são assistidos.

Em todas as vilas e povoados há um posto ou subposto de saúde, com enfermeiro especializado.

Merece ser ressaltado o carinho, a estima que a população, principalmente a dos rincões mais longínquos, dedica aos médicos. Em nossa comitiva viajava um deles, humanitário, competente e bom como os demais, ex-prefeito de Oiapoque e atualmente trabalhando em Macapá; em cada localidade por que passávamos era o doutor festejadíssimo, recebido com demonstrações inequívocas de estima, de amizade; e, como prova de confiança, o nosso esculápio não podia descansar, pois famílias inteiras aproveitavam a presença do doutor e vinham consultar; quinze dias percorremos o interior, e tal foi a duração da faina extraordinária do nosso médico.

Um outro desta legião de abnegados, o Chefe de Saúde de Mazagão Novo, contava-nos, com uma simplicidade enternecedora, a sua labuta, e nessa hora lastimava-se por haver perdido na véspera o seu terceiro caso infantil; uma criança que trouxera difteria de Belém do Pará, e ali havia aportado já impossível de ser salva. Este médico trabalhava no local havia sete meses, numa vila cuja população infantil é, pelo recenseamento deste ano, de 520 crianças num total de 850 habitantes. Lamentava a terceira criança perdida, e não computava a seu favor as centenas que havia arrebatado à Morte! Algo de sublime!

\* \*

Outro problema que vem sendo atacado com dinamismo notável é o das Comunicações e Transportes.

As notícias que levavam meses, agora são dadas a conhecer em segundos, pois em todas as vilas e cidades há um posto de radiotelegrafia, cuja importância somente pode ser apreciada por quem já transitou naquelas plagas.



Fig. 3 — Chega um "Bulldozer" a Oiapoque

Há também uma Rádio-Emissora instalada em Macapá, cujas ondas cobrem todo o Território, com suas músicas, suas palestras e seu noticiário, "uma voz do Amapá a serviço do Brasil", como é o seu lema.

Semanalmente o benemérito Correio Aéreo Nacional, com os seus possantes Douglas e suas tripulações tão amigas, em linha partindo do Rio de Janeiro, chega de Belém do Pará, pausa em Macapá, Amapá, Oiapoque e se estende até Calena, na Guiana Francesa.

Testemunhando o progresso do Território, a "Cruzeiro do Sul" inaugurou a sua terceira linha semanal para ali, uma vinda da Capital do País e as outras duas de Belém.

Combatendo a precariedade de transportes antes existentes, a administração territorial adquiriu uma apreciável frota de três iates de passageiros e cargas, de vários barcos a motor de pôpa, e uma possante alvarenga.

Num dos iates, o "S. Raimundo" viajamos no braço norte do Amazonas, quando passamos pelo futuro Porto de Santana, onde será construído um cais para exportação de minérios com todos os aperfeiçoamentos modernos e num local onde há calado para qualquer navio até hoje construído. E nesta viagem subimos o Mazagão deparando de quando em quando com as casas típicas da Amazônia, construídas, podemos dizer, que sobre pontes, devido às diárias enchentes e vassantes; estas residências têm um ponto de contacto com a antiga Babilônia: jardins suspensos e até... hortas suspensas. Vimos, na Bôca do Mazagão, por exemplo, belas e floridas roseiras e também lindos pés de couve e uma aboboreira, em canteiros de terra arrumados numa espécie de ponte — se os tentassem construir em terra firme das margens, horas depois, "quando o rio enche", desapareceria o trabalho.

É interessante e talvez único no Mundo, este aspecto da Amazônia. Fica-se praticamente sujeito à Maré. Quando esta se acha em vassante, com exceção do Rio-Mar, so-

frem o Mazagão, o Vilanova e mais os oceânicos Oiapoque, Uaçá, Cunani, Calçoene, Cassiporé e Amapá, um tão grande decréscimo nas suas águas que não permitem a navegação senão por canoas. Horas depois, começa a preamar; o Atlântico represa os rios, a sua força domina amplamente e manda subindo os leitos quase vazios o seu cartão de visitas, a "pororóca", por vezes violentíssima e arrasadora; começam os rios pequenos, às vezes um filete d'água, a crescer, a crescer volumosamente e por ali principiam a desfilar os navios, os iates, os gaiolas, as chatas, tudo que estava esperando, fôsse baloiçando no oceano, fôsse com os seus cascos pousados no fundo lamacentoso das calhas dos rios, a enchente permitisse o seu livre movimento para cumprirem o seu destino.

E nestas cinco ou seis horas de maré cheia, muitas vezes horas noturnas, chegam as embarcações aos trapiches ou aos barrancos das povoações, momentos então que aumentam as atividades locais.

No iate "Itaguari" saímos do Oiapoque para o Oceano, entramos e saímos no Cassiporé, no Calçoene e no Amapá, rios também oceânicos, onde a navegação é interessantíssima, requerendo manobras de praticagem e conhecimentos profundos dos rios, provocando lances que prendem a atenção dos passageiros e despertam admiração pelos dirigentes e tripulantes das embarcações.

Ainda uma curiosidade nesses lugares: pergunta-se a um habitante da região: — Que distância daqui a tal ponto? Ou de tal lugar a um outro qualquer. E a resposta é assim: — "Três horas e meia", ou então: "trinta e cinco minutos", "uma hora"... As distâncias são medidas pelo tempo em que as percorre uma "ubá" provida de um motor de pôpa de 22 cavalos, única embarcação, além da "montaria", que se desloca de um ponto a outro sem ser influenciada pelas marés.

...A Maré, secularmente, dominando a Amazônia...

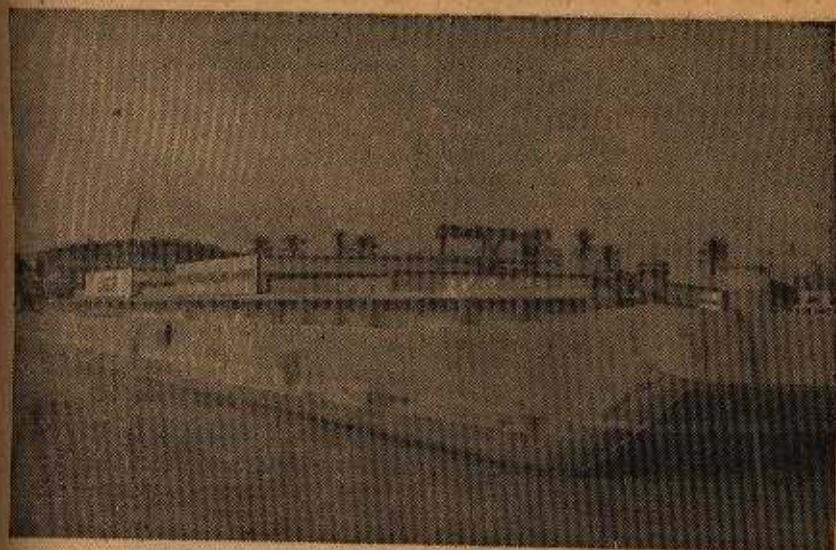


Fig. 4 — A alvarenga Uaçá transportando carga pesada entre Belém e Macapá

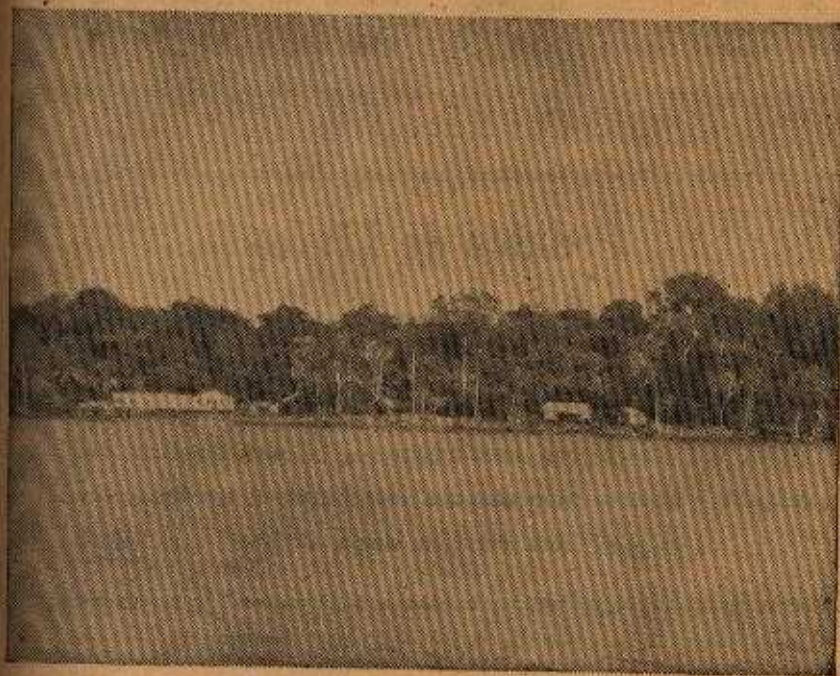


Fig. 5 — Casa típica, marginal, da Amazônia

Não irá a Maré ser dominada: se-lo-á, contudo, flanqueada. Trabalha-se ativamente na construção de rodovias. O objetivo principal é a ligação Macapá-Clevelândia, obra extraordinária que já tem partes concluídas.

O Plano Rodoviário e a sua justificação poderão ser detalhadamente acompanhados em outras páginas deste número.

Somos testemunhas do quanto já está feito. O trecho Macapá-Porto Grande-Ferreira Gomes, atingindo o Araguari, numa extensão de 160 km, absolutamente pronto: revestimentos, obras de arte, tudo definitivamente assentado. Daí a Amapá, já se viaja de automóvel, e o fizemos; em construção algumas pontes, carecendo então recorrer a balsas provisórias, e em revestimentos alguns trechos.

A comitiva em que viajamos percorreu a rodovia, de Amapá a Macapá, em dez horas; um ano antes, desta vez não estávamos, esta mesma viagem gastara nove dias!

Já se está efetivando uma decorência lógica, com o funcionamento desta rodovia: colonização das ter-

ras das suas margens, deixando antever o progresso e o grau de desenvolvimento que atingirá futuramente o Território, de Norte a Sul, quando estiver dividido por esta "espinha-dorsal", a estrada Macapá-Clevelândia.

\* \*

Alinhavamos estas notas sem outra preocupação senão a de testemunhar por escrito, nós que antes o fizéramos "de-visu", o trabalho de um nosso estimado camarada que, secundado de perto por correios auxiliares, vem entregando ao Brasil uma terra destinada a ser, no Futuro, um dos seus esteios.

Cremos ser o programa que se está desenvolvendo no Território, baseado em três pontos fundamentais: Educação, Saúde e Comunicações.

Nota-se, palpa-se, sente-se — dominando todos atos e realizações: profunda Honestidade.

Assim, vai surgindo o futuro Estado do Amapá!

É de entusiasmar!...

## Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

# MANGANÊS, UMA REALIDADE NO AMAPÁ

"Um Observador"

A descoberta do minério de manganês, em 1945, no Território Federal do Amapá, veio descortinar excelentes perspectivas para esta novel parcela do Brasil.

Imediatamente o Governador provocou e obteve providências de modo a serem as jazidas recém-descobertas consideradas reserva nacional.

Passou-se então a cuidar da exploração, fonte de imensos lucros, a primeira contribuição do Amapá à União.

Foram as minas, depois do concordado do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e do Conselho de Segurança Nacional, arrendadas à Indústria e Comércio de Minérios S/A — ICOMI, de Belo Horizonte; firma brasileira, de capacidade técnica indiscutivelmente comprovada, que vem cumprindo todos os compromissos assumidos pelo contrato, e tem investidos já, até o corrente ano, quinze milhões de cruzeiros.

As jazidas apresentam um volume fora do comum. As estimativas são de vinte milhões de toneladas, e podemos garantir já foram medidos, já se tem a certeza da existência de dez milhões, minério de excelente qualidade, cujo teor médio é superior a 50 %. O aproveitamento dessas jazidas, além das instalações da mina, exigirá a construção de uma estrada de ferro de grande capacidade do tráfego, e de obras portuárias. De setecentos milhões de cruzeiros é o orçamento do custo dessas obras, o que atesta estarmos tratando de um empreendimento de grande vulto, comparável à Usina de Volta Redonda e à Hidrelétrica do São Francisco.

E Empresa concessionária encontrou no Banco Internacional para Reconstrução e Fomento, estabelecimento internacional de crédito, do qual o Brasil é Estado-Membro, apoio para obter recursos de que precisa, no valor de trinta e cinco milhões de dólares, importância impossível, por uma série de circunstâncias, de ser realizada com capitais nacionais.

Para a concessão de tão vultoso empréstimo, o Banco exige sejam satisfeitas duas condições fundamentais:

- garantia de mercado;
- garantia do Governo Brasileiro.

Ora, a indústria nacional não pode oferecer a garantia requerida ao consumo de manganês. As necessidades dos centros industriais do triângulo Rio-São Paulo-Minas, não excedem trinta e cinco mil toneladas anualmente. Seria anti-econômica a vinda, em face das condições de navegação de cabotagem, no Brasil, de manganês do Amapá para ser consumido neste centros, que podem, vantajosamente, ter o seu abastecimento pelas jazidas de Minas Gerais. E o vulto do empreendimento exige um mercado consumidor estável, capaz de consumir quinhentas mil toneladas de minério de manganês por ano, o que somente se poderá conseguir nos grandes centros produtores de aço, da Europa e da América do Norte.

A garantia de mercado foi assegurada pela Bethlehem Steel Company, organização norte-americana, produtora de aço, que se comprometeu, em documento formal, a manter, durante a amortização do

# MANGANÊS, UMA REALIDADE NO AMAPÁ

"Um Observador"

A descoberta do minério de manganês, em 1945, no Território Federal do Amapá, veio descortinar excelentes perspectivas para esta novel parcela do Brasil.

Imediatamente o Governador provocou e obteve providências de modo a serem as jazidas recém-descobertas consideradas reserva nacional.

Passou-se então a cuidar da exploração, fonte de imensos lucros, a primeira contribuição do Amapá à União.

Foram as minas, depois do concordado do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e do Conselho de Segurança Nacional, arrendadas à Indústria e Comércio de Minérios S/A — ICOMI, de Belo Horizonte; firma brasileira, de capacidade técnica indiscutivelmente comprovada, que vem cumprindo todos os compromissos assumidos pelo contrato, e tem investido já, até o corrente ano, quinze milhões de cruzeiros.

As jazidas apresentam um volume fora do comum. As estimativas são de vinte milhões de toneladas, e podemos garantir já foram medidos, já se tem a certeza da existência de dez milhões; minério de excelente qualidade, cujo teor médio é superior a 50 %. O aproveitamento dessas jazidas, além das instalações da mina, exigirá a construção de uma estrada de ferro de grande capacidade do tráfego, e de obras portuárias. De setecentos milhões de cruzeiros é o orçamento do custo dessas obras, o que atesta estarmos tratando de um empreendimento de grande vulto, comparável à Usina de Volta Redonda e à Hidrelétrica do São Francisco.

E Empresa concessionária encontrou no Banco Internacional para Reconstrução e Fomento, estabelecimento internacional de crédito, do qual o Brasil é Estado-Membro, apoio para obter recursos de que precisa, no valor de trinta e cinco milhões de dólares, importância impossível, por uma série de circunstâncias, de ser realizada com capitais nacionais.

Para a concessão de tão vultoso empréstimo, o Banco exige sejam satisfeitas duas condições fundamentais:

- garantia de mercado;
- garantia do Governo Brasileiro.

Ora, a indústria nacional não pode oferecer a garantia requerida ao consumo de manganês. As necessidades dos centros industriais do triângulo Rio-São Paulo-Minas, não excedem trinta e cinco mil toneladas anualmente. Seria anti-econômica a vinda, em face das condições de navegação de cabotagem, no Brasil, de manganês do Amapá para ser consumido neste centros, que podem, vantajosamente, ter o seu abastecimento pelas jazidas de Minas Gerais. E o vulto do empreendimento exige um mercado consumidor estável, capaz de consumir quinhentas mil toneladas de minério de manganês por ano, o que somente se poderá conseguir nos grandes centros produtores de aço, da Europa e da América do Norte.

A garantia de mercado foi assegurada pela Bethlehem Steel Company, organização norte-americana, produtora de aço, que se comprometeu, em documento formal, a manter, durante a amortização do

empréstimo, o mercado para uma tonelagem que permita enfrentar os compromissos assumidos para com o Banco. Em compensação, a Bethlehem terá garantido para seu consumo, aos preços do mercado, 49 % do minério de manganês produzido pela Empresa; os 51 % desse minério ficarão livres para a colocação, pelo grupo nacional, no mercado mundial.

compuser de ações de classes diferentes, os seus estatutos deverão estabelecer que a maioria de ações com direito a voto não poderá pertencer a acionistas estrangeiros.

As ações ou cotas sociais reservadas a brasileiros poderão pertencer a sociedades organizadas no país, desde que constituídas por sócios brasileiros; quando tal sociedade formar seu capital com ações



Fig. 1 — Minério para embarque

A associação da Bethlehem Steel Company com a empresa concessionária do arrendamento das jazidas de manganês, Indústria e Comércio de Minérios S/A — ICOMI, será feita de forma satisfatória para os interesses nacionais. A cláusula 36<sup>a</sup> do contrato celebrado entre o Governo do Território e a Empresa, dispõe o seguinte:

"Cláusula 36<sup>a</sup> — A Empresa poderá assumir qualquer das formas ou tipos legalmente admitidos no país para as sociedades comerciais, reservados sempre a brasileiros pelo menos 51 % do respectivo capital. Poderá ela admitir sócios estrangeiros, cuja participação no capital social não excederá, entretanto, de 49 %. Se o capital se

ao portador, os respectivos estatutos deverão estipular:

a) que a sociedade não admitirá nem reconhecerá, para quaisquer efeitos, inclusive na formação de suas assembleias gerais e para percepção de dividendos, que tais ações pertençam a estrangeiros;

b) que dos títulos representativos dessas ações conste expressamente, como restrição à respectiva circulação, que elas não poderão transferir-se a estrangeiros.

Parágrafo único — As condições acima previstas somente poderão ser alteradas com autorização expressa do Presidente da República mediante exame das conveniências devidamente demonstradas, que

possam justificar qualquer alteração eventual a respeito."

É evidente que se trata de um empreendimento nacional cuja permanência em mão de brasileiros acha-se salvaguardada.

A limitação de capital estrangeiro ao máximo de 49 % no negócio implicará em reter no Brasil, mesmo quando houver lucros elevados, pelo menos 85 % das divisas produzidas

pela exportação, proveniente de impostos e preço de arrendamento.

É necessária a *garantia do Governo Brasileiro*. Ela é de inegável interesse público porque:

— aumentará a riqueza nacional, mobilizando considerável fonte de economia;

— criará divisas que na base da exportação de 500.000 toneladas anuais, significarão cerca de de-

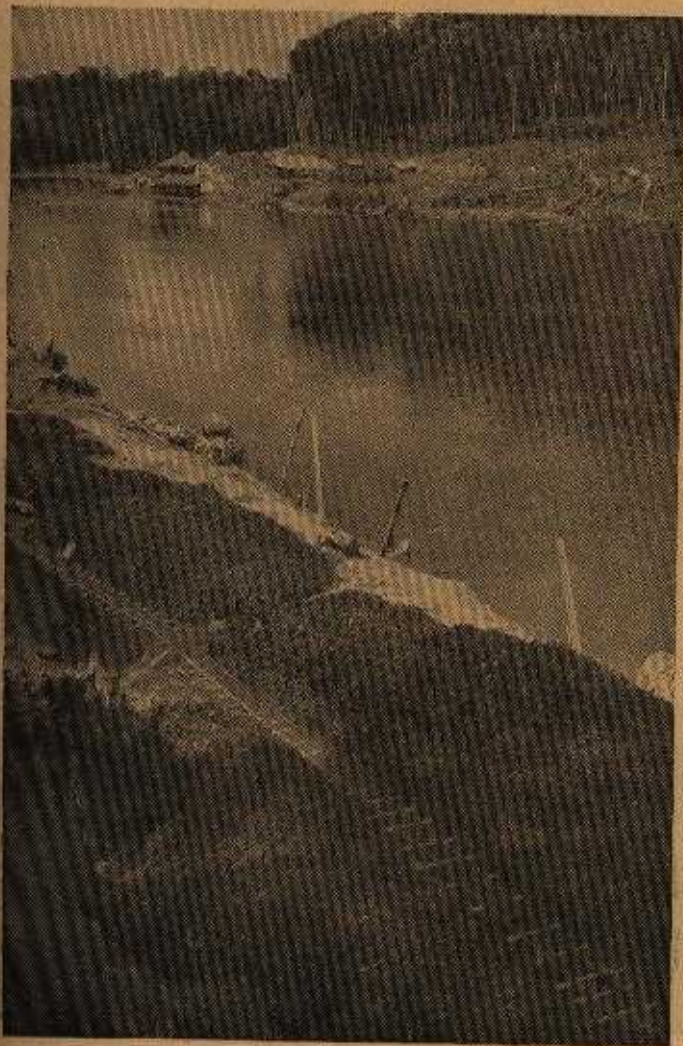


Fig. 2 — Instalações da Serra do Navio



Fig. 3 — Afloramento de minério na margem do Rio Amapá

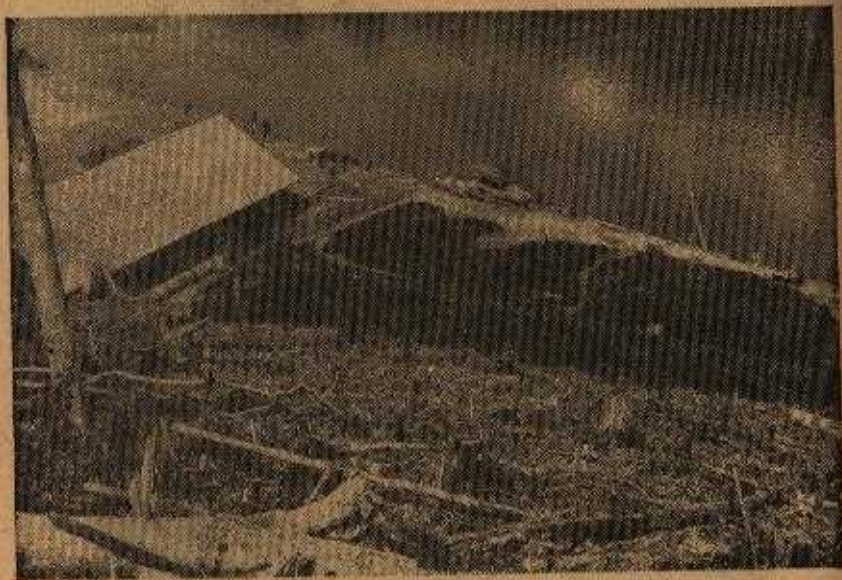


Fig. 4 — Estoque de minério no Porto Piaton, Rio Amapá

zesete milhões e quinhentos mil dólares, ou seja um valor bruto aproximado de trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros, aos preços correntes; desse modo, não só cobrirá o serviço do próprio empréstimo, mas fornecerá excedentes em divisas;

— aumentará as rendas públicas pelos:

a) imposto de 8 % sobre o valor da produção efetiva do minério, previsto pelo Decreto-lei n. 9.450, de 17 de julho de 1946;

b) imposto de renda devido pela sociedade e seus sócios que montará



Fig. 5 — Grande afloramento de minério

no mínimo a 27,4 % sobre os lucros líquidos verificados;

c) preço do arrendamento, que deverá ser pago ao Território, na base contratual de 4 % ou 5 %, conforme a hipótese, sobre o valor do minério exportado;

d) diversos impostos que incidirão sobre as atividades, provenientes de terceiros tais como sa-

dependente da indústria extrativa vegetal. Representará fator de excepcional progresso no Território Federal do Amapá, direta e indiretamente, trazendo benefícios de melhoria do padrão de vida, instrução, saneamento, meios de comunicação e outras atividades. Supérfluo seria enumerar as consequências da construção de uma estrada de ferro e de instalações por-

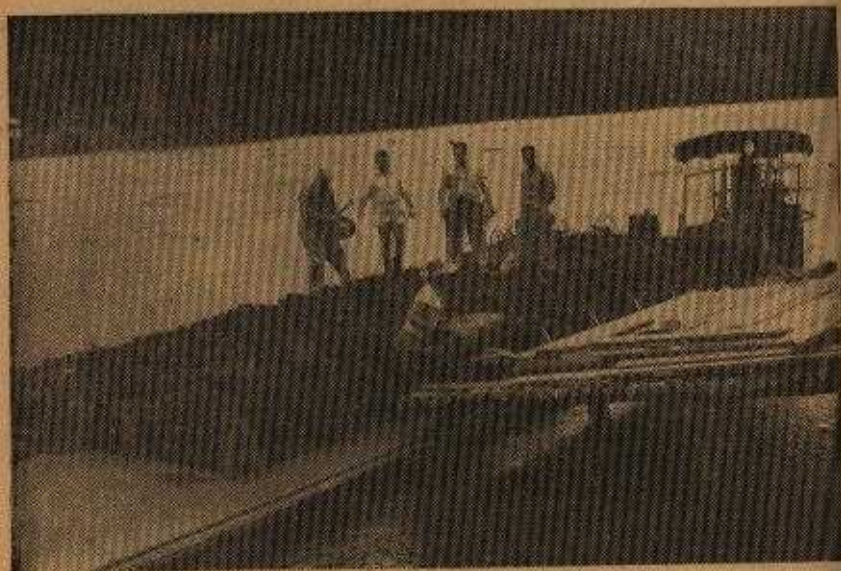


Fig. 5 — Barcaça carregada com 70 toneladas de minério

lários, contratos, fornecimentos, instalações e serviços auxiliares, permanentemente conexos às obras e trabalhos, e respectiva manutenção.

Sómente o item c) — preço de arrendamento — proporcionará anualmente cerca de quatorze milhões de cruzeiros em moeda nacional, para uma exportação de 500.000 toneladas, aos preços atuais.

Um conhecedor criterioso e objetivo dos problemas da Amazônia, pode julgar da influência que este empreendimento exercerá na insustentável economia da região, até agora

tuárias. A região beneficiar-se-á com a criação de sólidas atividades produtivas, em nível provavelmente até hoje não atingido no Norte do Brasil.

São, portanto, justificáveis as esperanças que os amapaenses depõem na exploração do manganês, e as alegrias que manifestam por saberem que o seu Território começará a devolver à Federação o que dela tem recebido. Uma contribuição do Amapá, ao Brasil.

**MANGANÊS** uma realidade do **AMAPÁ**.

## QUAL É A FORTALEZA MILITAR DO OCIDENTE !

B. H. LIDDELL HART — Da revista inglesa  
Picture Post — Tradução do Gen. A. Castro  
Nascimento

Após a reunião dos Ministros da Defesa das cinco nações da União Ocidental, celebrada na última semana de setembro, os assuntos começaram a tomar rumo. (Para não nos deixarmos embalar por um falso otimismo lembremos que a quinta dessas nações, o Luxemburgo, tem um potencial humano muito reduzido, pouco mais ou menos como o de Bedfordshire). Depois da reunião publicou-se que estavam estudando a criação de uma Organização Permanente de Defesa, provida de um Estado-Maior, em que deviam figurar oficiais de altos postos de cada um dos países.

Posteriormente, anunciou-se que estaria constituído, a partir de 1 de outubro, porém, devia surgir um obstáculo misterioso. Apesar disso, no dia 4, houve boatos persistentes, posteriormente comprovados, de que o Marechal de Campo Visconde de Montgomery, seria nomeado o chefe Militar permanente, e que o general Juin seria o Comandante-chefe das forças terrestres. Esta importantíssima função recaiu no General De Lattre de Tassigny, que, desde o término da guerra, fora encarregado de reorganizar o Exército francês; o Marechal do Ar James Robb, atual Subchefe do Estado-Maior do Ar da Grã-Bretanha, seria o Comandante-chefe das Forças Aéreas. Não há comandante-chefe das forças navais, apesar do lugar vago da mesa do Comité haver sido ocupado pelo Vice-Almirante francês Jaujard, na qualidade de representante naval. Ao que parece, a Esquadra britânica manterá sua independência, e, em caso de guerra, lutará sob as or-

dens de um comando próprio, subordinado a um plano elaborado de comum acordo com os Estados Unidos da América.

### QUAL O POTENCIAL HUMANO DA FRANÇA ?

Agora que a defesa dos cinco países tem um teto baixo para cobrir-se, é oportuno estudar as paradas que o terá de sustentar. Todo o mundo deseja, em forma mais urgente, uma resposta a esta pergunta. Porém, nas condições atuais, é difícil apresentar, uma contestação satisfatória, que, se for explícita, muito pouca segurança nos poderá dar. O homem do povo está inclinado a pensar de acordo com os cálculos de antes da guerra, pelo segredo em que são mantidos os efetivos atuais, os quais são muito mais fracos que aqueles que se estimavam antes do conflito e que não deram resultados satisfatórios.

A presente estrutura periclitava pelo fato da maior parte desses muros ter sido demolida e os seus próprios alicerces, em 1940, após a conquista alemã, e ter sido reconstruída, pelo processo atual, sob as condições de um após-guerra, muito lentamente. Construiu uma exceção no setor britânico, porque a desmobilização o destruiu em uma grande parte, ao mesmo tempo que sua reconstrução complicou-se com os infelizes resultados da mudança da antiga organização que se sustentava por uma mistura de recrutamento forçado e serviço profissional (os quadros e engajados).

O problema principal que tem de resolver a União Ocidental é

de se preparar para resistir a uma invasão "Terrestre" e impedir que o Continente seja dominado enquanto se espere o auxílio dos norte-americanos. Para este fim, conta-se com as forças atuais e com a perspectiva de um reforço procedente de Ultramar, na hipótese deste alcançar com tempo. A primeira etapa é a decisiva. Por este motivo é que se deve fazer um exame realista, principalmente sobre a questão das forças terrestres em posição ou disponíveis.

No cálculo do potencial humano, assim como em qualquer outro aspecto, a França é a principal componente da fração continental das forças da União Ocidental. Sua população ultrapassa de 50 milhões de almas; a Holanda tem somente nove; a Bélgica, oito, o Luxemburgo, pouco mais de 250.000.

Em 1939, a França tinha um Exército de paz de 500.000 homens, e suas reservas instruídas alcançavam a cifra de 5.000.000, apesar de carecer de armamento moderno suficiente para utilizá-las. Após a mobilização, suas 30 divisões do tempo de paz elevaram-se a 90, quando houve a invasão alemã. A França dispunha naquela época 1.730 aviões de primeira linha, isto é, numericamente uma força aérea equivalente à da Inglaterra, apesar de grande parte dos seus 260 bombardeiros estarem antiquados. A Esquadra francesa, era, então, a quarta do mundo. (Logo depois das britânica, norte-americana e a japonesa). No papel, o Exército francês atual é tão forte como o de antes da guerra, talvez maior numericamente: uns 600.000 homens. Apesar de sua força de operações (quer dizer do número de formações organizadas para entrar em campanha) ser muito inferior, em relação ao nível médio de 1940, ela está pior equipada que naquela data. A França possui somente cinco divisões, sendo duas blindadas e uma aerotransportada. Tem além disso mais duas divisões de infantaria na África do Norte, aonde o General Juin, durante o tempo que se permitiu a liberdade de reconstrução da administração

civil, procurou reorganizar as forças locais.

Os 50.000 homens que estão na zona francesa da Alemanha sob as ordens do general Guillaume, poderão formar o equivalente a duas divisões, apesar de estacionarem demasiado dispersas e absorvidas na tarefa da ocupação. Ao mesmo passo, as prolongadas revoltas na Indochina converteram-se numa séria sangria no Exército metropolitano, especialmente no que tange aos oficiais e graduados melhor instruídos. Nesta Região da Ásia há um total de 100.000 homens, que apesar do afastamento perde todo o valor como reserva potencial se porventura surgir um conflito no Ocidente. Na Metrópole, a força de operações diminuiu também, como em nosso Exército, pela pródiga criação de unidades não combatentes, produto universal da dissipadora organização do tempo de guerra, que tende sempre ao desenvolvimento excessivo dos serviços secundários, tanto na cúpula, como na retaguarda. No entanto a maior diminuição é ocasionada pela coincidência de um Serviço Militar reduzido com o problema de ter que reconstituir uma Organização militar que fôra destruída. Com um serviço de um ano apenas, deve-se fazer o principal esforço na instrução individual do soldado antes da criação de formações de combate.

Sem dúvida o novo processo de instrução introduzido pelo General De Latre, transformou aqueles inconvenientes em vantagens potenciais militares.

É proverbial que os Exércitos aprendem mais com a derrota do que com a vitória. Antes da guerra passada o Exército francês não tinha iniciativa, e seus chefes eram os menos propensos em todo o mundo, a pensar que poderiam aprender alguma coisa fora de seu país. Por isto, continuaram com os métodos utilizados na 1ª Guerra Mundial até que, tendo de enfrentar métodos diferentes na 2ª, foram derrotados. Os novos chefes manifestam-se mais propícios a aproveitar as experiências alheias, e seus métodos de instrução, pelo

menos, utilizam as boas indicações de todas as procedências. Ao invés de se manterem no interior dos quartéis, instruem os novos recrutas em pequenos acampamentos ao ar livre, com diretrizes para um sistema idealizado para os fortalecer fisicamente, enrijar seus nervos, fomentar sua iniciativa e desenvolver sua adaptação a todas as situações. Este é o sistema de instrução primária mais adiantado de todos os Exércitos, que se organizou com o propósito de preparar tropas de elevado valor, fator decisivo na guerra moderna. Mas, a duração do tempo de serviço é muito reduzido para se conseguir a habilidade técnica que requerem as armas modernas e atingir o extenso treinamento tático indispensável para desenvolver a capacidade manobreira nas grandes formações (G.U.).

#### A CONTRIBUIÇÃO DO BENELUX

Mas, entre todos os obstáculos que restringem a eficácia do Exército francês, o maior de todos é a falta de armamento moderno, especialmente dos tipos mais pesados: carros, artilharia e aviação. Seu material é quase na totalidade antiquado, o mesmo podendo-se dizer do equipamento militar, indispensável, hoje em dia, nas operações. Desde que terminou a última guerra, a produção de munição é insignificante; o empobrecimento da nação lhe impôs um ritmo lento, que devido a uma organização inoperante, se torna mais lento ainda.

As forças Aéreas tiveram menos oportunidade do que o Exército de recuperar o nível perdido. Conta em seu efetivo somente com 70.000 homens. Apesar desta cifra, que não é nada impressionante, dá uma sensação exagerada sobre a capacidade combativa em esquadrilhas.

A Esquadra que foi a mais eficiente de todos os combatentes, em 1940, é um esqueleto em comparação com a de antes da guerra. Somente dispõe da metade dos navios pesados e uma quarta parte dos ligeiros de que dispunha antes do conflito mundial, e que, além disso, precisa modernizar-se.

Passemos, agora, aos países componentes do Benelux. Dêstes, foi a Bélgica a que teve o melhor Exército, antes da guerra, tanto sob o pondo de vista da instrução como em armamento, apesar de não ser dos mais modernos. Em tempo de paz seu Exército compunha-se de 65.000 homens (a terça parte de profissionais), que formavam o arcabouço de oito divisões, seis de infantaria e duas de cavalaria motorizada. Podia mobilizar 600.000 homens, e, na guerra passada conseguiu apresentar em campanha 23 divisões. A Holanda só dispunha de um Exército organizado, na base de *Guarda Nacional*, com um efetivo em tempo de paz de 30.000 homens. Ao declarar a guerra mobilizou 400.000 reservistas e organizou 10 divisões e uma série de unidades menores que, reunidas, totalizavam uma quantidade de combatentes equivalentes às dez divisões, apesar do seu armamento e sua instrução serem muito deficientes. Quando a "guerra relâmpago" atingiu este país, as forças alemãs, de invasão, eram inferiores em número, mas, por serem melhor equipadas e instruídas que as tropas holandesas, não encontraram, nesse país, sério obstáculo. Na reorganização de seus métodos de instrução, ambos os Exércitos souberam aproveitar a amarga experiência. Apesar disso, sua força atual é ainda menor que a de antes da guerra, suas reservas instruídas são menores e o seu armamento moderno é ainda muito escasso. O Contingente anual da Bélgica é de 32.000 homens, e suas formações se compõem na atualidade de duas divisões com efetivo reduzido. Nesses países, bem como na França, o problema da instrução absorve a maior parte das disponibilidades, não é verdade que, em caso de necessidade urgente, possam dispor de divisões perfeitamente adestradas para entrar em luta. Esta é a parte essencial do problema, porque a velocidade das invasões modernas pode ser muito rápida para uma defesa que se baseia em um complicado processo de mobilização dos países ameaçados. Agora, para não ser irreverentes ao emitir o

último membro do Benelux, lembremos que o Exército de Luxemburgo compunha-se, antes da guerra, de 250 homens, e que, atualmente, dispõe de um processo de mobilização que recrutará uns 15.000.

De que modo contribuirá a Grã-Bretanha na defesa imediata da União Ocidental? Sabemos que no dia 1 de abril o Exército dispunha, entre oficiais e praças, de 530.700 homens, apesar dos detalhes sobre sua composição e distribuição se haver ocultado oficialmente ao Parlamento e à população.

Mas, qualquer Governo estrangeiro, inclusive o Soviético, que disponha de um Serviço de Informações, pode calcular aproximadamente o efetivo de tropas estacionadas nos diversos centros militares, desde a metrópole até o exterior. É também muito fácil conhecer quantas grandes unidades se podem organizar (é o que mais interessa). Sem motivo, ocultaram-se à população estes detalhes elementares, possivelmente para tranquilidade de seu espírito. Desde logo evita o Governo uma série de problemas delicados.

Não obstante, pelos oradores do Parlamento e em círculos bem informados, se tem dado conhecimento de alguns dados. Diz-se, sem que haja desmentido, que nossa força de operações compõe-se tão somente de duas divisões de infantaria, uma brigada blindada e uma brigada de pára-quedistas. De outra forma, afirmaram também que uma divisão de infantaria está na Alemanha, junto com uma brigada blindada e uma brigada de pára-quedistas. Fala-se, além disso, na existência de uma divisão de infantaria no Mediterrâneo Oriental. De tudo isto, conclui-se claramente que na Metrópole não existe nenhuma divisão. E, se não fôra pouco, a recente remessa de tropas à Malásia, é o suficiente para podermos afirmar que o armário está vazio. Inclusive o último relatório poderia chegar a esta mesma conclusão. Nada dizemos de um inteligente Serviço de Informação. O Governo não poderia encontrar um

meio mais claro de descobrir o que o Exército oculta.

Antes de guerra havia na Metrópole sete divisões e três no Mediterrâneo Oriental, apesar do Exército ser a terça parte do que é hoje. É verdade que não poderiam tomar parte em operações de envergadura, enquanto não se completassem todos os seus efetivos; no entanto, serviam para fazer face aos distúrbios locais ou afastar ameaças maiores. Essa baixa potencialidade atual e a escassez de divisões, deve-se, em parte, à intensiva idéia de aumentar os serviços secundários; ainda, sobretudo, à desastrosa política do após guerra de misturar o recrutamento obrigatório com o serviço profissional. Este sistema dá origem a que grande número de profissionais, de muitos anos de serviço, tenham que ser designados para a instrução dos recrutas, o que reduz grandemente as disponibilidades do Exército para fazer frente a uma situação de urgência.

#### A FORÇA DA RUSSIA

Parece ser possível, pois, que, até que consigamos uma reorganização que produza maior número de divisões, a contribuição do nosso Exército para a defesa da União Ocidental estará limitada às insignificantes forças de ocupação em serviço nas zonas britânicas da Alemanha. A força de operações que dispõe a América do Norte em sua zona de ocupação na Alemanha não é mais importante que a nossa. Assim, pois, não trazem grande acréscimo às Forças dos países ocidentais já enumeradas. À França cabe a parte principal na defesa da União Ocidental; mas, apesar de suas limitações militares em efetivo, em homens e armamento, não é um elemento muito estável, devido ao seu importante núcleo comunista. Se contarmos com o tempo suficiente para mobilizar a nação, o total de forças poderia aumentar bastante. Há grande quantidade de reservistas que poderiam ser chamados, embora não se disponha de armamento para armá-los, este inconveniente diminui sensivel-

mente o valor da força mobilizada. Pelos cálculos feitos chega-se à conclusão de ser possível mobilizar uma centena de divisões, no entanto, tais cálculos parecem mais teóricos do que concretos; sem levar em conta, ainda, se haveria tempo para as mobilizar ou não.

No que tange à Rússia, julga-se que dispõe na sua zona de ocupação, na Alemanha, de umas 30 divisões (os franceses calculam em 40), e acredita-se que ela dispõe de mais de 20 que estão preparadas para entrar imediatamente em ação. Afirma-se ainda que existe o equivalente a oito divisões blindadas, com carros que, depois dos nossos últimos modelos, são os mais poderosos da Europa, e de mais 6 ou 8 divisões motorizadas. Esta força bélica constitui uma poderosa ponta de lança para o primeiro empurrão.

A força total do Exército Russo é muito maior que a da União Ocidental, tomando-se por base, para comparação, seus efetivos atuais de "tempo de paz". Os cálculos oscilam entre dois a três milhões de homens e de 170 a 200 divisões organizadas. Em caso de mobilização elevar-se-iam a 250 ou 300 divisões que no fim de um ano poderiam duplicar-se, igualando-se às 550 que tiveram ao terminar a última guerra. Temos que reconhecer que as divisões lá têm um efetivo menor que as do tipo comum do Ocidente, embora tenham a vantagem de serem mais manobráveis.

Como os russos não conseguiram motorizar as suas forças em nível tão intenso como nos Exércitos ocidentais, retardariam algum tempo para levar seu peso enorme sobre o Ocidente, por causa das dificuldades de abastecimentos e movimentos; ainda temos que contar, também, com a resistência das tropas russas, na facilidade de suportar onde outras morreriam de fome e o seu poder de improvisar para "viver no país" onde operam.

Um retardo daria aos países ocidentais o tempo suficiente para respirar e mobilizar suas reservas, que são muito maiores que as de que dispõem preparadas para uma

ação imediata. O futuro, ainda não brilhante, será mais venturoso que agora se dispusermos dos meios para destruir uma ameaça de invasão rápida, perturbar sua mobilização e impedir que se reforce por terra e ar, desde ultramar.

Se a União Ocidental tiver à sua disposição 15 a 20 divisões de elite, modernamente equipadas e treinadas para entrar em ação em qualquer local onde for necessário, como "*uma brigada de bombeiros*" a situação de conjunto melhoraria muito. Tal hipótese. Só é viável; desde que se consiga uma mudança radical na organização militar vigente nos países ocidentais. Um dos processos poderia ser a ampliação do tempo de serviço militar obrigatório para três anos em todos os países, apesar dos enormes inconvenientes econômicos e sociais. Outra, seria conseguir o número suficiente de praças profissionais (enquadramentos) para organizar as forças de operações em escala indispensável. Este último implicará na reorganização do atual sistema misto e também na oferta de vencimentos mais atraentes, apesar dos encargos econômicos da nação, seria muito menor que com o serviço obrigatório de três anos. Ao mesmo tempo, oferecia maior segurança um Exército composto de hábeis especialistas o qual poderia entrar em ação tão logo fosse necessário.

Se pudéssemos duplicar os efetivos dessa "*brigada de bombeiros*" as perspectivas de defesa aumentariam em proporção considerável, embora tal hipótese seja dificilmente praticável, a menos que fossem incorporados à União Ocidental os Estados Alemães do Oeste com seu potencial humano.

Ainda neste pressuposto, haveria que solucionar o problema do armamento. Na atualidade, este é o mais fraco dos membros continentais da União Ocidental, mais falho nas Forças Aéreas que nas de Terra.

É difícil imaginar como se poderia solucionar, a não ser um oportuno e intenso auxílio militar dos

Estados Unidos, sob a forma de uma nova lei de Empréstimos e Arrendamentos.

NOTA — É oportuno chamar a atenção dos militares para este artigo que exprime uma situação de fato e muito verossímil.

Esta tradução é um oferecimento que fazemos a todos os colegas das Forças Armadas para que pensem e procurem solucionar os nossos problemas militares dentro das possibilidades nacionais e econômicas, sem fantasia nem cópias.

## **AOS COLABORADORES !**

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÓLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

## MALES QUE NÃO SÃO SÓ NOSSOS...

Cel. ALBERTO RIBEIRO PAZ,  
da E.E.M.

É coisa muitíssimo comum lermos em jornais e revistas comentários alarmantes com referência ao grande número de brasileiros em idade militar que são rejeitados por deficiências físicas.

Dados estatísticos são apresentados, por vêzes, mostrando as cifras assustadoras dos que são julgados incapazes para a incorporação às Forças Armadas Nacionais.

E comentários depreciativos ao nosso povo e à nossa raça não são então poupados. Vem logo à baila a frase famosa de médico ilustre: "O Brasil é um vasto hospital!"...

Na escolha do pessoal que deveria constituir a nossa gloriosa F.E.B. muita gente botou a mão na cabeça e lançou um grito no mundo no exame dos resultados das inspeções de saúde realizadas nas nossas diferentes Regiões Militares.

Afirma-se também, por aí alhures, repetidamente, e com razão, que o problema principal brasileiro é o analfabetismo que tanto concorre para o atraso mental generalizado do nosso povo.

Apenas 38 % da população brasileira possui instrução de grau primário ou superior.

E se brada com enfática descrença: "O Brasil é um país de analfabetos!"...

No entanto, os Estados Unidos da América do Norte, o país "leader" do mundo atual, a nação supercivilizada e ultraindustrializada, nação que possui Universidades abrigando até 50.000 alunos, nação onde a tiragem anual de livros atinge a casa dos 60.000.000 de exemplares, nação cujo coeficiente de alfabetização excede aos 99 %,

se vêm forçados a rejeitar para o serviço militar um número elevado de cidadãos que revedam *incapacidade física ou insuficiência intelectual* para se transformarem em soldados.

De fato, o E.S. NEWS & WORLD REPORT, na sua edição de 22 de setembro de 1950, em editorial intitulado "Porque 6 em cada 10 não passam nos exames para o Exército", diz textualmente:

"Não é tão fácil ser incorporado ao Exército. Os exames para isso necessários constituem uma barreira demasiado alta para mais de metade dos candidatos. O exame físico é o maior causador de insucessos: cerca de um em cada quatro. Quinze por cento não passam no exame intelectual. Dia chegará em que o nível dos exames terá que ser baixado para que o Exército possa dispor do número de homens de que necessita".

E mais adiante, com referência a certo relatório oficial, acrescenta os comentários seguintes:

"Isso mostra que 60 % do contingente examinado pelo Exército têm sido recusados. Eis como o Exército eliminou essa tão grande quantidade de homens:

O exame intelectual recusou 15 %. Os psiquiatras fizeram voltar mais 6 % por se terem revelado emocionalmente instáveis. Houve 12 % de fichados na polícia, com incapacidade moral ou julgados deficientes por outros motivos quaisquer. E 27 % deixaram de satisfazer a uma ou mais exigências físicas. O resultado foi que somente 40 em 100 alcançaram

os índices impostos pelo nosso Exército".

Segundo ainda o que informa o citado periódico, o assunto já vem sendo debatido pela imprensa e seria controversa se estabeleceu entre congressistas e membros das Forças Armadas.

Entres aqueles, há opiniões francamente favoráveis a que se diminuam as exigências, particularmente, as de natureza intelectual.

O exame intelectual é julgado difícil até para estudantes de curso secundário.

"Os técnicos sobre potencial humano declaram que o Exército pode adotar limites mais baixos para uma parte do contingente alistado, de vez que, muitos dos convocados irão servir em funções auxiliares bem longe das linhas de frente".

No entanto, os membros das Forças Armadas acham que "devemos aceitar somente quem obtenha pelo menos 70 pontos (no exame intelectual), obedecendo a Lei. Se formos mais abaixo, não incorporaremos senão *débets mentais*".

Pelos exemplos oferecidos à consideração dos leitores, exemplos esses que adiante vão transcritos, não nos parece sejam difíceis para o nível médio dos nossos estudantes de curso secundário as questões propostas no exame intelectual, no entanto, julgamos que uma boa parte dos nossos convocados também não passaria nesse exame, com questões semelhantes, se a ele fosse obrigada para a respectiva incorporação. Senão vejamos:

"Uma questão era a seguinte: — Onde estará um carro após viajar durante 30 minutos com a velocidade de 60 km por hora: (a) 20 km; (b) 40 km (c) 30 km; (d) 25 km.

O examinando deverá assinalar a resposta certa dentre as quatro de que dispõe para escolher".

"Outra questão referente à linguagem era assim: — Num compartimento estavam apinhadas oito pessoas. Essa sentença significa que as pessoas estavam: (a) amarradas juntas; (b) amontoadas; (c) deitadas no chão; (d) alinhadas em uma fileira.

O examinando deverá indicar dentre os quatros conjuntos de palavras qual o que melhor explica a sentença dada".

"Uma terceira questão mostrava um desenho de um triângulo dentro de um círculo. O examinando deveria escolher a duplicata desse desenho misturada num grupo de desenhos de figuras geométricas diversas".

O número de questões dessa natureza era de 90 questões contidas num panfleto de 16 páginas.

Quanto ao exame físico, as exigências atuais, enumeradas pelo autor, não nos pareceram tão exageradas a ponto de conduzírem a resultados alarmantes. São as seguintes:

**Olhos.** — Devem apresentar, pelo menos, o índice 20/70. Isso quer dizer que o que a vista normal vê a 70 pés de distância deve ser visto, sem lentes, a 20 pés. O olho melhor deve ter visão normal ou susceptível de correção com lente de 20/20; o mais fraco, com correção de 20/30.

**Dentes.** — As exigências são rígidas pela falta momentânea de dentistas no Exército. O homem é incluído sem qualquer precalço desde que já possua dentadura postiza.

**Ouvidos.** — Quem não ouvir um murmúrio a 10 pés de distância, não será aceito.

**Pés.** — Devem permitir marchas longas, saltos, corridas, etc., mas nenhum índice próprio é especificado. Assim, enquanto um médico olhando para um homem portador de "pé-chato" exclamará: "Passe, você vai dar um bom *burocrata* para o Exército", outro rejeitará um cidadão em condições semelhantes.

**Mãos.** — A falta de polegar ou das duas primeiras falanges do indicador, é motivo para rejeição. A falta, porém, dos dois dedos mínimos, não incapacita.

**Braços e ombros.** — O homem deve poder lutar em corpo-a-corpo. Um braço atrofiado ou paralítico é bastante para o tornar incapaz".

Um fato que nos surpreendeu no editorial focalizado foi a informação de que numerosos examinandos, com o fim de se furtarem ao serviço militar, respondem erradamente, de propósito, às questões propostas no exame intelectual.

E o número dos que assim procederam foi de tal ordem que medidas moralizadoras tiveram que ser postas em prática.

Uma delas foi mandar-se que fossem incluídos todos os estudantes possuidores de curso secundário, independentemente do grau obtido no exame intelectual, uma vez satisfeitas as demais exigências.

Em certo centro de recrutamento, oito entre dez homens que não obtiveram grau para passar foram mandados incluir porque seus an-

tecedentes escolares mostravam claramente que eles deveriam ter revelado capacidade para terem passado no exame.

O autor do editorial insinua que essas "reprovações voluntárias" resultam em parte do "slogan" por lá também espalhado: "Quem passar terá que ir para a Coréia!"... e pergunta: "Quantos se esforçarão por passar no exame sabendo que esse é o prêmio?"...

Conclusão: Lá e cá más fadas há!...

Meditando sobre o que foi lido convencemo-nos de que precisamos acabar com os complexos de inferioridade no que diz respeito à nossa gente e às nossas coisas. Os grandes males não são só nossos!...

## D. F. VASCONCELLOS

FABRICANTE DE INSTRUMENTOS ÓPTICOS

BINÓCULOS PRISMATICOS

TELEMETROS

GONIÔMETROS-BÚSSOLA

ESTEREOSCÓPIOS

AV. INDIANÓPOLIS 4254

SÃO PAULO

"Não sejamos sentimentais com nossos homens. Somos responsáveis por sua eficiência e bem-estar, antes mesmo de nosso próprio conforto. Hoje é desnecessário dizer que os homens não devem ser tratados como gado, como o eram antigamente. Penso, entretanto, que aparece às vezes uma tendência exagerada no sentido oposto — muito sentimentalismo, dizendo que eles são extraordinários, mimando-os e mandando-os para casa, todos os domingos, visitar a mãezinha. Isto é contraproducente e mesmo os aborrecerá — pelo menos se se tratar de bons soldados, de uma unidade que se preza".

("A Arte de Comandar", Sir John Slessor, Military Review, setembro, 1950.)

## Livros à venda nesta Redação

|                                                                                  | Cr\$  |
|----------------------------------------------------------------------------------|-------|
| O Serviço de Informações e de Transmissões — Maj. Geraldo M. Côrtes.....         | 11.00 |
| O 6º R. I. Expedicionário — Cap. Antonio Silveira..                              | 35.00 |
| Psicologia da Aprendizagem.....                                                  | 1.00  |
| Probabilidades e Dispersão do Tiro — Cel. A. Morgado da Hora.....                | 60.00 |
| Patrulhas Mecanizadas — Cap. Calderari.....                                      | 4.00  |
| Pedagogia da Educação Física Feminina — J. B. de Aquino.....                     | 25.00 |
| Tática de Infantaria nos Pequenos Escalões — Cel. José Gomes S. Chaves.....      | 15.00 |
| Travessias de Cursos D'agua — Cap. José H. Garcia                                | 6.00  |
| Tática de Infantaria — Gen. X.....                                               | 3.00  |
| Telêmetros de Inversão — Cap. José Joaquim G. Silva.....                         | 9.00  |
| Tabela de Vencimentos de Militares — Lei n. 488, de 15-XI-948 — Cap. Macedo..... | 26.00 |
| Transferidor Militar tipo "A" grande — Carlos Morim                              | 85.00 |
| Transferidor Militar tipo "B" pequeno — Carlos Morim.....                        | 25.00 |
| Um Ano de Observação no Extremo Oriente — Cel. Lima Figueiredo.....              | 20.00 |
| Vamos Aprender Inglês — Ten. Eugenio Malanga                                     | 25.00 |
| Regulamento Provisório para a Instrução dos Quadros e da Tropa.....              | 6.00  |
| Pub. 11 — Cavalaria, Organização e Emprego — Segurança — E. A. O.....            | 17.00 |

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

# A CAVALARIA NO MANUAL C-100-5

## (Operações)

Ten.-Cel. J. H. GARCIA

De início na parte referente à organização das tropas, a nossa D.C., por ser uma grande unidade especial, devia ter recebido uma definição à parte; mas embora, a D.C. foi mais feliz que o CORPO DE CAVALARIA, que nem foi citado, deixando a impressão de que não existe, nem eventualmente.

Em primeiro lugar achamos que tanto a cavalaria a cavalo como a mecanizada, são caracterizadas pelo que o manual atribui somente à primeira; o conjunto de características apresentado na letra a, páginas 12 e 13, pertence à arma e não a determinadas unidades; bem sabemos que a cavalaria mecanizada ou blindada, é capaz de fazer tudo o que a cavalaria a cavalo faz, dependendo apenas do terreno.

Mas vejamos o que é prescrito nesta letra a, pág. 12, isto é, vemos os pontos que claramente definem determinadas formas de ação, definem não vagamente mas precisamente, como quem não teme empenhar-se a fundo.

O n. 32 enumera o que a cavalaria a cavalo é capaz de fazer:

- 1 — age ofensivamente;
- 2 — aproveita êxito;
- 3 — persegue;
- 4 — põe a mão em determinado ponto e conserva até.....
- 5 — reconhece;
- 6 — faz o contra-reconhecimento;
- 7 — faz segurança;
- 8 — retarda;
- 9 — cobre a retirada;
- 10 — liga no combate;
- 11 — constitui reserva;
- 12 — inquieta;

- 13 — age de surpresa sobre objetivos profundos da retaguarda inimiga.

Podemos assim agrupar estas missões, para chegar às nossas clássicas missões:

- 1, 2, 3, 4, 8, 10, 11 — combate;

- 5 — explora;

- 6, 7, 8, 9 — cobre;

- 4, 12 e 13 — incursiona.

O que há de novo neste n. 32?

— Apenas nomes, formas de dizer, como se vê em nossa demonstração logo acima.

Entretanto, no n. 33, há sobre o que meditar, como:

— “Deve receber missões que lhe permitam tirar partido de sua mobilidade”.

Este “tirar partido de sua mobilidade” quer dizer manobrar, combinação de elementos a pé com elementos a cavalo, combinação de elementos a cavalo, moto, mecanizados ou blindados e a pé, combinação de velocidades, de possibilidades em determinados terrenos, de forças, de atitudes, etc.

Precisamos confessar que não temos até agora feito isto!...

Temos empregado nossa cavalaria, particularmente no âmbito da D.C., como uma arma menos forte e pouco mais rápida que a infantaria.

Movimentos envolventes rápidos, aproveitando particularmente terrenos difíceis e más condições atmosféricas não temos conhecimento de terem sido sugeridos em situações.

Se não nos falha a memória muita ousadia em cavalaria só se aceitou até agora na guerra

mesmo; em exercícios, não. Entretanto, se tivermos um pouco de razão como pensamos, há necessidade de modificar os tipos de nossas situações, para criarmos outras que focalizem particularmente intervenções materializando as idéias claras deste novo manual.

Mas não cusparamos no "branquinho" ou no velho R. 9, porque ele lá em sua primeira página do Prefácio diz: "o emprego da cavalaria repousa no aproveitamento dos recursos que oferece a combinação de sua aptidão para o movimento e de sua potência de fogo", e mais adiante na página seguinte: "Sempre que dispõe de espaço, utilizando tão amplamente quanto possível sua mobilidade, manobra a cavalo". "Quando as circunstâncias permitirem, unidades mantidas a cavalo prolongam e apolam eficazmente o combate". Como vemos estas expressões têm a mesma força que a primeira que citamos extraída do 100-5.

O n. 34 deste manual entretanto, é mais expressivo porque penetra na forma da manobra: "efetivos relativamente fracos podem afeitar um inimigo menos móvel, enquanto o grosso se lança sobre seus flancos e sua retaguarda". Conceito com esta precisão não encontramos claramente em nosso R. 9, o que quer dizer que nós e os franceses não pretendíamos dar esta forma como principal modo de emprego de nossa cavalaria.

E não se diga que os americanos apenas escreveram isto; eles praticaram e melhor praticaram com sua cavalaria mecanizada.

Os russos por seu lado abusaram da forma prescrita acima tanto com a sua cavalaria a motor como com a a cavalo, particularmente com esta.

Voltando ao nosso R. 9, encontramos na pág. 10: "o combate da D.C. é baseado na exploração do efeito da surpresa". Como temos feito emprego desta prescrição?

— Após a tomada de contacto, o Cmt. da D.C. escolhe na frente um ponto sobre o qual quer surpreender o inimigo, sobre o qual vai empregar o máximo de suas forças. Não há dúvida que isto

é tirar partido da mobilidade da arma — reunir meios de força diante de uma região muito pequena em relação à frente de contacto; e é uma combinação de movimento a cavalo ou a motor com progressão a pé, é ou pode ser; mas a mobilidade da arma não foi explorada a fundo, isto é, estas situações não deviam repetir-se na maioria das vezes, pois que elas não inspiram o emprego das características dos elementos da arma na sua melhor forma, isto é, no envolvimento do inimigo, na ação em um de seus flancos ou retaguarda.

O C-100-5 diz: "Como regra geral, a manobra a cavalo é combinada com a ação a pé"; esta forma de emprego não é um esquema que se deva apenas às vezes empregar, mas é uma regra geral, quer dizer que é uma forma que em geral dá resultado.

Quer dizer que de hoje em diante, tirar o máximo partido da mobilidade dos meios de que dispomos é uma prescrição taxativa; não é apenas uma sugestão tímida.

Conclui-se que a cavalaria, combinando as variadas possibilidades de velocidade e de trânsito em terreno difícil, de seus diferentes meios, com a natureza do terreno de que dispuser e as condições atmosféricas do momento, deverá ousadamente procurar a manobra como regra geral, mas não a manobra apenas desbordante, própria de elementos que não possuem os meios com as possibilidades dos da cavalaria.

Podemos fazer isto, agir desta forma..., mas há algumas necessidades...

Se ao fim deste movimento, chegarmos ao flanco ou retaguarda do inimigo com pouco fogo, sem meios para agir com vigor, os resultados podem até ser negativos; daí concluirmos que há necessidade de melhorar a potência de fogo de nossa arma:

- meios anticarro leves;
- armas automáticas para a ação aproximada;
- canhões sem recuo;
- grande dotação de granadas;
- etc.

e para poder ousar, o meio mais poderoso de investigação:

— aviões próprios.

Desta forma ao atingir a retaguarda ou um flanco do inimigo poderíamos agir com violência, embora durante um curto tempo, mas curto tempo perfeitamente conhecido do Cmt. da D.C.

Com a prescrição regulamentar e os meios, só nos fica faltando o hábito de tentarmos a manobra, isto é, a vontade de tirar o máximo partido destes meios: isto somente se consegue pela instrução e compete às escolas e aos chefes, particularmente comandantes de Regimentos e Divisões.

Estes comentários nos fazem lembrar o que um companheiro conta sobre a instrução de oficiais em um país amigo: sempre que era criada uma situação e era pedida uma decisão, vinha invariavelmente o verbo "manobro"; nada há de crítica nesta reprodução, apenas inveja deste maravilhoso hábito. Aliás não precisamos ir muito longe, apenas à fonte inesgotável de chefes de cavalaria que tem sido o nosso Rio Grande do Sul: quem tenha privado com os antigos "provisórios" poderá nos auxiliar: neste assunto de combate era idéia dominante entre eles a da manobra, a do cerco; eles serão sempre no Sul os homens das guerrilhas, enquanto no nordeste teremos os homens da tocaia, o infante persistente e calmo. Deixemos o hábito da manobra a criar...

No art. III, pág. 322, o 100-5 diz que "A distância entre os elementos de reconhecimento e o grosso da Divisão varia de acordo com a situação, algumas vezes podendo abranger várias jornadas de marcha". Será que não varia mais com a natureza do elemento? Atualmente nossos D.D.C. são lançados a uma distância de modo a que no fim da etapa da D.C. ela fique a uma média de 10 a 15 km deles, a fim de poder apoiá-los ou em caso de ter a Divisão de mudar de direção, fazê-lo sem perdê-los mesmo por algum tempo.

Quem lê o livro "Patton and his Third Army" sente que os elementos de reconhecimento voavam muito na frente dos grossos — mas neste exército tudo era motorizado, mecanizado e blindado.

Que os hipomóveis não podem ser lançados a menos que possam ser apoiados é um fato.

Em o n. 1022 diz ainda o 100-5: "a divisão protege o dispositivo e a ação de outras forças terrestres pelo contra-reconhecimento ou pela cobertura agindo ofensiva ou defensivamente".

Qual a diferença entre contra-reconhecimento e cobertura?

O contra-reconhecimento não é uma cobertura contra órgãos de observação?

A cobertura é capaz de fazer força...

Mas quem vem buscar informes traz na frente elementos leves, fracos, que serão detidos apenas por uma cortina (*screen*), mas apoiando-os, vêm elementos capazes de conseguir informes à força, para os quais não é suficiente uma cortina e que somente uma cobertura será capaz de detê-los. Então o contra-reconhecimento está muito misturado com a cobertura.

O contra-reconhecimento é a nossa antiga segurança afastada? — mas esta era capaz de deter apenas os elementos que viessem por estradas, pontos de passagens obrigatórias, etc., e o contra-reconhecimento deve ser capaz de deter os órgãos de busca do inimigo, que vêm por toda parte.

Pela continuação da leitura do n. 1022, conclui-se que contra-reconhecimento e cobertura são uma única coisa.

Mas o original diz: "A D.C. protects o dispositivo e a ação de outras forças pelo contra-reconhecimento ou *screening*, agindo ofensiva ou defensivamente".

*Screen* é cortina.

*Cover* é cobertura.

Mais firmamos este modo de entender quando no mesmo n. 1022 lemos a descrição da execução do contra-reconhecimento e da cobertura defensivos com uma única finalidade — "impedir que os ór-

gãos de reconhecimento terrestres do inimigo observem a localização e o dispositivo das forças que estão sendo concentradas" ou "dispõem suas forças de modo que possam elas bloquear as principais vias de acesso". Até nos parece que o último trecho transcrito se presta melhor para definir o modo de proceder na cobertura, quando o manual o emprega para o contra-reconhecimento.

Para nós, este trecho não está claro, pode ser que seja uma deficiência nossa, entretanto cremos que não há mal em escrever porque pode haver outros que tenham encontrado estas mesmas dificuldades.

Transportemo-nos antes de virar a folha do contra-reconhecimento e da cobertura ao n. 271 e seguintes do 100-5 que tratam particularmente daquela operação no capítulo Segurança. "As unidades cuja missão principal é o contra-reconhecimento, procuram destruir ou neutralizar os elementos de reconhecimento inimigos. Na execução de tal missão operam ofensivamente, defensivamente ou por ação retardadora..." (274 do 100-5).

Este número fala em destruição dos apoios dos órgãos de reconhecimento inimigos — então, esta operação nada tem de cortina pacatamente defensiva; ela é sim, quando ofensiva, um rastilho que vai levando por diante os órgãos de reconhecimento do inimigo e depois atinge seus apoios e os destrói; é luta de grossos, não é "perfumaria".

Mais abaixo se lê: "Quando tiver que ser coberta uma frente extensa, pode tornar-se necessário recorrer à ação retardadora".

Em o n. 1023 do original e 1019 da tradução aparecem juntas as palavras *screening and covering* que traduzimos por *ocultar e cobrir*, quando no 1022, ainda da tradução, já traduzimos *screening* por *cobertura*.

Concluímos que os americanos têm o *screen* e o *cover*, enquanto nós temos a *cobertura* que pode assumir várias formas:

— de *screen* ou de *cover*

conforme a missão recebida pela unidade ou a frente que lhe é atribuída.

Em seu n. 1023, o 100-5 diz: "Não se deve fazer grandes penetrações a cavalo através de tropas em posição, nem ataques a cavalo contra posições organizadas ou contra tropas em posição capazes de empregar seu poder combativo com eficiência".

Conclusão: o 100-5 admite o ataque a cavalo desde que não seja nas condições acima e mais não põe nenhuma restrição quanto ao efetivo.

Não resta dúvida que esta prescrição é mais ousada que a do nosso R. 9 e, confessemos, está mais de acordo com o que a cavalaria fez nesta última guerra, portanto, evoluímos conforme os acontecimentos, conforme os ensinamentos colhidos. É necessário que não tenhamos medo de parecer menos modernos nas prescrições de nossos manuais, desde que estas prescrições estejam acordes com as nossas necessidades e particularmente com as nossas possibilidades.

Ligando esta prescrição que acabamos de comentar com o início do n. 1023 citado — "A cavalaria aproveita-se da mobilidade de suas montadas para obter a vantagem da surpresa contra os flancos e a retaguarda inimigos de onde o fogo dos elementos apeados pode ser empregado eficiente e decisivamente" —, podemos naturalmente concluir que, se o movimento a cavalo é ótimo para levar a cavalaria aos flancos e retaguarda do inimigo surpreendendo-o, é claro que competirá a seu comandante decidir se, chegado ao flanco ou retaguarda do inimigo apeará e atacará pelo fogo ou se irromperá pela sua retaguarda a cavalo desorganizando-o, mesmo destruindo-o, enquanto os elementos a pé que o defrontavam abordam-lhe as posições, reunindo-se após em uma zona previamente marcada, e não como completa o 100-5 como uma idéia preconcebida "de onde o fogo dos elementos apeados pode ser empregado eficiente e decisivamente".

Trata-se de saber nesta situação qual a forma de ação que produzirá melhores resultados!...

A cavalo ou a pé?

Qualquer que seja a resposta nos satisfaz — basta que concordem com o movimento a cavalo — já é muita coisa.

A ação após chegar ao ponto e na hora decisiva no flanco ou retaguarda do inimigo, cabe ao chefe — e ele será chefe por certo e decidirá, queira Deus!...

Não nos conformamos, que não treinemos a fundo a combinação, não só de ações a pé e a cavalo, como em veículos, já que a organização de nossa arma permite e exige.

Não o fazer é não aproveitar suas possibilidades.

Os ns. 1024, 1025 e 1026 tratam da articulação da divisão para um ataque:

- base de manobra;
- massa de manobra;
- reserva.

O que desejamos salientar destes três parágrafos é justamente o início do 1025: "A massa da manobra constitui o principal poder ofensivo e muitas vezes compreende a maior parte da Divisão", o qual combinado com o início do 1023 nos leva naturalmente à forma mais ousada da ação ofensiva da D.C.: *aferramento do inimigo por fracos elementos e o prosseguimento sendo levado rapidamente a sua retaguarda onde o ataca de qualquer forma.* É uma conclusão que se pode tirar do 100-5.

Se passarmos do 100-5 para o 2-15, manual básico da arma, vemos que este troca em miúdos o que contém o n. 1025 daquele, desce a detalhes sobre os quais tivemos grandes dificuldades de nos decidir em vista da falta de experiências e da falta de dados concretos não só colhidos entre nós como advindos de outras fontes. Da leitura de documentos diversos e de várias origens sobre o emprego da cavalaria pelos russos e da opinião de chefes americanos e ingleses, não só sobre este emprego como sobre as diversas ocasiões em que eles próprios e seus comandados tiveram necessidade da ca-

valaria, leva-nos a sentir suas possibilidades aqui na América.

O n. 1029 é interessante, particularmente para aqueles que temem a manobra sob a forma de envolvimento, para aqueles que acham que o envolvimento pode ser missão da D.C. mas não praticado dentro dela, no seu âmbito.

Cercar é a nova forma de se dizer envolver.

"Quando a D.C. age isoladamente na perseguição, destrói as forças inimigas por pressão direta ou cercando-as".

Podem dizer que o cerco é só no caso de perseguição (n. 562 do 100-5) e que o envolvimento é uma manobra com o inimigo ainda em situação de combater com todos os seus meios, entretanto, lendo-se o n. 439 e seguintes, particularmente o 441, conclui-se que o envolvimento é a forma de cercar; cerca-se envolvendo.

O n. 1032 trata de ação retardadora, sobre o que já nos referimos em outras ocasiões; este parágrafo não deixa dúvidas sobre a forma de executar aquela operação:

"emprega o retardamento frontal combinado com ataques de flanco. Age defensivamente, ofensivamente ou combinando essas duas formas. Atua agressivamente mas furta-se ao combate decisivo".

É uma forma mais ousada, não há dúvida, que a que praticamos: ações defensivas em linhas sucessivas.

O n. 311 do 100-5 trata dos P.A. da Cavalaria e das unidades motorizadas e blindadas; só por tratar à parte já se pode deduzir que é diferente.

Tanto longe como perto, muito próximo do inimigo, estes elementos cobrem-se por P.A. Além destes postos ocupam com esquadrões e pelotões pontos de passagem obrigatória nas vias de acesso.

Perguntamos se isto não é a mesma coisa que fazíamos? Apenas o 100-5 não chama estes elementos, enviados para as passagens obrigatórias, de "Segurança afastada".

Cabe aqui uma pergunta — o que faz a D.I. com o seu elemento

de reconhecimento quando se cobre por P.A.?

— amplia a zona de reconhecimento ou mantém a ligação com as unidades vizinhas (final do n. 295 do 100-5).

Então diferença na forma não existe.

Lendo o n. 212 do artigo sobre Reconhecimento no 100-5 encontramos o seguinte:

"As forças terrestres designadas para missões de reconhecimento obtêm informes principalmente por meio de patrulhas".

Quer dizer que uma D.C. em missão de reconhecimento (dizemos assim propositalmente para ferir aos ouvidos dos que apesar do 100-5, continuam a separar o reconhecimento da exploração) pode buscar informes diretamente por meio de patrulhas? Quer então dizer que continua erecta aquela regra que o Cmt. da D.C. empregava D.Ds. e Reconhecimentos (patrulhas) para buscar informes?

Continua, mas a ordem de urgência de emprego dos meios está invertida; antigamente, isto é, ontem, antes do advento dos Manuais, o meio normal era o D.D., excepcionalmente o Reconhecimento; hoje a patrulha é o normal, é o geral, o D.D. apenas "quando em virtude das atividades inimigas ou da distância dos objetivos as patrulhas exigirem um apoio imediato na execução de sua missão, os reconhecimentos são executados por D.D. ..." (100-5 n. 212).

Com referência aos termos Reconhecimento e Exploração, as notas do E.E.M. divergem do 100-5; este abrange no Reconhecimento as missões dadas ao explorador e à D.C., enquanto a E.E.M. diz que esta recebe a missão da exploração, para cumprimento da qual lança seus órgãos de reconhecimento.

Será que os conceitos emitidos neste nosso C-100-5 que é tradução do F.M. de mesmos números americanos são a última palavra, mesmo não tendo os americanos empregado cavalaria hipomóvel nesta guerra?

Será que as prescrições do R. 9 não serão mais modernas?

É verdade que batemos palmas a alguns conceitos do 100-5 mas o fizemos porque não só diz com mais precisão que o nosso R. 9 mas porque corresponde a um velho modo de ver nosso.

Mas embora temos algumas dúvidas...

Com referência às nossas missões — fazíamos a exploração, isto é, lançávamos as D.C. em determinadas direções em busca do contacto com o inimigo para informar e depois em geral esta missão era completada, devendo retardar a progressão do inimigo nas direções tais até tal linha, que vem a ser cobertura de qualquer coisa que se está fazendo mais atrás.

Saindo agora do âmbito da D.C., procuraremos ver os parágrafos do 100-5 que regulam o papel da D.C., do Corpo ou da Cavalaria nas operações de conjunto.

Antes da batalha — A Cavalaria, juntamente com outros órgãos, busca informes, fazendo o reconhecimento (ns. 186 e 197 do 100-5); coopera na segurança, como elemento móvel de reconhecimento, agindo à frente das vanguardas (239 e 271 do 100-5) ou dos P.A. Cobre, retardando a chegada de forças inimigas no campo de batalha; faz incursões.

Durante a batalha — Ocupa frentes passivas ou de fácil defesa, constitui reserva móvel, retarda a chegada de forças inimigas na batalha, constitui com elementos blindados e motorizados ou isolada (a D.C. ou C.C.) o elemento móvel de manobra (finta).

Após a batalha — Constitui elemento de cerco, de exploração de uma penetração e de cobertura de insucesso.

—o—

Não vejam, os que nos lerem, nestes comentários mais — que o desejo de inspirar a leitura de nosso Manual Básico de Campanha 100-5.

Nós o lemos com o pensamento na cavalaria e naturalmente sem a pretensão de corrigir ou ensinar, redigimos algumas observações com nosso modo de ver. Se outros, de outras armas fizessem coisa semelhante seria estudo interessante,

porque sendo este manual básico, é importante em geral saber-se o que foi modificado do que já sabemos.

Por exemplo a Artilharia está como dantes ou já não faz isto ou aquilo?

E a Engenharia sofreu modificação apenas no nome — Engenharia de Combate — bem mais sugestivo ou seu modo de ação é outro?

Pelos jornais a guerra que estavam fazendo era outra, outros os processos; será que os regulamentos estão de acordo com os jornais? Ou será que não houve tão radicais modificações a não ser para aqueles que viam as coisas pela primeira vez?

Em conclusão — o nosso único objetivo é sugerir leitura a outros, incentivar o raciocínio escrito, esclarecer e esclarecer-nos...

## AS REPERCUSSÕES DO INFLACIONISMO NA ORDEM SOCIAL

### FIXANDO PRINCÍPIOS QUE DEVEM SER LEMBRADOS

Inflação é o termo próprio para exprimir o fenómeno do expansionismo do volume do dinheiro, quando o seu aumento supera o surto do giro físico das transações mercantis. Conforme esclarecedoramente lembra H.A. Silvermann, na obra — "The Substance of Economics" — editado por Sir Isaac Pitman & Sons, Ltd., de Londres, — o volume do dinheiro abrange o meio circulante propriamente dito e o crédito, expandido, de forma típica preponderante, na moeda escritural.

Uma coisa torna implícita a outra. Melhor dizendo, a expansão do volume da moeda escritural, em ritmo desusado, pressupõe superabundância de papel-moeda.

Depende do critério dos governos o movimento das duas colunas. A esse propósito dois exemplos bem caracterizam a realidade: os Estados Unidos e o do Brasil.

Sob a pressão das necessidades da guerra, os Estados Unidos dilataram consideravelmente o meio circulante mas controlaram, ao mesmo tempo, as repercussões desse aumento, visando a evitar que em proporção idêntica ou aproximada crescessem os empréstimos bancários. No Brasil, a marcha do crédito excedeu todos os limites, concretizando-se no fato de superar o volume dos empréstimos aos próprios níveis extremos atingidos pela massa de dinheiro depositado nos bancos.

Não há dificuldade alguma em saber se ocorre descompasso entre o volume dos meios de pagamentos, formado pelo papel-moeda e pela moeda escritural, e o giro físico das transações mercantis. Um sintoma revela a disparidade com a mesma precisão do termómetro, indicando as condições do organismo em virtude do grau da febre.

Referimo-nos à generalizada elevação dos preços. O inflacionismo alimenta o inflacionismo. Eis a sentença britânica: *Inflation breeds inflation*.

Quando dinheiro em excesso é pôsto na circulação — e os preços principiam a subir, sobreveem a tendência da progressão dos preços para superar o próprio ritmo expansionista da massa dos meios de pagamento. Recorre-se a novas emissões, a fim de fazer face a outras altas dos preços.

Só os governos robustamente decididos e suficientemente esclarecidos a cerca da natureza do fenómeno, resistem à tentação de emitir ainda mais. Se a procura da mão-de-obra é maior que a oferta; se há tarefas e trabalhos que não podem ser executados, porque faltam operários e artifices para preenchê-los, então, completa-se iniludivelmente a fisiologia do fenómeno.

Nesse caso, os governos não erram à falta de orientação, pois sabem o que lhes cumpre fazer. Se omissos, acumpliciam-se com a inflação,

que redundará num processo de tributar iníquo, diz muito bem H.A. Silverman, na obra citada, visto como onera adicionalmente as utilidades adquiridas pelo povo. Esse processo atinge todos os contribuintes, sem equidade, forma suprema do direito e da justiça. Sobrecarrega ricos e pobres igualmente, não sob o critério de uma base progressiva mas proporcional! Nisso consiste a iniquidade.

Assim vai sendo solapada a confiança interna e externa no valor da moeda. Ora, como os rendimentos individuais variam consideravelmente, segue-se que o peso da inflação recai de maneira onerosa sobre as classes médias, quase em nada afetando as camadas opulentas da sociedade.

Eis a razão pela qual o inflacionismo solapa a ordem jurídica. Provoca a instabilidade coletiva. Depaupera a nação, atormentando-a e desintegrando-a.

A regular flutuação dos preços não constitui um problema, refere W. Arthur Lewis, professor de Economia da Universidade de Manchester, no livro — "Overhead Costs" — edição de George Allen & Unwin Ltd., de Londres. Tecnicamente, não é possível evitar regulares oscilações dos níveis dos preços. Mas, obtempera a mesma autoridade, se esses níveis ondulam desordenadamente, a sua persistência se torna prejudicial à coletividade. A ordem econômica e social sucede a subversão.

Por que, mau grado todo o elaboracionismo das medidas de controle dos preços, o consumo enfrenta dificuldades ainda maiores para adquirir mercadorias essenciais, a preços suportáveis? É o quesito que formula F.R.J. Jervis, na obra — "Price Control" — edição londrina da série — Hutchinson's, Technical.

Ai se debatem as questões econômico-financeiras sob o duplo aspecto do regime da interferência governamental e do sistema da liberdade do mercado. A resposta dada ao quesito se nos afigura axiomática.

A inflação gera conjuntura que impõe a continuidade dos controles. Quanto mais cedo os governos a extirpem, mais seguramente cessam as causas determinantes da supressão da liberdade do mercado.

A inflação provoca a escassez das mercadorias. Refocaliza, assim F.R.J. Jervis uma realidade que não precisa ser demonstrada; muito menos, no Brasil, onde os fatos se repetem em cristalina evidência.

Por que, pergunta o mesmo autor, há tanto dinheiro em circulação, de maneira a ultrapassar o vulto do giro físico das transações? A resposta se resume numa verdade indisfarçável: porque as despesas do governo crescem excessivamente, sem qualquer proporção com o volume das economias individuais, acumuladas pela nação. O total dos dispêndios supera o total dos recursos, suprimindo-se a deficiência com emissões de papel-moeda.

A insadia elasticidade do meio circulante causa o inflacionismo, lembra R.S. Sayers, professor da Universidade de Londres, no volume — "American Banking System" — que The Clarendon Press divulgou recentemente. Em fase de escassez de mão-de-obra, crescer a circulação fiduciária e o volume do crédito corresponde a provocar inflação.

Estamos focalizando princípios comezinhos de política econômica e financeira. Fazemo-lo para cooperar, para advertir, para lembrar a sentença que diz: quem com o fogo brinca, termina queimando-se.

O inflacionismo abala, desde a ruptura da guerra, os fundamentos materiais, sociais e morais da coletividade brasileira. O regime comunista, na Rússia, foi preparado pela inflação. Quando, exilado na Suíça, os seus correligionários ocultos lhe escreviam, relatando os horrores que o excesso do dinheiro causava ao povo russo, Lenine lhes dava a mesma invariável resposta: "Deixem que a inflação trabalhe por nós".

Combatê-la é servir à nação e à ordem. A inflação age como o vitríolo. Deforma a mentalidade dos homens. Decompõe. Arruína. Dissolve.

(Transcrito do "Jornal do Comércio", de 16-VII-950.)

# OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES SOBRE O PROGRAMA-PADRÃO

## (PERÍODO DE APLICAÇÃO)

Capitão AMERINO RAPOSO FILHO

Sumário: I — Introdução; II — Observações; III — Sugestões.

### I — INTRODUÇÃO

Foi no Ano de Instrução 49/50, quando estávamos na tropa, que o PP teve a sua primeira fase experimental, porque nessa época foi distribuído pela Diretoria de Armas às diferentes Unidades do Exército.

Conforme estava prescrito na introdução dos PP, em que a Diretoria de Armas encarecia a necessidade de se apresentarem sugestões sobre os diferentes aspectos do Programa-Padrão e, para cumprir as determinações do Comando do Regimento, todos os Cmts. de Subunidade enviaram suas observações sobre os diferentes períodos e fases desse "Primeiro grande esforço, visando todo o Exército".

O trabalho que adiante apresentamos é o resumo de um desses documentos, que tivemos oportunidade de expedir. Refere-se a observações e sugestões feitas na Arma de Artilharia, no âmbito de uma Rta. de Obuses, especialmente.

Como ainda, certamente, teremos mais um ano de experiências e reações do PP em tôdas as guarnições federais, resolvemos apresentar o presente trabalho, que — se algum valimento pretendemos lhe atri-

buir — é o de que alerte aos companheiros de Artilharia sobre essas pequenas restrições e imposições que se fazem mister na aplicação do PP no período de Aplicação.

### II — OBSERVAÇÕES

Todos sentimos que, antes de findar o Período de Formação, a instrução já estava de tal forma ministrada, desenvolvida e sedimentada, que se tornou possível aplicarem-se os conhecimentos adquiridos, no âmbito da Bia., do Grupo e até da AD (1). Embora tivesse havido, nos exercícios realizados, um certo número de erros, contudo, os ensinamentos que tiramos foi que — um exercício da Unidade de Emprego, o Grupo — já era perfeitamente exequível e praticável no terreno.

Isso nos leva à conclusão de que, parece-nos, o Período de Formação já havia caducado antes do prazo efetivamente fixado (dois meses de Instrução Básica de Qualificação).  
Donde:

#### 1ª Observação:

O Período de Aplicação devia começar antes do tempo realmente determinado no PP, pois as instru-

(1) Coisa que, de fato, se deu, pois o nosso Regimento realizou jornadas de AD, em todos os seus órgãos de Comando, de Tiro e de Serviço funcionando com certa eficiência.

ções nas duas fases do Período de Formação já permitem e possibilitam seja esse período comprimido, no tempo.

Como decorrência imediata da finalidade mesma do Período de Aplicação, ressalta-nos a:

## 2ª Observação:

Grande deficiência em Meios Auxiliares. De fato, se, no Período de Adaptação e, ainda, no de Formação, foi possível — até certo ponto — prescindirmos de certos Meios Auxiliares, reais e preparados, absolutamente poderemos Aplicar um conhecimento ministrado sem o Efetivo Uso do Meio Auxiliar, principalmente o Real. Não se poderá dar uma Noção Real de Defesa Anticarro, por exemplo, sem a ajuda e o emprêgo da Mina Anticarro, dos seus efeitos reais e do Carro de Combate.

Esta segunda observação parece-nos de uma evidência axiomática e para suprir em parte, essa falta de meios, apresenta-se-nos como uma Idéia a:

## 3ª Observação:

Apresentação de certos assuntos sob forma de demonstração.

As observações que foram feitas sobre assuntos especializados, como: Minas e Armadilhas, Defesa Anticarro e Defesa Antiaérea, nos levam à consideração de que, se pudéssemos reunir alguns Meios e ministrar esses assuntos sob o caráter de Demonstração, com sessões teóricas e, outras tantas práticas, a objetividade que o PP prescreve seria mais satisfatória, certamente. Outro ponto que mereceu nossa atenção foi o respeitante a certos assuntos, sobre os quais foram muitas sessões do Período de Formação, tendo ficado perfeitamente conhecidos e compreendidos pela tropa: Donde a:

## 4ª Observação:

Assuntos como 32 (granadas de Mão e de Fuzil, Rojão e Lança-Rojão) e 36a (Metralhadora Browning .50) tornam-se desnecessários no Período de Aplicação. Basta que esses assuntos sejam reunidos

em duas demonstrações, ou numa, e neles se façam os tiros sobre alvos terrestres, fixos e móveis; executem-se as diferentes posições de lançamento de granadas; enfim, cumpram-se apenas as sessões de aplicações previstas. O caráter de demonstração dessas sessões não pode ser declinado, de vez que temos de atender às restrições e recomendações da Diretoria de Material Bélico, em seus Boletins Reservados. Dizendo melhor: se, por um lado, o PP prevê que tantos homens façam tiros com Lança-Rojão e Metralhadora .50, por outro lado a D.M.B. restringe a um número muito reduzido os tiros por arma e por Ano de Instrução.

## 5ª Observação:

Assuntos que, sentimos, não devem ser ministrados: toda a parte prevista no assunto 49-Topografia do Artilheiro é muito avançada para ser ministrada numa Bia. de Obuses, mormente as sessões na AD, com papel quadriculado. Para que Aplicação precisamos ensinar a uma Bia. problemas de levantamento no Grupo e na AD? Basta que se dê o levantamento da Área de Posições. E, para isso, trabalho de leitura de ângulos e medida de distâncias (caminhamentos e radia-mentos) é o suficiente.

## 6ª Observação:

Com relação ao assunto 51 (Instalação, Exploração e Manutenção das Transmissões) as sessões 2 e 17 não devem ser ministradas, não só por falta do material, como por não interessarem à Artilharia. O mesmo se dá com a sessão 15, de 51-b.

## III — SUGESTÕES

Relativamente às Observações do item anterior, apresentamos as seguintes sugestões:

1 — Proscrição dos assuntos 32 e 36-a do Período de Aplicação.

Justificativa: Existem sobre esses assuntos, no Período de Formação, sessões mais que suficientes para criação dos reflexos indispensáveis nos recrutas. O tempo resultante dessa supressão seria con-

signado em demonstrações sobre outros assuntos.

2 — Substituição de todo o programa da instrução 49-Topografia do Artilheiro, prevista no PP 6-10, por levantamento na Área de Posições, exclusivamente, para as Btas. de Obuses.

Justificativa: De nada adiantam para as turmas de comando das B.O. os problemas de levantamento, no Grupo e na A.D., empregando papel quadriculado. Por outro lado precisamos e muito, de conhecimento e prática intensa do levantamento na Área de Posições, que terá grande aplicação no campo.

3 — Supressão das sessões 2 e 17, do assunto 51-a e a 15, do assunto 51-b.

Justificativa: São sessões que não interessam as B.O., sendo que, além do mais, não dispomos do material, na dotação, para ministrar a sessão 2.

4 — Ministrar assuntos especializados sob a forma de Demonstração. Exemplo: Minas e Armadilhas, Defesa Anticarro e Antiaérea e Guerra Química. Essas instruções deveriam ser ministradas em sessões especiais, por pessoal habilitado e previamente treinado, como demonstração, para toda a Unidade. Assim é que teríamos as instruções: 33\* — Medidas de Proteção Antiaérea, 33b — Medidas de Proteção Anticarro; 35a — Minas e Armadilhas; 36a — Metralhadora .50 (execução do tiro, só), todas ministradas como demonstração, em sua quase totalidade.

Justificativa: Ministrando os assuntos da maneira sugerida, com uma meia dúzia de sessões em sala e outras tantas, no campo, ter-se-ia o problema do carro, do avião, da mina e do gás, no quadro da Bta. e do Grupo, como conjunto. Sobre o problema da Defesa Anticarro já existe um trabalho a respeito, para a instrução ser orientada como Demonstração, na Revista "A Defesa Nacional" (ns. setembro de 1948 a janeiro de 1949).

5 — Ministrar as Sessões da Instrução 47-Técnica de Tiro (tiros

observados), de ns. 19 e 20, sob forma de demonstração.

Justificativa: São sessões que tratam do tiro com observação aérea e, para a consecução desse desideratum, só utilizando um Teco-Teco, o que poderá ser fácil, mediante entendimento com o Aero Clube local (caso exista na guarnição, evidentemente).

6 — Utilização, para as sessões 19 e 20, do assunto 47, de Teco-Teco civis.

Justificativa: Poucas unidades possuem o Teco-Teco; entretanto, é de importância fundamental fazer-se um treinamento da conduta do tiro com observação aérea.

7 — Ministrar as Sessões 14 e 15, do assunto 51-d, também sob forma de demonstração.

Justificativa: A resolução da sugestão 6 implica, ipso facto, na resolução idêntica desta sugestão.

8 — Criação de Sessões Especializadas, como Órgãos Regionais, para atender às demonstrações sugeridas em o item 4.

Justificativa: Seria um complemento necessário para atender às demonstrações que se fizessem. Seria, talvez, uma solução que, por muito tempo, poderia ser adotada em todo o Exército, considerados os dois aspectos:

— Impossibilidade de ser fornecido o material a todas as Unidades;

— Exigência de Pessoal Especializado, como Segurança.

Certas instruções perdem sua finalidade num período como o de Aplicação, sendo encaradas sem material. De que adianta, por exemplo, ministrarem-se sessões bem preparadas (intelectualmente), de assuntos como: Minas e Armadilhas, Guerra Química, etc, se, quando os homens devem ser transportados para a fase puramente prática, aí nada se poderá fazer? Para muitos assuntos, realmente, lápis, giz, papel, quadro negro e... boa vontade do instrutor, resolvem o problema, conforme preceitua o Regulamento de Instrução Militar Americano (Army Instruction — TM 21-250). Quando o problema se apresenta sob o prisma vivo de

um meio real, aí não adianta fazer a tropa aplicar os conhecimentos com o "manto diáfano da fantasia..."

Dai a sugestão proposta. Seriam criadas sessões de Guerra Química e Minas e Armadilhas, para atender a esses assuntos, nas sedes das Regiões Militares, à semelhança — em meios e pessoal — das Sessões da E.I.E. do Rio. Ou então ficaria, por exemplo, numa Unidade de Engenharia Regional, com as seguintes atribuições:

a) Responsável por tôdas as demonstrações de Minas e Armadilhas, e de Guerra Química previstas no PP.

b) Para isso ela seria móvel e percorreria as diferentes Unidades da Região em época previamente fixada, dentro do Período de Aplicação.

c) Nos Exercícios de Combinação das Armas e, também, nas Manobras Divisionárias, esse pessoal ficaria adido à Unidade de Engenharia para reforçar os meios e para o lançamento de campos de minas e abertura de passagens, bem como lançamento de cortinas de fumaça.

d) Vantagens:

— os meios seriam reunidos com maior facilidade numa sessão responsável, que distribuídos pelas diferentes Unidades;

— o manuseio e o emprego desse material seria feito por pessoal especializado, desaparecendo, portanto, a possibilidade de acidentes, tão perigosos, principalmente para quem lida com Minas e Armadilhas;

— tôdas as Unidades assistiriam às mesmas demonstrações, atendendo-se e cumprindo-se, pois, uma das grandes idéias do Programa-Padrão, que é a padronização e Uniformização da Instrução.

9 — Outra sugestão: que sejam fornecidos todos os regulamentos e documentos assinalados do P.P. e que, em sua maioria, as Unidades ainda não os possuem.

10 — À semelhança da sugestão n. 8, poderiam também ser criadas Sessões Regionais da Filmoteca Central, para atendimento às necessidades em filmes de instrução.

11 — A Diretoria de Armas poderia providenciar fossem confeccionados, ou no Gabinete Fotocartográfico ou no C.A.E.R., pranchas como Meios Auxiliares, sobre diferentes assuntos — iguais às correspondentes norte-americanas — e enviar um conjunto de cada tôdas as Unidades do Exército.

12 — Ainda a parte de Guerra Química: as Sessões Regionais teriam da ordem de 200 máscaras contra-gases para que, nas demonstrações feitas, a tropa pudesse usá-las. Para evitar que as máscaras que há nas subunidades como carga, e que vêm lacradas, sejam utilizadas.

13 — Como última sugestão, somos de parecer não se altere sensivelmente o P.P., no Período de Aplicação.

Justificativa: O simples fato de não se poder ministrar um assunto, ou vários, presentemente numa Unidade ou em várias Unidades, não deve ser motivo para que se mutile o P.P., retirando tal assunto daí.

Não, dentro do Método de Instrução Militar adotado, quer nos parecer constitua o Programa-Padrão o círculo mais exterior da instrução, isto é, "É bom que Saiba". Ele, o P.P., é o ideal a atingir durante o Ano de Instrução; é o 100%. Não se podendo dar tudo, como acontece em muitas Guarnições, em que além das deficiências assinaladas os contingentes recrutados apresentam elevado coeficiente de analfabetos e elementos retardados, poder-se-á atender ao segundo círculo concêntrico e interior: "Devem Saber". Se, de todo, falharem os meios e recursos, contudo, dar-se-á o mínimo, constituindo o círculo mais interior de todos: "Têm que Saber".

Essas as observações e sugestões que tivemos a idéia de apresentar à consideração e à meditação dos nossos companheiros da tropa.

## OS "REZIMGÕES"

ALBERT SCHMID

Uma Legião Estrangeira, de Alemães, a serviço do BRAZIL na guerra contra ROSAS.

(No original: "Die "BRUMMER" — Eine deutsche Fremdenlegion in brasilianischen Diensten im Kriege gegen Rosas.")

Com um anêso: "Reminiscências e aventuras dum velho "Rezingão", por Cristóvam LENZ. (Não figura nesta tradução)

2ª EDIÇÃO

Separata do Suplemento de "A NAÇÃO", números 15683-15690, PORTO ALEGRE, 1949.

Tradução ORTOgrafada e anotação do Jeneral KLINGER, RIO DE JANEIRO, 1951.

### ADVERTÊNCIA

- I. A ORTOgrafia desta tradução.
- II. Por ce minha tradução: por ce as notas do tradutor.
- III. Sentenário de MONTE CASEROS.

#### I

1. Em julho de 1940 publicei a O.S.B. — "ORTOGRAFIA SIMPLIFICADA BRAZILEIRA — Simplificada & Uniformiza"; e dezde então tenho alimentado campanha pró sustentação e vulgarização d'essa verdadeira escrita alfabética. É a solução racional, radical, a ce xegei, para o problema, mediante recapitulação, exame e remate dos correspondentes estudos de inúmeros precursores patrisios, dos cuas foe gloriozo Nº I o nóso "velho MORAES", com a sua profissão de fé ORTOgráfica, lamsada em prefácio de seu dicionário, em 1789.

A campanha osbriana tem sido oral e escrita, aplicada ésta segunda fôrma, não só em dezemvolvida correspondência epistolar, como em artigos de imprensa e em livros.

Artigos de imprensa escrevi algumas sentenas, em dezenas de jornaes e revistas, do RIO DE JANEIRO e de outras sidades; e os livros foram, além do aludido opusculo inisial, maes os segintes, todos especificamente propósitos á propaganda da O.S.B.: "Estatuto do Sirculo Osbriano-Anêso", e "Um Ano de O.S.B.", em 1941; "3 Anos de O.S.B.", "5 Anos de O.S.B." e "Ano VIII da O.S.B.", respectivamente em 1943, 45 e 48; finalmente, livros de memórias pessoais, com applicação da O.S.B., já em 5 volumes — as minhas "NARRATIVAS AUTOBIOGRAFICAS", em 1944, Vol. I — Como Fue Tenente; em 1946, "Símco Anos de Capitão"; em 1948, "Tempo Cente de Majór"; em 1949, "380 Léguas

NOTA DA REDACAO — Atendendo a solicitação do autor do presente trabalho, um dos fundadores de "A Defesa Nacional" e seu colaborador dos mais antigos, resolvemos abrir uma exceção quanto á ortografia adotada.

de Campanha, em 3 Mezes"; e em 1950. "O Coronel" (... 24 de outubro de 1930...).

2. Nada teria justificado ce, empreendendo agora, espontaneamente, esta tradução do interessante estudo de Albert SCHMID, sobre os nossos lecionários alemães de 1851, deixasse de aplicar a ORTOGRAFIA, a O.S.B.

Talvez fosse mais exato reconhecer ce fosse precisamente essa oportunidade de aplicação osbriana o ce me desidiu á presente empreza; tanto ce só meti mãos a ela depois de axado editor de animo livre (e não foe fácil), ce aseitase fazer a composiçáo tipografica "fiel á grafia do orijinal".

3. É possível, apesar de decorridos dez anos de campanha osbriana, ainda aci me aparesam leitores ce desconhesam a O.S.B.: os veteranos, familiares d'essa ORTOGRAFIA genuína, desculparme-ão, poriso, ce a taes recruta eu dedico nesta "Advertêmsia" algum espazo (tão preziozo!) com vistas a armalos de explicações — comquanto já em retardo...

Bem poderíamos diso dispensarnos, escudados em ezeuplo, ce no cazo podemos taxar de clásico: sem explicação alguma, apenas com uma "Advertêmsia" sumária, ("a impressão vae com a ortografia sonica de ce uzo") o Dr. ALENCAR ARARIPE, em 1892, publicou a sua tradução da "Relação Veridica e Susinta dos Uzos e Costumes dos Tupinambás", por Hans STADEN; e o venerando Instituto Istórico e Jeografico Brasileiro não vasilou em estampala "fiel á grafia do orijinal" na sua Revista, tomo 55, d'acelle ano...

4. Da applicação feita nas linhas anteriores, já os nossos leitores novos terão perseguido, com os inevitáveis xóces na vista, nos seus costumes tortograficos arraigados, as principais diferemsas da ORTOGRAFIA para com a renitente TORTOGRAFIA; alterações todas rasio-naes, no sentido sonico — taes cuses as poucas adotadas na escrita ofisial vijente, como sejam: substituição do PH pelo F; supressão do H depois de R e T; supressão de uma das duas consoantes ante-

riormente uzoaes para representasão de fonema simples, conservados apenas o RR e o SS (a O.S.B. só comsérva o RR).

Eis as principais alterações em caozo:

1) As vogaes E, O, não dispensam o asento grafico agudo cuando representam a variante aguda Ê, Ô;

2) Assim como foram suprimidas K, W, Y, com iguaes razões a O.S.B. suprime Q, C e H; este ultimo só é conservado como sinal diacrítico, para grafia da variante "molhada", *lhê, nhê*;

3) Não se admite letra morda, como são na tortografia, ás vezes, U e X;

4) Não se admite outra representasão para o fonema *sê*, mezmoo "entre vogaes", senão a correspondente letra S (lógicamente xamada *sê*; assim como, lógicamente, ao C compéte o nome ce na tortografia é usurpado pelo Q, ao qual a ORTOGRAFIA elimina, por inútil, dezesesário); isto é, acaba-se com a preziozise do S entre vogaes valer de Z, e com a indisciplina de valerem ás vezes de S as letras C, X e G, e de representarse o fonema simples, *sê*, sibilante forte, por duas letras, em s-ê-t-e arramjos — SS, SC, SC, CC, CC, XC, XC!!!!...

5) Não se admite ce o G valha, ás vezes, de J; ele vale sempre gutural brando, como em GADO, GOTA, GUME, GLOBO, GRANDE, SIGMA, SIGNO; FOGEIRA, GERARA, GIA, SEGIR;

6) O X representa sempre, unica e privativamente, o fonema xicante forte; jamaes vale Z, ou S ou CS, nem é mudo; nem tampouco é substituível por CH: XA, XEIO, XIMARRAO, XORO, XUCRO;

7) Numea se uza o N como sinal nazal; iso compéte ao M, sempre ce não caeba ao til (*ã, ãe, ão, ãe*), rezervado ás sílabas final ou antepenultima tónicas: BEM, BEMS, ABEMSOAR; FIM, FIMS, FIMCAR; BOM, COM, COMFRONTAR; UM, UMS, NUMCA;

8) O asento agudo é sempre indicativo de pronúmsia aguda: o asento circumflecção é o sinal escluizivamente tónico, isto é, ce não implica alteração sonica da vogal

a ce se aplica. Assim, não se admite assento agudo em I, U, pois não compôrtam variação sónica.

Não se usa assento grave (méra presoizise) nem trema (deznese-sário).

## II

1. Logo ce, grasas á jentileza do A., resebi "DIE BRUMMER", lembrei-me de trabalho conjênere, dum leijonário de 1851, ce eu traduzira do alemão, em 1943, a pedido do "Sentro Riograndemse de Estudos Istóricos", da Biblioteca Riograndemse, publicado em seu Boletim.

Poe "INDOLE DA LEJIÃO ALEMA DE 1851", do major von LEMMERS-DANFORTH, com prefásio e nótas de PAULA CIDADE.

Verificado ce o novo estudo de A. SCHMID apresentava interesse, espontaneamente me acudiu á idéia de também pasalo ao vernaculo, MAZ ORTOGRAFADO. Escrevi nese sentido ao A. e dele obtive asentimento.

2. Albert SCHMID fez, sem dúvida, trabalho meritório, pelo rezime do epizódio deses nótos leijonários, sob o ponto de vista não militar maz também cultural.

Sob o primeiro deses aspéctos, o A. recomstituiu o recrutamento da Lejião, sua indole, (como diria o referido tradutor de LEMMERS), e moína importásia de sua atribuída passagem pelas fileiras do exército brasileiro, em contraste com o desizivo papél de nóso combatito militar na estirpasão da vergonha sulamericana, espesialmente platina, ce éra a eternizásio da dupla ORIBE-RÓZAS em tiranem o URUGUAE e a ARJENTINA, e incietarem os vizinhos, BRAZIL, PARAGUAE e BOLÍVIA.

Sob o aspécto cultural, o A. rephe em fóco pormenóres notáveis da influéncia benéfica, do enérjico fomento, ce os remanesentes da Lejião, sua maeoria, ezerseram nlo só entre seus compatriótos já estabelecidos dezde um cuarto de século nas colônias agricolas do RIO GRANDE DO SUL, maz ainda, por inclusão, no seu maes vasto meio, de asendénsia luza. Evidencia-se nese fato ésta singula-

ridade: veio a ser primispaí o papél ce fora previsto como secundário, asesório, no recrutamento — o emprego ulterioir dos mersenários como reforso ás colônias referidas, depoes ce fosem lisensiados do serviso militar, estimado este para o prazo masimo de quatro anos.

3. No curso da tradusão, forçado, ipso fato, á leitura maes detida, sobreveio a idéia adisional, irrezistível, de apór nótas em alguns tópicos, não para emendar, ou na pretensão de fazer melhór, maz para colaborar. Efetivamente, as nótas do tradutor apenas pretendem contribuir junto ao leitor, para reale, corroborasão ou rememorasão de personalidades e insidentes sobre os cuas o A. não se estendeu, adstrito ao seu plano da obra.

## III

1. O ce dá cunho de espesial oportunidade á apresentasão do fruto do trabalho carinhozo de Albert SCHMID é a circumstásia de ce neste ano de 1951 veremos pasar o primeiro sentenário da xegada désa Lejião Alemã ao BRAZIL, imediatamente espedida ao teatro da gérta.

Se éla aí foe inefisiente, iso foe o preso do duplo erro: descuedozo o recrutamento, presipitando emprego.

2. Oxalá ésta efemeride traga á sação trabalho de maéor fôlego, com o cual, notadamente para o primeiro sentenário de MONTE CASEROS, a comemorar em 1952, se re-ilumine a incontrastavel verdade istórica sobre a importásia magna ce teve a cooperasão militar do BRAZIL, de terra e mar, e a finansial, na sorte das armas, maes uma vez jogada nacele persequar taboleiro platino.

Foe désa vitória militar e política, alcamsada grasas ao ponderozo contimjente do poder do BRAZIL — ezérsito, marinha, diplomasia, dinheiro — ce decorreu a libertasão dos does póvos ribeirinhos do FRATA, do guante de RÓZAS, o feróz tirano ce se eternizava no poder uzurpado, com o recinte comediante, da sempre renovada solistasão "dirijida" do poder lejizlativo, ironicamente cognominado "omrada sala dos representantes".

3. Assim como a nós F.E.B. transplatina de 1852 não emcarava ali outro inimigo senão RÓZAS, também preliminarmente, emquanto sisplatina, em 1851, não levou ela a guerra contra os uruguaeos, contra o URUGUAE. Fomos até socorrer a capital uruguaea, cercada por terra, fazia dez annos, e nós nobre e justa missão tivemos, além dos aliados entre-rianos e corrientinos, ombreando connosco, jenuinos patriotas uruguaeos.

4. Manoel ORIBE, ce fizera sua aprendizagem gerreira ao lado de ARTIGAS, consumada a incorporação da "Provincia Sisplatina" ao BRAZIL, servira, como vários outros seus conterrâneos, no ezército brasileiro: maz, na insurreição patriótica de LAVALLEJA, a este imcontinenti se asosiou e viu coroados de êxito, em 1828, os esforços dos patriotas uruguaeos pela independência de sua nação.

Como suseor de Frutuoso RIVERA, primeiro prezidente da nova republica, coube o governo a ORIBE em 1834. Quando em 35 RÓZAS pela segunda vez assume o governo da ARJENTINA, ORIBE ata estreitas relações com ele, a ponto de tornar-se o URUGUAE novo inferno para os imigrados arjentinos, fujidos das crueldades de RÓZAS. Assim, eses imigrados abraçam a caoza de RIVERA, quando este em 36 se levanta em armas para derrubar ORIBE. No momento, RÓZAS não pôde prestar socorro, em fase do bloceo do PRATA pela FRAMSA. Cuaze no fim de seu periodo prezidensial, ORIBE renuncia ao governo, muda-se para BUENOS AERES, entra ao serviço de RÓZAS, e tem emsejo de lhe prestar asinalados servicos de guerra contra os patriotas ce aci e ali se alsam contra o tirano. No dezemvolvimento duma desas campanhas militares pró RÓZAS, vitoriozo, á frente de 8.000 omems, ORIBE invade o URUGUAE, bate RIVERA e avansa sobre a capital, ce pasa a asediar, dezde fevereiro de 1843.

Encontra tenaz resistência, a ce se asosiam as colônias estramjeiras, notadamente a arjentina, a framseza e a italiana, assim como RI-

VERA o incieta com suas correrias á frente de bandos irregulares.

Apezar de seu efetivo se aver elevado a 13.000 omems e de dispôr de 30 canhões, ORIBE se vê em situação critica. Acode-lhe RÓZAS, ce manda a URQUIZA, então seu esteio, ce com 3.000 omems dê casa a RIVERA: este é destrosado e se refugia no BRAZIL, em 1845. Agóra ORIBE é se-nhor de toda a campanha uruguaea, e seus cabos de guerra não respeitam as propriedades e vidas dos brasileiros, nem a linha de fronteira.

Imcapaz de dominar a resistência de MONTEVIDEU, ORIBE, com efeito, ainda caoza novas complicações internacionaes, contando com as costas centes, tanto mae ce RÓZAS nos verbêra a legitima reasão; afinal, o BRAZIL é impellido a recorrer á ultima ratio. Estabelêse-se uma aliância nós com o governo montevideano e com URQUIZA, governador de ENTRE-RIOS, secundado pelo de CORRIENTES, os cuaes, ambos, se sublevavam contra RÓZAS.

Estava, assim, armada a campanha contra ORIBE, primeiro lamse para o objetivo final, a derrubada de RÓZAS, a cual prontamente sobreviria, em cômeso de fevereiro de 1852.

5. Malposto melindre patriótico tem feito ce a maeria dos arjentinos calem o nós papêl desizivo na derrubada de RÓZAS. Entretanto, res non verba.

Com suas quatro Diviões, 16.000 omems, CAXIAS rezolve, cartezadamente, primeiro o casus belli de ORIBE, por simples asão de prezema no teatro da guerra, logrando a capitulação e espulsão de ORIBE e a adeção do groso de suas forças eram arjentinas; depois da entrada em MONTEVIDEU, dezlão para a nova campanha, sua fora para COLÔNIA, pronta a pasar integralmente para o outro lado, a nesessão for; um escolhido de tacamento, de 4.000 omems de 3 armas, sob o comando de MAQUES DE SOUZA, efetivamente pasa para o território arjentino e ai se bate vitoriozamente com ali-

distinção, ao lado dos patriotas argentinos e dos aliados uruguaios.

Cizéram os fados ce fose relevante a missão dese destacamento brasileiro, serca de um oetavo do ezérsito aliado, prezizamente por lhe caber enfrentar a xave da linha inimiga do arroeo MORÓN, em MONTE CASEROS, e ce, por sua vez, ai brilhase um destacamento da Lejião Alemã, representado por duas sentenas de omems da divolvida companhia de sapadores, distribuidos entre os 6 batalhões de MARQUES DE SOUZA, e por uma companhia de serca de 100 omems armados de fuzil de agulha, a ultima palavra de perfeição na época.

Cumpre asinalar, na campanha preliminar, contra ORIBE, a ajuda pecuniária de um bamceiro brasileiro, o futuro barão de MAUA, proporsionada ao governo uruguao sitiado em MONTEVIDEU, ajuda com vistas á sustentação da defeza da prasa.

E papêl do masimo relevo fce o da nôsa escuadra, ce já pelo bloceio do rio da PRATA dificultava a vida a RÓZAS e ORIBE, facilitava a de MONTEVIDEU, cortava as comunicações fluviaes entre aceles does tiranos. O nôso senhorelo do estuário culminou no arrojio de CAXIAS, ce, pleno dia, com o nôso almirante, GREENFELL, penetrou no porto de BUENOS AERES, trocou cortezias com os comandantes dos navios estramjeiros ali amcorados, e calmamente fez o reconhecimento dos pontos de desembarce para o seu groso, mantido de prontidão em COLÓNIA. Para a operação diretamente contra RÓZAS, fce a nôsa escuadra ce transportou a Divizão brasileira, bem como a forsa uruguaea (2.000 omems e 6 bocas de fogo) e também a infantaria e artilharia de URQUIZA (argentinos es-rozistas, entrerrianos e corrientinos, ao todo 1.200 omems de infantaria e 1.200 de artilharia). Com ésa missão, fce forçado pela nôsa escuadra o Paso de TONELERO, ou Barrancas de ACEVEDO, a 17 de dezembro de 1851, sem uma perda, apesar da ostilidade de artilharia, 18 bocas de fogo, e númeroza infantaria.

Reunido o ezérsito aliado em DIAMANTE, para onde a cavalaria de URQUIZA, 14.200 omems, marchara deзде MONTEVIDEU a pé, comesou, sete dias depoes, a travessia do rio PARANA, sob a protensão e asilio da escuadra brasileira. Tal operação durou 16 dias, até 8 de janeiro de 1852.

Marxou dai em deante o ezérsito aliado, a bem dizer, sem emcontrar rezistêmsia, até defrontar, a 2 de fevereiro, RÓZAS em pozisão defensiva, á marjem direita do arroeo MORÓN, numa linha de maes de uma légua, deзде MONTE CASEROS, até SANTOS LOGARES, apresentando 56 bocas de fogo, servidas por ums mil artilheiros, 3 estativas de fogetes á COMGREVE, 9.000 omems de infantaria e 14.000 de cavalaria. O atace dos aliados, no dia seguinte, emcontrou a rezistêmsia primsipal no sentro da linha inimiga, deante das cazas da soteia de MONTE CASEROS: contra ese sentro são lamsados inicialmente os 3 batalhões uruguaios; forçados estes a um movimento de flamco, os brasileiros, por iniciativa de MARQUES DE SOUZA e deante da imobilidade dos vizinhos argentinos, ce deviam dar com seu avamso o sinal para a progressão jeral, secundam aos uruguaios, e, como tomam caminho maes curto, pasam á frente deles, e fazem em breve o inimigo seder. Fce ese o sinal da presipitada retirada jeral de RÓZAS, para não ser emcurralado, pues ce até então se mantivêra pasivo, incluzive deante da cavalaria atacante, no seio da cual, por sua vez brilhou com seu Regimento o nôso OZÓRIO. O ce poudo escapar só se deteve em BUENOS AERES; e com a mezma velocidade adeirida o tremebundo tirano só axou sosego no refúgio a bôrdô dum navio de gêrra inglez, de onde, em fase de reclamação diplomática, pasou para outro, também inglez, ce o levou á IMGLA-TERRA.

Dos 56 canhões tomados, 34 o foram pelos brasileiros; e dos 7.000 prizioneiros 2.000 os fizemós nós.

A rezêrva brasileira, em COLÓNIA, ao ouvir o troar da bata-

lha embarcou imediatamente para acudir; antes de largar, teve ordem de desembarcar novamente, pois sélere viêra a notícia da fulminante vitória.

A Divisão MARQUES DE SOUZA tornou parte, dias depois, na entrada triunfal do exército aliado em BUENOS AIRES; a todos os aplausos e demonstrações outras de reconhecimento aos libertadores, por parte da população, sobrelevou, no comensio unânime dos ce o prezemsiaram e relearam, o entuziazmo testemunhado aos brasileiros. Também já a 1º de março, "missão cumprida", nos despediamos, de retorno a MONTEVIDEU.

Dentre os documentos trasados em flagrante, ce depoem sobre a relevância de nōso papêl, merêse destaque, sêrtamente, a saodasão de URQUIZA a MARQUES DE SOUZA, aprezentada nêsa ocasião:

"A Confederaçāo Arjentina jamas olvidarā (?) a sua louvavel

rezignasāo (da "coluna imperial"; rezignasāo incluzive ante a māvontade dos arjentinos em fornêserem recursos do paiz, notadamente cavalhada para trasāo da artilharia, ce o comando brasileiro nāo os emcontrava para compralos!) nos azares da campanha e o seu erêcco denodo no combate sobre as trimxeiras do tirano. Quando a Istória, trasando o orrivel cuadro da ditadura arjentina, tributar o meresido elojio aos libertadores dēsta tērra, o nome de V.S. e de seus valentes companheiros de armas ocuparā o omrozo logar ce lhes compête, como dignos aliados, da Sivilizaçāo e da Liberdade".

RIO DE JANEIRO, (R. da Capêla 102), setembro de 1950.

Bertoldo KLINGER

General de Divisāo, da Rezêrva

## SUMARIO

Advertēncia do tradutor — Antecedentes istóricos — A alistasāo dos merce-nários — Transporte marítimo para o BRAZIL — Disemções no Batalhāo de Infantaria — A infantaria na marcha — Artilharia a cavalo, sem cavalos nem canhões — Dissoluçāo dos sapadores — A batalha de MONTE CASEROS — Recondusāo e deserções em masa — Decadēncia e dissoluçāo da Lejliāo — As caozas do malogro — Os "Rezimgões" na istória do jermānismo no RIO GRANDE DO SUL — A "éra KOSERITZ" — Conclusāo — BIBLIOGRAFIA da istória dos "Rezimgões".

Anēso (do tradutor): Relasāo nominal dos ofislaes da Lejliāo, com observasōes.

## ANTESEDENTES ISTÓRICOS

A disputa pela marjem escerda do Rio da PRATA, a atual Republica do URUGUAE, foe fatidica eramsa da éra colonial, avida pelo BRAZIL e pela Republica ARJENTINA, das suas metrôpoles ibéricas.

Dezde ce os portugezes ali fundaram em 1860 a Colônia do SACRAMENTO (1), prasa fortificada, travaram-se constantes os seus xōces sangrentos contra os espa-

nhōes pela pôse dēsa pozisāo, de importāsia para o dominiō da boca do PRATA.

Comcquanto o tratado de 1828 e o respectivo reconhecimento da independēncia do URUGUAE puzēsem termo às xamadas gērras sis-platinas, perduraram ainda, por vários desēnios, as rivalidades entre o BRAZIL e a ARJENTINA com a mira na supremasia da influēncia sobre o peceno Estado tampāo. E tivēram élas eclozāo bēlica cuando o ditador arjentino

(1) A impreterível, ubicuetária lei do menor esforso em brêve simplificaria para "COLÔNIA" o palavrozo nome de batizmo: "Nōva Colônia do SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELARIA".

RÓZAS (1830-1852) entrou a obrar no sentido de reconstituir o antigo vice-reino espanhol do PRATA (ARJENTINA, URUGUAE, PARAGUAE e BOLÍVIA), por meio duma confederação dos estados platinos, para isso procurando por todos os meios assegurar a colaboração do URUGUAE. (2)

Por essas macinações de RÓZAS sentiu-se ameaçado o BRAZIL, em sua fronteira meridional e ocidental; por isso, a 29 de maio de 1851, celebrou com o URUGUAE e o rebelado jeneral URQUIZA, presidente da província platina de ENTRE RÍOS, um tratado, para abaterem o irreciêto ditador. Sobreveio, assim, a guerra entre esses estados vizinhos, a qual teria cabo com a derrota de RÓZAS pelas forças aliadas, na batalha de 3 de fevereiro de 1852, em MONTE CASEROS, e a fuga do tirano para a INGLATERRA.

Nessa campanha, o BRAZIL participou com a sua esquadra e 4 divisões do seu exército (16.000 homens), ao mando do jeneral conde de CAXIAS; só uma das divisões foi empenhada na batalha decisiva de MONTE CASEROS.

Fazia parte desse exército brasileiro uma legião de alemães (adeante esclareceremos como esses le-

gionários vieram a ser apelidados de "Rezingões"), composta de 1.800 homens (infantaria, artilharia e sapadores) (3), com maes de 50 oficiais, jente toda aliada em HAMBURGO.

Era o segundo emsaeo na espésie, empreendido pelo jovem império do BRAZIL, no propósito de fortalecer o seu poder militar por meio de mersenários europeus nas guerras platinas. E ce em 1823, ano seguinte ao da declaração da independência nacional, o imperador dom PEDRO I tinha pretendido, por meio de batalhões de estrangeiros, substituir as tropas portugezas repatriadas, ao mesmo tempo ce proporcionar uma tropa modelo ao novo exército brasileiro. (4)

Assim foram constituídos, em 1824, quatro batalhões de infantaria, na maior parte compostos de alemães, recrutados em HAMBURGO pelo famigerado major von SCHAEFFER. (5) Corresponderam muito pouco á expectativa, e sempre foram olhados com desconfiança pela população e pelo parlamento. Frecuentes desordens ocorreram, cometidas por esses mersenários; ouve meizmo um sangnolento motim, ce caozou sentenas de mortos e feridos, inclusive civis, e só poudeser sufocado

(2) Juan Manoel RÓZAS axava-se no governo, ce gradativamente se firmara com tendência a vitalismo, desde 1835. Antes, ocupara a suprema magistratura de 1823 a 1832.

(3) Anteriormente traduzimos o termo alemão "Pioniere" (frazes coberto) por "pontoneiros". Foi isto atendendo á especialidade prevista para esses sapadores emagajados alemães, tanto ce trouxeram equipagem de pontes. Nos documentos brasileiros respectivos são chamados pontoneiros. (Ver nota 26)

(4) Vem aci a ponto referir ce entre os dois emsaeos do emprego de tropa de mersenários no BRAZIL, o de 1824 e o de 1851, ouve outro, em 1838.

Foi por ocasião da revolta dos cabanos, no PARA. A "rejeição" brasileira mandou então contratar, em HAMBURGO, 500 mersenários, por intermédio do cônsul do BRAZIL e dum Dr. SCHMIDT. Quando chegaram ao PARA, a revolta já fora dominada, e então os infelizes estrangeiros se viram torpemente enganados, traidos: não apenas foram abandonados á sua sorte, sem meios e em terra estranha, de língua desconhecida, mas pôstos em prisão a bordo de navios, maltratados; afinal soltos, uns poucos, ce desesperados aseitaram, foram admitidos a servir em unidades brasileiras; outros poucos, ce tiveram meios ou corajem, ce escaparam do teatro de sua desgraça, tanto maes ce reinava fome na terra; e na maioria sucumbiram de miséria e doença, levados alguns ao suicídio. (Ver HANDELMANN, "História do Brasil", trad. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 108, vol. 162, 1931, pág. 316, nota no pé)

(5) SCHAEFFER, o discutido aliado de colonos e de mersenários para o BRAZIL logo após a nossa independência nacional, foi detidamente estudado por PAULA CÍDDE, entre outros assuntos, na sua nota preliminar, "AO LEITOR", á nossa tradução do livro dum dos mersenários alemães dacele tempo, Carlos SEIDLER, "DEZ ANOS NO BRAZIL", edição da Livraria MARTINS, S. PAULO, 1942. Do retrato, reconhecidamente imperfeito, pelo menos incompleto, destacemos: SCHAEFFER tomava parte em intrigas diplomaticas, ajemava colonos, recrutava soldados e comprava cavalos para o régio galopador (D. PEDRO I). Além

com o asilo das guarnições desembarcadas de navios estrangeiros surtos no porto do RIO DE JANEIRO. (6) Poriso, no fim de poucos anos esses batalhões estrangeiros foram dissolvidos. Parte dos homens então escludos — seu efetivo era de cerca de 3.000 — estabeleceram-se nas colônias agrícolas alemãs de S. LEOPOLDO (RIO GRANDE DO SUL) e S. PEDRO

DE ALCANTARA (S. CATARINA), pouco antes fundadas pelo governo imperial. (7) Ainda então o seu espírito indisciplinado manteve algum tempo desazonada a população, tanto ce dentre eles alguns elementos criminosos ("meclemburgeses", "ladões de igrejas") foram o pavor dos pacíficos colonos.

(A continuar)

diso, era omdo com a comfiansa da imperatriz, ce lhe escrevia cartas de próprio punho.

"Ele já apparece envolvido como um de seus empregários (da família imperial brasileira) com as colônias LEOPOLDINA e FRANKENTAL, criadas na BAIA, em 1816".

"A imprensa alemã appareceu rexeitada de anúncios enumerando as vantagens, realmente convidativas, offerecidas pelo governo brasileiro..." "Os anúncios espalhados de SCHAEFFER levantaram justificadas desconfianças de boa parte da opinião alemã, principalmente de sua imprensa, máesime por ser o contrador de má reputação em sua pátria."

Uzava o título de major da imperial Guarda de D. PEDRO I, e esteve no BRAZIL.

Fez-se culpado dos sofrimentos de milhares de imigrantes, pelo ce lamsaram veementes maldições sobre sua cabeça de aventureiro.

(6) O motim aludido ocorreu a 9 de junho de 1828 e durou até o dia 12.

Na manhã dese dia, por entendimento do governo com os almirantes inglez e francez, ce se axavam no porto do RIO com navios de guerra, desembarcaram cerca de mil marinheiros de suas guarnições, para asilo na sufocação do levante. Antes de entrarem eles em asão, os amotinados depuzeram as armas.

Encontra-se desenvolvido o episódio, por exemplo, na stada "ISTORIA DO BRAZIL", de HANDELMANN.

A referênsta de A. SCHMID, ce vem adeante, aos dezordeiros "meclemburgeses", &, entende com a acuzação a SCHAEFFER pela falta de escrúpulos, ce o teria levado até às penitências do MECKLEMBURGO, para recrutar soldados pro BRAZIL.

(7) Segundo HANDELMANN, op. cit., é a seguinte a cronologia das primeiras colônias agrícolas alemãs, estabelecidas no BRAZIL: Em 1818 — LEOPOLDINA e S. JOZÉ de ILHEUS, na BAIA; em 1819 — (suíços alemães) NOVA FRIBURGO, no Estado do RIO DE JANEIRO; em 1824 — S. LEOPOLDO, no RIO GRANDE DO SUL; em 1825 — TRES FORCILHAS e TORRES, no mesmo Estado; em 1828 — S. AMARO e ITAPECIRICA, em S. PAULO; RIO NEGRO, no PARANÁ; S. PEDRO DE ALCANTARA e ITAJAI GRANDE, em S. CATARINA, esta ampliada, em 1835, para ITAJAI PECENO. Até 1855, o número de colônias alemãs subiria a 80; dentre elas a de BLUMENAU, ce selébrou o 1º sentenário de sua fundação, efetuada em setembro de 1850.

## PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longinhas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

## PÁRA-QUEDISMO NO EXÉRCITO BRASILEIRO (1)

Reportagem do Cap. ACAIA

Nesta bela tarde de 29 de agosto de 1950, estamos no Estádio Municipal do Pacaembu, na "terra da garoa" que hoje deixou o seu nebuloso manto e se apresentou radiosa e linda para acolher, vindos do céu, os pára-quedistas brasileiros. É grande a animação, é transbordante o entusiasmo que reina, excelente o moral da tropa que aqui está chegando para um reconfortante pernoite, após magnífica jornada em que por ela foi escrita mais uma página de ouro da crônica militar brasileira.

Proporcionou-nos uma combinação de circunstâncias felizes a ventura de estarmos juntos aos pára-quedistas, aos aviadores e aos infantas do ar, autores desta magna data em que ficaram registrados o maior transporte aéreo realizado no continente sul-americano, o mais importante exercício de pára-quedismo até hoje feito na América Latina, e o primeiro emprêgo da Infantaria do Ar. Assim nos colocamos em condições de relatar o extraordinário acontecimento; conhecemos previamente que este relato não refulgirá com brilho idêntico ao da ocorrência, porém contamos com a benevolência das camaradas que deverão perceber ser este escrito originado pela necessidade de ficar perpetuado nas páginas de "A Defesa Nacional", cujo simples enunciado dispensa explicações, o glorioso dia vivido pelas Forças Armadas.

\* \*

Em maio de 1949 nesta revista descreviamos a preparação da pri-

meira turma da Escola de Pára-quedistas do Exército, que solene e festivamente havia atingido a meta final em janeiro daquele ano. Quando narrávamos o último dia de saltos, exultantes com o que nos fora dado presenciar e cheios de fé no porvir, consignáramos: "É coisa que jamais se esquece, assistir os saltos de duas turmas de vinte e sete pára-quedistas!... Como será notável, em um futuro não muito distante, ver dezenas de transportes da F.A.B. lançando centenas de pára-quedistas brasileiros!..."

Pois bem, a nossa fé não existiu em vão: já em novembro era feita uma demonstração para a E.A.O., na qual mais de cem pára-quedistas lançaram-se de nove aviões. Nessa ocasião estávamos ausentes do país, e não nos foi dado apreciar pessoalmente este ótimo prenúncio de que se aproximava celeremente o dia almejado.

Hoje, de vinte e um aparelhos, saltaram duzentos e sessenta e oito homens... dezenas de transportes da F.A.B.... lançando centenas de pára-quedistas brasileiros... Notável!...

\* \*

Nos primeiros albores da manhã, ao chegarmos ao 2º Grupo de Transportes da F.A.B., no Campo dos Afonsos, já nos sentimos empolgados pelo ambiente que ressumbrava a atividade própria de um grande dia: vinte e um aviões C-47 dispostos em duas fileiras, os mecânicos fazendo o "cheque antecipado" (Preflight), quarenta e

dois pilotos reunindo-se e tomando as últimas providências, caminhões militares movimentando-se em um vaivém incessante desembarcando pára-quedistas e infantes junto às aeronaves — isto tudo visto e sentido é mais que suficiente para fazer vibrar um soldado e para levar o seu coração a pulsar em ritmo coincidente com o frêmito que a todos domina.

Passamos a ler, por gentileza de um aviador, uma ordem de serviço emanada da Seção de Operações do 2º G.T., "Detalhes para Execução da Missão"; um trabalho de grande mérito, onde estavam previstas todas as minúcias, tudo o que se pudesse imaginar, sobre uma operação de tão larga envergadura. Cresce muito de valor este trabalho por ser uma prova demonstrativa de que o jovem "Oficial de Operações" já possui a experiência e o cabedal de conhecimentos próprios de um veterano.

Lidas as dezoito páginas desta ordem, já havia chegado o momento do Briefing reunião dos pilotos e mestres de salto, onde são acertados todos os dados relativos à missão (hora, local, passagens, velocidade, altitude, sinais convencionais, etc.). Notamos, nessa ocasião, a cooperação prestada também pelo 1º Grupo de Transportes, do Galeão: o exercício, que seria realizado com 21 aviões do 2º G.T. absorveria todos os seus pilotos e mais uma dezena de aviadores do 1º Grupo; estes tinham então a sua oportunidade de colaboração e congraçamento com os camaradas do Exército, e a da participação numa operação ímpar nos nossos fastos aviatórios.

Prestigiada esta reunião pela presença do Exmo. Sr. General 1º Subchefe do E.M.E., do Coronel Av. Diretor de Rotas Aéreas, do Coronel Comandante do Regimento-Escola de Infantaria. Encerrando-a, é lido o último boletim meteorológico de Cumbica, o Major Av. Comandante do Grupo procede à leitura da hora, são acertados os relógios, e os pilotos se dirigem aos aviões.

Deslocam-se as aeronaves para a cabeceira da pista, onde se postam em duas colunas, aguardando a decolagem do líder. Bruma acentuada, visibilidade 1 km, e se sabia que o tópo da nuvem estava a pouco menos de quinhentos metros. Tudo estava previsto: decolagem em cada vinte segundos, voo em linha reta durante cinco minutos e quarenta segundos, velocidade ascensional de quinhentos pés.

Parte o líder, pilotado pelo Comandante do grupo; estávamos na cabine do vigésimo aparelho e assim assistimos a exatidão com que cada avião despregava-se do solo após rápida corrida, e se envolvia em nuvens; partimos também.

Atravessada a nuvem e atingido o tópo, divisamos vários pontinhos pretos à distância: eram os primeiros aviões que decolaram, já entrando em formação. O nosso foi aproximando-se também, e ainda o último, e estava realizada a formação; escalonados em largura e profundidade, em sete grupos de três, formação denominada Javelin. São os aviões eixados no rumo de Santos, e já vão sobrevoando o mar. Um deles adentra-se em outra direção, abandonando esta rota e rumando diretamente a Cumbica: era o avião-reconhecedor, que conduzia a turma de esclarecedores, cuja missão é saltar antecipadamente e preparar em terra as indicações necessárias aos demais. (Figura 1)

Voa-se sobre a água durante uma hora e cinco minutos. Ora a bruma, ora a névoa seca. Do nosso avião, vimos somente o décimonono, o vigésimo-primeiro, que estavam a cerca de cem metros longe de nós, e ainda o líder, este distante mais de dois quilômetros! Acontecia este fato porque o dorso de tal avião estava pintado de branco; quando se perdiam de vista os demais aviões, restava à nossa frente, longe porém nitidamente, um ponto luminoso branco, qual uma estrela ou um farol que orientasse um navegante. Comentamos isto com os pilotos de nossa aeronave, e posteriormente soubemos que, com o propósito de destacadá-lo,



Fig. 1 — E estava realizada a formatura...

havia sido escolhido para aviô-lider aquele que circunstancialmente estava tão bem assinalado.

As 1100, portanto a uma hora e vinte e cinco minutos da decolagem, avistamos Santos. Os aviões vão aproximando-se, cerrando distâncias e intervalos; volta a entrar em forma o avião de reconhecimento, que já lançara a turma no local do salto.

\* \*

O 2º G.T. agora é uma compacta massa; voa na chamada formação Stagger; são 1015, vai ter início o ataque, cujo eixo é Santos-Cumbica. Os santistas presenciam um belo desfile: por sobre eles voam, quase tocando-se, vinte e um aviões bi-motores.

O Grupo descreve uma grande curva à esquerda, sobre as águas, e penetra no continente, cruzando logo a Serra do Mar. Estamos a vinte minutos do salto. Em cinco minutos é divisada São Paulo, a ciclópica metrópole do planalto, e vamos deixando-a à esquerda. Aproxima-se o momento culminante, pois são 1043 e faltam dois minutos.

Aquêle bloco rígido de aviões começa a oscilar: é que todos os pilotos agitavam, sem sair da formação cerrada, as suas aeronaves a fim de que os pára-quedistas as abandonassem nas melhores condições. Era preciso que cada uma não estivesse em plano inferior ao da procedente, o que poderia acarretar o sacrifício de muitas vidas, era preciso que "matassem" a velocidade de 160 para 110 milhas, no máximo; que no momento exato do salto todas estivessem com a empenagem mais alta que a porta de saída — é um instante da maior responsabilidade para o piloto em missão de pára-quedismo. E, como em todas as ocasiões, nossos aviadores dão a costunelra demonstração de perícia, de experiência, preparando conscienciosa e habilmente os C-47 para o minuto mais crítico.

Na cúpula do líder estava acesa uma luz vermelha, desde que a formação havia entrado no eixo de

salto e voava os quatro minutos finais. A altura de voo era de 1200 pés e estava sendo gradativamente baixada para 1000, e os pára-quedistas já se encontravam formados nos aviões, aguardando o sinal convençãoado.

No solo o "T" indicava o centro da área de salto, trabalho da equipe de reconhecimento. Um segundo antes do líder atingir a vertical do "T", foi apagada a luz vermelha e comandada luz verde.

Nessa ocasião salta do líder o primeiro homem, é dado o sinal respectivo e de todos os aviões pulam em perfeita ordem os nossos bravos pára-quedistas, êsses desprendidos e crentes patrióticos que estavam afirmando ao Brasil e ao Mundo o nosso progresso na Arte Militar, o resultado da força de vontade, do amor a um ideal nobre, da dedicação ao trabalho, do quanto pode produzir um labor honesto, bem orientado e com propósitos patrióticos.

É indiscretível então esta fase! Duzentos e sessenta e oito pára-quedistas deixaram vinte e um aviões da F.A.B. (Fig. 2) São breves os segundos em que baloicam no ar aquelas centenas de cúpulas verdes assegurando uma feliz desceida dos nossos heróicos camaradas, mas êstes rápidos instantes são mais que suficientes para gravar indelêvelmente em nossa retina magnificência do espetáculo, para nos deixar em absorção contemplação, meditando no passado e imaginando um futuro. Seja-nos perdoado o lirismo, mas num momento dêstes a nossa alma se põe a cantar, os olhos se marejam de lágrimas, um arrepio nos faz fremer... e cremos que a Pátria se sente feliz recebendo avidamente em seu seio, como dádiva diletta, aquela chuva de pétalas verdes!... (Fig. 3)

\* \*

Chegando ao sólo, reunindo-se, os pára-quedistas executam o restante da manobra que estava prevista: ataque e ocupação da Base Aérea de Cumbica, base "inimiga". Restava, porém, em cada avião, cerca de um grupo de combate, da

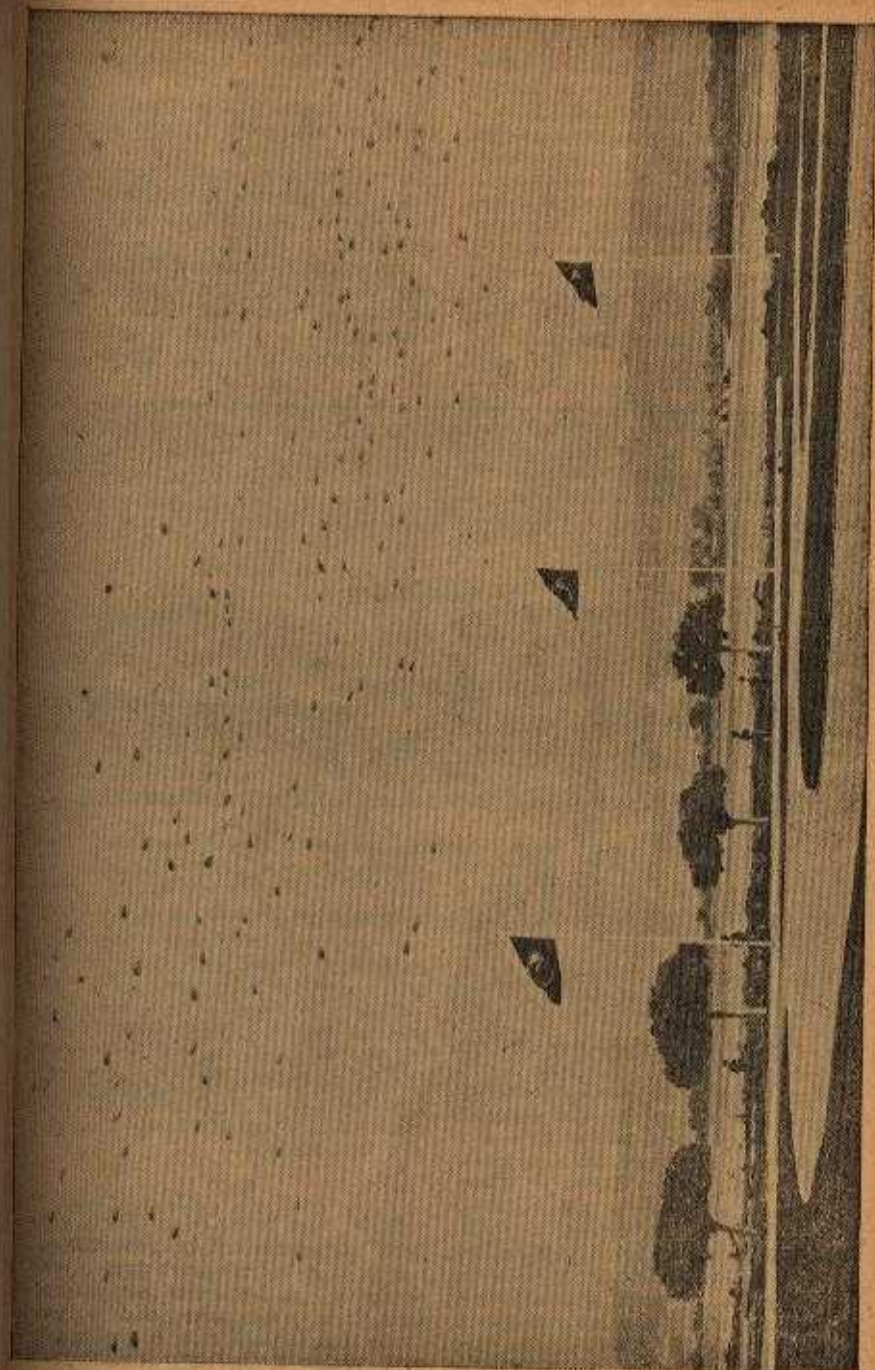


Fig. 2 — Os 208 pára-quedistas deixaram os aviões...

Infantaria do Ar, a quem competiria, depois da aterragem, a substituição dos atacantes e a manutenção da "posição conquistada".

Enquanto os pára-quedistas em terra desenvolvem as operações pre-estabelecidas, o 2º Grupo de Transportes, com os seus vinte e um aparelhos ainda na formação cerrada, Stagger, em altura de vôo aproximada de duzentos metros, rumo para a Capital de São Paulo, proporcionando aos paulistas esta linda oportunidade antes dada aos santistas: contemplar um belo des-

dos nossos competentes camaradas aviadores do 2º e 1º Grupos de Transportes. Realizado mais este desfile, iniciam-se com precisão notável, as operações para a aterragem das aeronaves.

E assim, terminada a chegada dos aviões nos calços, desembarcam os Infantes, juntando-se aos pára-quedistas.

Um toque de reunir faz com que seja organizada rapidamente uma formatura, onde se viam agora, aguardando a Revista a ser passada pelo Exmo. Sr. Presidente



Fig. 3 — Em breves segundos balçoavam no ar aquelas centenas de cúpulas verdes...

file aéreo, o primeiro no genero. E aqueles patricios bem se aproveitaram deste ensejo, pois voando em baixa altura pudemos observar perfeitamente a população com as vistas voltadas para os aviões. E não era para menos!

Nas adjacências do Hipódromo, descreve o Grupo uma curva de 180° e sobrevoa a cidade pela segunda vez, rumando para a Base de Cumbica, onde o Exmo. Sr. Presidente da República, os Exmos. Srs. Ministros da Aeronáutica e da Guerra, Comandante da 1ª e 2ª Regiões Militares, Diretor do Ensino do Exército, e vários Oficiais Gerais do Exército e da Aeronáutica, centenas de circunstantes outros, apreciavam também a virtuosidade dos nossos pilotos militares,

da República, formados quatro grupamentos a pé: Oficiais e Sargentos da F.A.B., tripulantes das vinte e uma aeronaves executantes da missão; Infantaria e Engenharia Pára-quedistas; Bateria de Artilharia Pára-quedista; e uma Companhia de Infantaria do Ar. E depois desta revista, em viva cadência, desfilam perante as autoridades os grupamentos.

• • •

Após uma refeição na Base, um bem preparado combôio de viaturas da 2ª R.M. conduz a tropa para a cidade. A Imprensa e o Rádio haviam feito um bom noticiário, de modo que era aguardado com muito interesse o desfile que teria lugar no Anhangabau, nesta tarde.

De fato, às 1600, partindo da Avenida Irradiação e terminando na Nove de Julho, por ali passam, puxados pela banda de música da Escola Preparatória, os Pára-que-distas e os Infantes do Ar.

Muito povo, no trajeto, no Viaduto e no vale. O Paulista sabe apreciar o militar, a quem muito prestigia. E a multidão curiosa soube manifestar o seu agrado, aplaudindo os nossos camaradas que desfilaram nesta ordem: Cmt. da Escola de Pára-que-distas, seu Estado-Maior, Bandeira e sua Guarda (Fig. 4), Sub-Cmt., Grupamento de Alunos, Grupamento de Infantaria e Engenharia Pára-que-distas (Fig. 5), Bateria de Artilharia Pára-que-distas (Fig. 6), Cmt. e Companhia de Infantaria do Ar (tropa do Regimento-Escola de Infantaria).

de volta ao Rio esta elite do nosso Exército.

\* \*

Hoje, 30 de agosto, estamos novamente em Cumbica; já houve o Briefing, desta vez somente para os aviadores, estes se encaminham agora para os C-47 que se encontram em linha, prontos, e a tropa também aguardando o seu embarque. Tudo azul.

Decolam em ordem os aparelhos, e mais adiante entram em formação Javelin. Regressam vinte e dois, pois juntou a nós o 2033, com pessoal da Aeronáutica que viera a S. Paulo. Agora é uma viagem comum; haverá, contudo um forte atrativo quando chegarmos ao Rio e fôr feita de novo a formação Stagger, que é sempre de entusiasmar.



Fig. 4 — A bandeira e sua guarda...

Novamente um comboio transporta a tropa, agora para o Pacaembu, onde haverá o pernoite no Estádio Municipal, para um descanço reparador das energias hoje dispendidas, de maneira assaz brilhante e gloriosa; amanhã o 2º G.T. da F.A.B. se encarregará de levar

Ficamos então a meditar sobre a véspera: tinha haviado uma operação bastante importância militar... Porque ?

— Pára-que-distas :

Conduzido por um Chefe entusiasmado e intemerato, que é secun-

dado por uma plêiade de oficiais eficientes, dedicados e crentes, auxiliado por uma equipe de monitores capazes e ardorosos, amparado e apoiado pelas autoridades do Exército e da Aeronáutica, contando com a simpatia geral — progride a passos largos o Pára-quedismo no Exército Brasileiro.

Os pára-quedistas são homens que sofreram rigorosa seleção física e moral. São recrutados entre os sorteados melhor dotados intelectualmente, pois a natureza dos serviços e provas a que serão submetidos, isso exige.

A Escola melhora diariamente em seu aparelhamento e seu as-



Fig. 5 — Grupamento de Infantaria e Engenharia pára-quedistas...



Fig. 6 — A Bateria de Artilharia pára-quedista...

Não fôra a atitude corajosa e esclarecida d'êste oficial e amanhã não seria realizada a missão do modo previsto. Eis a história: Uma turma de Oficiais do 2º Grupo de Transportes realizou um curso de lançamento de pára-quedistas, com instrutores americanos do Norte. A instrução era rigorosa e às normas de uma rigidez absoluta. Vidas preciosas estavam nas mãos dos pilotos, e qualquer desobediência às normas previstas poderia acarretar acidentes fatais. Pois bem, o Ten. Fernando Henrique Marques Palermo, após ter realizado uma série de missões, julgou que algumas modificações nas normas eram necessárias e úteis: A separação entre dois aviões que era de cinquenta pés em profundidade e distância lateral poderiam ser eliminadas; a prática de cortar o motor do lado da porta alguns segundos antes da seta, também poderia ser eliminada. Numa Força Aérea em que há a preocupação de copiar exatamente a dos E.E.UU. nos mínimos detalhes, não é necessário descrever o que foi a luta do Ten.

Palermo contra o "Tabu" das normas anteriores. Uma coisa perguntamos porém: se manter a posição na formatura por ocasião do lançamento é difícil com dois motores, como nos sentiríamos cortando o motor esquerdo?

Hoje, véspera do maior exercício que o 2º Grupo de Transportes poderá realizar, pois todos os nossos aviões serão utilizados, é justo que se recorde o nome d'êstes dois oficiais, sem os quais talvez agora não estivéssemos em condições de efetuar um exercício como o que será realizado."

\* \*

Depois desta massa cerrada de aviões ter sobrevoado a Cidade Maravilhosa, os aparelhos aterraram e se dirigiram para o Quartel do 2º G.T., para o estacionamento.

Desembarcam os pára-quedistas, os infantes, as tripulações.

...Temos um pressentimento de que estamos vendo desembarcar o embrião da futura "Divisão Aéreo-Terrestre"...

## CARVOARIA E QUITANDA

DE

Jobel da Costa Borges

RUA BATISTA DAS NEVES, 1103 — NILÓPOLIS — ESTADO DO RIO

MOBILIARIA

IMBUIA

MOVEIS E DECORAÇÕES — VENDAS A VISTA E A PRAZO

J. VODOVOZ e G. CYWIAK Ltda.

RUA DO CATETE, 215 — FONE 25-2497 — RIO DE JANEIRO

## NOTÍCIAS MILITARES

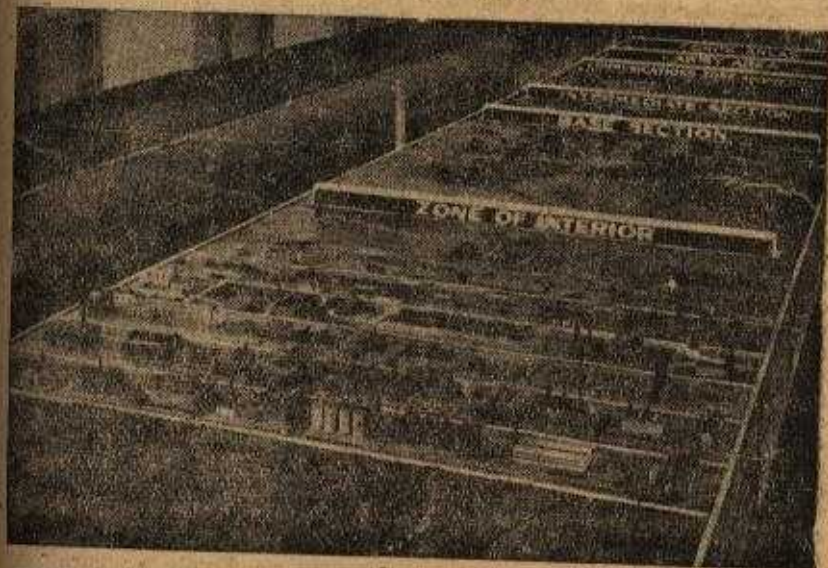
### O teatro de operações em miniatura

A Escola de Intendência do Exército Norte-Americano criou recentemente um novo meio auxiliar de instrução — um teatro de operações em miniatura — o qual provocou referências muito favoráveis de líderes educacionais militares e civis. Foi projetado pela referida Escola e construído por técnicos militares e civis do Serviço Técnico de Instrução de Intendência, em Camp Lee.

A citada miniatura está instalada no Gibson Hall, Building T-1467, no recinto da Escola de Intendência. Consta de uma mesa com tamanho aproximado de 4,50 m x 13,50 m

tendo sobre si uma exata reprodução do Teatro de Operações e, de ambos os lados, plataformas elevadas que asseguram aos alunos, durante a instrução, vista completa do modelo.

Os limites entre Divisões, Corpos e Exército na zona de combate e entre as seções da zona de administração são assinalados por luz fluorescente. As instalações de serviço tais como rodovias, ferrovias, canais, pontes, portos, oleodutos, depósitos, campos de pouso, armazéns, pontes de suprimento, torres de comando, casas de máquinas, quartéis gerais, áreas de serviços, aparecem com todas as minúcias como se estivessem num teatro verdadeiro.



O teatro de operações em miniatura

A disposição e a interrelação destas e de outras instalações são mostradas facilmente por meio de lâmpadas elétricas coloridas acionadas pelo instrutor, com auxílio de um painel de controle, cada cor representando uma determinada classe de instalação. Qualquer combinação desejada de cores é possível. Isso permite grande flexibilidade no uso do meio auxiliar. O modelo destina-se também a mostrar as ligações do teatro de operações com ampla região oceânica e com a zona do interior. Permite a observação do fluxo por água dos suprimentos da zona do interior para o teatro; dos portos de embarque e desembarque; do descarregamento de suprimentos nas praias e com utilização das instalações de docas comerciais; da descarga de petroleiros nas terminais de oleodutos. A inclusão numa secção de "zona do interior" habilita o instrutor a mostrar como os suprimentos são obtidos, manipulados e distribuídos; como se introduzem no sistema de suprimentos do Exército; como escoam através do mesmo para um porto de embarque; como se encaminham por mar para o teatro de operações e como eventualmente chegam à frente onde são utilizados pelas forças empenhadas nas operações.

Ha pequenos modelos de campos petrolíferos em funcionamento, de minas de carvão e outros minerais, de campos de criação de gado vacum e lanigero, de zonas de cultura, de florestas e de outras fontes de matérias primas úteis ao Serviço de Intendência. O modelo mostra ainda o modo pelo qual essas matérias primas são transportadas para os centros de manufatura e beneficiamento por ferrovias, rodovias, canais, oleodutos e pelo ar. Na zona de manufatura os alunos podem ver as instalações e os dispositivos necessários para se converter matéria prima em produto útil. Da gasolina, óleo, alimentos, fardamento, equipamento e os demais suprimentos entram na cadeia dos suprimentos militares e por ela se dirigem para o destino final.

Este meio auxiliar de instrução foi imaginado para dar ênfase à instrução que tenha sido ministrada previamente com minúcias quer em sala de aula quer em estudo em domicílio.

O teatro de operações em miniatura é utilizado presentemente na instrução dos seguintes cursos: Avançado, Avançado-Associado, Básico, Básico-Associado, todos para Oficiais e Avançado de Suprimentos, para Sargentos.

(Transcrito de "The Quartermaster Review, número de maio-junho de 1950.)

### Organizações industriais auxiliam a instrução dos Quadros do Exército

Esforços conjugados no sentido de soldar o Exército e a Indústria americana num conjunto indivisível, disposto a batalhar unido pelos interesses da defesa nacional, deram outro passo à frente em 12, 13 e 14 de abril último, quando cerca de uma centena de oficiais alunos da Escola de Intendência do Exército, visitaram as instalações industriais ao longo da costa do Atlântico, realizando um pequeno curso intensivo sobre os modernos métodos e técnicas de comércio. O curso, tornado possível pela pronta e cooperante boa vontade das organizações escolhidas, foi um avanço na política adotada pelo Exército no sentido de ensinar a cada um de seus oficiais os princípios mais aperfeiçoados da moderna arte de dirigir, tendo em vista assegurar que a defesa do País seja planejada e executada em linhas o mais possível eficientes.

Para levar avante esse programa, os Instrutores da Escola de Intendência e os Diretores de nove das mais adiantadas organizações industriais da região elaboraram juntos um programa de instrução complementar ao ministrado regularmente na Escola no curso de "Direção". Os assuntos por expla-

nar compreendiam entre outros os seguintes tópicos: princípios da boa direção; organização; simplificação do trabalho; direção de pessoal; avaliação do trabalho; relações públicas; métodos e técnica de administração comercial eficiente. Salas de aula especiais foram preparadas nas sedes das empresas participantes e os instrutores para cada assunto foram esco-

lhidos entre técnicos e ocupantes de postos-chaves.

Todo o programa esteve sob a supervisão do Comandante da Escola, Coronel A. N. Stubblebine Jr., que de há muito vem pugnando por uma estreita ligação entre o Exército e a Indústria.

(Transcrito de "The Quartermaster Review", número de maio-junho de 1950).

## LIVROS NOVOS

### "A SELEÇÃO CIENTÍFICA NO EXÉRCITO"

General SALDANHA MAZZA

Sobre esse tema, desenvolveu o Sr. General Adriano Saldanha Mazza uma substanciosa conferência perante o seletor auditório do Estado-Maior do Exército.

A vida é uma aprendizagem contínua. Invenções, descobertas, às vezes mesmo "redescobertas", são inspiradas na observação e na experiência, acrescentam, cada dia que passa, novas noções ao arsenal dos conhecimentos adquiridos e criam novas possibilidades de ação ou, pelo menos, indicam um melhor aproveitamento dos meios existentes, aumentando-lhes o rendimento, quer se trate da máquina, quer se trate do homem.

Na guerra, como nas indústrias, a máquina é muito, mas o homem é tudo, porque é a alma da máquina.

A última grande guerra mundial foi pródiga de ensinamentos num campo como noutro. O progresso das ciências e das artes multiplicaram o poderio da máquina e, dentre aquelas, a psicotécnica contribuiu para o maior rendimento do homem. Compreendem-se que, de todos os instrumentos de guerra, o mais precioso é justamente aquele que não pode ser fabricado intensivamente e em série, é o homem, cuja formação é a mais demorada de todas, pois que exige vinte anos para sua "mise au point".

Dai, o aperfeiçoamento cada vez mais acurado dos serviços de higiene e de recuperação de doentes e de feridos. Por outro lado, o aperfeiçoamento da máquina exige, para que dela se possa tirar o rendimento de que é capaz, a especialização na técnica e na tática do seu emprego, donde, a indissociável necessidade duma seleção prévia e acertada das aptidões pessoais dos que vão utilizá-las no combate.

Esta necessidade foi uma das lições mais positivas da última guerra. Primeiro na Alemanha, e depois nos Estados Unidos, o problema da seleção científica nos exércitos, quando se opera a conscrição, ostentou toda a sua magnitude, e hoje, nos exércitos modernos, preocupa e interessa os chefes responsáveis pela maior eficácia das forças armadas do país.

O problema pode parecer de extraordinária complexidade e de aplicação prática difícil aos que o consideram pela primeira vez, ou sem aquele ânimo de realizar que excita mais o desejo de vencer dificuldades, do que executar o que por si se revela fácil de obter.

Essa impressão, aliás, é apenas ilusória. A questão, como em tudo, é querer fazer, dispor-se a começar pelo princípio. Notadamente, começar, seja como fôr e no mais breve prazo possível, porque os resultados uteis virão depois, sem dúvida nenhuma, de vez que nenhuma obra perfeita se executa dum só jato.

É justamente esse tema tão atual quanto básico e essencial para a organização do Exército...

corpos de tropa, mas, a nosso ver, ainda mais nas escolas de formação de oficiais e de quadros subalternos.

No interesse do Exército, o estudo do Sr. General Saldanha Mazza deve ter larga divulgação, para ilustrar e orientar os espíritos daqueles que ainda não atentaram no problema, cujos aspectos essenciais estão focalizados com aquela concisão e clareza de linguagem de quem sabe o que quer dizer e o que pretende que se execute.

Agradecido ao Sr. General Saldanha Mazza pelo exemplar que gentilmente nos ofereceu, dando-nos, assim, o ensejo de escrever esta ligeira nota. — R. B. Nunes.

## HISTÓRIA DA EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL

Coronel J. B. MAGALHÃES

Fazendo parte do Sexto Volume dos Anais do IV Congresso de História Nacional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acaba de ser editada uma valiosa História da Evolução Militar do Brasil, escrita pelo Coronel J. B. Magalhães.

Para dar uma idéia do valor desse trabalho, cuja leitura recomendamos aos estudiosos do assunto, transcrevemos abaixo o parecer sobre ele emitido pela Comissão que o julgou no citado Congresso, constituída dos Srs. General Leitão de Carvalho, relator, Antero Manhães, Clado Ribeiro de Lessa, de Paranhos Antunes, Aloysio de Carvalho filho, J. de Souza Leão:

"*Parecer.* A tese n. 49, de autoria do Coronel João Batista Magalhães, é um alentado estudo, destinado a proporcionar o conhecimento dos vários fatores que influíram na organização e na evolução das forças militares do Brasil, no período colonial, durante o regime monárquico e depois de proclamada a República.

Trabalho erudito, exposto com método, estribado em dados colhidos nas melhores fontes, constitui verdadeiramente uma obra didática, cuja falta na nossa literatura militar vem preencher com grande proveito e oportunidade.

Composta de uma *Introdução* e três *Partes*, desdobradas em vários capítulos, compreende 264 páginas dactilografadas.

Na *I Parte*, o autor estuda, em rápidos, mas firmes traços, as transformações por que passou a arte da guerra através dos tempos; dá-nos uma idéia sucinta, ilustrada por citações escolhidas nas maiores autoridades, do que foi a formação das populações indígenas da América e seus processos de guerra; analisa a constituição e o desenvolvimento do sistema militar português.

Na *II Parte*, expõe os fundamentos das instituições militares nacionais, abrangendo todo o longo período que vai da formação das capitânicas hereditárias, passando pela fase dos governadores gerais, ao período da vida colonial que precedeu a Independência; analisa e justifica a organização dada às forças, tanto locais como destacadas no território nacional, que constituíram a armadura encarregada de manter o domínio e a soberania portuguesa em sua possessão da América.

Na *III Parte*, dá-nos o processo de formação da força armada brasileira, na fase preambular da Independência; sua consolidação e desenvolvimento no período de fundação do Império e durante a Regência; as transformações por que passaram no 2º Reinado; o papel que desempenharam nas lutas externas travadas em defesa da soberania nacional na região do Rio da Prata, para chegar afinal à sua atuação na época republicana.

Trabalho de fôlego, rico de informações valiosas, constituindo por si mesmo, a mais completa obra já escrita no Brasil sobre o assunto, servirá de guia a outros pesquisadores que desejem aprofundar aspectos laterais, mas importantes, apenas aflorados pelo autor.

A tese não é só uma valiosa contribuição ao bom êxito do IV Congresso de História Nacional; é digna de especial menção por seu

## NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial", no período de 16 de outubro a 20 de novembro de 1950

### IMPORTÂNCIAS DESTINADAS AO "FUNDO DE RECUPERAÇÃO DE MATERIAL"

Sendo frequentes as remessas ao Parque Central de Material de Engenharia, de importâncias destinadas ao "Fundo de Recuperação de Material", declaro que tais recolhimentos devem ser feitos diretamente à Diretoria de Engenharia — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 651, de 13-X-950 — "Diário Oficial" de 16-X-950).

### VENCIMENTOS DE MILITARES (Solução de consulta)

Em solução à consulta do Comandante do Batalhão de Guardas sobre os vencimentos devidos aos militares que aguardam a decisão da Junta Militar de Saúde Extraordinária após os 6 meses previstos no Aviso número 1.112, de 23-X-947, declaro que os militares submetidos à inspeção pela J.M.S. Extraordinária devem continuar percebendo os vencimentos normais a que têm direito, até a decisão final da referida Junta — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 652, de 13-X-950 — "Diário Oficial" de 16-X-950).

### TOMADAS DE CONTAS

Para fiel cumprimento do disposto no parágrafo único, do art. 78, da Lei n. 830, de 23 de setembro de 1949, publicada no "Diário Oficial" n. 200, da mesma data, determinando que a relação completa e circunstanciada de todos quantos tenham recebido, administrado, despendido ou guardado bens pertencentes à União, deve dar entrada no Tribunal de Con-

tas até o dia 30 de abril de cada ano, determino aos comandos de Regiões Militares, aos agentes diretores e aos chefes do E.C.F. e da P.C. de Inativos e Pensionistas, que a relação dos responsáveis por bens e dinheiros públicos de cada ano deverá ser enviada à Subdiretoria de Fundos do Exército até o dia 15 de março do ano seguinte, a fim de que essa Repartição possa, no devido tempo, coordenar tais relações e remeter à Delegação do Tribunal de Contas, o respectivo expediente.

As tomadas de contas das Unidades Administrativas, continuarão a ser enviadas à Subdiretoria de Fundos do Exército, dentro do prazo fixado pelo Aviso n. 2.879, de 4-XI-942, isto é, até 30 de abril de cada ano, a fim de que, após a indispensável revisão, sejam enviadas ao Tribunal de Contas, até o dia 30 de junho, ou seja, seis meses após o término de cada exercício, conforme dispõe o art. 83 da referida Lei n. 830 — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 653, de 13-X-950 — "Diário Oficial" de 16-X-950).

### ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ESPECIAL DE SERVIÇO SOCIAL

1. De acordo com os arts. 3º (alínea e), 10 e 20, todos do Decreto-lei n. 9.100, de 27 de março de 1946, fica instituída neste Ministério, em caráter permanente, a Comissão Especial do Serviço Social do Exército — C.E.S.S.E.

2. A C.E.S.S.E. terá como finalidade estudar e propor ao Ministro da Guerra todas as medidas que, direta ou indiretamente, contribuam para o bem-estar social do pessoal deste Ministério e de seus dependentes, bem como mantê-lo perma-

## Livros à venda nesta Redação

|                                                                                 | Cr\$  |
|---------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Instrução para o Serviço em Campanha — Estado M. do Exército.....               | 6,00  |
| Legislação Militar — Cap. Toscano de Brito.....                                 | 18,00 |
| Lança Rojão — Ten. Gustavo L. Braga.....                                        | 4,00  |
| Morteiro "Tiro do" — Maj. Euro L. Martins.....                                  | 8,00  |
| Morteiro — Gutemberg Ayres de Miranda.....                                      | 10,00 |
| Manobras de Nioac — Gen. Bertoldo Klinger.....                                  | 5,00  |
| Metralhadora Browning P. 50 — Ten. Gustavo L. Braga                             | 5,00  |
| Manual de Socorrista de Guerra — Raul Briquet....                               | 20,00 |
| Manual de Orientação em Campanha — Cap. Antônio P. Lira.....                    | 25,00 |
| Manual do Serviço de Campanha na Cavalaria — Maj. José Horácio Garcia.....      | 12,00 |
| Meu Diário na Guerra na Itália — Cap. Newton C. de Andrade Melo.....            | 30,00 |
| Manual Básico de Campanha, o Esclarecedor e a Patrulha "C-21-75" — E. A. O..... | 10,00 |
| Noções Elementares do Tráfego — Cel. Olimpio Mourão Filho.....                  | 8,00  |
| Noções de Topografia de Campanha — Gen. Paes de Andrade.....                    | 12,00 |
| Narrativas Autobiográficas — Gen. Klinger.....                                  | 25,00 |
| O Fenômeno Militar Russo — Cel. J. B. Magalhães                                 | 30,00 |
| O Tiro de Grupo nas Intervenções Rápidas — Cap. Lindolfo Ferraz Filho.....      | 6,00  |
| O Exército Alemão — Tradução do Cel. Leony de O. Machado.....                   | 25,00 |

—o—

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

nenhamente informado da respectiva execução.

Em consequência, incumbe-lhe:

a) proceder o levantamento das necessidades existentes nas diferentes guarnições militares;

b) estudar, em todos os seus aspectos, os problemas do serviço social no Exército, inclusive a forma financeira de resolvê-los, estabelecendo as modalidades de contribuições;

c) planejar a obra social, levando em conta, além das necessidades e dos recursos disponíveis a urgência de sua realização escalonada no tempo;

d) propor medidas para aproveitamento das iniciativas já existentes neste Ministério enquadrando-as no espírito geral da obra planejada;

e) estabelecer normas equitativas de distribuição de benefícios, considerando a natural prioridade das guarnições mais desprovidas de recursos e a justa proporcionalidade exigida pela relação entre os encargos de família e os vencimentos do beneficiário.

3. a C.E.S.S.E., diretamente subordinada ao Ministro da Guerra estruturar-se-á de maneira a poder cumprir progressivamente a sua alta missão.

Compor-se-á inicialmente de:

a) elementos efetivos: — Presidente — 1 General — Membros — 4 Oficiais — Subcomissões, a serem criadas à medida que forem sendo necessárias;

b) elementos de ligações: — Assessores — Oficiais representantes do E.M.E., D.G.A., D.T.P.E. e S.G.M.G.

A constituição das Subcomissões e a designação do pessoal militar necessário, serão feitas mediante proposta ao General Presidente.

4. A C.E.S.S.E. fica autorizada, por delegação permanente do Ministro da Guerra e no interesse da execução de sua missão, a estabelecer entendimentos diretos com os vários órgãos e Comandos deste Ministério, os quais deverão prestar-lhe toda a colaboração possível.

Idêntica autorização lhe é concedida para entrar em entendimento e promover o mais íntimo intercâmbio com as suas congêneres existentes no país.

5. A C.E.S.S.E. apresentará dentro do prazo de seis (6) meses, a contar de sua nomeação, anteprojetos

de instruções para a realização integral do Serviço Social do Exército.

(Aviso n. 854, de 14-X-950 — "Diário Oficial" de 17-X-950).

\* \*

#### DISPENSA DE EXAMES A ALUNOS DAS R.P.C.

Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército:

Comunico a V. Excia. que, atendendo às razões apresentadas pela Diretoria de Ensino e de acordo com o parecer desse Estado-Maior, constante do Ofício n. 904-C, de 12 do corrente, aprovo a proposta feita por aquela Diretoria, para tornar extensiva, no corrente ano, a prescrição do parágrafo único do art. 78 do R/114, relativa à dispensa do exame de fim de ano, aos alunos das Escolas Preparatórias, nas matérias em que tiverem obtido conta de ano igual ou superior a 50 (cinquenta). — General Canrobert P. da Costa. (Nota n. 132, de 24-X-950 — "Diário Oficial" de 25-X-950).

\* \*

#### MODIFICA INSTRUÇÕES PARA MATRICULA NA E. VET. EX.

O Senhor Ministro de Estado resolve, de acordo com os pareceres do Estado-Maior do Exército e da Diretoria de Saúde, dar nova redação, que com esta baixa, ao artigo 14 das Instruções para matrícula na Escola de Veterinária do Exército, aprovadas pela Portaria número 9.868, de 4 de dezembro de 1946 — General Canrobert P. da Costa.

#### PORTARIA N. 9.868 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1946

(Boletim do Exército n. 50, de 14 de dezembro de 1946)

Nova redação:

"Art. 14. O exame médico feito sob a forma de inspeção de saúde, visa selecionar os candidatos à matrícula na Escola.

Parágrafo único. Não satisfazem as condições para matrícula e, por consequência, serão eliminados, os candidatos que:

1 — sejam incapazes fisicamente, no que se refere às doenças, afecções e síndromes que motivam a isenção definitiva, baixa ou reforma do Exército;

## Livros à venda nesta Redação

|                                                                                   | Cr\$  |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Ensaio Sobre Informação na Guerra — Trad. Maj. José Horácio e Enio Garcia.....    | 15,00 |
| Estratégia do Terror — Cel. J. B. Magalhães.....                                  | 15,00 |
| Estudos dos Morteiros — Ten. Gustavo L. Braga....                                 | 4,00  |
| Educação Física do Exército — Cap. Gutemberg Ayres de Miranda.....                | 9,00  |
| Educação Física Feminina — Cap. Jair Jordão Ramos                                 | 3,00  |
| Escola de Instrução Especializada — Dep. Engenharia — Programa Detalhado.....     | 25,00 |
| Ensaio Sobre a Instrução Militar — Ten. José Horácio Garcia.....                  | 12,00 |
| Emprego Tático do Btl. de Transmissões — Maj. Adalardo Fiálho.....                | 20,00 |
| Estudos Sobre a Rússia — Cel. J. B. Magalhães....                                 | 15,00 |
| Escolas de Fogo "Mort. 75" — Cap. Dario Coelho..                                  | 8,00  |
| Formulário do Contador — Ten. José Sales.....                                     | 5,00  |
| Fichário dos Instrutores de Educação Física — Cap. Jair Jordão Ramos.....         | 20,00 |
| Geopolítica do Brasil — Brigadeiro Lysias A. Rodrigues.....                       | 25,00 |
| Guerra de Secessão — Cel. Carnaúba.....                                           | 5,00  |
| História Militar do Brasil No Reg. Colonial — Ten. Cel. A. A. Souza Ferreira..... | 18,00 |
| Instrução Militar Moderna — Cel. M. Poppe de Figueiredo                           | 45,00 |
| Instrução e Observação nos Corpos de Tropa — Maj. A. Batista Gonçalves.....       | 9,00  |



Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

## 2 — apresentem :

a) acuidade visual inferior a 1/3 (um terço) em cada olho, tolerando-se agudeza visual de um dos olhos de 1/10, desde que o outro olho tenha pelo menos 5/10, de acuidade. Em qualquer um dos casos a visão deverá ser igual a um com lentes corretoras, em cada olho, ou pelo menos, 2/3 em um dos olhos e um no outro;

b) albinismo ou nistagmo;

c) estrabismos superiores a 10 graus;

d) ptoses, mesmo incompletas;

e) leucomas extensos;

f) discromatopsias;

g) coroidoses miopígenas e lesões da córneo-retina que por sua sede, natureza e extensão permitem prognosticar progressividade da afecção;

h) acuidade auditiva deficiente para ambos os lados;

i) dentárias tratadas e oburadas, se for o caso, não sendo tolerados raízes ou dentes infeccionados; neste 22 dentes devem estar compreendidos 6 molares naturais, opostos 2 a 2 e que não sejam do mesmo lado e todos os incisivos, sendo, porém, tolerados nesse total de 22, quatro dentes artificiais (coroas de porcelana estamadas ou fundidas e dentes em bridge) isolados ou em conjunto, desde que as bases se apresentem perfeitamente sãs mediante verificações radiológicas. No cômputo de seis molares opostos 2 a 2 serão tidos como existentes, os terceiros molares (sizo) ainda não nascidos, desde que seja a existência deles comprovada radiologicamente;

j) piorréa alveolar;

k) qualquer indício de tuberculose, ainda que clinicamente curada.

l) altura inferior a 1,60 m;

m) perímetro torácico inferior a 74 centímetros;

n) péso não correspondente à altura.

Esses dois últimos índices (m e n) não devem por si sós constituir elementos decisivos de exame, e, sim, pontos de referência no conjunto do exame feito — Gen. Canrobert P. da Costa.

(Portaria n. 170, de 24-X-950 — "Diário Oficial" de 26-X-950.)

\* \*

# INCLUSÃO DE ENFERMEIRAS NA RESERVA DO EXÉRCITO

LEI n. 1.209 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1950

Inclui na Reserva do Exército as enfermeiras que participaram das operações de guerra, dentro do setor de sua especialidade, junto à Força Expedicionária Brasileira

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São incluídas na Reserva do Exército, no posto de 2º Tenente, as enfermeiras que participaram das operações de guerra, dentro do setor de sua especialidade junto à Força Expedicionária Brasileira, excluídas as que embora hajam sido nela incorporadas, tenham permanecido no território nacional.

Parágrafo único. As enfermeiras, que gozarem dos benefícios deste artigo, terão direito à percepção dos vencimentos dos postos em que foram arvoradas, desde a data da mobilização até a sua desmobilização.

Art. 2º. A despesa, prevista no artigo anterior, correrá pelo Fundo de Indenização de Guerra e será oportunamente apurada.

Art. 3º. São extensivos às enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira, no que lhes for aplicável, os dispositivos das leis de amparo e assistência aos ex-combatentes.

Art. 4º. A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1950, 129º da Independência e 62º da República.

Eurico G. Dutra.

Canrobert P. da Costa.

("Diário Oficial" de 27-X-950).

\* \*

## SERVIÇO SOCIAL DO EXÉRCITO

Declaro aprovadas as conclusões a que chegou a Comissão nomeada pelo Aviso n. 523, de 19 de agosto de 1950, para estudar as bases da organização do Serviço Social do Exército.

Para que a Comissão Especial a ser designada de acordo com o previsto no Aviso n. 654, de 14 de outubro de 1950, melhor possa dar início à execução da obra projetada, determino que a atual Comissão de Estudos amplie os trabalhos que tão bem realizou, no sentido da instalação material daquela Comissão, ainda no corrente ano — Gen. Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 135, de 26-X-950 — "Diário Oficial" de 27-X-950).

## Livros à venda nesta Redação

|                                                                   | Cr\$  |
|-------------------------------------------------------------------|-------|
| Anuário Militar do Brasil de 1935.....                            | 40,00 |
| Anuário Militar do Brasil de 1936.....                            | 40,00 |
| Anuário Militar do Brasil de 1937.....                            | 40,00 |
| Anuário Militar do Brasil de 1940.....                            | 40,00 |
| Anuário Militar do Brasil de 1941.....                            | 40,00 |
| Anuário Militar do Brasil de 1942.....                            | 50,00 |
| Anuário Militar do Brasil de 1943.....                            | 50,00 |
| Anuário Militar do Brasil de 1944.....                            | 50,00 |
| Anuário Militar do Brasil de 1945.....                            | 50,00 |
| Anuário Militar do Brasil de 1946.....                            | 50,00 |
| Anuário Militar do Brasil de 1947.....                            | 80,00 |
| A Fôrça Mecanizada — Cap. Silvio do Vale Amaral                   | 60,00 |
| A Arte da Guerra — Cel. Renato Batista Nunes....                  | 35,00 |
| A Intendência em Campanha — Maj. José Sales..                     | 35,00 |
| A Batalha de Roma — Maj. Geraldo de Menezes<br>Côrtes.....        | 18,00 |
| A Linha de Fogo na Guerra — Ten. Germano Seidl<br>Vidal.....      | 5,00  |
| A Compreensão na Guerra — Cel. J. B. Magalhães                    | 30,00 |
| A Técnica do Tiro de Costa — Cap. J. Ayres da<br>Silveira.....    | 20,00 |
| A F. E. B., pelo seu Comandante — Mar. Mascarenhas de Moraes..... | 55,00 |

Pedidos pelo Reembôlso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

**RESTABELECIMENTO DE QUADROS  
PARALELOS****LEI N. 1.210 — DE 25 DE OUTUBRO  
DE 1950**

Dá nova redação ao § 1º do art. 4º da Lei n. 231, de 6 de fevereiro de 1948, que restabelece os quadros paralelos criados no Exército em 1932 e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Passa a ter a seguinte redação o § 1º do art. 4º da Lei número 231, de 6 de fevereiro de 1948:

“§ 1º. Nas promoções por merecimento, concorrência, indistintamente, à formação das listas de acesso, os oficiais dos Quadros Ordinário e “A”.

Se a promoção recair em oficial do Quadro Ordinário, que tenha correspondente no Quadro “A”, somente neste se efetuará outra promoção, observado o princípio de antiguidade, e, caso recaia em oficial do Quadro “A”, continuará ele nesse quadro, preenchendo-se a vaga, de acordo com o mesmo princípio, somente no Quadro Ordinário, sem alteração na sequência do princípio”.

Art. 2º. Nenhuma vantagem pecuniária advirá aos oficiais cuja antiguidade venha a ser revista em virtude desta Lei.

Art. 3º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o § 1º do art. 11 do Decreto n. 21.461, de 3 de junho de 1932, e as demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1950, 129ª da Independência e 62ª da República.

**EURICO G. DUTRA.**

*Canrobert P. da Costa.*

(“Diário Oficial” de 30-X-1950).

• •

**ASSISTENTES ESPECIAIS DE ENSINO**

(Modificação de Aviso)

De acordo com o parecer da Diretoria de Ensino do Exército, resolvo modificar, para a seguinte, a redação da alínea a) do item 6 do Aviso n. 535, de 23 de agosto do corrente ano, referente aos assistentes especiais de ensino:

“a) contar mais de 8 (oito) anos de serviço e ter, no mínimo,

o posto de 1º Tenente, sujeitando-se, se 1º Tenente, à designação somente após a promoção a Capitão” — *Canrobert P. da Costa.*

(Aviso n. 673, de 27-X-1950 — “Diário Oficial” de 31-X-1950).

• •

**PAGAMENTO DE PENSÕES E APOSENTADORIAS****LEI N. 1.215 — DE 27 DE OUTUBRO  
DE 1950**

Dá nova redação ao art. 31 da Lei número 488, de 15 de novembro de 1948

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 31 da Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 31. O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (I.P.A.S.E.) e as Caixas de Aposentadoria e Pensões, que tiverem a seu cargo o pagamento dos proventos de pensões e de aposentadorias a servidores civis da União, passarão a pagá-los com o aumento estabelecido nesta Lei e serão indenizados na forma dos arts. 1º e 3º do Decreto-Lei n. 3.769, de 28 de outubro de 1941”.

Art. 2º. Os novos valores dos proventos consideram-se efetivados a partir de 1 de agosto de 1948.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1950, 129ª da Independência e 62ª da República.

**EURICO G. DUTRA.**

*José Francisco Bias Fortes.*

*Sylvio de Noronha.*

*Canrobert P. da Costa.*

*Raul Fernandes.*

*Guilherme da Silveira.*

*João Valdetaro de Amorim e Mello.*

*A. de Noboa Filho.*

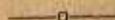
*Marcial Dias Pequeno.*

*Armando Trompowsky.*

(“Diário Oficial” de 3-XI-1950).

## Livros à venda nesta Redação

|                                                                                              | Cr\$  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| As Repúblicas Hespano Sulamericanas — Cap. Ayrton S. de Freitas.....                         | 20,00 |
| Artilharia de Dorso — Cap. Otávio Alves Velho..                                              | 15,00 |
| Algumas Cousas da Rússia — Cel. J. B. Magalhães                                              | 12,00 |
| Aspecto Geográfico — Cap. M. F. Castelo Branco                                               | 6,00  |
| As Transmissões no Reg. Sampaio — Cap. M. F. Castelo Branco.....                             | 15,00 |
| Bateria de Acumuladores — Maj. Archimedes Pinto Oliveira.....                                | 15,00 |
| Balística Externa — A. Morgado da Hora.....                                                  | 60,00 |
| Anedotário da Guerra da Tríplice Aliança — Euzébio de Souza.....                             | 12,00 |
| Cartilha da Mocidade — Micaldas Corrêa.....                                                  | 6,00  |
| Crônicas de Guerra — Cel. Olivio Gondim de Uzeda                                             | 30,00 |
| Contribuição para a Hist. da Guerra entre Brasil e Buenos Ayres — Gen. Bertoldo Klinger..... | 12,00 |
| Centralização do Tiro — Maj. Breno B. Fortes.....                                            | 6,00  |
| Coletâneas de Leis e Dec. de 1544 a 1938 — Maj. Bello Lisboa.....                            | 13,00 |
| Dêem Estádios ao Exército — Cap. Jair Jordão Ramos                                           | 30,00 |
| Do Recôncavo aos Guararapes — Maj. Antônio de Souza Júnior.....                              | 50,00 |
| Dicionário Inglês-Português de Termos Militares — Homero Castro Jobim.....                   | 25,00 |
| Dicionário Inglês-Português de Armamento e Tiro — Ten. Eugênio Malanga.....                  | 50,00 |



Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

**PRESCRIÇÕES PARA OFICIAIS DO Q.E.M.A.**

Consoante o que propõe o Estado-Maior do Exército, visando zelar pelo constante aperfeiçoamento da instrução dos oficiais de Estado-Maior, resolve regular a aplicação do § 1º do art. 19, do "Regulamento do Quadro de Estado-Maior de Exército", determinando que os oficiais "aptos" para o serviço de Estado-Maior não permaneçam afastados de função, no Quadro de Estado-Maior da Ativa (Q.E.M.A.), por mais de 6 (seis) anos consecutivos — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 693, de 3-XI-950 — "Diário Oficial" de 6-XI-950).

\* \*

**AUTONOMIA ADMINISTRATIVA**

A 4ª Cia. Média de Manutenção passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n. 3.231, de 9 de novembro de 1938 — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 697, de 3-XI-950 — "Diário Oficial" de 6-XI-950).

\* \*

**DESCONTO DE ASSINATURAS DA "REVISTA DE INTENDÊNCIA"**

Autorizo o desconto interno nas Unidades Administrativas, das importâncias relativas ao pagamento de assinaturas da "Revista de Intendência", editada nesta Capital, sob os auspícios da D.I.E. — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 692, de 3-XI-950 — "Diário Oficial" de 6-XI-950).

\* \*

**SUSPENSÃO DE DESCONTO INTERNO**

Declaro que fica sem efeito o Aviso n. 750, de 11 de novembro de 1949, na parte que autorizou o desconto pelas unidades administrativas, de mensalidades e outras importâncias devidas à "Casa do Sargento do Brasil" sob a forma de "desconto interno" — General Canrobert P. da Costa.

(Aviso n. 695, de 3-XI-950 — "Diário Oficial" de 6-XI-950).

\* \*

**ANEXAÇÃO A DOCUMENTOS DE DESPESA DA DEVIDA QUITAÇÃO**

Verificando-se, constantemente, que várias unidades administrativas fa-

zem constar de seus balancetes, documentos de despesa referentes a recolhimentos e remessas de importâncias, sem anexar a necessária quitação, em desacordo, portanto, com as exigências do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, determino:

1. De acordo com o art. 295, do R.G.C.P., as unidades administrativas e outros responsáveis por qualquer prestação de contas, deverão anexar à 1ª via do balancete (material ou pessoal), colado ao respectivo documento de despesa, o recibo original que prove terem sido os descontos de qualquer natureza, tais como importâncias devidas a estabelecimentos militares, aos vários institutos de previdência, Caixa Geral de Economias da Guerra e outros, devidamente pagos, recolhidos ou remetidos.

2. Quando tais recibos forem constituídos de uma só via, como sucede com os fornecidos pelas tesourarias dos Correios, deverá a unidade extrair, dos mesmos, as cópias que necessitar para o seu arquivo, que serão conferidas pelo tesoureiro e visadas pelo fiscal administrativo.

3. Quando se tratar de recolhimentos ou remessas aos E.R.F., deverão estes, ao receberem o respectivo balancete, declarar no documento de despesa relativo a tais recibos, qual o balancete e número (n.) do documento do mesmo órgão, em que a importância ali recolhida, se encontrar escriturada como receita.

4. Os E.R.F. deverão devolver, imediatamente, às unidades e outros responsáveis, os balancetes em que não tiverem sido cumpridas as determinações aqui previstas, para restituição dentro de trinta dias, ficando os referidos balancetes considerados como não apresentados, enquanto não satisfizerem as exigências do item 1.

(Aviso n. 696, de 3-XI-950 — "Diário Oficial" de 6-XI-950).

\* \*

**DISPENSA DE PROVA A CANDIDATOS A ESCOLA TÉCNICA DO EXERCITO**

Senhor Chefe do Departamento Técnico e de Produção do Exército. Atendendo à ponderação feita por essa Chefia, no Ofício Enc. número 1316-352.231-D.P., de 6 do corrente e de acordo com o parecer nele contido, ficam os candidatos à Escola Técnica do Exército dispensados da primeira prova. Francês e Inglês no próximo exame de admissão ao Curso

# Cooperativa Militar Editôra e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional" Limitada

## PROPOSTA PARA ASSOCIADO

(Artigo 13, do Capítulo II, dos Estatutos)

.....  
(pôsto e nome por extenso)

Natural de .....

Nascido em .....  
(data do nascimento)

Estado civil .....

Residente à .....

..... N. .... Telefone .....

Cidade .....

Estado .....

Servindo .....  
(designação da unidade)

Número de "cotas-partes" que deseja subscrever .....

.....  
(assinatura)

.....  
(proponente)

.....  
(proponente)

---

### Observações :

- Juntar duas fotografias de 3 x 4.
- Remeter a importância da jóia.
- Indicar como deseja pagar as cotas-partes.

de Preparação da referida Escola — General Canrobert P. da Costa.

(Nota n. 131, de 24-X-950 — "Diário Oficial" de 8-XI-950).

assunto a ser regulado pelo artigo n. 298, do R.I.S.G. (R-1).

(Aviso n. 705, de 6-XI-950 — "Diário Oficial" de 8-XI-950).

#### SUBORDINAÇÃO DA REDE ELÉTRICA PIQUETE-ITAJUBÁ

De conformidade com o que propõe o Departamento Técnico e de Produção do Exército, a Rede Elétrica Piquete-Itajubá passa a ser subordinada à Diretoria de Fabricação do Exército.

(Aviso n. 703, de 6-XI-950 — "Diário Oficial" de 8-XI-950).

#### ESCRITURAÇÃO DE CERTIFICADOS DE RESERVISTAS

Declaro que não deverão ser escrituradas alterações de comportamento nos certificados de reservista, de qualquer modelo, a ser expedido aos reservistas do Exército.

(Aviso n. 706, de 6-XI-950 — "Diário Oficial" de 8-XI-950).

#### AUMENTO DE EFETIVO DA E.S.A.

A partir de 1 de janeiro próximo, o efetivo da Escola de Sargentos das Armas, fica acrescido de uma banda de música, categoria "B".

(Aviso n. 704, de 6-XI-950 — "Diário Oficial" de 8-XI-950).

#### FUNCIONAMENTO EM 1951 DO CURSO DE OFICIAIS DENTISTAS

O Ministro de Estado da Guerra resolve, na forma do art. 7º, do Decreto n. 25.623, de 6 de outubro de 1948 (Regulamento do Serviço de Saúde) e de acordo com os pareceres da Diretoria de Saúde e do Estado-Maior do Exército, fazer funcionar a partir de 1951, o Curso de Formação de Oficiais Dentistas, cujo recrutamento será feito consoante as prescrições contidas nas "Instruções para matrícula na Escola de Saúde do Exército". Fica fixado em 50 (cinquenta) o número de vagas para o citado Curso em 1951.

(Portaria n. 175, de 6-XI-950 — "Diário Oficial" de 8-XI-950).

#### REVOGAÇÃO DE AVISO

Não mais persistindo as razões que determinaram a necessidade do Aviso n. 622, de 21 de setembro de 1949, fica o mesmo revogado, passando o

## CARVOARIA E QUITANDA

DE

Jobel da Costa Borges

RUA BATISTA DAS NEVES N. 1103

NILOPOLIS

EST. DO RIO

## TUPY S. LISBOA

CORRETOR DE IMÓVEIS

Oferece seus serviços profissionais aos seus colegas do CLUBE MILITAR  
Rua Lucídio Lago, 233 — Meyer — Fone 29-1462 — Diariamente de 12 às 21 horas

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A DEFESA NACIONAL" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de dezembro do corrente ano :

### a) *Do exterior*

- Argentina — Revista Militar — Ns. de out. e nov.  
— Revista del Suboficial — N. de nov.
- França — Revue Militaire d'Information — Ns. 161, 162  
163 e 164.
- Itália — Revista Militare — N. de ag. e set.
- Peru — Revista de la Escuela Militar de Chorrillos —  
N. de ag.
- Portugal — Revista Militar — N. de out.  
— Revista da Cavalaria — N. de out.
- Uruguai — Revista de la Mutua Militar Uruguay — Ns. 12  
e 13.  
— Boletin Historico — N. extraordinário.
- Venezuela — Revista de las Fuerzas Armadas — N. de jul.

### b) *Nacionais*

- Revista do Clube de Aeronáutica — N. 13.
- Revista do Clube Militar — Ns. 107 e 108.
- Revista de Intendência — Ns. de set. e out.
- Revista de Remonta e Veterinária — Ns. de jul. e set.
- Revista Libertas — N. de out.
- Revista Brasil Açucareiro — N. de jul.

# ÁGUA TÔNICA DE QUININO GUARANÁ CHAMPAGNE E CAÇULA

|         |            |
|---------|------------|
| OS MAIS | AFAMADOS   |
| OS MAIS | PROCURADOS |
| OS MAIS | DESEJADOS  |
| OS MAIS | DISPUTADOS |
| OS MAIS | INVEJADOS  |
| OS MAIS | IMITADOS   |

PORÉM NUNCA IGUALADOS REFRIGERANTES  
DA ANTARCTICA

IMITAÇÕES. CONTINUE SABOREANDO O QUE É  
BOM E O QUE JÁ ESTÁ CONSAGRADO  
ANOS PELA NOTÓRIA PREFERÊNCIA DO  
BRASILEIRO, QUE RECONHECEU E RECONHECE O

GUARANÁ CHAMPAGNE  
E A  
ÁGUA TÔNICA DE QUININO  
DA  
ANTARCTICA

REFRIGERANTES DE INCONTESTÁVEL PREDILE-  
ÇÃO PELO DELICIOSO E INIGUALÁVEL SABOR  
PELO ESmero DA SUA FABRICAÇÃO ORIENTADA  
RIGOROSAMENTE PELOS MAIS RIGOROSOS PRINCÍPIOS  
MODERNA E LEGISLAÇÃO DO PAÍS.

